



NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

LA VIOLENCIA RURAL EN LA ARGENTINA DE LOS AGRONEGOCIOS: CRÓNICAS INVISIBLES DEL DESPOJO

Analia Percíncula, Andrés Jorge, Claudia Calvo, Daniela Mariotti, Diego Domínguez, María de Estrada, Mariana Ciccolella, Pablo Barbetta, Pablo Sabatino, Sofía Astelarra

EL ITINERARIO DE DESARROLLO COMO UN IDEA

Henry Veltmeyer

“CAMPESinATO COMO ORDEM MORAL”: (RE)VISITANDO CLÁSSICOS E (RE)PENSANDO A ECONOMIA CAMPONESA

Alair Ferreira de Freitas e Maria Izabel Vieira Botelho

DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: OS MECANISMOS POLÍTICOS E SOCIAIS DE SUA INTERPRETAÇÃO

Neli Aparecida de Mello-Théry e Veronique Van Tilbeurgh

A TRAJETÓRIA DO NEGRO NO BRASIL E A TERRITORIALIZAÇÃO QUILOMBOLA

Simone Rezende da Silva

PRÁTICAS EDUCATIVAS COMPARADAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO OMNILATERAL NA AMÉRICA LATINA

Fábio Fernandes Villela

MANEJO MADEIREIRO NA FLORESTA ESTADUAL DO ANTIMARY, ESTADO DO ACRE, BRASIL

Maria Lúcia R. Santos Aquino, Eduardo Rodrigues Viana de Lima e Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e Silva

ENTREVISTA: O PAPEL E OS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO CAMPONESA EM CUBA: ENTREVISTA COM O DIRIGENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AGRICULTORES PEQUENOS (ANAP), MARIO LA O SOSA

Angelina Herrera Sorzano e Eraldo da Silva Ramos Filho

NOTA: A INFLUÊNCIA DOS PROCESSOS CONTEMPORÂNEOS NA ALIMENTAÇÃO: UMA PROPOSTA DE REFLEXÃO

Elvis Albert Robe Wandscheer, Carlos Alberto da Rosa Maciel e Anderson Souto Neves

NOTA: PRODUÇÃO DE SEMENTES E MELHORAMENTO DE HORTALIÇAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR EM MANEJO ORGÂNICO

Antonio Ismael I. Cardoso, Pedro Jovchevich e Vladimir Moreira

Jul./Dez.

2011



Revista NERA nº. 19

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>

Editores

Djoni Roos

Eduardo Paulon Girardi

Camila Ferracini Origuéla

Bernardo Mançano Fernandes

NERA

Núcleo de Estudos,

Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

Jul.-dez./2011

Revista NERA

Editores Responsáveis

Djoni Roos
Eduardo Paulon Girardi
Camila Ferracini Origuéla
Bernardo Mançano Fernandes

Coordenação de publicação

Anderson Antônio da Silva	Janaina Francisca de Souza Campos
Carlos Alberto Feliciano	José Sobreiro Filho
Clifford Andrew Welch	Leandro Nieves Ribeiro
Djoni Roos	Rafael de Oliveira Coelho dos Santos
Estevan Leopoldo de Freitas Coca	Rodrigo Simão Camacho
Herivelto Fernandes Rocha	Tiago Egídio Avanço Cubas

Conselho Científico

Anderson Antônio da Silva – FATEC (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Antonio Thomaz Júnior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Ariovaldo Umbelino de Oliveira – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Bernardo Mançano Fernandes – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Ciro de Oliveira Bezerra – UFAL (Maceió, AL, Brasil)
Clifford Andrew Welch – UNIFESP (São Paulo, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Eduardo Paulon Girardi – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Emília de Rodat Fernandes Moreira – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil);
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Luis Daniel Hocsman - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Matuzalem Bezerra Cavalcante – INEC (Rio Branco, AC, Brasil)
Marta Inez Medeiros Marques – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Nelson Rodrigo Pedon – UNESP (Ourinhos, SP, Brasil)
Noemia Ramos Vieira – UNESP (Marília, SP, Brasil)
Paulo Roberto Alentejano – UERJ (São Gonçalo, RJ, Brasil)
Rosa Maria Vieira Medeiros – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
Sam Moyo – African Institute for Agrarian Studies (Harare, Zimbábue)
Silvio Simione da Silva – UFAC (Rio Branco, AC, Brasil)
Valéria de Marcos – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

Endereço

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552

Site: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera> - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Distribuída por



Indexada por



Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2
1999 – interrompida
2000 – ano 3, nº. 3
2001 – interrompida
2002 – interrompida
2003 – interrompida
2004 – ano 7, nº. 4
2004 – ano 7, nº. 5
2005 – ano 8, nº. 6
2005 – ano 8, nº. 7
2006 – ano 9, nº. 8
2006 – ano 9, nº. 9

2007 – ano 10, nº. 10
2007 – ano 10, nº. 11
2008 – ano 11, nº. 12
2008 – ano 11, nº. 13
2009 – ano 12, nº. 14
2009 – ano 12, nº. 15
2010 – ano 13, nº. 16
2010 – ano 13, nº. 17
2011 – ano 14, nº. 18
2011 – ano 14, nº. 19
Semestral
ISSN 1806-6755

Sumário

LA VIOLENCIA RURAL EN LA ARGENTINA DE LOS AGRONEGOCIOS: CRÓNICAS INVISIBLES DEL DESPOJO

A VIOLENCIA RURAL NA ARGENTINA DO AGRONEGÓCIO: CRÔNICAS INVISÍVEIS
DA DESAPROPRIAÇÃO

08

RURAL VIOLENCE IN ARGENTINA AGRIBUSINESS: INVISIBLE CHRONIC
EXPROPRIATION

**Analia Percíncula, Andrés Jorge, Claudia Calvo, Daniela
Mariotti, Diego Domínguez, María de Estrada, Mariana
Ciccolella, Pablo Barbeta, Pablo Sabatino e Sofía Astelarra**

EL ITINERARIO DE DESAROLLO COMO UN IDEA

O ITINERÁRIO DO DESENVOLVIMENTO COMO UMA IDEIA

24

THE ITINERARY OF THE IDEA OF DEVELOPMENT

Henry Veltmeyer

“CAMPEINATO COMO ORDEM MORAL”: (RE)VISITANDO CLÁSSICOS E (RE)PENSANDO A ECONOMIA CAMPONESA

“CAMPEINADO COMO ORDEN MORAL”: (RE)VISITANDO CLÁSSICOS Y
(RE)PENSANDO LA ECONOMÍA CAMPESINA

44

“PEASANTRY AS MORAL ORDER”: (RE)VISITING CLASSICS AND (RE)THINKING
ABOUT THE PEASANT ECONOMY

Alair Ferreira de Freitas e Maria Izabel Vieira Botelho

DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: OS MECANISMOS POLÍTICOS E SOCIAIS DE SUA INTERPRETAÇÃO

THÉOLOGIE DE LA LIBÉRATION POUR LE DÉVELOPPEMENT DURABLE DANS L’
AMAZONIE BRÉSILIENNE: LES MECANISMES POLITIQUES ET SOCIAUX POUR SA
INTERPRETATION

59

FROM LIBERATION THEOLOGY TO SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN THE BRAZILIAN
AMAZON: POLITICAL AND SOCIAL INTERPRETATIVE MECHANISMS

Neli Aparecida de Mello-Théry e Veronique Van Tilbeurgh

A TRAJETÓRIA DO NEGRO NO BRASIL E A TERRITORIALIZAÇÃO QUILOMBOLA

LA TRAYECTORIA DEL NEGRO EN BRASIL Y LA TERRITORIALIZACIÓN
QUILOMBOLA

73

THE TRAJECTORY OF BLACK PEOPLE IN BRAZIL AND QUILOMBOLA'S
TERRITORIALIZATION

Simone Rezende da Silva

**PRÁTICAS EDUCATIVAS COMPARADAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E OS
DESAFIOS DA FORMAÇÃO OMNILATERAL NA AMÉRICA LATINA**

90

LAS PRÁCTICAS EDUCATIVAS COMPARADAS EN EDUCACIÓN EN EL CAMPO Y
LOS DESAFÍOS DE LA FORMACIÓN OMNILATERAL EN AMÉRICA LATINA

EDUCATIONAL PRACTICES COMPARED IN RURAL EDUCATION AND THE
CHALLENGES OF OMNILATERAL FORMATION IN LATIN AMERICA

Fábio Fernandes Villela

**MANEJO MADEIREIRO NA FLORESTA ESTADUAL DO ANTIMARY, ESTADO DO
ACRE, BRASIL**

104

MANEJO MADERABLE EN EL BOSQUE ESTATAL DEL ANTIMARY, ESTADO DE
ACRE, BRASIL

FOREST TIMBER MANAGEMENT IN THE ANTIMARY STATE FOREST, STATE OF
ACRE, BRAZIL

**Maria Lúcia R. Santos Aquino, Eduardo Rodrigues Viana de
Lima e Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e Silva**

**ENTREVISTA: O PAPEL E OS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO CAMPONESA
EM CUBA: ENTREVISTA COM O DIRIGENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS
AGRICULTORES PEQUENOS (ANAP), MARIO LA O SOSA**

136

EL PAPEL Y LOS DESAFÍOS DE LA ORGANIZACIÓN CAMPESINA EN CUBA:
ENTREVISTA CON EL LÍDER DE LA ASOCIACIÓN NACIONAL DE AGRICULTORES
PEQUEÑOS (ANAP), MARIO LA O SOSA

THE ROLE AND CHALLENGES OF THE PEASANT ORGANIZATION IN CUBA:
INTERVIEW WITH THE LEADER OF THE NATIONAL ASSOCIATION OF SMALL
FARMERS (ANAP), MARIO LA O SOSA

Angelina Herrera Sorzano e Eraldo da Silva Ramos Filho

**NOTA: A INFLUÊNCIA DOS PROCESSOS CONTEMPORÂNEOS NA
ALIMENTAÇÃO: UMA PROPOSTA DE REFLEXÃO**

152

LA INFLUENCIA DE LOS PROCESOS ACTUALES EN LOS ALIMENTOS: UNA
PROPUESTA DE REFLEXIÓN

THE INFLUENCE OF CONTEMPORARY PROCESSES IN FOOD: A PROPOSAL
FOR REFLECTION

Elvis Albert Robe Wandscheer, Carlos Alberto da Rosa

NOTA: PRODUÇÃO DE SEMENTES E MELHORAMENTO DE HORTALIÇAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR EM MANEJO ORGÂNICO

162

PRODUCCIÓN DE SEMILLAS Y LO MEJORAMIENTO DE HORTALIZAS PARA LA AGRICULTURA FAMILIAR EN LA GESTIÓN ORGÁNICA

SEED PRODUCTION AN VEGETABLES BREEDING FOR SMALLHOLDER FARMING IN ORGANIC MANAGEMENT

Antonio Ismael I. Cardoso, Pedro Jovchelevich e Vladimir Moreira

APRESENTAÇÃO

É com enorme satisfação que apresentamos mais um número da Revista NERA. Editada pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) é fruto de um intenso trabalho coletivo comprometido com a divulgação e promoção do debate científico, constituindo-se em importante veículo de análise crítica sobre as questões que envolvem o campo brasileiro e mundial.

Firmes no propósito de manter a revista NERA como importante vetor de referência na interlocução do debate acerca do mundo rural para toda a comunidade, nos mobilizamos para assegurar a veiculação da mesma via o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER). O resultado deste esforço é a disponibilização de todas as edições da revista no SEER e o aprimoramento da qualidade e eficiência da mesma.

Nesse sentido e frente as grandes questões que nos mobilizam no entendimento do agrário, trazemos para a reflexão 10 textos, sendo: 7 artigos, 1 entrevista e 2 notas que, de maneira distinta abordam, analisam e discutem temas relevantes para a compreensão do campo brasileiro e mundial.

Abrindo este número temos os integrantes do Grupo de Estudios sobre Ecología Política, Comunidades y Derecho (GEPCyD) com o artigo “La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo”. Os autores fazem importante denúncia sobre a questão agrária argentina, revelando que a implantação do agronegócio naquele país, fez da violência um importante vetor de desterritorialização dos camponeses. Evidência desse processo é o aumento da atividade de grupos armados que assediam famílias camponesas e, geralmente, agem em conjunto com as forças de segurança do governo na expulsão de camponeses e indígenas. Os autores delatam ainda, que a violência é acompanhada de uma bateria de políticas públicas em torno do ordenamento territorial que visam institucionalizar o conflito pelo controle e uso do ambiente, sem alterar a concepção produtivista de exploração.

“El itinerario de desarrollo como un idea” de Henry Veltmeyer é uma narração da história das percepções do desenvolvimento no tempo, dos especialistas, das teorias do desenvolvimento e dos avanços dos estudos sobre este tema. Para o autor o desenvolvimento tem sido dificultado pela estrutura social e econômica da sociedade atual que está longe de colocar em discussão o desenvolvimento do potencial humano.

Alair Ferreira de Freitas e Maria Izabel Vieira Botelho com o texto “‘Campesinato como ordem moral’: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa” analisam o campesinato para além da dimensão econômica, ressaltando as fundamentais dimensões moral e social constitutivas da economia camponesa. O fio condutor da argumentação é a compreensão de que as categorias terra e família são fundamentais para agregar complexidade e possibilitar entendimentos sobre a dinâmica camponesa. Enfatizam, entretanto, que as categorias, terra e família, também precisam ser entendidas para além da sua dimensão econômica. Por fim, defendem que as relações sociais que marcam a economia estão sempre cercadas de construções simbólicas que servem para explicá-las, justificá-las e regulá-las.

Fundamentadas na análise e avaliação de uma pesquisa multidisciplinar, Neli Aparecida de Mello-Théry e Veronique Van Tilbeurgh, buscam compreender uma experiência de desenvolvimento sustentável no estado do Pará, destacando os mecanismos de adaptação desta noção pelos atores locais. Os caminhos do desenvolvimento sustentável são analisados a partir do funcionamento da Cooperativa Mista de Produtores Rurais de Carajás (COOPER) e seus cooperados, localizada em Parauapebas – PA.

O artigo de Simone Rezende da Silva “A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola” discorre sobre os diversos problemas cotidianos enfrentados pelas populações negras no Brasil e a necessidade de se pensar estes problemas enquanto movimento de autoafirmação e valorização da herança africana na constituição da população brasileira. A autora discute ainda a importância dos quilombos como legado material e imaterial de resistência, analisando criticamente a morosidade e a falta de vontade política na demarcação e titulação das terras quilombolas.

O texto “Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina” de Fábio Fernandes Villela aborda as experiências educacionais dos países da América Latina, problematizando especificamente, as questões relativas aos intelectuais e a organização do trabalho pedagógico nas escolas no campo em Cuba. Aprofundando a leitura o autor problematiza os desafios da formação de crianças e jovens do campo na América Latina.

“Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil”, objetiva analisar os impactos sociais, econômicos e ambientais das atividades que vem sendo desenvolvidas na Floresta Estadual do Antimary. Ao discutir as questões sobre o aproveitamento dos recursos florestais na Amazônia, o texto aborda as características do estado do Acre, apresentando as discussões ligadas aos conflitos espaciais, evidenciando as tensões existentes no estado que culminaram com a busca da sustentabilidade da floresta.

Angelina Herrera Sorzano e Eraldo da Silva Ramos Filho ao entrevistar o dirigente da maior organização camponesa em Cuba, Mario La O Sosa, trazem importantes elementos para entender a questão agrária e a participação política dos camponeses na história cubana. Na entrevista, abordam temas como: formação, princípios e diretrizes da Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP), o papel do campesinato na revolução de 1959, a importância da lei de reforma para o desenvolvimento econômico de Cuba e seu sentido de aliança entre o Estado e os camponeses. Discutem ainda, detalhes sobre a natureza da propriedade privada da terra, a questão dos agrocombustíveis e as políticas a favor do papel dos camponeses na consolidação da soberania alimentar.

A nota, “A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão” aponta para os efeitos do processo de globalização sobre a alimentação mundial. Ao realizar uma reflexão sobre a transformação dos hábitos alimentares na sociedade contemporânea, discute a atual conjuntura em que se proliferam redes de *fast foods* com alimentos agregados de apelos simbólicos e midiáticos. Para tanto, os autores analisam os filmes “Adeus Lênin” e “Super Size me”, contextualizando suas problemáticas no intuito de promover uma reflexão crítica sobre a questão da alimentação na sociedade impregnada pelo consumo.

Encerrando este número, contamos com a discussão em torno da produção de sementes de hortaliças de modo orgânico, apresentada e analisada na nota “Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico”. Os autores assinalam para o gargalo que é o processo de produção de sementes orgânicas para os agricultores familiares e, que cada vez mais, a produção de sementes está concentrada em empresas que privilegiam a produção de híbridos convencionais. O texto enfatiza que a produção de sementes orgânicas reflete na conservação da agrobiodiversidade e do germoplasma local de plantas cultivadas a várias gerações pelos agricultores de uma determinada comunidade. A nota sinaliza ainda para um processo coletivo, o melhoramento participativo, onde se valoriza o conhecimento do agricultor no manejo e qualidade do produto, aliado ao conhecimento do melhorista nas técnicas de seleção.

Uma revista científica é resultado de um coletivo de pensamento, de uma comunidade, assim, mais que a difusão do conhecimento para a sociedade e incentivo ao avanço da ciência, ela é também um importante instrumento de integração dos membros envolvidos e comprometidos na sua organização. Aproveitamos para agradecer a todos que colaboraram com esse projeto, inclusive aos autores que apresentaram seus artigos, aos avaliadores pelas leituras e sugestões, a toda a comissão editorial que encampa este propósito.

Por fim, diante deste conjunto riquíssimo de textos, esperamos que todos apreciem este número e que possam fomentar ainda mais os temas e reflexões aqui desenvolvidas. Desejamos a todos boa leitura e convidamos aos interessados, que submetam seus trabalhos à revista.

Djoni Roos
Editor

La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo¹

Analia Percíncula, Andrés Jorge, Claudia Calvo, Daniela Mariotti, Diego Domínguez, María de Estrada, Mariana Ciccolella, Pablo Barbeta, Pablo Sabatino, Sofía Astelarra.

Grupo de Estudios sobre Ecología Política, Comunidades y Derecho (GEPCyD)
Instituto Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires.

Resumen

Cuando se analiza la violencia rural, un primer caso que se presenta para los países de las Américas es el de la violencia del primer despojo de la conquista europea. Pero también, se ha relacionado la violencia rural con la desigualdad del sistema agrario que se ha montado en los países de Latinoamérica. En este caso, la violencia, asociada con los conflictos rurales, se funda en el problema de la tierra (KAY, 2003). En el campo argentino puede observarse que la violencia ha ido asumiendo distintos formatos y que actualmente, en tiempos del despliegue de los agronegocios, se expresa en la creciente actividad de grupos armados particulares que hostigan a las familias campesinas, y en general actúan conjuntamente con fuerzas de seguridad gubernamentales en el desalojo de las mismas, y en asesinatos de campesinos o indígenas. Puede suponerse que la violencia rural en Argentina este expresando, además de la existencia de débiles dispositivos democráticos, la intensidad de la puja por el aprovechamiento de áreas que aún guardan una dotación importante de recursos naturales: la disputa por los últimos *bolsones de biodiversidad* de Argentina. La presencia de violencia estatal y privada contra poblaciones rurales, aparece acompañada de una amplia batería de políticas públicas e instancias de participación de la sociedad civil en torno del "ordenamiento territorial", que tratan de institucionalizar los conflictos por el control y usos del ambiente, sin cambiar la concepción productivista de aprovechamiento. En suma, un importante vector desterritorializador de las poblaciones rurales en la Argentina del siglo XXI parecería ser la violencia. En la actualidad, la *afirmación del poder* desde instancias judiciales y fuerzas de seguridad del Estado o desde los grupos de seguridad de empresas privadas, sobre campesinos y comunidades indígenas, se ha vuelto tan habitual para su arrinconamiento y despojo, como los procesos de naturaleza económica tales como la desregulación del agro. La importancia de su análisis, a la luz de la conflictualidad por la tierra, reside en que la violencia parece desplegarse en tanto instrumento. Por esto nos proponemos avanzar en el registro de esta problemática y explorar el carácter y la magnitud de una realidad invisibilizada en un país como la Argentina, donde prima un discurso hiper-moderno basado en la expansión de la sociedad del conocimiento en el agro.

Palabras-clave: violencia rural, campesinos, agronegocio.

Resumo

A violência rural na Argentina do agronegócio: crônicas invisíveis da desapropriação

¹ Ponencia presentada a las VI Jornadas de Antropología Social, Buenos Aires, agosto 2010. GT 2 - Etnografías de la violencia, administración de conflictos y burocracias.

Ao analisar a violência no campo, um primeiro caso apresentado para os países das Américas é a violência da primeira desapropriação da conquista europeia. Mas também, a violência tem sido associada à desigualdade do sistema de terras rurais que é montado nos países da América Latina. Neste caso, a violência associada aos conflitos rurais, baseia-se no problema da terra (KAY, 2003). No campo argentino pode ser visto que a violência tomou formas diferentes e agora, no momento da implantação do agronegócio, está expressa no aumento da atividade de grupos armados que assediam famílias de agricultores individuais, e geralmente agem em conjunto com as forças de segurança do governo na expulsão deles, matando camponeses ou indígenas. Pode-se supor que a violência rural na Argentina está se expressando, além da existência de fracos dispositivos democráticos, a intensidade da licitação para o uso de áreas que ainda carregam uma doação significativa de recursos naturais: A batalha dos últimos focos de biodiversidade na Argentina. A presença do Estado e da violência privada contra as populações rurais é acompanhada por uma bateria de políticas públicas e órgãos da sociedade civil em torno do "ordenamento territorial", que visa institucionalizar o conflito pelo controle e uso do ambiente, sem alterar a concepção produtivista de exploração. Em suma, um importante vetor de desterritorialização rural no século XXI Argentina parece ser a violência. No momento, a afirmação do poder dos tribunais e as forças de segurança do Estado ou grupos de segurança de empresas privadas sobre camponeses e comunidades indígenas, se tornou tão comum para curvas e desapropriações, e os processos de natureza econômica como a desregulamentação da agricultura. A importância desta análise, à luz da conflitualidade terra, é que a violência se revela como um instrumento. Por isso propomos avançar no registro deste problema e explorar a natureza e extensão de uma realidade invisível em um país como a Argentina, onde o discurso hiper-moderno-prima com base na expansão da sociedade do conhecimento na agricultura.

Palavras-chave: violência rural, campesinato, agronegócio.

Abstract

Rural violence in Argentina agribusiness: invisible chronic expropriation

When analyzing rural violence, a first case presented to the countries of the Americas is the first violence of dispossession of European conquest. But also, violence has been linked to inequality of rural land system that is mounted in the countries of Latin America. In this case, the violence associated with rural conflicts, is based on the problem of land (KAY, 2003). In the Argentine countryside can be seen that the violence has taken on different forms and now, in the time of deployment of agribusiness, is expressed in the increased activity of armed groups who harass individual farm families, and generally act together with forces government security in evicting them, and killing peasants or indigenous. It can be assumed that rural violence in Argentina is expressing, in addition to the existence of weak democratic devices, the intensity of the bidding for the use of areas that still bear a significant endowment of natural resources: The Battle for the last pockets of biodiversity in Argentina . The presence of state and private violence against rural populations, is accompanied by a large battery of public policy and organs of civil society around the "land", seeking to institutionalize conflict for control and use of the environment, without changing the productivist conception of exploitation. In sum, an important vector of rural deterritorializing in XXI century Argentina seem to be violence. At present, the assertion of power from courts and state security forces or security groups from private companies on peasants and indigenous communities, has become so common for cornering and dispossession, and the processes of economic nature such as deregulation of agriculture. The importance of its analysis, in the light of the earth conflictuality, is that violence seems to unfold as an instrument. Therefore we propose to advance the record of this problem and explore the

nature and extent of an invisible reality in a country like Argentina, where raw hyper-modern discourse based on the expansion of the knowledge society in agriculture.

Keywords: rural violence, peasants, agribusiness.

Introducción

La violencia rural en Argentina, podría relacionarse con distintos fenómenos dependiendo del momento histórico. No estamos frente a una realidad totalmente novedosa, no solo la violencia ejercida para el despojo de los pueblos originarios está en la base de la conformación del Estado Argentino, sino que a lo largo de nuestra historia como país se han desarrollado múltiples procesos de represión en el campo. El período más reciente ha sido en la década de 1970, sobre todo durante la última dictadura cuando las ligas agrarias y campesinas del noreste argentino fueron desarticuladas, lo que dejó un saldo significativo de desaparecidos y torturados en las experiencias organizativas del mundo rural. Esto sin olvidar que la dictadura militar insertó un silencio casi absoluto – que solo recientemente comienza a resquebrajarse – en las poblaciones rurales a fuerza de operativos espectaculares y una política de terror explícita (presencia de cuerpos mutilados en ríos y arroyos o caminos internos, obligación a campesinos conscriptos participar de secuestros y supuestos enfrentamientos, requisas permanentes de viviendas rurales, etcétera). Esta violencia ejecutada por el Estado en áreas rurales en aquel momento se centró en la eliminación de las dirigencias agrarias y campesinas, y de sus aliados en el movimiento de acción católica y la juventud peronista.

En el periodo actual la violencia rural, como proceso recurrente en la historia Argentina, no puede ser considerada bajo un carácter extraordinario en un contexto de desigualdad. Lo que se registra, desde la década de 1990 y se intensifica con el auge del avance del frente oleaginoso y el desplazamiento ganadero-forestal desde la década de 2000, es la regularidad en su aparición, ejercida desde fuerzas privadas o bien desde fuerzas policiales o militares (política de Estado). Reaparece en forma cada vez más recurrente, variando en magnitud y niveles de crueldad (provocación, amenaza, golpiza, tortura, violación, asesinato) frente a las familias y comunidades que no quieren abandonar sus lugares. Sostenemos que en el campo argentino puede observarse un creciente aumento en la magnitud de los indicadores de la violencia rural, sólo visibilizados a partir de la presencia de organizaciones que los resisten y denuncian. Podemos listar dichos indicadores como:

- Mayor presencia en los operativos de desalojo de: gendarmería, grupos especiales y guardias privadas.
- Aumento de asesinatos y heridos graves (entre otras formas de coacción física) en conflictos de tierra.
- Creciente despliegue de operativos nocturnos para detenciones de campesinos acusados de usurpación.
- Aumento de casos de acciones policiales sin orden judicial en conflictos de tierra.
- Creciente criminalización de los conflictos de tierra a partir de denuncias penales contra las familias campesinas.

Los asesinados y los heridos, caso de torturados o alcanzados por balas, en conflictos de tierra han sido temas escasamente estudiados, incluso en los análisis sobre la conflictualidad rural o socioambiental. En los trabajos de investigación académica o documentos de gobierno (PROINDER, 2008), sobre la cuestión de la tierra y su distribución en Argentina, la dimensión de la violencia allí implicada es tenida en cuenta marginalmente. Salvo estudios puntuales, no existe una tradición de estudios sobre la violencia rural en nuestro país, si la comparamos con la producción científica en otros países del continente.

En este escenario nos preguntamos: ¿Cómo opera, que magnitud tiene y cual es el papel que juega la violencia rural en la actualidad Argentina? ¿Qué relación guarda la violencia rural con la territorialización/desterritorialización (1) del campesinado y los pueblos

originarios? ¿Qué resultados trae el despliegue de la violencia rural para el arraigo del agronegocio como dinámica dominante de reproducción de relaciones capitalistas en el agro actual?

Debates y definiciones en torno a la conceptualización de violencia rural

Al momento de avanzar en una reflexión sobre la violencia rural, se nos presenta un conjunto de preguntas de carácter más general, relacionadas con la naturaleza de esta dimensión de lo real. ¿Es la violencia el resultado anómico de una disputa de intereses antagónicos? ¿Es en todo caso una potencia económica? ¿Es la violencia elemento clave de cualquier producción de poder o de intervención efectiva en las relaciones sociales? ¿La violencia es constitutiva de los procesos políticos?

La violencia ha sido asociada con la capacidad de imponer la propia voluntad a otros contra toda resistencia a partir de la fuerza física. En este sentido la violencia se relaciona con el poder. Puede entenderse también como un elemento intrínseco de las relaciones de poder, caso del ejercicio legítimo de la violencia por parte del Estado. En todo caso la violencia pareciera ser un medio para doblegar otras voluntades o hacer cumplir un mandato. En definitiva ella se presenta como parte constitutiva de la política entendida como razón de Estado. En efecto, esta relación entre política y violencia ha sido analizada por distintos autores a partir de los estudios sobre la guerra desarrollados por Von Clausewitz (1832) quién estableció la fórmula “la guerra es la continuación de la política por otros medios”, señalando que las operaciones bélicas estuvieron siempre subordinadas a la política, entendiéndola a éstas como medio o instrumento para alcanzar los objetivos políticos. Haciendo un contrapunto, desde otra perspectiva teórica, Jacques Rancière (1996) asume que la violencia está relacionada con el orden policial del poder, más no con la política. El orden policial, el conjunto de los procesos de organización y distribución de los poderes y sus sistemas de legitimación, cancela la política e invisibiliza a los sujetos que tensionan el orden, ya sea incorporándolos al *status quo* o bien mediante el uso de mecanismos coactivos. La violencia en todo caso forma parte de los mecanismos y funciones estatales y del cuerpo social (el autor cuestiona esta separación) para mantener la configuración de los *lugares* establecidos. La violencia compone la constelación del orden policial que está en contraposición con la política. La política se concibe en términos de distorsión del orden establecido, en tanto “modalidad específica de la acción” llevada a la práctica por sujetos que no son contados como *seres parlantes*, ni como parte del orden. La política es la ruptura a partir de la cual se hacen contar como seres parlantes e instituyen una comunidad por el hecho de poner en común la distorsión, “que no es otra cosa que el enfrentamiento mismo, la contradicción de dos mundos alojados en uno solo” (1996, p. 42). La violencia entonces es operada por el orden policial por un lado, en términos de negación de la posibilidad de los sujetos (seres parlantes) de autodefinirse, y por el otro, en tanto uso de la coacción legítima. Por su parte, Hannah Arendt, entiende la violencia como “instrumento”: “La violencia es por naturaleza instrumental; como todos los medios, siempre requiere dirección y justificación por parte del fin que persigue” (ARENDR, 1970, p. 150). En esta clave la violencia podría analizarse como *medio*, operado por determinados actores sociales, para realizar unas intenciones definidas. La violencia para estos autores, puede ser medio o mecanismo para cumplir objetivos de distinto tipo pero de ningún modo fundar una comunidad política o un acontecimiento de carácter político, es más bien su opuesto. La forma en la cual violencia y política son relacionadas varía, sobre todo por el hecho de que se adscribe a concepciones diferentes sobre la política: encuadres radicales y restringidos para los cuales la política es un evento extraordinario del acontecer social, frente a aquellos análisis que tienden a homologar política con poder.

Cuando se analiza la violencia rural en los países de Latinoamérica, se la ha relacionado con el despojo de tierras a las poblaciones locales y con la desigualdad del sistema agrario que se ha montado. Se trata de un fenómeno que persiste en su importancia dentro de las realidades latinoamericanas, en forma más o menos intensa según cada país.

De modo tal, la violencia se muestra asociada a los conflictos rurales, como fundada en el problema de la tierra, en la disputa entre partes por su control, como expresión o síntoma de los intentos por alterar o mantener la distribución determinada de un recurso. Desde esta óptica los conflictos en el campo y la violencia rural serían procesos que corren parejo, bajo una relación de necesidad y mutua implicancia.

Por ejemplo, Cristóbal Kay (2003), señala para el caso del movimiento campesino chileno destruido luego del golpe de 1973, que la violencia rural, considerada como estrategia de desarticulación política (2), se relaciona con la baja intensidad democrática de los países latinoamericanos, y su solución pareciera vincularse, más que a la distribución de tierras o reformas agrarias, a la institucionalización de los conflictos rurales:

[...] la gran desigualdad del sistema agrario, las consecuentes relaciones de explotación y dominación, y los procesos de modernización excluyentes, son factores importantes, y en algunos casos los más prominentes, para explicar los conflictos y la violencia en la América Latina rural. (...) Si bien la reforma agraria puede ser una precondition para una sociedad rural más integrada y estable, la reducción de la violencia rural depende, en última instancia, de la institucionalización exitosa de conflictos mediante la cual los grupos sociales agraviados pueden negociar sus demandas por canales legales y políticos, así como del desarrollo y solidez de las instituciones y prácticas democráticas. En resumen, la solución al problema de la tierra y la violencia rural es parte esencial del proceso de democratización de la sociedad en su conjunto. (KAY, 2003, p. 246).

Así, pareciera que la violencia rural puede ser asumida como expresión de sociedades con democracias de baja intensidad donde aun persisten relaciones premodernas, en marcos donde la falta de suficientes dispositivos institucionales para la resolución de conflictos deja espacios al ejercicio de la arbitrariedad. No obstante este argumento es problemático ya que implica asumir una imagen o representación social sobre los conflictos agrarios en la cual se establece una estrecha relación entre la violencia y el atraso, como si las prácticas arbitrarias contra las personas y organizaciones sociales fuesen requisitos premodernos en lugares y tiempos en donde aún no ha llegado o no se ha completado el progreso, el desarrollo, la modernización. Encarnan este “discurso modernizante” posiciones variables pero que finalmente parecen asumir que existe una relación implícita o explícita entre la lucha por la tierra y la generación de la violencia, vaciando de contenido político (y de la correlación de poder que esto implica) a las acciones de los movimientos sociales agrarios. En el extremo del argumento se señala que dichas acciones serían portadoras de consecuencias negativas porque causan “presumibles” perjuicios económicos. Las ocupaciones de tierra afectarían no solo a posibles inversiones externas en la producción agropecuaria, sino también a la propia productividad de la tierra, causando perjuicios al país.

Sin embargo, algunos ejemplos nos muestran que hay una estrecha relación entre el “desarrollo” y la violencia, como lo indica la historia reciente en el campo brasilero. El proceso de modernización agropecuaria (fundado en un cambio en la base tecnológica en la producción, con la introducción masiva de máquinas e insumos modernos, financiadas por el estado, a través de subsidios e incentivos fiscales) no alteró las relaciones de dominación (vía propiedad de la tierra) ni la práctica simbólica ni real de la violencia en el medio rural. El proceso de producción produjo cambios significativos en la producción y en la productividad: fue generando profundos impactos ambientales (destrucción de bosques, contaminación de ríos y lagos) y sociales (éxodo rural, expropiación, pauperización de los agricultores que quedaban fuera del proceso de modernización, etc.). Y más recientemente los procesos de planificación, ordenamiento y desarrollo territorial rural, impulsados por ejemplo por el Banco Mundial, acompañan procesos de concentración de tierras y avance de la frontera agropecuaria. Esa modernización por lo tanto fue generando violencia contra trabajadores rurales, campesinos y pequeños productores rurales (SAUER, 2008).

Para dar cuenta de estos procesos autores como Sergio Sauer (2008) señalan que la violencia más explícita en el medio rural (agresiones verbales y físicas, amenazas de muerte, asesinatos, desalojos con el uso de la fuerza policial o para policial, etc) posee como fin la defensa incondicional de la propiedad privada. La principal característica de la violencia, al ser regida por la categoría medio-fin, cuando es aplicada a los negocios humanos, es la de que el fin corre siempre el peligro de ser suplantado por los medios que él justifica y que son necesarios para alcanzarlo. La violencia, al tornarse un fin en sí mismo, hace que las disputas y enfrentamientos por la posesión de la tierra frecuentemente resulten en acciones que eliminan al otro, al oponente. Esa violencia no se restringe solamente a asesinatos, agresiones físicas e intimidaciones por el uso de milicias paramilitares armadas, sino también a acciones policiales y decisiones judiciales. Se trata de expresiones concretas de una lógica de dominación en la que la violencia se confunde con el ejercicio efectivo del poder. Mientras el conflicto es la expresión de la divergencia de intereses, en el ámbito del ejercicio del poder, la violencia es la exacerbación de ese conflicto con el uso de la fuerza (física, armada, económica, política) para excluir o destruir al otro.

Por su parte autores como Bernardo Mançano Fernandes y Eduardo Paulon Girardi, proponen también desde el análisis de la realidad brasilera analizar la violencia rural (directa o indirecta) como desarticulación de los conflictos de tierra, como dispositivo que intenta desactivar los conflictos, es decir, su negación:

Conflito é uma ação criadora para a transformação da sociedade e a violência é uma reação ao conflito, caracterizada pela destruição física ou moral; é a desarticulação do conflito por meio do controle social. A violência tenta por fim ao conflito sem que haja resolução dos problemas e por isso barra o desenvolvimento. Ocupações de terra, acampamentos, defesa de interesses junto ao parlamento e ao governo são formas de conflito. Assassinatos, ameaças de morte, expulsões da terra, despejos da terra e trabalho escravo são formas de violência. (GIRARDI, 2009) (3).

En Argentina el escenario es otro y los debates no giran sobre los mismos clivajes. A pesar de los estudios sobre las montoneras gauchas y los levantamientos indígenas del siglo XIX en Argentina (BERNAL, 1984), y un considerable volumen de información disponible, la violencia rural se ha mantenido relativamente invisibilizada, como si guardara un peso menor para la comprensión de los procesos agrarios y rurales del país. Sin embargo, las investigaciones de Nicolás Iñigo Carrera sobre el despliegue de las relaciones de producción capitalistas y la conformación de la clase obrera en ciertas regiones del país, indican la centralidad y funcionalidad en términos de “potencia económica” que ha tenido la violencia rural (IÑIGO CARRERA, 1988). Un caso paradigmático de la complejidad e importancia que supone el abordaje de la cuestión de la violencia rural en la historia Argentina es la llamada “masacre de Napalpi”. Allí, en ese caso de violencia rural, confluyeron distintos vectores, tales como el proceso de modernización agraria, la construcción de la nación a partir del ideario del progreso y la inmigración europea, y la subsistencia de la “guerra de policía” que acuñara Bartolomé Mitre como modo de combatir a las poblaciones indígenas.

Por otro lado se encuentra un conjunto de trabajos e investigaciones históricas en el ámbito rural argentino, que ponen el foco en el análisis del proceso liguista de la década de 1970. Por ejemplo, en autores como Jorge Rozé (1992) (4) y Francisco Ferrara (1973), se constata el uso de la noción de violencia para señalar el carácter de la movilización y las acciones directas de los movimientos campesinos o de las organizaciones armadas a ellos vinculadas en la década de 1960 y 1970. La violencia era el efecto de la utilización de una metodología política de confrontación con la “burguesía” o bien con el “proletariado o los movimientos campesinos o populares”. Es decir, la violencia era utilizada por ambos lados – los de arriba: el gobierno; y los de abajo: el pueblo, los pobres, etcétera- para confrontar y disputar proyectos políticos en pugna en la época. Claudio Lasa (1985) por su parte comparte este diagnóstico pero el peso de su explicación reside en la influencia del

Movimiento Rural Católico en las Ligas Agrarias (que puede otorgársele a la organización Montoneros) vinculados a la Iglesia del Tercer mundo y la teología de la liberación:

Las modificaciones en los mensajes católicos son notables: la reivindicación y defensa de la 'justa violencia de los oprimidos' contra el 'nefasto sistema y sus injustos y violentos explotadores'; la justificación de los levantamientos e insurrecciones populares; la opción preferencial por los pobres. (LASA, 1985, p. 63).

Si bien la noción de violencia rural no aparece problematizada en estas investigaciones y análisis, sí aparece la conceptualización de la violencia en tanto instrumento utilizado en la disputa política por la imposición de un determinado modelo o ideología. De modo que la violencia se presenta como constitutiva de la política.

Desde el Grupo de Estudios sobre Ecología Política, Comunidades y Derechos (GEPcyD), del Instituto de Investigaciones Gino Germani de la UBA, y desde la Comunidad de Estudios Campesinos (CEC), se han realizado distintos trabajos, ponencias y artículos, buscando avanzar en la comprensión de la problemática de la violencia rural en Argentina. En un documento publicado en noviembre de 2008 el Gepcyd señalaba la particularidad del terrorismo de Estado de la última dictadura militar en áreas rurales, dada por su carácter espectacular y ostensible, y su relación con el objetivo político de introducir la ruptura de las identidades que buscaban "trastocar una hegemonía no sólo política, sino fundamentalmente social y cultural" (FEIERSTEIN, 2007, p. 347) para someterlas y suprimirlas de la sociedad. La ruptura en las solidaridades y vínculos en las comunidades, colonias y familias rurales, que enfrentó a parientes o vecinos entre sí, e hizo cómplices de la violencia contra miembros de las Ligas Agrarias a otros integrantes de su misma familia, es el factor que actualmente los mismos protagonistas de aquellos hechos entienden que fue el objetivo buscado por el régimen militar (ASTELARRA, BUZZELLA, CALBO, JORGE, PERCÍNCULA, 2008).

En análisis de procesos post dictadura, el uso de la noción de violencia rural está asociado en algunos autores con los crecientes desalojos de familias campesinas en provincias como Santiago del Estero a partir de la década de 1980. En un inicio el proceso de despojo fue caracterizado como "exclusión silenciosa" (ALFARO, 1998). Se consideraba que las familias eran desalojadas de sus tierras sin mediar juicio o conflicto de otro tipo, todo ocurría en la invisibilidad que produce la naturalización de las relaciones de poder. Sin embargo, la intensificación de la organización de las comunidades campesinas desde la década de 1990, modificó esta dinámica, sustituyendo la exclusión silenciosa por la instalación de conflictos por la tierra. En estos nuevos escenarios, distintos autores han señalado la existencia de "desalojos violentos", o sea, desalojos de familias campesinas en resistencia, a partir de la coacción ejercida por fuerzas de seguridad estatal o privada (DE DIOS, 1993; BARBETTA, 2007). Según se señala, el corrimiento de familias campesinas cobraría la forma de al menos tres modalidades, una en forma total, y dos de forma parcial, uno donde opera la violencia directa, y otros en los cuales la violencia aparece velada, o de forma indirecta:

a) El desalojo total o "desalojo violento" (presentación de escrituras válidas o no por parte de empresas o personas y el consecuente desalojo de los habitantes, generalmente apelando a la fuerza pública y a la violencia),

b) El "desalojo latente" (cuando se establece un administrador que regula las actividades productivas de los ocupantes),

c) El "desalojo con reubicación" (cuando se *acuerda* que los ocupantes se ubiquen en un área que permita la explotación empresarial).

Otro avance importante es el trabajo que han realizado Pablo Barbeta y Pablo Lapegna (2005) sobre el caso de situaciones de conflicto por la tenencia de la tierra en la provincia de Santiago del Estero. Establecen los autores que la violencia rural podría explicarse a partir de los bajos niveles de democratización de las instituciones del Estado provincial. Es decir, la violencia sería un carril más de resolución de conflictos de tierra. Lo

que desde el discurso de los agentes estatales (jueces, policía, gendarmería, etcétera) es *restablecimiento del orden* (BARBETTA Y LAPEGNA, 2005). En esta misma línea consideramos el análisis de la problemática de la conflictualidad por la tierra a finales de siglo XX y comienzos del siglo XXI, en Argentina, que realiza Diego Domínguez (2009), a partir del estudio de casos: Chaco, Salta y Santiago del Estero. Allí se definen cuatro patrones repetidos en todas las situaciones de conflictos de tierra, a los cuales podríamos agregar la presencia de organizaciones campesinas o indígenas capaces de darles publicidad a las situaciones:

- a) Contexto de presencia y dinámica de la lógica del agronegocio.
- b) Existencia en las áreas en conflicto de riquezas o recursos naturales de interés para la lógica del capital, o bien, ecosistemas ricos en biodiversidad.
- c) Las disputas refieren al problema de la tierra, territorio o uso de recursos naturales.
- d) Despliegue de políticas públicas y violencia institucional o para-institucional.

En el análisis comparativo de las tres provincias se observó en los conflictos de tierra con población indígena o campesina, la creciente presencia de guardias privadas y participación de gendarmería o grupos especiales (GETOAR). De igual modo, sobre todo en Salta y Santiago del Estero, se ha incrementado la presencia de guardias privadas o grupos de civiles armados actuando coordinadamente con fuerzas de seguridad estatales. A su vez, en estas dos provincias, es donde se registran la mayor cantidad de muertes o asesinatos vinculados a conflictos de tierra o a organizaciones involucradas en conflictos de tierra. Por otra parte, en los tres casos la conflictualidad por tierra ha estado marcada por la violencia institucional que suponen las situaciones de desalojo o el desconocimiento de derechos de las poblaciones implicadas (por parte del poder ejecutivo y judicial). Se cuentan, en el marco de la conflictualidad por tierras de estas provincias, episodios significativos de cambios en la forma que adoptan los operativos o estrategias gubernamentales frente a las familias campesinas que resisten desalojos. Durante el año de 2008, en Santiago del Estero se desarrolló el llamado “*septiembre negro*”, donde se registraron en diferentes lugares de la provincia detenciones en operativos nocturnos a varias decenas de campesinos. Inclusive algunos detenidos fueron alojados en la penitenciaría de la capital provincial, lo que no había ocurrido hasta el momento. La violencia rural en los casos registrados en estas tres provincias durante los últimos 25 años ha significado la muerte de una decena de campesinos o indígenas, una veintena de heridos graves, y decenas de detenidos.

La violencia rural en los conflictos por tierra y territorio

En general, desde el discurso oficial del Estado y otros actores de la sociedad civil, se presenta la violencia rural como resultado del accionar delictivo de grupos o individuos que atentan contra la propiedad privada, en una gama amplia que va de la usurpación de tierras al robo de hacienda. Desde algunos actores sociales vinculados al agronegocio como ciertos medios de comunicación masiva, se ha vinculado fuertemente la violencia rural con la inseguridad rural (5), caracterizada como resultado del robo de ganado, asalto a productores y usurpación de tierras. Incluso, desde el discurso gubernamental, encarnado por determinados funcionarios de los poderes ejecutivos provinciales, muchas veces se acusa a las organizaciones campesinas e indígenas de realizar acciones violentas, o de estar influenciadas por organizaciones armadas de otros países (6).

Sin embargo, analizamos la violencia rural desde otro enfoque, que a diferencia de la mirada anterior, hace hincapié en los procesos de coacción directa e indirecta que atentan contra los derechos campesinos e indígenas a la tierra, y que en general no son encuadrados como delito. Un primer nivel de violencia rural que observamos es aquel que está directamente articulado con la conflictualidad por la tierra, presente a lo largo de todo el conflicto, ya sea en momentos de mayor latencia o de mayor activación (DOMÍNGUEZ y SABATINO, 2008). La violencia institucional o para-institucional, no se restringe a los momentos críticos de desalojo a familias o comunidades, suele extenderse a distintas

situaciones de la vida diaria de comunidades campesinas o indígenas organizadas, e incluso puede sobrevenir ya finalizado los momentos del litigio legal específico. En general los casos de conflicto de tierra brindan evidencia de la instalación de una violencia cotidiana, que sólo algunas veces tiene desenlaces trágicos que adquieren visibilidad pública. En un nivel determinado, por cada asesinato o herido en conflictos de tierra, existe un vasto trasfondo de situaciones en las cuales ocurren amenazas de muerte, seguimientos y persecuciones, y distintas clases de amedrentamientos (disparos al aire, matanza de animales, provocación de peleas, hostigamiento a los niños, etcétera). Asimismo se registra otro nivel de violencia en el campo, dado por la criminalización de las organizaciones campesinas e indígenas, con el aumento de las causas judiciales contra sus miembros, y por la militarización de las áreas rurales, con la creciente presencia de fuerzas militarizadas en conflictos de tierra.

De modo que, la reemergencia de la conflictualidad rural en torno de la tierra y el territorio en Argentina ha puesto en evidencia el crecimiento de la violencia rural, como si ambos procesos fueran partes indivisibles de una misma problemática. En este sentido, citamos algunos resultados parciales de nuestras bases de datos sobre conflictos de tierra para ilustrar el marco general de la violencia rural en el reciente período de expansión de la frontera agropecuaria vía agronegocio y “boom” agrícola, post-devaluación de 2002 (7). Según la base de casos de conflictos rurales de 2002-2009 (DOMÍNGUEZ, 2009), se registra algún tipo de violencia en el 37% de los casos aproximadamente (sobre un total de 243 casos).

Se trata de 93 conflictos por tierra o territorio en los cuales ha habido algún detenido, procesado, herido, amenazado con armas de fuego (componen la gran mayoría de los hechos de violencia rural), torturado o asesinado. Estos conflictos involucran aproximadamente más de 1 millón de hectáreas en disputa, y más de 6.000 familias campesinas e indígenas, en los cuales han sido muertas 13 personas y 59 han sido heridas. En general, los conflictos son protagonizados por campesinos (más del 50%), y por otro lado, por empresas (más del 50%). En estos conflictos que presentan hechos de violencia, los bienes en disputa son mayormente la tierra o una multiplicidad (tierra, agua, monte). En un 50% las comunidades o familias víctimas de violencia sostienen alguna apelación al modo de uso del ambiente o al territorio. La provincia que más casos de violencia registra es Santiago del Estero, seguida de Salta y Chaco.

En base a este punto, pero teniendo en cuenta distintos criterios (actuación del Estado, población afectada, actores que detentan el control de recursos, magnitud o formas de violencia, distribución geográfica), hemos seleccionado algunos casos de conflictos de tierra donde hubo también hechos de violencia en Chaco, Salta y Santiago del Estero.

En el paraje Las Rosas del departamento Bermejo de la provincia de Chaco, se encuentra localizada la comunidad campesina La Roca, perteneciente a la Unión de Pequeños Productores del Chaco (Un.Pe.Pro.Ch). Esta comunidad está compuesta por un grupo de 18 familias que trabajan conjuntamente en un predio comunitario de 700 ha (lotes N° 148-120 y 146) en tierras que pertenecían al ex ingenio Las Palmas. Las familias, cuyos integrantes son ex trabajadores del ingenio, viven allí desde hace más de tres generaciones y frente al cierre del ingenio y el posterior remate de las tierras, decidieron permanecer en el lugar. Sin embargo en el año 1994 se le entregó un boleto de compraventa a un conocido terrateniente de la zona, Sr Eduardo Liruzi quién, a pesar de no haber efectuado nunca el pago de dicho boleto, 12 años más tarde, en 2006, comienza a desarrollar diversas acciones intimidatorias con el fin de expulsar a las familias de las tierras. Finalmente presenta una denuncia formal por posible usurpación de parte de las familias campesinas residentes. En los primeros días del mes de agosto del año 2006 un grupo de personas, manifestando actuar bajo las órdenes del Sr. Liruzi, ingresan con tractor y rastra al predio comunitario destruyendo parte de los cultivos. El día 14 de agosto, alertadas por vecinos, las familias campesinas logran detener el trabajo de alambrado que estaba siendo realizado por personal que nuevamente manifiesta estar actuando bajo las órdenes del Sr. Liruzi. Posteriormente, el día sábado 16 del mismo mes en horas de la mañana, se hace presente personal del escuadrón N° 14 la gendarmería de Las Palmas, trayendo una orden de

desalojo del Juez Federal de Resistencia. Las familias resisten el desalojo y luego de horas de tensión en las que se realizan distintas gestiones ante autoridades nacionales y provinciales y denuncias en los medios de comunicación, finalmente a las 17 hs. se retiran las fuerzas de seguridad. Los hechos continuaron con un nuevo intento de desalojo el 14 de septiembre de 2007, esta vez con mayor presencia de fuerzas de seguridad y en horas de la madrugada: “Bueno y ahí qué pasó, bueno vino gendarmería, la policía por todos lados uniformados, nos trataron de sacar y ese día el capataz del supuesto dueño, vino y se presentó ¿viste? que quería que todos salgan. El tipo vino llegando con los peones y con un revolver en la cintura” (Delma, joven campesina de La Roca). “Aproximadamente a las 4.30 horas de la mañana otra vez aparece gendarmería, otra vez el desalojo era la palabra que apeliaba. Esta vez con más dureza, también con muchos más personales. Llegaron a sacar la totalidad de nuestras cosas sin dejar nada, las puertas, las ventanas, techo, cama, mesas, sillas, ropero, no dejaron nada material, ni dentro ni fuera. Pero no se llevaron toda la garra de seguir luchando por lo nuestro. Eso hizo que más trabajemos por las cosas y en el campo” (Ana, Campesina de la Roca). En el marco de estas acciones para desalojar a las familias de las tierras, se ha producido, en circunstancias poco claras, la detención miembros de la comunidad a la vez que se han abierto causas judiciales a los ocupantes. Actualmente la Un.Pe.Pro.Ch está realizando los trámites de titulación de las tierras ante el Organismo Nacional Administrador de Bienes del Estado (ONABE).

Sobre la cuenca de Río Itiyuro y a lo largo de la ruta 86, en el departamento San Martín, Salta, están asentadas un conjunto de comunidades Wichí, que componen la organización Zlaqatahyi (Unión Wichí del Itiyuro). Varias de estas comunidades están envueltas en conflictos de tierra y socioambientales, en el marco de los cuales reclaman frenar la deforestación del corredor que habitan, situado entre el Gasoducto sobre Ruta 86 hasta el Lote fiscal 4 de la Ciudad de Tartagal (8), realizado por parte de empresas madereras y sojeras. En este contexto, en el año 2005, las comunidades denuncian ante la justicia provincial el robo de madera y la colocación de alambradas en sus tierras ancestrales, en la zona de Caraguatá Sur. Ante la falta de respuesta las comunidades pasan a realizar acciones de resistencia, impidiendo la salida de vehículos de las empresas madereras que extraen en la zona, caso de la empresa Tres Lagunas. A los 60 días de iniciar esta medida, el 8 de julio, por orden del juez provincial Nelson Aramayo, cincuenta efectivos de la policía provincial ingresan en el paraje Pozo Nuevo para recuperar una camioneta (IWGIA, 2006). En ese momento la mayor parte de los dirigentes de la organización se encontraban en la ciudad de Salta presentando un petitorio al gobierno a raíz del conflicto. Según testimonian los integrantes de la comunidad la policía sin mediar aviso desató una fuerte represión golpeando, insultando, arrastrando personas, y disparando balas de goma y de plomo, sin discriminar a hombres y mujeres, ancianos y niños. Entre los heridos, el que resulto más grave fue José Galarza, de 73 años, que falleció a raíz de la heridas provocadas por las balas de goma (AGENCIA DE NOTICIAS COPENOA, 2006). En 2006, en la comunidad de Caraguatá Norte, hechos en los cuales los Wichí se resistieron a los desmontes y denunciaron los hechos ante la justicia y ante el Instituto Provincial de Pueblos Indígenas de Salta (IPPIS), volvieron a producirse sin que se registraran represiones de la misma magnitud, aunque haya crecido la presencia de fuerzas de seguridad apostadas en la zona (PROINDER, 2006).

En el lote 5, de Pozo del Toba, provincia de Santiago del Estero, la comunidad Guaycurú, reconocida por el INAI en la resolución N° 726, a principios de diciembre de 2003 comenzó a sufrir las consecuencias de las fumigaciones con glifosato por parte de un empresario de la zona. Para los pobladores el objetivo de este accionar era expulsarlos de sus tierras. Dichas fumigaciones no sólo derivaron en la pérdida de los cultivos para comercialización (20 ha de algodón, 4ha. de sandía, calabaza, maíz) y para consumo familiar y la disminución por envenenamiento de ganado mayor y menor sino que también supuso la intoxicación grave de la hermana de uno de los miembros de la comunidad, llamado Santos Ramón González (Diagnóstico realizado en el Hospital Garrahan de la ciudad de Bs. As). Frente a la denuncia realizada por parte Santos Ramón, la comunidad y principalmente la familia del denunciante comenzaron a sufrir amenazas y persecución

durante dos meses por parte de la empresa de seguridad contratada por el empresario y también de la policía local. El 6 de septiembre de 2008, la familia González volvió a sufrir el atropello de sus derechos. Esta vez con allanamientos y detenciones sin orden judicial, heridas de bala de goma, torturas y robo, fueron algunas de las metodologías utilizadas para amedrentar a la familia y a la comunidad con el objetivo de que no ejerzan su derecho a la salud, a la alimentación, al trabajo y a vivir en un medio natural no contaminado. En esta oportunidad, Santos Ramón conjuntamente con otros cinco miembros del grupo familiar fueron detenidos En la comisaría de la Seccional 29 de Quimilí, luego trasladados al edificio de Tribunales de la ciudad de Santiago del Estero, y por último, al Penal de Hombres de Santiago Capital. Santos González, quien se encontraba herido de gravedad por un impacto de bala recibido, permaneció durante tres días en el Penal sin apenas asistencia médica. Cuando pudo contactar con su abogado, fue trasladado al Hospital Regional de Santiago del Estero, donde permaneció 10 días internado. Tras el alta hospitalaria lo regresaron al penal hasta el día 17 de octubre de 2009 que fue puesto en libertad, los otros cinco miembros habían sido liberados el 10 de septiembre. Hechos similares volvieron a producirse en octubre de 2009. Esta vez, un camión propiedad del empresario J. Boca, con dos policías de la comisaría de El Colorado, se adentraron en la propiedad de Santos Ramón González y su familia con el propósito de amedrentar a la familia. Al otro día, volvieron a sucederse las amenazas. Sin embargo, la familia González, haciendo legítima defensa de su posesión, tal cual lo establece el Código Civil Argentino, echó de su propiedad al empresario y los policías. Esto les valió una denuncia por amenazas de muerte radicada por el empresario en la comisaría local.

Por otra parte, al mismo tiempo que se observa la presencia de violencia estatal y privada contra poblaciones rurales, aparece en simultáneo el despliegue de una amplia batería de políticas públicas e instancias de participación de la sociedad civil en torno del “ordenamiento territorial”, que tratan de institucionalizar los conflictos por el control y usos del ambiente, sin cambiar la concepción productivista de aprovechamiento. Dentro de las múltiples políticas de ordenamiento territorial llevadas adelante por el Estado nacional en este período podemos destacar: la Ley 26.331 de Presupuestos mínimos de protección ambiental (Ley de Bosques), el Plan Estratégico Territorial Nacional Argentina 2016 y el recientemente lanzado Plan Estratégico Agroalimentario 2010-2016. A este conjunto de políticas públicas orientadas hacia la planificación y ordenamiento territorial hay que sumarle las emprendidas por las respectivas provincias y sus diversas instituciones (Institutos de tierras, de colonización, de infraestructura, etc.). Y, en una escala superior, los proyectos de planificación territorial impulsados por ejemplo desde el IIRSA (9).

La “Ley de Bosques” fue promulgada el 28 de noviembre del año 2007 por el Congreso de la Nación. Atendiendo a la gravedad de la situación por los desmontes de bosques nativos, su objetivo principal era llevar a cabo un “ordenamiento territorial” para el manejo sostenible de los bosques nativos, y regular la “expansión de la frontera agropecuaria y cualquier otro cambio del uso del suelo”. Correspondía a cada provincia llevar a cabo el proceso de ordenamiento territorial de forma participativa zonificando las áreas de bosques existentes de acuerdo con el tipo de conservación que se consideraba “comunitariamente” fuera adecuado, según el uso de tres colores: rojo (máxima conservación), amarillo (para aprovechamiento sostenible) y verde (susceptible de desmontes). Así, cada provincia debía generar su mapa, donde se volcaran los resultados de los talleres realizados con todos los sectores de la sociedad. La implementación de esta ley ha sido sumamente cuestionada principalmente por la falta de criterios comunes entre las provincias a la hora de generar los mapas finales, lo cual impide el cálculo preciso de las superficies que quedaron dentro de cada categoría; por los cambios de categorías realizados por presiones de sectores empresariales hacia el aumento de las zonas verdes o amarillas (10); por la gran cantidad de hectáreas desmontadas de forma ilegal posteriormente de ser aprobada la Ley (REDAF, 2009), y por la falta de difusión de material en las comunidades a fin de promover la participación informada de la población en los Ordenamientos territoriales (REDAF, 2009). A esto hay que sumarle que los mapas conformados por las provincias no contemplan la existencia de ecosistemas conjuntos, lo

cual genera diferentes clasificaciones para un mismo ecosistema según jurisdicción provincial (por ejemplo para la cuenca del Río Salado entre Salta y Santiago del Estero).

El Plan Estratégico Territorial parte de un diagnóstico territorial de Argentina vinculado, por un lado hacia una historia territorial que ha generado “regiones ricas” y “regiones pobres”, y por el otro, a la caracterización de un contexto de gran integración internacional de la mano del MERCOSUR y de cara a la globalización. Para esto se plantea crear un “nuevo patrón territorial” con el objetivo general de “guiar las acciones con impacto espacial hacia un crecimiento equilibrado, integrado, sustentable y socialmente justo del territorio argentino y construir mecanismos de intervención más adecuados para aprovechar las oportunidades de desarrollo”. El Plan incluye fuertes transformaciones en el área de infraestructura (telecomunicaciones, energía, nodos tecnológicos, etc.), la formación de corredores bioceánicos, integración transfronteriza entre muchos otros ítems.

Finalmente, el Plan Estratégico Agroalimentario 2010-2016 se propone de forma planificada duplicar la producción de alimentos del país (se incluyen dentro de los alimentos la producción de 20 millones más de toneladas de soja), lo que redundará, según los anuncios, en un aumento del 20% de la superficie sembrada del país e incrementos en la producción de prácticamente la totalidad de los principales productos. Este Plan estratégico se espera que incluya la sanción de diferentes leyes sobre semillas, arriendos, aspectos ambientales, etc. (MINISTERIO DE PLANIFICACIÓN FEDERAL, INVERSIÓN PÚBLICA Y SERVICIOS, 2010)

Observamos que las políticas públicas de ordenamiento territorial y la expansión del agronegocio, se presentan como variables al menos contextuales de la creciente violencia rural en Argentina. Entendemos que la violencia rural desde instancias judiciales y fuerzas de seguridad del Estado o desde los grupos de seguridad de empresas privadas, a partir del avance de la frontera agropecuaria y la devaluación económica de la década de 2000, se ha vuelto un elemento habitual en las situaciones de conflictos de tierra o ambientales, donde las comunidades campesinas e indígenas son arrinconadas o desalojadas. Cabe entonces comprender esta nueva activación de violencia rural en Argentina.

La violencia rural como vector desterritorializador

En el momento actual, el alza en los indicadores de violencia rural, coincide con el avance de la frontera agropecuaria (vía ganadería extensiva, deforestación o agricultura de corto plazo) o de la concentración en el control de los recursos naturales (avance industria extractiva –minería–, y megaemprendimientos –barrios cerrados, aeropuertos, etcétera–), en un escenario en el cual el Estado despliega políticas de ordenamiento territorial.

Se observa una correlación entre los hechos de criminalización, militarización y coacción física en el campo, y los dos procesos que se despliegan actualmente en el agro y los mundos rurales: por un lado, el creciente control sobre el sistema agroalimentario y los ecosistemas por parte del agronegocio y la puesta en marcha de políticas públicas que redoblan la explotación de recursos naturales renovables y no renovables en función del mercado global, y por otro, la organización del campesinado y los pueblos originarios.

Actualmente, se ha señalado que en términos relativos no hay ya tierra *improductiva* en Argentina, o que no guarde algún interés económico. Mucho más en aquellas regiones donde campesinos e indígenas han mantenido ecosistemas como el monte chaqueño o la selva de yungas. En estos lugares los recursos se han conservado y constituyen los últimos *bolsones* de biomasa y diversidad biológica del país. Allí, en los márgenes, durante un tiempo, campesinos e indígenas pudieron permanecer y sobrevivir, auto-proclamándose “*guardianes de la biodiversidad*” (VÍA CAMPESINA, 2002). En la actual expansión territorial de los agronegocios estas tierras se han vuelto requeridas para el ciclo de acumulación del capital.

Se transita un momento particular en el cual la dinámica industrial impulsada por el desarrollo de relaciones sociales capitalistas parece estar concretando la finitud de gran parte de la biodiversidad y las riquezas naturales, lo cual se traduce en países como

Argentina en términos de un escenario de consumo acelerado de los suelos de mayor fertilidad, y de los montes y selvas que habían sobrevivido al primer avance de la frontera agropecuaria. Si incorporamos en este proceso de depredación de ecosistemas los resultados que esto trae para las poblaciones campesinas e indígenas que allí habitan, que de una u otra forma resisten al despliegue territorial del capital, se podría caracterizar el escenario en términos de lo que algunos autores llaman “acumulación por desposesión” (HARVEY, 2003): conceptualización explicativa del capitalismo en tiempos neoliberales, haciendo hincapié en la vigencia actual de procesos considerados propios del período de la acumulación originaria, en los cuales se registra continuidad en el repliegue de las formas comunitarias de propiedad, aunque sumando como resultado novedoso la generación de una población excedente que no se busca integrar.

Consideramos en esta línea por ende, que la territorialidad que el capital en el agro despliega actualmente, comporta un rasgo novedoso en relación a otros momentos de acumulación originaria, o de transformación capitalista, que reside en su condición excluyente (GEPCYD, 2007). No se incorpora a las poblaciones que son sometidas a la lógica del capital, tampoco se sostiene, ni siquiera marginal y subordinadamente, formas sociales no capitalistas funcionales al ciclo de acumulación. Devenir patente y visible en la colosal e imprescindible –para el capital- infraestructura que se está montando en el continente (puertos de embarque y almacenaje, represas, rutas y autopistas, recuperación líneas férreas, canales, ductos, etc), capaz de extraer y luego volcar masas enormes de mercancías (*commodities*) al circuito global, caso del sistema agroalimentario mundial controlado por empresas transnacionales (de semillas, insumos químicos, exportación y distribución de alimentos, etc).

Entendemos que la violencia rural creciente en Argentina debe interpretarse en condiciones de la implementación de un diseño global de agroestrategias y políticas de Estado que concretizan en el territorio el redoble en la extracción y consumo de riquezas naturales que presumiblemente se agotan. Más allá de cuan al límite estemos en torno al consumo de la biodiversidad restante en el país, la disputa territorial entre el agronegocio y las comunidades indígenas y campesinas, y la violencia que el primero despliega sobre los segundos, es síntoma de un proceso de concentración que ha desplazado los mecanismos económicos clásicos de desterritorialización de las poblaciones de productores directos por aquellos primigenios de coacción extraeconómica.

Reflexiones finales

Consideramos que la violencia rural más que un proceso implicado o constituyente de la conflictualidad rural, emerge por el contrario como un dispositivo que puede producir su anulación. En las condiciones que genera el despliegue del agronegocio, la violencia rural, más que evidenciar una ausencia de institucionalidad en materia de tierras y derechos territoriales de los pueblos originarios y las comunidades campesinas, pareciera vincularse con la respuesta estatal, en una etapa particular del desarrollo capitalista, ante los intentos de sujetos colectivos por ampliar su efectivo control de los bienes naturales y el efectivo reconocimiento de sus modos de ser y estar en el mundo. Lo que probablemente este expresando la violencia rural, que ya habíamos observado en los conflictos de tierra, además de la existencia de débiles dispositivos democráticos, es sobre todo la intensidad con la cual el capital en la etapa actual de la globalización neoliberal puja por el aprovechamiento de áreas que aún guardan una dotación importante de recursos naturales. O sea, que el ritmo de la desterritorialización campesina e indígena, en la cual decimos que interviene como vector la violencia rural, es a la vez el ritmo de la apropiación o consumo/destrucción que opera el agronegocio y algunos mega-proyectos extractivistas, de los últimos rincones ricos en diversidad biológica del país.

Notas

(1) “Al producir sus espacios y realizarse en ellos, las relaciones sociales también son producidas por los espacios. Esa indisociabilidad promueve los movimientos de los espacios sociales y de los territorios en los espacios geográficos. Es el movimiento geográfico conocido como: *territorialización-desterritorialización-reterritorialización*. Mientras la *territorialización* es resultado de la expansión del territorio, continuo o interrumpido, la *territorialidad* es la manifestación de los movimientos de las relaciones sociales mantenedoras de los territorios que producen y reproducen acciones propias o apropiadas” (FERNANDES, 2005). En síntesis, el territorio es construido a la vez que construye las relaciones sociales, es un proceso de apropiación social del espacio físico o geográfico. El proceso de apropiación del espacio geográfico en espacio social se denomina *territorialización* y el *territorio* construido y mantenido en tanto tal es llamado *territorialidad*. Por su parte, otra variable clave relacionada con este enfoque y que aquí utilizamos, es aquella denominada: *intencionalidad*. Esta es la aspiración de un sujeto social o político de materializar en el espacio determinadas relaciones sociales, de modo tal que ese espacio se transforme en territorio, *su* territorio.

(2) En ciertos casos, la violencia rural puede estar asociada justamente por el contrario a un proceso de rearticulación política desde los partidos políticos hacia el campesinado, como en el caso de la conflictualidad rural de Colombia entre 1946 y 1966 que le costó la vida a más de 200 mil personas: “El movimiento guerrillero fue cooptado por el Partido Liberal, el principal partido de oposición al gobierno, lo cual, a su vez, condujo al Partido Conservador a organizar sus propias bandas armadas. El conflicto se convirtió en una lucha entre los dos partidos políticos por el control del gobierno y del país. Así, La Violencia era una competencia política entre las elites por medios violentos, con frecuencia en el plano regional. Las demandas de los campesinos fueron ignoradas y el bandolerismo se hizo común” (KAY, 2003:229).

(3) “El Conflicto es una acción creadora de transformación social y la violencia es una reacción al conflicto, caracterizada por la destrucción física o moral; es la desarticulación del conflicto por medio del control social. La violencia busca poner fin al conflicto sin que haya resolución de los problemas y por eso barre el desarrollo. Ocupaciones de tierra, acampamentos, defensa de intereses junto al parlamento y al gobierno son formas de conflicto. Asesinatos, amenazas de muerte, expulsiones de la tierra, desalojos de tierra y trabajo esclavo son formas de violencia” (La traducción es nuestra).

(4) Jorge Rozé señala “El gobierno desarrolla una política de enfrentamientos basado en la represión, pero los niveles en que se inscribían las acciones sectoriales en muchos casos encontraban eco en esferas de gobiernos provinciales o no eran reprimidas en tanto esta violencia desde arriba se convertía en factor multiplicador. (...) En esta etapa, la política de transferencia de valor de todos los sectores hacia la burguesía para su fortalecimiento y despegue, fracasa, en especial en el ámbito agropecuario donde las concertaciones no pueden frenar la protesta del sector fundada en las políticas impositivas, cambiarias crediticias y de precios, protesta que origina diversos tipos de expresión de las corporaciones, entre las de mayor violencia son las de las LA” (1992:134).

(5) En varias ocasiones el MOCASE-VC ha sido señalado como portador de estrechos lazos con ETA o las FARC (ver nota indymedia, 10/10/2002, <http://argentina.indymedia.org/news/2002/10/55392.php>). Igualmente le ha ocurrido a las organizaciones del pueblo Mapuche acusadas de sostener vínculos con ETA y FARC (ver nota en La Nación, 10/9/2008).

(6) El diario La Nación titulaba una nota “Delitos y violencia rural” (6/5/2004), en la cual informaba sobre la aprobación de una ley que impone penas mayores a los delitos de abigeato (ej: el robo de 5 cabezas de ganado pasa a tener una punición de hasta 6 años de cárcel) y faena clandestina, y otros delitos contra la propiedad.

(7) Destacamos la inexistencia en Argentina de datos oficiales disponibles sobre violencia rural, o en el campo.

(8) Se trata de tierras (comprendidas dentro de Finca Tonono) que han pertenecido a la República de Bolivia hasta 1910-1912. Luego han pasado por distintos *dueños*, incluso han sido *propiedad* de Robustiano Patrón Costas, hasta ser fraccionadas en 1946.

(9) Iniciativa para la Integración de la infraestructura regional suramericana.

(10) La provincia de Chaco, por ejemplo, dejó más del 40% de sus bosques nativos en categoría verde.

Referencias bibliográficas

ALFARO, María Inés. **Conflictividad social y nuevos patrones de acción colectiva: el caso de los campesinos santiagueños**. Informe final/Beca CONICET. Buenos Aires: mimeo, 1998.

ARENDDT, Hanna. **On violence, en crises of the republic**. Nueva York: Harvest, 1970.

ASTELARRA, Sofía, BUZZELA, Natalia, CALVO, Claudia, JORGE, Andrés y PERCINCULA, Analía. **El hormiguero chaqueño: de la experiencia de las Ligas Agrarias Chaqueñas a las organizaciones sociales y políticas en la actualidad**. Ponencia presentada en el XI Congreso de la Sociedad Latinoamericana de Estudios sobre América Latina y el Caribe, Bahía Blanca, 18 al 21 de noviembre, 2008.

BARBETTA, Pablo y LAPEGNA, Pablo. **No hay hombres sin tierra ni tierra sin hombres: luchas campesinas, ciudadanía y globalización en Argentina y Paraguay**. Biblioteca Virtual: CLACSO, 2005.

BARBETTA, Pablo. **El derecho distorsionado: una interpretación de los desalojos campesinos desde un análisis del campo jurídico**. Santiago del Estero. Argentina. Ponencia presentada a la reunión del Grupo de Trabajo “Derecho y emancipación social” del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Centro de Investigaciones Sociojurídicas (CIJUS), Universidad de Los Andes, Bogotá, Colombia, 27 y 28 de Septiembre, 2007.

BERNAL, Irma. **Rebeliones Indígenas en la Puna**. Buenos Aires: Búsqueda Yuchán, 1984.

CLAUSEWITZ, Karl von. **1832 De la guerra**. COPENOA, Agencia de noticias. www.copenoa.com.ar

DE DIOS, Rubé. **Las cooperativas agrarias de Santiago del Estero**. Universidad de Santiago del Estero, Argentina: Cuadernos de cifra N° 1, 1993.

DOMINGUEZ, Diego. **La lucha por la tierra en Argentina en los albores del Siglo XXI: la recreación del campesinado y de los pueblos originarios**. Tesis de doctorado, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires. www.iigg.fsoc.uba.ar/Publicaciones/tesis/dominguez_tesisdoc.pdf (19 de mayo de 2010), 2009.

DOMINGUEZ, Diego y SABATINO, Pablo. **El conflicto por la tierra en la actualidad latinoamericana: del acceso a la tierra a la luchas por el territorio**. Informe final presentado y aprobado en el marco del Programa becas semi-senior CLACSO-ASDI “Las deudas abiertas en América Latina y el Caribe” 2006-2008, 2008.

FEIERSTEIN, Daniel. **El genocidio como práctica social: Entre el nazismo y la experiencia argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. **Revista OSAL**, No. 16, año VI, enero-abril, Buenos Aires, pp. 273-283, 2005.

FERRARA, Francisco. **¿Qué son las Ligas Agrarias?** historia y documentos de las organizaciones Campesinas del Nordeste Argentino. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.

HARVEY, David. **El “nuevo” imperialismo: acumulación por desposesión.** bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/harvey.pdf (19 de mayo de 2010), 2003.

GEPCyD. **Transformaciones Territoriales en San Pedro:** para una reflexión sobre las ausencias conceptuales y la exclusiones sociales. Ponencia presentada en las V Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales, Centro de Estudios Agrarios, Facultad de ciencias Económicas. Universidad de Buenos Aires, Noviembre, Buenos Aires, 2007.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **A violênciã no campo.** <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/violencia.htm> (19 de mayo de 2010), 2009.

IWGIA. 2006. **El mundo indígena.** Copenhague, ISSN 1024-4573 - ISBN 87-91563-19-4

IÑIGO CARRERA, Nicolás. **La violencia como potencia económica:** el papel del estado en un proceso de creación de condiciones para la constitución de un sistema productivo rural, Chaco 1870-1940. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1988.

KAY, Cristóbal. **Estructura agraria y violencia rural en América Latina.** Revista Sociologías N° 10. Año 5. Porto Alegre, 2003.

LASA, Claudio. **Un proceso de mediación política:** movimiento rural y las Ligas Agrarias chaqueñas. Revista Sociedad y Religión N° 7. Buenos Aires, 1985.

Ministerio de Planificación Federal, Inversión Pública y Servicios. **Argentina 2016: política y estrategia nacional de desarrollo y ordenamiento territorial:** Construyendo una Argentina equilibrada, integrada, sustentable y socialmente justa”. <http://www.lib.utexas.edu/benson/lagovdocs/argentina/federal/planificacion/pnd-2016.pdf> (1 de abril de 2010)

PROINDER. Tierra, territorio y derechos de los pueblos indígenas, campesinos y pequeños productores de Salta. **Serie documentos de capacitación,** Chris Van Dam Buenos Aires: Dirección de Desarrollo Agropecuario, Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos. ISBN: 987-9184-60-8, 2008.

PROINDER. Tierra, territorio y derechos de los pueblos indígenas, campesinos y pequeños productores de Salta. **Serie documentos de capacitación N° 2.** Buenos Aires: Dirección de Desarrollo Agropecuario, Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos, 2006.

REDAF. **Ley de Bosques:** panorama en la Región Chaqueña Argentina. 3° Informe de Monitoreo Red Agroforestal Chaco Argentino. Santa Fe, septiembre de 2009.

ROZÉ, Jorge. **Conflictos Agrarios en la Argentina 1 y 2:** el proceso Liguista. Buenos Aires: CEAL, 1992.

SAUER, Sergio. Conflitos agrários no Brasil: a construção de identidade social contra a violênciã. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.** Antonio Márcio Buainain (Coord.). Campinas: Ed. UNICAPM 231-262, 2008.

VIA CAMPESINA. **Campaña de la Semilla de Vía Campesina.** www.elbazardelavida.com/mundo/mun_alimentos.htm (19 de mayo de 2010), 2002.

El itinerario de desarrollo como un idea

Henry Veltmeyer

Professor of sociology and international development at St. Mary's University, Canada
and at the Universidad Autónoma de Zacatecas, in Mexico.

e-mail: hveltmeier@gmail.com

Resumen

Aun cuando la idea de desarrollo puede rastrearse, sino en las brumas del tiempo, si al menos en la búsqueda moral y filosófica para una mejor forma de sociedad en el siglo XVIII. Esta idea fue «inventada» a principios de la Segunda Guerra Mundial con la esperanza y la expectativa de crear un «nuevo mundo», una mejor vida para la mayoría de la población del planeta, buena parte de la cual estaba sumida en la pobreza. El desarrollo se ha visto obstaculizado por la estructura social y económica de la sociedad del momento para tratar de cubrir sus necesidades, ya no se diga la realización de su potencial humano. Este trabajo es una narración de la historia de las percepciones del desarrollo en el tiempo y de los expertos sobre el tema, así como de las teorías del desarrollo y los hallazgos de los estudios sobre este tema.

Palabras-claves: desarrollo, neoliberalismo, teorías del desarrollo, pobreza.

Resumo

O itinerário do desenvolvimento como uma ideia

Ainda que a ideia de desenvolvimento possa ser encontrada, se não nas areias do tempo, ao menos na busca moral e filosófica para uma melhor forma de sociedade no século XVIII. Esta ideia foi “inventada” no início da segunda guerra mundial com a esperança e a expectativa de criar um “novo mundo”, uma vida melhor para a maioria da população do planeta, boa parte da qual estava padecendo com a pobreza. O desenvolvimento tem sido dificultado pela estrutura social e econômica da sociedade atual para tentar suprir as suas necessidades, longe de colocar em discussão o desenvolvimento de todo o potencial humano. Este trabalho é uma narração da história das percepções do desenvolvimento no tempo e dos especialistas sobre o tema, assim como das teorias do desenvolvimento e os avanços dos estudos sobre este tema.

Palavras-chave: desenvolvimento, neoliberalismo, teorias do desenvolvimento, pobreza.

Abstract

The itinerary of the idea of development

Although the roots of the idea of development as we know it can be traced further back in time, its moral and philosophical underpinnings can be found in the 18th century when the search for a better form of society took hold. The concept was 'invented' as a policy orientation towards the end of the Second World War with the hope of creating 'another world' that would offer a better life for the majority of the world's population, much of which was then mired in poverty. Another motivation behind the development idea was to ensure that countries on the periphery of the system in their quest for emancipation from colonial rule would pursue national development along a capitalist rather than a socialist path. The

real world construction of this idea of development has been hampered by social and economic structures that prevent the efforts of the international development community to meet people's basic needs, much less guarantee the realization of their human potential. This paper is a narrative of the history of "development" as understood and constructed by the theorists of the development project and process.

Keywords: development, neo-liberalism, theories of development, poverty.

Introducción

Aun cuando la idea de desarrollo puede rastrearse, sino en las brumas del tiempo, si al menos en la búsqueda moral y filosófica de una mejor forma de sociedad en el siglo XVIII, esta idea fue «inventada» a principios de la Segunda Guerra Mundial con la esperanza y expectativa de crear un «nuevo mundo», una mejor vida para la mayoría de la población del planeta, buena parte de la cual estaba sumida en la pobreza e impedida, por la estructura socioeconómica del momento, para cubrir sus necesidades, ya no se diga para la realización de su potencial humano. Por supuesto que, para explicar el interés bastante repentino o redivivo en el «desarrollo» en el contexto de la posguerra, también es posible señalar consideraciones menos nobles, incluso bastante innobles, como las que motivaron a los formuladores de políticas y funcionarios del Estado estadounidense, preocupados por configurar el emergente orden mundial de acuerdo con los intereses geopolíticos que representaban.

Independientemente de las dificultades que rodearon la implementación del proyecto de desarrollo a finales de los años cuarenta, hay varias buenas razones, tanto intelectuales como políticas, para evaluar el estado actual y revisar la historia reciente del pensamiento y práctica asociadas con la idea de desarrollo. Una de ellas es la necesidad de ubicar el surgimiento de diversas escuelas de pensamiento sobre el desarrollo, cada una con su caja de herramientas, de ideas para describir y explicar, desde una perspectiva histórica y teórica, lo que sucede en el ámbito del desarrollo y para prescribir la acción. Está en juego no sólo la importancia de captar la esencia de lo que sucede en la actualidad, y lo que ha estado sucediendo en las pasadas seis décadas de desarrollo, sino también extraer de algunas conclusiones para comprender mejor la posible acción futura. Este ensayo fue escrito con ese propósito.

Estructura y agencia en el estudio del desarrollo

Esencialmente, hay dos formas básicas de pensar el desarrollo, entendido como mejoras en las condiciones de vida, junto a los cambios necesarios para su realización. Las mejoras, y la agencia y fuerzas impulsoras del cambio, son elementos de orden teórico – en tanto formulación de ideas en el contexto de condiciones cambiantes en el tiempo. Los diversos esfuerzos por teorizar y analizar las dinámicas del desarrollo a lo largo del tiempo, en estas condiciones cambiantes, pueden situarse en dos categorías o perspectivas. Una es la de los actores y las agencias participantes, es decir, la de las estrategias puestas en práctica para lograr el desarrollo. Podríamos denominar esto como la visión estratégica del desarrollo, que supone que éste es el resultado de acciones o de políticas puestas en práctica para lograr una especie de meta previamente definida – un asunto de agencia, fines y medios. La otra forma de concebir el desarrollo es, no como resultado de la agencia o puesta en práctica de una estrategia o acción consciente dirigida a un cambio progresivo, sino como el resultado del funcionamiento de un sistema, entendido éste como el conjunto de prácticas establecidas que conforman la estructura institucional y social del sistema.¹

¹ Una perspectiva de los sistemas sobre la organización y evolución de las sociedades fue introducida en el estudio de la «sociedad» en el siglo XIX. El rasgo principal de este modo de análisis cientí-

Desde esta perspectiva, en su funcionamiento normal, el sistema genera condiciones que son «objetivas» en cuanto a sus efectos sobre las personas – y países – según su ubicación en esta «estructura», misma que tiene una dimensión tanto institucional como social. Una vez que se ha formado, determina o configura las posibles acciones, al limitar o restringir la libertad de acción y decisión. Por supuesto que las estructuras no sólo confinan o configuran, ofreciendo límites a la acción o a lo que es posible lograr. Al tiempo que limitan las acciones y oportunidades de algunos, proporcionan oportunidades y facilita las acciones de otros, al generar condiciones que para algunos son capacitantes, al propiciar su «desarrollo», pero que reprimen los esfuerzos de otros, ya que los obstaculizan. De este modo, tales «estructuras» no sólo tienen efectos desiguales, sino que están abiertas para algunos y cerradas para otros y suponen esfuerzos para reformarlas en aras de ofrecer una mayor igualdad de oportunidades, libertad para actuar y ampliación de las opciones para los individuos que buscan entrar vía la inclusión social. Además, una vez formadas estas estructuras, de ninguna manera son inmutables. Pueden ser cambiadas y con el tiempo cambian, merced a la acción colectiva, la cual, requiere ser estudiada. Una conclusión que se deriva del estudio de la historia del cambio social es que en condiciones de crisis, cuando el funcionamiento de una estructura institucional es forzado hasta sus límites, agotando la capacidad de funcionamiento institucional, esta «estructura» se debilita, libera fuerzas para el cambio y proporciona oportunidades para generar cambios en una u otra dirección.

De hecho, las acciones de los individuos – o corporaciones, gobiernos y otras agencias de cambio orientadas al desarrollo – nunca son plenamente libres de limitaciones: la gente o los países no son «libres para escoger», por citar a Milton Friedman y hacer referencia a un enfoque compartido por los neoliberales, los miembros de la sociedad de Mont Pelerin (MIROWSKI Y PLEHWE, 2009). En cambio, la libertad de los individuos para actuar y elegir está, por necesidad,² constreñida y condicionada por la estructura del sistema – según la ubicación del individuo (o el país). Por otro lado, como ya se mencionó, estas estructuras podrían constreñir o limitar a algunos, al coaccionar la libertad para actuar o elegir, pero rara vez son «determinantes», es decir, no dan una forma determinada a la posibilidad de acción, evitando de modo mínimo o considerable, la libertad para actuar en una condición social que bien podría definirse como «opresión» – y en el proceso se generan presiones a favor del cambio y para exigir que se liberen de esta condición, una lucha en favor de la emancipación o la liberación.³ Es decir, cualquier «desarrollo» (entendido, ya sea en términos condicionales o estructurales) implica tanto factores

fico (sociología) es la suposición de que la sociedad, en sus diversas dimensiones, está compuesta no de individuos, cada uno de los cuales realiza un cálculo racional en busca de su propio interés o cuyo comportamiento es significativamente subjetivo, sino que está compuesta por un conjunto interconectado de prácticas institucionalizadas (instituciones) que constituyen un todo y que operan juntas como partes de un sistema. Desde esta perspectiva sociológica, la estructura de la sociedad puede analizarse en tres dimensiones o niveles: i) social (la estructura social –una constelación de grupos sociales formados con base en las condiciones que los individuos comparten con otros en los diversos grupos a los que pertenecen); ii) organización (una estructura organizacional que se forma en esfuerzos concertados de grupos de individuos para participar en la acción colectiva para buscar metas compartidas), y iii) institucional (las prácticas institucionalizadas que constituyen el sistema social como un conjunto de instituciones interconectadas).

² En este grado de «necesidad» podemos trazar la línea, por un lado, entre el conservadurismo y el liberalismo social y el neoliberalismo (y algunas formas de radicalismo), por el otro. El neoliberalismo toma como premisa la suposición de que los individuos en sus elecciones y acciones deben estar libres de cualquier constreñimiento social («libres para elegir», la formulación que hace Milton Friedman). Prácticamente todos los otros puntos de vista filosóficos o analíticos asumen lo contrario, que la acción está necesaria o normalmente condicionada en varios grados por la estructura del sistema, ya sea que esta estructura se conciba en términos de grupo o clase social, organizaciones o instituciones.

³ Una lucha a favor de la emancipación puede verse como una concepción socialista o marxista de la «libertad», en oposición a la idea «social liberal», encarnada en el enfoque del desarrollo humano del Programa de Desarrollo de Naciones Unidas, o la concepción «neoliberal» encarnada en el llamado «nuevo orden mundial», en los ochenta.

estructurales como estratégicos: cualquier acción o política, sin importar cómo se concibió y diseñó, tiene a la vez una dimensión estratégica y otra estructural. Como afirmó alguna vez Carlos Marx, en torno a la concepción materialista de la historia: los individuos pueden actuar, y actúan, pero no bajo las condiciones que ellos escojan. Lo mismo se aplica a las acciones de diversas instituciones en el campo del desarrollo: las acciones o políticas siempre están limitadas por las estructuras del sistema, cuyo funcionamiento genera condiciones que llevan a cabo algunas acciones, pero limitan otras. De esta forma, a todo analista del proceso de desarrollo corresponde especificar tanto los factores estructurales como los estratégicos del desarrollo para determinar el papel y el peso relativos de estos factores en juego.

El desarrollo como estrategia. Acción basada en ideas y valores

En términos estratégicos o de acción social, el desarrollo es básicamente un asunto de acción basado en ideas, y las más relevantes en la historia del desarrollo son las de progreso, igualdad, libertad y fraternidad (solidaridad) – el enérgico grito a favor del cambio revolucionario en Francia (y posteriormente en otros lugares). En el siglo XVIII, las ideas del movimiento de «Ilustración» escocesa y francesa, es decir, la creencia en el poder de la razón humana para comprender y cambiar el mundo –, y la Revolución francesa sirvieron como puntos de referencia ideal para la crítica filosófica, en lugar de la teoría científica de la sociedad existente (el *ancien regime*) en su estructura social e institucional (la monarquía, el gobierno de clase y la Iglesia) para generar condiciones que privaban a la gente de lo esencial – su libertad como iguales, cada uno con capacidades y con un potencial humano que podría «desarrollarse» en circunstancias apropiadas o en condiciones transformadas –, deshumanizándolos en relación con la esencia humana definida como «libertad» y en condiciones igualitarias para todos.

Las ideas de progreso económico; libertad frente a la explotación de clase, opresión, ignorancia y pobreza; igualdad social o de clase, así como la de solidaridad social, no se dieron, como creen algunos historiadores, con el ascenso y caída de ideas en conflicto. Como argumentara Marx, la «historia» y la lucha de las ideas tiene una base material. Por ejemplo, la idea de libertad, cuando se concibió y propuso a fines del siglo XVIII, en un contexto de cambio transformador, reflejaba y teóricamente representaba diversas luchas en el mundo real: la lucha de los siervos por liberarse de la opresión y la explotación de los señores feudales; también la lucha de los intelectuales de clase media en contra de la tiranía de la Iglesia en relación con su libertad de pensar el mundo de maneras distintas no sancionadas, por escapar de la censura y de la represión activa de las ideas que entraban en conflicto con la visión oficial, y la lucha de los ciudadanos por liberarse de la tiranía de la monarquía, del capricho arbitrario y la voluntad del monarca que había asumido el poder de la toma de decisiones políticas para mandar sobre ellos, como una condición del gobierno de clase, y para luchar a favor de democracia y el cambio revolucionario; así como la lucha de una incipiente burguesía, en representación de un modo de producción capitalista emergente, para liberarse de las restricciones impuestas por el *ancien regime* sobre la libertad de sus empresas de negocios en la forma de rentas, cuotas e impuestos, que impedían sus empresas económicas privadas. El punto de estos ejemplos es el mismo e igual se aplica en la actualidad. En cualquier reseña del itinerario de las ideas que componen la empresa del desarrollo es necesario identificar las condiciones que las hicieron surgir para lograr la comprensión de sus dinámicas.

A fines del siglo XVIII y a lo largo del *xlx*, estas ideas, en el marco de diversas presiones y fuerzas a favor del cambio, no se utilizaron como una teoría científica, es decir, como proposiciones explicativas, sino como una ideología, la creencia en la necesidad del cambio en una dirección progresista (libertad o igualdad), que se usaba no para explicar sino para movilizar la acción hacia una meta deseada, una mejor forma de sociedad que permitiría a los individuos realizar más plenamente su potencial humano. Pero en el siglo *XX*, dado un entorno muy diferente en el periodo de posguerra, estas mismas ideas se

reformularon y adquirieron una nueva forma, la de «desarrollo», un proyecto que, según Wolfgang Sachs y sus colaboradores en la teoría del posdesarrollo, fue inventado con el propósito de desanimar a los líderes de aquellos países que luchaban por liberarse de los gobiernos colo-niales y para asegurarse de que adoptarían una vía capitalista y no una socialista en la construcción de la nación y el desarrollo económico (SACHS, 1990).

En un principio, es decir, en los años cincuenta y sesenta, el desarrollo se entendía como «progreso», definido y medido en términos de «crecimiento económico», de expansión de la producción nacional y el consiguiente incremento en el ingreso per cápita. Esta idea de desarrollo como crecimiento económico y cambio estructural asociado (industrialización, capitalismo, modernización) fue reformulada en los años ochenta en el contexto de un «nuevo orden mundial», en el que las fuerzas de la libertad económica fueron liberadas de los constreñimientos regulatorios del Estado de bienestar-desarrollo.

En los años sesenta y setenta, la idea de igualdad también fue reformulada y en consecuencia se actuó de diferentes formas. En Cuba asumió la forma de un compromiso ideológico con el igualitarismo para lograr una distribución más equitativa de los recursos productivos de la sociedad y del ingreso (BRUNDENIUS, 1984). La preocupación por relaciones y condiciones sociales iguales para todos se reflejó en la construcción de la «conciencia revolucionaria», que distingue a la Revolución cubana en su proyecto de liberar a la población de la explotación imperialista, el gobierno de clase y el opresivo estado de pobreza. El estado indio de Kerala asumió una forma similar, aunque la idea de igualdad también estaba arraigada en la cultura indígena y endógena de igualitarismo y comunalismo. De esta forma, en el contexto de una doble lucha, tanto a favor de la independencia nacional y de la liberación del gobierno de clase, la idea de igualdad fue aplicada mediante la acción pública de un régimen del Partido Comunista, de un Estado preocupado sobre todo por brindar un acceso más igualitario a los recursos productivos de la sociedad y una distribución socialmente más justa de los recursos del gobierno para la educación, salud y otras condiciones sociales de lo que en los años ochenta se concebiría como un modelo de «desarrollo humano» (STREETEN, 1984).

De manera más general, en los años setenta, en épocas del empuje hacia la reforma social liberal (encabezada por los gobiernos para contrarrestar las presiones emergentes del cambio revolucionario), asumió, o se le dio, la forma de «crecimiento con equidad», es decir, la idea de que el desarrollo implicaba no sólo crecimiento sino una distribución más equitativa – crecimiento redistributivo – de manera que atendiera las necesidades básicas de la población y redujera o paliara la pobreza durante el proceso.⁴ La institución definida para este enfoque de desarrollo orientado a la pobreza era el Estado (el gobierno, para ser precisos), lo que significaba una imposición progresiva a partir de una segunda distribución del ingreso que canaliza una parte de los ingresos generados por el mercado hacia programas sociales y de desarrollo. A fines de los ochenta, la idea de igualdad fue reconfigurada una vez más, ahora como «transformación productiva con equidad» (en la formulación de la CEPAL, 1990), «ajuste estructural con rostro humano» (CORNIA, JOLLY Y STEWART, 1987) o «desarrollo humano sustentable», según el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD, 1996, 1997a, 1997c).

La idea de libertad – «desarrollo como libertad» en la formulación de Amartya Sen – adoptó tres formas fundamentales. Una era esencialmente socialista la libertad como emancipación respecto de instituciones y prácticas opresoras: liberación nacional del gobierno colonial, libertad frente al gobierno de clase explotador, etc. También se le dio un giro social liberal y uno neoliberal. En su forma socialista, la idea fue institucionalizada como el derecho de todos los ciudadanos a salud, educación, empleo y vivienda, así como la libertad frente a la pobreza y necesidades; el derecho a compartir con equidad, aunque no fuera con igualdad, el producto social. Esta concepción de la libertad como emancipación frente a instituciones y prácticas opresoras (imperialismo, gobierno de clase) constituyó un elemento crítico de los fundamentos éticos y conceptuales de la Revolución cubana y se

⁴ Para los conceptos centrales y las proposiciones explicativas de este «paradigma de las necesidades básicas», véase Hunt (1989).

incorporó al marco de las políticas adoptadas por los revolucionarios, una vez asumido el poder. En cuanto a la concepción neoliberal de la libertad, como la liberación de los individuos frente a los constreñimientos de la sociedad o la libertad para buscar el interés propio, estuvo encarnada en el supuesto Consenso de Washington bajo las reformas estructurales que requería la globalización. Tal era el precio de admisión a un club bastante selecto de países comprometidos con un mundo regido por las fuerzas de la «libertad económica y la democracia» (por citar la doctrina de seguridad nacional de George W. Bush, septiembre de 2002).

La formulación más consecuente de la idea de desarrollo como libertad, empero, se basó en la filosofía del liberalismo social, según el planteamiento de Amartya Sen en su *Desarrollo como libertad* (1999) y encarnada en la noción del desarrollo humano del PNUD, que puede verse como la fusión de las ideas de progreso, igualdad y libertad en una teoría en la que el desarrollo es sobre todo un asunto de libertad que amplía las opciones disponibles para cada individuo y estimula a los individuos para que aprovechen sus «oportunidades», siendo el papel del Estado el de igualar el campo de juego, abrir y reformar cada institución para asegurar una mayor inclusión social y capacitar a los individuos para que aprovechen las oportunidades que ofrecen las instituciones, como la educación.

El desarrollo como proceso. La evolución de un sistema

En términos estructurales, el proceso de desarrollo como cambio a largo plazo en la evolución a gran escala de las sociedades ha sido conceptualizado y periodizado con base en tres metateorías, cada una de las cuales con su propia narrativa histórica. Una de estas metateorías/narrativas se centra y está preocupada por la transformación de la sociedad y economía agrarias en un sistema industrial, cuyo proceso podría llamarse «industrialización». En el transcurso de este cambio es posible ubicar a los países en tres categorías, según su grado de evolución: preindustrial (agrario), en proceso de industrialización e industrializado. Se asume que el nivel de mejoramiento socioeconómico en las condiciones humanas logradas por un país es comparable, si no es que es una consecuencia, con este cambio en la estructura de la producción económica.

Por su parte, una segunda metateoría del cambio a largo plazo ve el proceso en términos de una modificación fundamental en la estructura de valores que sostiene la estructura institucional del sistema. En estos términos, la evolución del sistema o, mejor dicho, la transformación de un sistema en otro, puede concebirse como la transición de una sociedad de tipo tradicional (orientada hacia valores tradicionales como el comunismo, en el cual los individuos están subordinados a la comunidad de la que son a nivel de la obligación mutua) a un sistema moderno caracterizado por su orientación hacia un individualismo posesivo, en el que las personas «logran» su posición, en vez de que la sociedad se las asigne. En el proceso, las sociedades pueden caracterizarse como tradicionales, modernizantes o modernas.

La tercera metateoría del cambio a largo plazo, que proporciona otra ventana más, o una lente para ver el proceso de cambio progresivo a largo plazo, es la del desarrollo capitalista: la transformación de una sociedad y una economía precapitalistas en un sistema capitalista. El cambio fundamental en esta concepción es consecuencia de un proceso de transformación social, es decir, de una sociedad de productores agrícolas en pequeña escala («campesinos» en el léxico de la transformación agraria) en un proletariado, una clase definida por su estatus de desposeída de cualquier medio de producción y, por ende, obligada a intercambiar su fuerza de trabajo por un salario para vivir.

Las tres metateorías del desarrollo de cambio a largo plazo – industrialización, modernización y desarrollo capitalista o proletarización – bien podrían verse como tres diferentes dimensiones del mismo proceso, es decir, la «gran transformación» de una sociedad precapitalista, tradicional y agraria en un sistema capitalista industrial moderno, proceso que ha tomado varios siglos para desplegarse y que todavía se desarrolla en

diferentes partes del Sur global. En el Norte, reza la teoría, el proceso prácticamente se ha completado en algún momento de los años setenta u ochenta, según algunos sociólogos, lo cual derivó en la formación de una sociedad posmoderna, postindustrial y poscapitalista, mientras que otros afirman que ha derivado en un «impasse teórico» en el que ninguna de estas metateorías y sus correspondientes narrativas, y ninguno de los ideólogos implicados en la movilización de la acción en una ruta progresista, tienen relevancia alguna para describir y explicar «lo que sucede» en el mundo real. Hay, empero, quienes no ven el proceso como «completo» o que supongan que tiene un fin, sino que en cambio suponen una forma diferente en condiciones cambiadas. Los economistas responsables del Informe sobre el Desarrollo Mundial de 2008 (en adelante IDM-08) caen en esta categoría, así como los sociólogos y economistas agrarios que han argumentado, y continúan haciéndolo, la desaparición inevitable del «campesinado» como un agente de producción social y como categoría de análisis económico.

¿Adiós al campesinado?

Las fuerzas del cambio – industrialización, desarrollo capitalista y modernización – que operaban sobre los habitantes de la sociedad rural en los años sesenta y setenta, según algunas narraciones, estaban transformando a la sociedad de pequeños productores campesinos agrícolas en una clase trabajadora. Este proceso se conceptualizó de diversas maneras. Los académicos marxistas construyeron teóricamente el proceso como «acumulación primitiva» (la separación del productor directo de la tierra y otros medios de producción) o «proletarización» (la conversión de la población excedente en una clase trabajadora). Los académicos no marxistas, en cambio, con base en una teoría de la modernización capitalista, analizaron las mismas dinámicas con un lenguaje diferente, aunque no del todo, al referirse a un proceso que implicaba la desaparición del campesinado como agente económico y como categoría de análisis económico.

En los años setenta, esta visión del cambio estructural, compartida por académicos marxistas y de otras tendencias del análisis estructural, dio lugar a un acalorado debate entre los «proletaristas», que se asociaban a la tesis de la «multiplicación» de Marx (crecimiento incesante) del proletariado, y los «campesinistas», que argumentaban que las fuerzas del cambio no eran inmutables y que la resistencia de los campesinos podría desviar o difundir estas fuerzas, para permitir a éstos sobrevivir y conservar sus formas de sostenimiento rural.⁵ Después de algunos años, de una década y media de reformas neoliberales, este debate se ha renovado en el estudio de una «nueva ruralidad», así como de las fuerzas dinámicas de resistencia en contra de la agenda neoliberal, orquestado en los noventa por los trabajadores sin tierras, las comunidades indígenas y las organizaciones de campesinos o productores en pequeño. Aun cuando esta oleada de resistencia activa ha disminuido o de algún modo menguado, el debate continúa. Mientras algunos argumentan a favor de la inevitabilidad de una tendencia hacia la desaparición del campesinado, otros se manifiestan enfáticamente en contra.

Agricultura para el desarrollo: vías para salir de la pobreza rural

Una formulación reciente de la concepción del desarrollo como modernización y desarrollo capitalista la proveen los economistas del BM en su más reciente IDM08 enfocado a la «agricultura para el desarrollo» y en diversas «vías para salir de la pobreza (rural) (BM, 2008)». La manera en que los economistas de ese banco conciben el desarrollo implica un lento pero incesante proceso de cambio estructural que de modo inevitable atraerá o generará las condiciones de posibilidad para el desarrollo económico. Está en

⁵ Sobre los debates recientes y los estudios asociados al efecto del neoliberalismo en la economía y la sociedad campesinas, véase en particular Otero (1999).

juego un proceso de transformación productiva y social (modernización y desarrollo capitalista, pero urbanización en vez de industrialización) que preparará el camino para salir de la pobreza en el ámbito rural. Según el IDM-08, hay tres vías fundamentales para salir de la pobreza rural, cada una de las cuales implica un ajuste de las fuerzas del cambio que afectan a los pobres: cultivo, mano de obra y migración.

En cuanto al cultivo, resulta que proporciona una vía para la movilidad o para salir de la pobreza a muy pocos, ya que es necesario que los campesinos se conviertan en algo que no son, es decir, una transformación de gran magnitud del productor agrícola directo en un empresario o capitalista, preferentemente ambos, para acceder al crédito, los mercados y la tecnología, y para movilizar los recursos productivos disponibles. La fuerza que impulsa esta transformación social se basa en el desarrollo capitalista de la agricultura, lo cual conlleva tanto la concentración de la tenencia de la tierra como la conversión tecnológica de la producción con base en el incremento significativo de la tasa de inversión productiva (para su modernización o mejoramiento tecnológico). Son inmensas las presiones que se ejercen sobre el cultivo para incrementar la productividad de la mano de obra agrícola por medio de la mejora tecnológica o la modernización (lo que incrementa la intensidad del capital en la producción).

Es claro que en estas condiciones la actividad agrícola o el cultivo no constituyen una opción para la gran mayoría de los campesinos, que por ende se ven estimulados, si no es que obligados, a abandonar las labores agrícolas y para muchos también dejar el campo para emigrar en busca de mejores oportunidades de progreso personal o para asumir una actividad económica productiva. En este contexto, hay esencialmente dos caminos para salir de la pobreza, según los economistas autores del reporte. Uno de ellos es ofrecer la fuerza de trabajo fuera de la actividad de cultivo a cambio de un salario, una estrategia que, en buena parte de la literatura se documenta, ya están siguiendo los pobres del ámbito rural. Si las estadísticas sobre hogares rurales sirven como indicador, más del 50% obtienen más de la mitad de su ingreso en actividades distintas del cultivo, es decir, es mano de obra fuera del cultivo.

El otro camino para salir de la pobreza es la emigración, una actividad por la que han optado, según muchas otras narraciones, buena parte de los pobres del campo, que se trasladan a un centro urbano del país o más allá de las fronteras. La teoría que subyace a este desarrollo es que el campo constituye una enorme reserva de mano de obra excedente, por la expulsión de los pobres de las zonas rurales de cultivo, lo cual significará oportunidad de contar con mano de obra remunerada en las ciudades, pues atraería al proletariado rural hacia un núcleo industrial capitalista en expansión en el medio urbano.

La teoría en que se basa este desarrollo asumió varias formas, pero fue construida por Arthur Lewis. Sin embargo, la investigación sobre la dinámica de la migración del ámbito rural al urbano sugiere, y algunos estudios posteriores lo han confirmado, que el resultado de las fuerzas del cambio no apoyaba esta historia. Para comenzar, en los años ochenta el núcleo de la industria capitalista se resistía a ampliarse, lo que generó un enorme excedente de mano de obra migrante que rebasó la capacidad de absorción del mercado laboral urbano, lo que derivó en el crecimiento, en cambio, de un creciente sector informal de actividad económica no estructurada, que en esencia no se da a cambio de un salario en las plantas industriales, fábricas y oficinas, sino trabajando por cuenta propia en las calles. En los años ochenta y entrados los noventa se estimaba que entre el 80 y el 90% de las nuevas oportunidades de empleo generadas en las crecientes economías urbanas en la región correspondieron al «sector informal», que en muchos países, en los años noventa, abarcaba a cerca de 40% de la población urbana económicamente activa. Como documentara y analizara Mike Davis (2006), con base en la teoría marxista de la fuerza de trabajo excedente, este nuevo proletariado urbano está asociado al crecimiento de un mundo de asentamientos irregulares como áreas periurbanas, con una población flotante excedente con un pie en la economía urbana y otro en las comunidades rurales.

Otra manifestación de la creencia de que la fuerza de trabajo y la migración constituyen las vías más eficaces para salir de la pobreza rural es la idea profundamente enraizada en la teoría de la modernización que dominó el análisis y la práctica en los años

cincuenta y setenta, y que es evidente que comparten los economistas del BM, incluso en nuestros días, según la cual: i) la forma dominante de producción agrícola, la del productor en pequeña escala o campesino, está económicamente atrasada, marginada y es improductiva; ii) la economía campesina de producción localizada de pequeña escala es un obstáculo al desarrollo; iii) el capital invertido en la industria con sede urbana tiene una rentabilidad considerablemente mayor, con efectos multiplicadores más altos en la producción y el empleo, que una inversión de la misma magnitud en la agricultura; iv) el desarrollo requiere y está basado en un proceso de transformación estructural modernizadora, de la agricultura en industria y del campesinado en una clase trabajadora; v) en este proceso, la sociedad rural y la agricultura sirven al desarrollo como una reserva de excedente de fuerza de trabajo para los requerimientos del desarrollo capitalista y la modernización; vi) las oportunidades de actividades agrícolas para los pobres en las zonas rurales, que en su mayoría participan en actividades económicas relativamente poco productivas y carecen de tierra o poseen muy poca, son escasas o restringidas porque ya se han alcanzado los límites de la reforma agraria o debido a los requerimientos de la modernización capitalista, como una producción grande o de escala en aumento, tecnología que requiere ser intensiva en capital, insumos externos y acceso a mercados, etc.; vii) muchos de los pobres en los ámbitos rurales, que conservan algún acceso a la tierra, se ven obligados a dedicarse a actividades en las que venden su mano de obra a cambio de un salario, que es la fuente de sostén y de ingreso de su hogar; y viii) debido a la estructura económica y social de la producción agrícola, simplemente hay demasiadas personas en la sociedad rural que buscan las muy escasas oportunidades de actividad económica productiva. De ahí que el cultivo proporcione pocas «oportunidades» para que los pobres del campo cambien y mejoren su situación para salir o paliar su condición.

La combinación de estas ideas ha llevado a muchos economistas – incluyendo a los principales autores del IDM 08 – a ver, en gran parte, al campesinado, como unos seres anacrónicos que están tratando de defender una forma de vida y una economía que es inviable y que hace caer a todos en una trampa de pobreza. La mejor vía, si no es que la única, para salir de este dilema, es abandonar el cultivo y emigrar en busca de oportunidades de trabajo asalariado y de acceder a los servicios del gobierno en las ciudades y centros urbanos.

La dinámica (internacional) de la migración (internacional)

Según la teoría de Marx sobre la ley general de acumulación de capital, el proceso de desarrollo capitalista y el de proletarización se generan sobre la formación de un ejército flotante y estancado de mano de obra excedente que es absorbido, cuando y donde se le necesita, por la expansión del capital. Para los años ochenta, este proceso había impulsado un proceso de migración masiva desde el campo a las ciudades y centros urbanos en la periferia del sistema. Sin embargo, dentro del marco institucional y político del viejo orden mundial, las fuerzas del cambio que habían estado operando a escala regional y local, restringidas por la estructura social de acumulación de capital, comenzaron a expandirse y a operar globalmente. Pasarían varias décadas de desarrollo capitalista, bajo un régimen neoliberal, antes de que las dinámicas globales de estas fuerzas se afirmaran como una tendencia identificable, pero para inicios del nuevo milenio, hacia el final de lo que Harvey (2005) llamara una «breve historia del neoliberalismo», el resultado era claro: la formación de una fuerza de trabajo global alimentada por diversas reservas regionales de mano de obra excedente. Aunque la movilidad de esta mano de obra, en relación con el movimiento de capital, está restringida y regulada por las políticas de migración de los Estados en el centro del sistema capitalista global, hay pocas dudas de su papel como palanca de la acumulación global de capital.

Estas dinámicas económicas y sociales del proceso de acumulación y desarrollo capitalista han sido conceptualizadas y analizadas por Raúl Delgado Wise y Humberto Márquez en su estudio sobre el nexo entre migración y desarrollo en el caso particular de la

migración mexicana «forzada» de mano de obra hacia Estados Unidos (DELGADO WISE Y MÁRQUEZ, 2007; DELGADO WISE, MÁRQUEZ Y RODRIGUEZ, 2009). Desde la perspectiva de los economistas del BM, compartida ampliamente por la comunidad de académicos que estudian el desarrollo, esta migración tiene importantes implicaciones para el desarrollo. Para comenzar, proporciona un medio para la absorción de la mano de obra excedente que genera el desarrollo capitalista en la agricultura. Es evidente (véase la discusión anterior) que los centros urbanos en el país y otros lugares de la región no tienen la capacidad para absorber esta mano de obra excedente. Además, la migración provee una vía de salida de la pobreza rural y una avenida para la movilidad social y el desarrollo humano de los trabajadores (al ampliarse las opciones y aumentar las oportunidades de autorrealización). Además, por medio de las remesas, la construcción de una fuerza de trabajo transfronteriza y una red de comunidades migrantes transnacionales, la mano de obra migrante contribuye directa e indirectamente al desarrollo local basado en la comunidad en el campo mexicano. Pero Delgado Wise y Márquez ofrecen una perspectiva teórica muy diferente sobre la vinculación entre migración y desarrollo. Como lo conciben ambos autores (DELGADO WISE Y MÁRQUEZ, 2007), la migración de fuerza de trabajo a Estados Unidos y Europa, en el contexto de la globalización neoliberal, permite que el «capital» en el Norte, en una división global del desarrollo, se apropie de los recursos humanos y de la fuerza de trabajo de los países y regiones en el Sur global sin tener que pagar los costos de acumular estos recursos y reproducir esta vasta reserva de fuerza de trabajo.

Escuelas de desarrollo: una breve síntesis por décadas de la teoría y la práctica del desarrollo

El pensamiento y la práctica del desarrollo a lo largo de los años, desde el inicio del proyecto de desarrollo a fines de la Segunda Guerra Mundial, han adoptado formas muy diversas, en respuesta a las cambiantes circunstancias y al surgimiento de nuevos problemas que pueden rastrearse casi década por década.

El paradigma del núcleo capitalista en expansión: el desarrollo en los años cincuenta y sesenta

Desde un inicio, es decir, desde el programa de cuatro puntos del presidente estadounidense Harry Truman para la «asistencia» técnica y financiera de 1948, el desarrollo se entendía en términos económicos: la idea de progreso reformulada como crecimiento económico – la ampliación de la producción nacional y el incremento del ingreso nacional derivado de ese producto, como medio para mejorar los estándares de vida de la población en su conjunto. Esta concepción del desarrollo reflejaba una preocupación fundamental por reactivar un proceso de acumulación de capital en países tanto del Norte, es decir, en la Europa occidental devastada por la guerra, como del Sur, en los países económicamente atrasados atrapados en luchas de independencia nacional, en un esfuerzo por emerger del sistema del imperialismo británico, en seria decadencia, y soltarse del yugo del imperialismo europeo.

Esta preocupación y los esfuerzos por lanzar la idea de desarrollo y el proyecto de cooperación internacional, se dio en el contexto del surgimiento de un grupo de países económicamente atrasados en el sur global poscolonial (o descolonizado) y la preocupación geopolítica de los líderes de las democracias capitalistas occidentales por el posible efecto demostración de la Unión Soviética, que había probado tener una inquietante capacidad y potencial para convertirse en un poder industrial y un modelo de desarrollo económico. Para evitar este potencial, los líderes de los países occidentales, encabezados por Estados Unidos, que había salido de la guerra como una superpotencia industrial y política, que

abarcaba más de una tercera parte de la capacidad productiva industrial del mundo y la mitad de los recursos financieros disponibles (en términos de reservas monetarias, de oro y de circulante) para movilizar esta capacidad, se reunieron en Bretton Woods, Maryland, a fin de diseñar un orden internacional para el proceso de desarrollo capitalista (SEMMENS, 2002).⁶

Con la creación del sistema de Bretton Woods en 1944 y el proyecto de cooperación internacional, unos pocos años después se desencadenan varias décadas de desarrollo capitalista relativamente ininterrumpido, con tasas de crecimiento económico, para todo el sistema, que promediaban un 5% anual. Hay varias cuestiones no resueltas acerca de esta «era dorada del capitalismo» (MARGLIN Y SCHOR, 1990), en cuanto a qué generó este crecimiento, si fue la acción sobre la idea de progreso o la evolución del sistema en condiciones que nadie había concebido o diseñado o administrado para dirigir o controlar. En cualquier caso, la teoría que se construyó en el pensamiento dominante sobre el desarrollo fue que el crecimiento económico sería activado por las acciones y políticas del gobierno que incrementan la tasa de ahorros y la inversión productiva aunado a una reconversión tecnológica del aparato productivo y el desarrollo de la industria, que suponía mayor rentabilidad que la agricultura. En teoría, el crecimiento se generaría por medio de acciones de esta guisa, al igual que sobre la base del cambio estructural en la forma de industrialización, modernización y desarrollo capitalista.⁷ También se suponía que una inequidad en las condiciones sociales en la distribución del ingreso nacional facilitaba el crecimiento, estimulando las actividades económicas «procrecimiento». La teoría era que la inequidad creciente era el precio inevitable que los países pobres tendrían que pagar a cambio del desarrollo económico y la prosperidad que eventualmente le seguirían (KUZNETS, 1953).

En este contexto, los economistas pioneros del desarrollo propusieron varias permutaciones de estas ideas sobre las que actuaba el Estado, la intervención gubernamental en la economía (para promover la inversión productiva del ingreso nacional) y una aproximación planeada a la distribución y la movilización de los recursos productivos de la sociedad. La «cooperación» internacional para el desarrollo en esta coyuntura (división ideológica entre Este y Oeste y «guerra fría», además de luchas y guerras de liberación nacional del colonialismo y el gobierno de clase) adoptó la forma de asistencia financiera y técnica, que se aportaba sobre una base bilateral (canalizada desde los gobiernos del norte o hacia los gobiernos del sur), en buena parte dirigida al desarrollo de infraestructura y a la construcción de la nación, el crecimiento económico; el catalizador del desarrollo era el financiamiento suplementario para el desarrollo y la transferencia de tecnología.

En los años sesenta, este esfuerzo se complementó con un programa de desarrollo rural integral, asistencia canalizada por medio de un complejo de asociaciones privadas de

⁶ Con tan sólo el 6% de la población mundial, contaba con más del 59% de las reservas petroleras del planeta; generaba el 46% de la electricidad del orbe; obtenía el 38% de la producción industrial del planeta, y poseía el 50% de las reservas mundiales de oro y divisas (SEMMENS, 2002).

⁷ En el entorno geopolítico e institucional del sistema de Bretton Woods, el «desarrollo» se concebía en términos condicionales como un progreso relativo en el crecimiento económico per cápita y en términos estructurales como industrialización y modernización. Concebido así, el «desarrollo» implica: i) un incremento en la tasa de ahorros e inversión (la acumulación de capital físico y financiero); ii) la inversión de este capital en la industria (cada unidad de capital invertida en la industria, en teoría, generaría hasta cinco veces la tasa de rendimiento de la inversión en la agricultura, con fuertes efectos multiplicadores, tanto en el ingreso como en el empleo; iii) en ausencia o en el caso de debilidad de una clase capitalista endógena, el Estado asume las «funciones básicas del capital» (inversión, espíritu empresarial y administración); iv) la nacionalización de las empresas económicas en industrias y sectores estratégicos; v) una orientación hacia adentro de la producción, la que, junto con un incremento secular en sueldos y salarios, ampliará el mercado interno; vi) regulación de éste y otros mercados y la protección (y el apoyo subsidiado) de las empresas que producen para el mercado, aislándolas de las presiones competitivas de la economía mundial, y vii) modernización del aparato productivo, el Estado y las instituciones sociales, reorientándolas hacia valores y normas funcionales para el crecimiento económico.

voluntarios hacia organizaciones y comunidades de pobres en el campo para ofrecerles la alternativa de unirse a movimientos para ubicar sus demandas y movilizarse para el cambio revolucionario. La infantería de esta guerra habría sido enviada al frente para enseñar a los pobres del campo las virtudes de utilizar las elecciones en su política, el mercado en su economía y los microproyectos en la búsqueda de mejoras en sus vidas para paliar su pobreza.

Los casos paradigmáticos de esta aproximación, que se extendieron a otras partes del mundo y se generalizaron en los años setenta en la forma de desarrollo rural integral, se encontraron en América Latina en el marco de la Alianza para el Progreso, instituida por el gobierno de Estados Unidos. El propósito de esta «alianza» era evitar otra Cuba en la región y ofrecer a los pobres del campo una opción o alternativa al cambio revolucionario.

El paradigma de las necesidades básicas en contexto (crisis y reforma liberal). El desarrollo en los años setenta

Los años setenta atestiguaron un cambio radical en la idea de desarrollo – concepción, teorización y acción –, en respuesta a condiciones cambiantes, como la crisis de producción que abarcó a todo el sistema, lo que dio lugar a una serie de esfuerzos y respuestas estructurales en busca de una salida a la crisis. Este cambio reflejaba indudablemente una modificación fundamental en el contexto. Para comenzar, la era dorada del capitalismo se acercaba a su fin por el surgimiento de una crisis de producción en todo el sistema que derivó en el estancamiento del motor del avance económico, al reducirse a la mitad la tasa de crecimiento sostenida durante dos décadas.

Las teorías de esta crisis diferían, así como las respuestas estratégicas y estructurales. Una revisión de la historia de estas respuestas y desarrollos asociados devela hasta cinco niveles y formas de respuestas estratégicas y estructurales a la crisis. Uno de ellos era que el gobierno estadounidense abandonara unilateralmente la tasa fija del mecanismo de intercambio del sistema de Bretton Woods y reconfigurara sus relaciones de comercio de mercancías con los principales competidores del país, Alemania y Japón, por medio de una combinación de tasas de intercambio e interés (ARRIGHI, 1982). Otras respuestas estratégicas incluían: i) un ataque directo del capital contra la fuerza de trabajo, abrogando un acuerdo social de larga data respecto a compartir los frutos de cualquier ganancia en productividad y reducir la proporción de los sueldos de la fuerza de trabajo en el ingreso nacional (DAVIS, 1984); ii) una estrategia de formas corporativas del capital multinacional (corporaciones multinacionales) para reubicar en el extranjero sus operaciones de producción que requirieran mano de obra intensiva, más cerca de las fuentes que la proporcionaban más barata, lo que derivaría en una nueva división internacional del trabajo (FRÖBEL et al., 1980); iii) una conversión tecnológica de la producción global – «transformación productiva» sobre la base de tecnologías basadas en la computadora, ricas en información y posfordistas (LIPIETZ, 1997), y iv) una reforma estructural de las políticas macroeconómicas encaminadas a la globalización neoliberal (PETRAS Y VELTMAYER, 2001).

En el ámbito de estas diversas respuestas estratégicas y estructurales, el desarrollo se concebía no sólo en términos de crecimiento económico, sino también en su dimensión social a través de la lente que proporciona la idea de igualdad, de una forma u otra. Bajo la concepción socialista, la noción de igualdad se reflejaba en el desarrollo de Cuba y en el estado indio de Kerala. En el orden capitalista mundial liberal asumía una forma muy diferente. Aquí ésta se materializaba como «crecimiento con equidad» y como «crecimiento redistributivo», es decir, como una estrategia de desarrollo equitativo orientado hacia la meta de responder a las necesidades básicas de la población y paliar la pobreza por medio de una distribución más equitativa del ingreso. El mecanismo para el desarrollo concebido de esa forma (como aligeramiento de la pobreza y respuesta a las necesidades básicas) era la reforma estructural progresista en relación con la propiedad de la tierra y sobre los ingresos generados en el mercado para proporcionar una distribución secundaria más equitativa, al

canalizar este ingreso hacia programas sociales y de desarrollo.

A fines de la década, los reformadores liberales parecían haber perdido toda la confianza en sus propias ideas y prácticas, su teoría operativa del desarrollo (el paradigma de las necesidades básicas, como lo concibe Hunt) y las prescripciones de reforma política e institucional. Una parte de esta pérdida de confianza podría atribuirse a la falta de progreso para reducir las diferencias en el desarrollo. Otra razón es la de los tan evidentes y significativos costos de financiamiento de los programas sociales y de desarrollo prescritos, que llevaron a muchos gobiernos, o a la mayoría de ellos, a una situación de déficit presupuestal, una crisis fiscal que dio pie a los argumentos de la oposición política y creó las condiciones para el surgimiento de regímenes económica y socialmente conservadores en todo el mundo – en especial en Estados Unidos (Reagan) y Reino Unido (Thatcher). Regímenes dotados de una doctrina de desarrollo capitalista neoliberal de libre mercado y un modelo asociado de reformas políticas. En estas condiciones, un modelo de desarrollo encabezado por el Estado dio lugar a una contrarrevolución en el pensamiento y la práctica sobre el desarrollo (TOYE, 1987).

Desarrollo en el nuevo orden mundial

El llamado a un nuevo orden mundial, en el que las fuerzas de la libertad económica se liberarían de los indebidos lazos del desarrollo encabezado por el Estado, y su establecimiento a principios de los años ochenta, fue lanzado como parte de lo que llegaría a conocerse como el «Consenso de Washington» (WILLIAMSON, 1990), es decir, las reformas estructurales en el plano nacional diseñadas para restaurar el libre mercado como mecanismo para la distribución de los recursos en el sistema, determinando quién obtiene qué por medio del «establecimiento correcto de los precios».

El tal consenso combinaba la preocupación de los economistas del FMI por restaurar el equilibrio macroeconómico y el interés de los gobiernos por ordenar sus finanzas – con medidas de estabilización para controlar la inflación y equilibrar las cuentas – con la preocupación de los economistas del BM por la reforma estructural para responder a la crisis de producción vigente, aún sin resolver, mediante la reactivación de la acumulación de capital y el proceso de crecimiento económico. Según la teoría, restaurar el libre mercado reactivaría un proceso de acumulación de capital y de inversión productiva, reencendiendo el estancado motor del crecimiento.

La agenda de políticas que se derivaba de esta teoría, diseñada por los economistas del BM y puesta en práctica ampliamente en los años ochenta y noventa y en el periodo posterior a éste, conforme al Consenso de Washington, constaba de siete componentes: 1) una tasa «realista» de intercambio de divisas (es decir, devaluación) y medidas para estabilizar la economía – políticas fiscales y monetarias rígidas; 2) la privatización de los medios de producción y las empresas del Estado, revirtiendo las políticas de nacionalización del Estado de desarrollo; 3) la liberalización de los mercados de capital y comercio a base de revertir las políticas de protección estatal y abrir las empresas nacionales a la libre competencia y a los precios del mercado; 4) desregulación de la actividad económica privada, reduciendo con ello el efecto de las regulaciones gubernamentales sobre las operaciones de las fuerzas del mercado; 5) reforma del mercado de fuerza de trabajo, o sea, reducción de la regulación y la protección al empleo, erosión de los salarios mínimos, restricciones en las negociaciones colectivas y gastos públicos reducidos; 6) adelgazamiento del aparato estatal, modernizándolo y descentralizando la administración y algunos de los poderes de toma de decisiones en los ámbitos provinciales y locales de gobierno, permitiendo (en teoría) una forma más democrática y participativa del desarrollo basado en la comunidad, y 7). El último de estos «pasos al infierno» – para citar a Joseph Stiglitz (2002), antiguo jefe de economistas del BM y ahora uno de los principales críticos de las políticas neoliberales del FMI – es la institución de un mercado libre, tanto en capital como en bienes y servicios comercializables, primero regionalmente y luego en todo el mundo.

A fines de la década, las acciones a partir de esta reformulada idea de progreso económico, con base en un consenso sobre la necesidad de una agenda en pro de las políticas de crecimiento, habían preparado el camino para otra oleada Norte-Sur de flujos de capital privado, pero esta vez en forma de inversión extranjera directa. La corriente de capital en forma de nuevos préstamos bancarios se había tornado más lenta, hasta hacerse apenas un goteo, opacado por el flujo bastante sustantivo de pago de la deuda, que para muchos países, a lo largo de la década, consumió más del 50% de sus ingresos por exportaciones,⁸ y redujo drásticamente el flujo de capital disponible para la inversión productiva. La consecuencia fue una «década perdida para el desarrollo».

En el caso de América Latina, tomaría al menos seis años, y en algunos casos cerca de una década, de medidas de estabilización y reforma estructural (privatización, desregulación, liberalización) para inducir a las corporaciones multinacionales a reactivar el flujo de inversión directa. Los avances de la región, durante la primera mitad de la siguiente década, serían reveladores. De 1990 a 1996, el volumen de flujos de inversión extranjera directa hacia América Latina creció a tumbos y saltos. Atraída por las condiciones favorables de la reforma de las políticas y por las oportunidades que proporcionaba una segunda ronda de privatizaciones para comprar los activos de algunas de las más rentables empresas en los sectores estratégicos de la economía regional – banca, telecomunicaciones, extracción y procesamiento, manufactura –, los flujos se multiplicaron por seis en la primera mitad de la década. Aun cuando el flujo de capital en la forma de inversión extranjera directa, las inversiones de cartera administradas por las instituciones financieras internacionales e incluso los préstamos de bancos y la ayuda oficial para el desarrollo,⁹ continuarían vigentes en la segunda mitad de la década, cuando la bonanza privatizadora en buena parte se había agotado, estos flujos se equilibraban por un flujo inverso en la forma visible de pago de la deuda, ganancias repatriadas, pago de tarifas por derechos y en formas invisibles o disfrazadas de exportación de fuerza de trabajo y de «libre comercio». A lo largo de la década, se estima que el flujo de salida acumulado de capital en su forma financiera, visible y documentada, excedió los 100,000 millones de dólares para toda la región (SAXE-FERNÁNDEZ Y NÚÑEZ, 2001).

Hacia un nuevo paradigma: la búsqueda de un desarrollo alternativo

En los años ochenta, el pensamiento sobre el desarrollo seguía dos líneas dentro del paradigma dominante. En las décadas anteriores, en una forma u otra, la forma dominante de pensamiento y análisis del desarrollo podría llamarse «estructuralista», sobre todo en el este de Europa y América Latina. Dentro del paradigma dominante, una perspectiva estructuralista se manifestaba en la teoría según la cual la estructura económica y social de los países económicamente atrasados o pertenecientes al «Tercer Mundo» (actualmente el «Sur global»), inhibía el «desarrollo» y requería una reforma institucional y de acciones planeadas por el Estado.

Dada la debilidad o la ausencia de un desarrollo institucional respecto al mercado, y la falta de una clase capitalista responsable de la «función del capital» – inversión, espíritu empresarial y administración empresarial –, por lo general se asumía que el Estado tendría que intervenir y reemplazar al sector privado. Del otro lado del debate sobre la economía del desarrollo se podía encontrar a quienes proponían la teoría según la cual el problema no radicaba tanto en la estructura económica de la sociedad como en la falta de apoyo institucional para el mercado, el cual, si se le dejara operar libremente, conduciría en última

⁸ Este «desarrollo» en gran medida fue el resultado de los esfuerzos concertados del FMI y del BM para asegurar la capacidad de los países endeudados de pagar la deuda externa mediante la socialización de ésta y de la promoción de la apertura de sus economías al mercado mundial y el aumento de la exportación del producto social.

⁹ Flujo conocido como ODA loans, por sus siglas en inglés: Official Development Assistance (N. del T.).

instancia a mejoras y cambios, y a una distribución más óptima de los recursos productivos de la sociedad. En los años sesenta, esta línea liberal no estructuralista la sostuvo casi únicamente Alfred Schultz, un miembro prominente del colectivo de pensamiento neoliberal organizado por von Hayek. Para los años ochenta, en el contexto de lo que se percibía como fracaso del desarrollo encabezado por el Estado, la intervención del gobierno en la economía y la interferencia con el mercado (por medio de las regulaciones y el protectionismo, etc.), la solitaria voz de Schultz comenzó a ser acompañada por muchas otras, dando lugar a lo que Toye (1987) y otros ven como una contrarrevolución conservadora en el pensamiento y la práctica del desarrollo, y un nuevo orden mundial basado en la globalización neoliberal.

El giro hacia la globalización neoliberal fue apenas una de las varias corrientes de pensamiento sobre el desarrollo dentro de la que era la dominante. Otra corriente o línea podría verse y etiquetarse como «liberalismo social», en vez de «neoliberalismo». En tanto que éste último podría verse como otra formulación de la «idea de progreso (económico), una ampliación del paradigma del núcleo capitalista en expansión» (HUNT, 1989), esta línea social de pensamiento sobre el desarrollo implicaba una fusión de las ideas de equidad (igualdad de oportunidades) y libertad (ampliación de las opciones) dentro de un paradigma emergente de las necesidades básicas (FUKUDA-PARR, SAKIKO Y KUMAR, 2004; GRIFFIN Y KNOGHT, 1989; SEN, 1989, 1999; HAQ, 1995; STEWART, 2008).

Dentro del marco institucional y de políticas de este paradigma (véase HUNT, 1989, sobre las dos versiones – reformista y radical – de esta escuela de pensamiento), surgió la búsqueda de una forma alternativa de desarrollo iniciado desde abajo y desde adentro, en vez de desde arriba y desde afuera. Hacia finales de la década, esta búsqueda de «otro desarrollo» había asumido la forma y la escala de un movimiento mundial preocupado por crear un «nuevo paradigma» en el pensamiento y práctica del desarrollo (CHOPRA KADEKODI Y MURTY, 1990). Pensar acerca del desarrollo dentro de este «nuevo paradigma» asumió diversas formas, pero se compartía un acuerdo general en principio, un consenso fundamental en el sentido de que el desarrollo debería ser equitativo y socialmente inclusivo, en escala y forma humanas, sostenible en términos del ambiente de las formas de vida, participativo y generador de poder (empowering) para los pobres, capacitándolos para actuar por sí mismos, para ser agentes de su propio desarrollo (COHEN Y UPHOFF, 1977).

Con este consenso, y sobre el fundamento conceptual de las ideas de equidad y libertad, la búsqueda de «otro desarrollo» fue propuesta en varias direcciones y en la construcción de varios modelos. De ellos, el más consecuente, como resultaría, fue construido por economistas¹⁰ asociados al PNUD, que en 1990 iniciaría la publicación anual de su Informe sobre el desarrollo humano, dedicado a monitorear el progreso logrado por diferentes países en la dirección del «desarrollo humano», un régimen de desarrollo que «pone a la gente en el centro del desarrollo», diseñado para permitir a la gente «realizar su potencial, incrementar sus opciones y gozar (...) la libertad de llevar las vidas que ellos valoran» (PNUD, 2009).

Al igual que el Informe mundial sobre el desarrollo de 2008, el del desarrollo humano del 2009 (IDH-09) se centra en la migración como una importante vía para salir de la pobreza rural enquistada en la estructura institucional, económica y social de una sociedad en transición. Al igual que con el IDM-08, la principal vía para la movilidad social y como mecanismo para el desarrollo, que amplía las opciones disponibles y capacita a los individuos para aprovechar sus oportunidades, en el IDH-09 se identifica a la educación.

La migración, dentro y fuera de las fronteras nacionales, se ha convertido en un tema cada vez más prominente en los debates nacionales e internacionales, y es el tema del IDH-09. El punto de partida de este informe es que la distribución mundial de las capacidades es extraordinariamente desigual y que esto constituye un impulso de gran importancia para el traslado de personas, un incentivo importante para migrar. La migración puede ampliar las opciones de un individuo, en términos de ingresos, acceso a los servicios

¹⁰ Incluyendo en particular Fukuda-Parr, Sakiko, Kumar, Griffin, Knight, Sen, Haq y Stewart.

y participación, por ejemplo. Pero las oportunidades que se le abren a la gente varían desde quienes están mejor dotados hasta aquellos con habilidades y recursos limitados. Estas inequidades subyacentes están enraizadas en la estructura institucional de la sociedad, pero pueden complicarse por las distorsiones en las políticas. éste es un tema importante del informe.

El IDH-09 investiga la migración en el contexto de los cambios demográficos y las tendencias en el crecimiento y la desigualdad. También presenta experiencias más detalladas y variadas en el ámbito individual, familiar y del poblado, y explora movimientos menos visibles, típicamente promovidos por grupos en desventaja, como la migración a corto plazo y estacional.

El reporte IDH-09 reseña una gama de evidencias acerca de los efectos positivos de la migración en el desarrollo humano vía el aumento de ingresos de los hogares y un mejor acceso a educación y servicios de salud. Los autores del informe argumentan, con la evidencia que presentan, que la migración puede dar poder a grupos tradicionalmente en desventaja, en particular a las mujeres. Al mismo tiempo, advierte el documento, hay riesgos para el desarrollo humano cuando la migración constituye una reacción a amenazas y a opciones negativas, y en donde las oportunidades regulares para el movimiento están limitadas.

En el contexto de estas limitaciones, argumenta el informe, las políticas nacionales y locales pueden desempeñar un papel crítico para permitir mejores resultados para el desarrollo humano, tanto para quienes optan por trasladarse para mejorar sus circunstancias como para aquellos obligados a reubicarse debido a conflictos, degradación ambiental u otras razones. Para empezar, el país de llegada puede elevar tanto los costos como los riesgos de la migración. De igual manera, pueden darse resultados negativos en los ámbitos de países en que los derechos cívicos básicos, como el voto, la escuela o la salud, se niegan a quienes han atravesado líneas provinciales para trabajar y vivir. El IDH-09 muestra de qué manera un enfoque de desarrollo humano puede ser un medio para abordar algunas de las cuestiones subyacentes que erosionan los potenciales beneficios de la movilidad y de la migración forzada.

El pensamiento y la práctica del desarrollo en los años noventa y en el nuevo milenio en el periodo posterior al Consenso de Washington

Los años ochenta fueron una década «perdida para el desarrollo» en el sentido de que los ingresos generados por la expansión del crecimiento orientado a la exportación se utilizaron, en gran parte, para el servicio de la deuda externa, en vez de invertir productivamente en el ingreso per cápita. Al final de la década se alcanzaron apenas los niveles logrados a fines de los años setenta, debido a la imposición de un nuevo orden mundial (neoliberal) siguiendo el Consenso de Washington sobre la política correcta a favor del crecimiento. La década también fue testigo del advenimiento de movimientos de protesta y de la organización y movilización de diversas fuerzas de resistencia en contra de la agenda de políticas neoliberales y las fuerzas del cambio desatadas por esta agenda. En el vórtice de estas fuerzas, los arquitectos del orden mundial neoliberal y los críticos sociales liberales de este orden coincidieron en la búsqueda de una nueva agenda de políticas y de un régimen que pudiera ser sustentable (un nuevo consenso de políticas). Llevaría la mayor parte de la década establecer los detalles, pero pronto emergería un postconsenso de Washington. Sus elementos básicos incluían la creencia de que el neoliberalismo había «ido demasiado lejos» en la dirección del libre mercado y el Estado había tenido que «ser metido de regreso» para asegurar un «mejor equilibrio entre el Estado y el mercado» (OCAMPO, 2007) y una forma socialmente más inclusiva del neoliberalismo. En esencia, el propósito era darle al proceso de ajuste estructural un «rostro humano», que requería un «Estado descentrado pero capaz» con una forma de gobierno descentralizada, pero conjunta (CRAIG Y PORTER, 2006).

La nueva agenda de políticas basada en este consenso posterior al de Washington y

un nuevo paradigma de desarrollo se definieron por las siguientes medidas, puestas en práctica, como se vio, por prácticamente todos los gobiernos o regímenes de políticas formados en los años noventa. Primero, los gobiernos necesitaban mantener la trayectoria de la política a favor del crecimiento – la «reforma estructural» simpatizante con el mercado – y de la privatización, apertura e integración económica, desregulación del mercado de productos y de mercados de capital y reforma laboral; la liberalización del comercio y de los flujos de capital; la transformación productiva y la modernización (conversión tecnológica) de la agricultura. En segundo lugar, estaba la necesidad de una «nueva política social» encaminada a los pobres, para asegurar que recibieran los beneficios del crecimiento – a favor de los pobres y del crecimiento (LÓPEZ, 2004). De hecho, en los años noventa prácticamente todos los gobiernos de la región pusieron en práctica una versión de estas nuevas políticas sociales con base en el modelo chileno.

Otra política conforme al nuevo consenso que tomó auge consistió en fomentar una forma más participativa y sustentable de desarrollo sobre la base institucional de la descentralización administrativa, una política instituida por el dictador chileno Augusto Pinochet a mediados de los setenta, pero construida por los economistas del BM (RONDINELLI, NELLIS Y CHEEMA, 1983). El propósito de esta política era doble, dependiendo del contexto: 1) la municipalización del desarrollo para capacitar a los gobiernos locales en la responsabilidad compartida del desarrollo económico y social, y 2) otorgar poder a los pobres, permitiéndoles y capacitándolos para actuar por sí mismos en el ámbito de sus localidades y comunidades para instituir una forma de base comunitaria de desarrollo local con fundamento en la acumulación de un recurso o forma de capital («social»), que supuestamente los pobres poseían en abundancia: su capacidad para trabajar colectivamente y cooperar sobre la base de relaciones y vínculos sociales de intercambio recíproco forjados en una cultura de solidaridad social (OCAMPO, 2004; WOOLCOCK, 1988; WOOLCOCK Y NARAYAN, 2000).

Hacia fines de la década, esta nueva agenda de políticas se instituyó ampliamente en una estrategia diseñada para hacer que los pobres del campo se alejaran de los movimientos sociales, según dictaba el enfoque del desarrollo rural integrado de los años setenta (VELTMEYER Y PETRAS, 2005). Para poner en práctica esta estrategia de reforma, dentro del marco de un «nuevo paradigma», los economistas del BM y sus socios estratégicos en el sistema de las Naciones Unidas diseñaron un Marco de Desarrollo Comprensivo de gran alcance (Comprehensive Development Framework-CDF) y, dentro de este marco, una nueva herramienta de políticas, el documento sobre estrategia de reducción de la pobreza (Poverty Reduction Strategy Paper-PRSP), que se introdujo en la «comunidad de desarrollo» en la cumbre del G8 en 1999.¹¹

¹¹ Estas y las otras herramientas de las políticas PWC fueron diseñadas con referencia a cuatro principios fundamentales en los que coincidieron las principales luminarias y los funcionarios de la «comunidad de desarrollo» en una serie de reuniones a puerta cerrada entre 1987 y 1989 con miembros del gobierno de Bolivia para considerar los problemas del desarrollo del país, así como las claras evidencias provenientes de la región en el sentido de que el tan anunciado programa de ajuste estructural estaba en serio peligro. Estos principios reflejaban un consenso sobre la necesidad de emprender una forma de ajuste estructural o neoliberalismo más humano y sustentable, y sobre todo gobernable. Según el informe, que se puso a disposición en ese momento, de parte del representante de Dinamarca, que cooperaba en este proyecto, el modelo del PNUD de «desarrollo humano sustentable» fue construido con referencia a tres principios básicos: i) productividad-competitividad (mejorar la productividad de las principales empresas económicas de Bolivia, es decir, negocios, y asegurar su capacidad para competir en el mercado mundial); ii) equidad en la integración social (ampliar la base social de la producción nacional, mejorando el acceso a los medios de producción de diversos grupos de productores más allá del pequeño estrato de empresas bien capitalizadas que resultaban privilegiadas y se beneficiaban de las políticas neoliberales), y iii) la gobernabilidad de la acción del Estado (asegurar el orden político con la menor cantidad posible de gobierno, es decir, mediante el fortalecimiento de la sociedad civil y la participación en las políticas públicas).

Conclusiones

Aun cuando no se esperaba que fuera así, la llegada del nuevo milenio representó un nuevo hito en el pensamiento y la práctica del desarrollo. Cinco décadas de desarrollo – tres bajo los auspicios y la agencia del Estado, y dos dentro del «nuevo orden mundial» – habrían logrado una importante reordenación de los países en la frontera del desarrollo global, aunque se diera un escaso o nulo cambio en lo que la ONU (2005) había identificado como el «predicamento de la inequidad»: una distribución marcadamente desigual de los recursos productivos y del ingreso en todo el mundo, en condiciones cada vez más desiguales de concentración de la riqueza y de la pobreza en ambos extremos de esta distribución.

Cinco décadas de diversos esfuerzos de desarrollo, gastos de gobierno e inversiones en recursos humanos y financieros y tres décadas de la autoelegida guerra del BM en contra de la pobreza global, con poco qué mostrar, con excepción de una tortuosa historia de la idea y las prácticas del desarrollo asociadas con los vientos del cambio.

Referencias Bibliográficas

ADELMAN, I. (1986), «A Poverty Focused Approach to Development Policy», en J.P. Lewis y Kallab, **Development Strategies Reconsidered**, reimpresso en C.K. Wilber, *The Political Economy of Underdevelopment*, 4a. ed. pp. 493-507.

ATRIA, R. et al. (eds.) (2004), **Social Capital and Poverty Reduction in Latin America and the Caribbean: Towards a New Paradigm**, Santiago, ECLAC.

BANCO MUNDIAL (2008), **World Development Report: Agriculture for Development**, Oxford University Press.

BERBEROGLU, Berch (2002), **Labour and Capital in the Age of Globalization**, Lanham MD, Rowman y Littlefield.

BULMER-THOMAS, Victor (1996), **The Economic Model in Latin America and its Impact on Income Distribution and Poverty**, Nueva York, St. Martin's Press.

CEPAL (1990), **Informe Transformación productiva con equidad. La tarea prioritaria de América Latina y el Caribe en los años noventa**, CEPAL.

CORNIA, Andrea, Richard Jolly y Frances Stewart (1987), **Ajuste con rostro humano**, Madrid, Siglo XXI-UNICEF.

CRAIG, D. y Porter, D. (2006), **Development Beyond Neoliberalism? Governance, Poverty Reduction and Political Economy**, Abingdon Oxon, Routledge.

DE JANVRY, A. y E. Sadoulet (2000), «**Rural Poverty in Latin America: Determinants and Exit Paths**», *Food Policy*, 25(4), pp. 389-409.

DELGADO WISE, Raúl y Humberto Márquez (2007), **Teoría y práctica de la relación dialéctica entre desarrollo y migración**, *Migración y Desarrollo*, núm. 9.

_____ y Héctor Rodríguez (2009), **Seis tesis para desmitificar el nexo entre migración y desarrollo**, *Migración y Desarrollo*, núm. 12.

DENEULIN, Severine y Lila Shahani (eds.) (2009), **An Introduction to the Human Development and Capability Approach: Freedom and Agency**.

FRÖBEL, Folker, Jürgen Heinrichs y Otto Kreye (1980), **The New International Division of Labour, Structural Unemployment in Industrialised Countries and Industrialisation in Developing Countries**, Cambridge, Cambridge University Press.

GLYNN, A., A. Hughes, A. Lipietz y A. Singh (1990), «The rise and fall of the Golden Age», en Stephen Marglin y Juliet Schor (eds.), **The Golden Age of Capitalism: Re-interpreting the Post-War Experience**, Oxford, Clarendon Press.

HARVEY, David (2005), **A Brief History of Neoliberalism**, Oxford, Oxford University Press.

LOPEZ, Humberto (2004), **World Bank Pro-Poor Growth: A Review of What We Know (and of What We Don't)**, Washington DC, World Bank.

MARGLIN, Stephen y Juliet Schor (1990), **The Golden Age of Capitalism: Reinterpreting the Post-War Experience**, Oxford, Clarendon Press.

MIROWSKI, P. y D. Plehwe (2009), **The Road from Mont Pelerin: the Making of the Neoliberal Thought Collective**, Cambridge University Press.

OCAMPO, J.A. (2004), «Social Capital and the Development Agenda», en R. Atria et al. (eds.), **Social Capital and Poverty Reduction in Latin America and the Caribbean: Towards a New Paradigm**, Santiago, ECLAC, pp. 25-32.

_____ (2007), «Markets, Social Cohesion and Democracy», en J.A. Ocampo, K.S. Jomo y S. Khan (eds.), **Policy Matters: Economic and Social Policies to Sustain Equitable Development**, London, zed Books.

OTERO, Gerardo (1999), **Farewell to the Peasantry. Political Formation in Rural Mexico**, Boulder CO, Westview Press.

PNUD (1996), **Informe Anual 1996**, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, Nueva York.

_____ (1997), **Informe Anual 1997**, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, Nueva York.

_____ (2009), **Informe Anual 2009**, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, Nueva York.

PETRAS, James y Henry Veltmeyer (2001), **Globalization Unmasked: Imperialism in the 21st Century**, Halifax and Halifax, Fernwood Publishing and ZED Books.

_____ y Henry Veltmeyer (2005), **Social Movements and State Power: Argentina, Brazil, Bolivia, Ecuador, Londres, Pluto Press.**

RONDINELLI, D.A., J.R. Nellis y G.S. Cheema (1983), «Decentralization in Developing Countries: A Review of Recent Experience», **World Bank Staff Paper**, núm. 581, Washington DC, World Bank.

ROSENAU, James y E.O. Czempiel (eds.) (1992), «The Triumph of Neoclassical Economics in the Developing World: Policy Convergence and the Bases of Government in the International Economic Order», en **Governance without government: Order and Change in World Politics**, Cambridge, Cambridge University Press.

SAAD-FIHLLO, Alfredo (2005), «From Washington to Post-Washington Consensus», en Alfredo Saad-Fhilo y Debora Johnston (eds.), **Neoliberalism: A Critical Reader**, pp. 113-119.

SEN, Amartya (1989), «Development as Capability Expansion», **Journal of Development Expansion**, núm. 19, pp. 41-58.

_____ (1999), **Development as Freedom**, Nueva York, Alfred & Knopf.

STEWART, Francis (2008), «**Human Development as an Alternative Development Paradigm**», UNDP <http://hdr.undp.org/en/media/1> (accessed March 16, 2008).

STREETEN, Paul (1984), «Basic Needs: Some Unsettled questions», **World Development**, vol. 12, núm. 0.

SUNKEL, Osvaldo (ed.) (1993), **Development From Within: Towards a Neostructuralist Approach to Latin America**.

TOYE, John (1987), **Dilemmas of Development**, Blackwell.

VELTMEYER, Henry (ed.) (2011), **Critical Development Studies: Tools for Change**, Halifax, Fernwood Publishers, London, Zed Books.

_____ y James Petras (2005), «Foreign Aid, Neoliberalism and Imperialism», en A. Saad-Filho y D. Johnston (eds.), **Neoliberalism: A Critical Reader**, London, Pluto Press, pp. 120-127.

WADE, Robert (2004), **Governing the Market: Economic Theory and the Role of Government in East Asian Industrialization**, Princeton University Press.

WILLIAMSON, J. (ed.) (1990), **Latin American Adjustment. How Much Has Happened?**, Washington DC, Institute for International Economics.

WOOLCOCK, M. (1988), «**Social Capital and Economic Development: Towards a Theoretical Synthesis and Policy Framework**», *Theory and Society*, 27, pp. 151-208.

_____ y D. Narayan (2000), «Social Capital: Implications for Development Theory, Research and Policy», **The World Bank Research Observer**, 15 (2), August.

WOO-CUMINGS, Meredith (1999), **The Developmental State**, Cornell University Press.

“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa

Alair Ferreira de Freitas

Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) (2011).
Professor da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Campus Parauapebas - PA.
e-mail: alairufv@yahoo.com.br

Maria Izabel Vieira Botelho

Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
(UNESP) (1999).
Professora Associada do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de
Viçosa (UFV).
e-mail: mbotelho@ufv.br

Resumo

Este artigo analisa o campesinato para além da sua dimensão econômica, ressaltando as fundamentais dimensões moral e social constitutivas da economia camponesa. Tem-se, para tanto, como fio condutor da argumentação, a compreensão de que as categorias terra e família são fundamentais para agregar complexidade e possibilitar entendimentos sobre a dinâmica camponesa. Entretanto, estas categorias, terra e família, também precisam ser entendidas para além da sua dimensão econômica. A reflexão em curso elucida algumas divergências entre diferentes abordagens do campesinato, principalmente aquelas relacionadas à economia camponesa. Ao mesmo tempo, a mesma literatura, quando utilizada à luz de outros autores vinculados a outras vertentes analíticas, sugere novas reflexões acerca da moral camponesa. Assim, a economia camponesa, como parte de uma ordem moral, está imbricada no conjunto das relações interpessoais dos grupos sociais. Esta imersão do econômico no social, e vice-versa, em busca da reprodução de valores, como o valor-Terra e o valor-Família, se configura como uma distinção da economia camponesa. As relações sociais que marcam a economia estão sempre cercadas de construções simbólicas que servem para explicá-las, justificá-las e regulá-las.

Palavras-chave: campesinato, economia camponesa, terra, família, dívida.

Resumen

"Campesinado como orden moral": (re)visitando clásicos y (re)pensando la economía campesina

Este artículo analiza el campesinado más allá de su dimensión económica, resaltando como fundamentales las dimensiones morales y sociales constitutivas de la economía campesina. Tiene, por tanto, como hilo conductor de la argumentación, la comprensión de que las categorías tierra y familia son fundamentales para complejizar y posibilitar entendimientos sobre la dinámica campesina. Por tanto, las categorías, tierra y familia, también precisan ser entendidas trascendiendo su dimensión económica. La reflexión expone algunas divergencias entre distintos abordajes sobre el campesinado, principalmente aquellos relacionados a la economía campesina. Al mismo tiempo, la misma literatura cuando las utiliza considerando otros autores vinculados a otras vertientes analíticas, sugiere nuevas reflexiones sobre la moral campesina. Así, la economía campesina, como parte de un orden moral está imbricada en un conjunto de relaciones interpersonales de los grupos sociales. Esta vinculación de lo económico en lo social y viceversa en busca de la reproducción de

valores – como la tierra y la familia – se configura como una particularidad de la economía campesina. Las relaciones sociales que marcan la economía están siempre integradas de construcciones simbólicas que sirven para explicarlas, justificarlas y regularlas.

Palabras-claves: campesinos, economía campesina, tierra, familia, regalo.

Abstract

"Peasantry as moral order": (re)visiting classics and (re)thinking about the peasant economy

This paper analyzes the peasantry beyond the economic dimension, stressing the fundamental moral and social dimensions. To this end it uses as argumentative thread, the understanding that the categories land and family are essential for adding complexity and enabling understanding of the dynamics peasantry. These categories, land and family, must be understood apart from their economic dimensions. The discussion clarifies some of the differences between varied analytical approaches to the peasantry, especially those related to peasant economy. Informed by other authors, some of the same literature can be read to suggest new thinking about the moral order of the peasantry. The peasant economy, as a moral order, is embedded in the social world. The crisscrossing of social and economic realms reproduces values, such as the Land-value and Family-value, in ways that distinguish the peasantry. The social relations that characterize the peasant economy are infused by symbolic constructions that serve to explain them, justify them and regulate them.

Keywords: peasantry, peasant economy, land, family, gifts.

Introdução

A dimensão econômica tem sido o foco de análise de diversos estudos sobre campesinato sendo, frequentemente, definido como uma categoria social em sua perspectiva econômica. Alguns estudos sobre campesinato também o colocam em contraposição à cidade, enfatizando a sua inferioridade social e de interdependência ao urbano.

Robert Redfield, em seu livro “O mundo primitivo e suas transformações” (1964), é um dos autores que melhor exprime a orientação segundo a qual o campesinato se define a partir da existência das cidades, e está numa condição de submissão às camadas urbanas. Para este autor, a relação existente entre o camponês e a cidade é de interdependência, principalmente por uma complementação econômica. Apesar de sua íntima interação com o ambiente natural, o camponês necessita de bens produzidos nas cidades (industrializados) para garantir sua reprodução (sal e querosene são os exemplos mais comuns expostos pelo autor).

Essa característica permite reforçar a ideia de que o mundo camponês não é amorfo, mas ordenado (WOLF, 1976), e que possui formas particulares de organização, as quais variam de um ambiente para o outro. A natureza das relações mantidas pelo campesinato, portanto, provocam inúmeras peculiaridades entre os diversos grupos camponeses nos diversos ambientes sociais e geográficos em que se fixam.

Nas teorias sobre campesinato, a descrição de suas características, vistas por diferentes “lentes”, sobre diferentes espaços geográficos e temporais, faz-se chegar à conclusão de que certos traços são recorrentes em sua definição, embora consideradas as especificidades de diferentes grupos camponeses. Pereira de Queiroz (1973) a partir de diversas abordagens e tentativas de definição do camponês, conclui que:

O camponês é um trabalhador rural cujo produto se destina primordialmente ao sustento da própria família, podendo vender ou não o excedente da colheita, deduzida a parte de aluguel da terra quando não é proprietário; devido ao destino da produção, ele é policultor. O caráter essencial da definição de camponês é, pois, o destino dado ao produto, pois este governa todos os outros elementos com ele correlatos. Assim, dificilmente cultivará grandes extensões de terra; por outro lado, não sendo a colheita destinada a obtenção de lucro, não deve ela ultrapassar certo nível de gastos a fim de não onerar a disponibilidade econômica familiar - de onde se empregar preferencialmente sistema de cultivo e instrumentos rudimentares, e se utilizar a mão-de-obra familiar. De forma geral, o destino da produção define a organização do trabalho no interior da família. [...] Economicamente, define-se, pois o camponês pelo seu objetivo de plantar para o consumo. Sociologicamente, o campesinato constitui sempre uma camada subordinada de uma sociedade global - subordinação econômica, política e social. (p. 29-30).

Percebe-se que a economia camponesa é uma economia familiar destinada prioritariamente à manutenção da família e não à maximização dos meios de produção através da inserção integral em grandes mercados. O lucro não é o fim principal ou último de sua produção. Contudo, isto não exclui a perspectiva de que se almeje o lucro. Tampouco se pode considerar que esse lucro provenha exclusivamente de atividades rurais. As tentativas de enquadramento conceitual do campesinato por vezes limitam a sua própria compreensão nas sociedades contemporâneas e incidem, como argumenta Ploeg (2008, p. 35), no risco de tornarem-no “imperfeições temporárias” ou uma “anomalia irrelevante”. Algumas das lacunas nas teorias do campesinato serão discutidas posteriormente.

Neste sentido, as características que distinguem os camponeses têm sido procuradas nas relações desiguais de poder, “como uma camada subordinada de uma sociedade global” (QUEIROZ, 1973, p. 30). Essa afirmativa, apesar de caracterizar parte do campesinato, não possibilita compreendê-lo na atualidade. Não obstante poder ser verificada na atualidade, ela se apresenta incompleta para compreender o campesinato. Do ponto de vista da subordinação econômica¹, a economia camponesa seria resultante da equação simplista que conjuga exclusivamente a produção agrícola como receita total, subtraída da demanda interna da família (autoconsumo/subsistência) e dos gastos para aquisição de produtos essenciais à sua reprodução, não produzidos por ela, mas adquiridos nas cidades. Em síntese, a unidade doméstica é concebida apenas como uma unidade de produção e consumo.

Tendo em vista as ideias esboçadas acima, existe a necessidade de se analisar o campesinato como uma categoria social para além da dimensão econômica. Cabe-nos, então, questionar: que fatores para além da dimensão econômica e mercantil condicionam as estratégias de reprodução socioeconômicas dos camponeses? Qual a natureza da economia camponesa? Como terra e família, duas categorias sempre mencionadas quando se discute campesinato, são concebidas no interior da economia camponesa? São-lhes atribuídas valorações diferenciadas da economia mercantil?

Orientados por estes questionamentos e pela bibliografia consultada, parte-se da hipótese, neste ensaio teórico, de que existe um conjunto de normas sociais, obrigações morais e representações sobre direitos e costumes tradicionais que orientam a dinâmica econômica dos diferentes grupos camponeses. O foco da discussão que se pretende elaborar é, portanto, a economia camponesa em sua essência. O objetivo central a que nos propomos é discutir as dimensões moral e social constitutivas da economia camponesa, tendo como fio condutor da argumentação, a compreensão de categorias que lhe são determinantes, especificamente terra e família.

¹ É importante ressaltar que ao se falar em subordinação do campesinato, não se trata apenas de uma subordinação econômica, mas de formas de subordinação que se vinculam a outras dimensões (política, cultural, etc.).

Esta abordagem irá considerar, como referencial empírico, um campesinato que se constitui, principalmente, a partir da exploração mineradora no século XVIII e se amplia, em alguns municípios, com o declínio da economia cafeeira na região da Zona da Mata de Minas Gerais, no final século XIX. O declínio das fazendas produtoras de café contribuiu para o incremento de unidades produtivas menores, o que, na atualidade, caracteriza o perfil das propriedades na região que, em geral, não ultrapassam 100 ha, com predomínio de propriedades entre cinco e 20 ha. Entretanto, vale ressaltar que a marca da economia mineira no século XIX não foi de uma produção agrícola para exportação como ocorre no Rio de Janeiro, por exemplo. De acordo com Martins (1980), a grande lavoura do café para exportação permaneceu confinada a poucos municípios da região da Zona da Mata. A região, em geral, consistia de unidades agrícolas diversificadas internamente, produzindo para o consumo próprio e vendendo os excedentes nos mercados locais.

Atualmente, parte significativa deste campesinato não tem a propriedade da terra, e nela trabalha na condição de parceiro. Este campesinato, como em outras regiões do Brasil e do mundo, apresenta inúmeras diferenciações, reafirmando a existência de uma diversidade ampla e, portanto, impossível de ser tratado como um grupo social homogêneo. Ao contrário, e como afirma Shanin (2005, p. 1), ao se referir ao campesinato, “em qualquer continente, estado ou região, os assim designados (camponeses), diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo”. Na Zona da Mata mineira, as diferenciações camponesas vinculam-se, sobretudo, às diferentes composições étnicas e culturais que delineiam modalidades de cultivo e relações diferenciadas com os mercados locais, regionais e internacionais, principalmente para um grupo que produz, além de outros bens agrícolas, café orgânico. Por meio de cooperativas e, ou associações, estes agricultores destinam parte da sua produção de café ao *Fair Trade* ou mesmo ao mercado nacional.

Essa referência empírica emerge como lastro da discussão teórica proposta neste trabalho. Neste contexto, é importante salientar também que a trajetória histórica do campesinato na referida região passa ainda por mobilizações políticas para conquista de terras, formando grupos de camponeses em busca de autonomia no trabalho e propriedade da terra. O conteúdo social e simbólico da atuação política desse campesinato está ancorado no trabalho de setores da igreja católica (principalmente as Comunidades Eclesiais de Base - CEB's) que, por intermédio da fé, conectavam as famílias no meio rural, as quais sempre exerceram papel basilar na organização econômica. O sindicalismo também foi fundamental na construção do campesinato como categoria social na Zona da Mata Mineira, articulando ações de luta por direitos e representação política.

Para compreender dimensões não-econômicas da economia camponesa é preciso antes relativizar a própria noção de economia. Necessita-se de uma abordagem em que a economia seja vista enquanto parte constituinte das relações sociais, ou seja, deve-se ter uma visão diferenciada do conjunto de relações que permeia o tecido social, dando um caráter mais amplo à economia, para além de uma perspectiva neoclássica, em que a economia é vista como esfera autônoma da vida social.

Para a construção dos argumentos aqui apresentados tratar-se-á, na próxima seção (seção 2), da construção do campesinato a partir de alguns autores clássicos. Na seção 3, apresenta-se uma abordagem sociológica da Economia, pouco trabalhada nas análises sobre o campesinato. São utilizados alguns referenciais da teoria da dívida, a qual contribui para a compreensão dos fundamentos das relações econômicas entre os camponeses e a construção da terra com dívida e a família como o *locus* da dívida. A nova sociologia econômica permite a compreensão da economia camponesa como produto das interações sociais. Na seção 4, discute-se a economia camponesa com base em alguns autores expoentes, sinalizando para a terra e a família como categorias essenciais na construção de uma ordem moral camponesa. Na última seção são elaboradas algumas considerações finais.

O campesinato: abordagens e definições

O surgimento da burguesia, com o advento das cidades, marca a transformação das sociedades agrárias feudais. A mudança da sociedade feudal para uma sociedade burguesa, integrada por novas formas de subordinação, muda, sobretudo, as instituições sociais. “O direito de propriedade e o dinheiro tomam o lugar da servidão, do direito de polícia e do domínio eminente” (MENDRAS, 1978, p. 13). Trata-se, portanto, de uma mudança nas principais instituições que organizam a sociedade e a vida cotidiana. As “novas” instituições passam a determinar novas configurações às sociedades.

A sociedade camponesa, de acordo com Mendras (1978), surge no seio destas transformações. A sociedade agrária, subordinada à cidade e à centralidade da burguesia, e não mais à feudalidade, transforma-se em campesinato (MENDRAS, 1978). Redfield (1964) foi um dos primeiros autores a enfatizar que esse relacionamento é imprescindível, já que para ele o campesinato só existe a partir das cidades.

Numa tentativa de caracterizar a sociedade camponesa, tomando como referência a noção de “tipo ideal camponês”, Henri Mendras (1978), pesquisando o campesinato europeu, cria uma tipologia para diferentes grupos sociais estabelecida em três especificações como selvagem, camponês e agricultor. A partir desta tipificação Mendras elabora sua abordagem comparando as diferenças existentes entre os mesmos. Numa similar perspectiva, Redfield (1964) também estabelece uma comparação, enfatizando uma oposição esquemática entre “tipos sociais”. Mendras, na tentativa de definir um tipo ideal camponês estabelece suas distinções em relação a outros grupos sociais:

O *selvagem* vive em uma coletividade restrita, isolada do mundo exterior com o qual só mantém relações de guerra e de troca; ele vive do que produz, e não existe especialização de tarefas, cada um participando da produção dos alimentos; todos conhecem todos no seio da coletividade; a posição de cada um e as tarefas que lhe cabem, são definidas por seu pertencimento à sua linhagem, sexo e idade. O *agricultor* vive em uma sociedade industrial “de massas”, na qual as coletividades locais não têm mais autonomia do que outros grupos ou organizações (das quais ela também faz parte) e são o último degrau de uma rede político-administrativa; a produção agrícola, comentada pelo mercado, faz-se ainda comumente em empresas familiares, mas, tendo desaparecido o autoconsumo, o consumo familiar não tem relação com a produção, que é inteiramente comercializada. (...) Por contraste com o selvagem e o agricultor, o tipo ideal de *sociedade camponesa* se define pelos cinco traços seguintes: i) autonomia relativa das coletividades camponesas; ii) importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica; iii) autarquia relativa que não distingue consumo e produção e mantém relações com a economia envolvente; iv) relações de interconhecimento dentro das coletividades; e, v) função decisiva de mediadores entre sociedade camponesa e sociedade envolvente². (MENDRAS, 1978, p. 14).

Partindo desta perspectiva comparativa, outros autores clássicos das teorias do campesinato (REDFIELD, 1964; WOLF, 1976) constroem seus modelos explicativos seguindo uma concepção evolucionista sobre os tipos de sociedade. A sociedade camponesa seria uma evolução a partir da sociedade primitiva e, para entendê-la, é preciso constantemente contrastá-la com esta última. Nesta perspectiva evolucionista, o camponês parece estar a meio caminho entre o primitivo e o moderno. Entretanto, o que as distingue não é a maior ou menor relação que mantém com outros tipos de sociedade, mas é, sobretudo, a natureza dessas relações.

² Sociedade envolvente é o termo usado por Mendras (1978) para se referir à capacidade da sociedade industrial urbanizada de envolver as culturas e economias, enfim, as sociedades que se encontram fora de seu padrão de organização e desenvolvimento. Trata-se, portanto, da capacidade de provocar mudanças institucionais a partir da dinâmica do modo de produção industrial capitalista.

Além da abordagem evolucionista, aqueles autores ainda utilizam outro parâmetro para definir o conceito de camponês: a análise das relações verticais externas, sempre em subordinação a grupos dominantes, como nas relações de patronagem. Neste sentido, o campesinato é definido a partir de “uma relação estrutural assimétrica entre produtores de excedente e o grupo dominante” (WOLF, 1976, p. 24). Assim entendido, o campesinato é visto prioritariamente a partir de suas relações econômicas com a sociedade industrial. Igualmente, as dimensões não econômicas da economia são relegadas a categorias marginais na explicação do campesinato, pois tendem a sucumbir com o aparecimento das cidades.

Com grande frequência, na literatura pesquisada, o campesinato foi construído como uma economia. Ou seja, o termo camponês era designado para compreender a manifestação de formas econômicas distintas (e retrógradas) das sociedades industriais. A economia camponesa era analisada sob uma ótica puramente economicista, não considerando as possibilidades qualitativas de compreensão das práticas sociais mais amplas.

Não obstante a riqueza e a amplitude do alcance da abordagem clássica sobre o campesinato, Ploeg (2008) argumenta que os resultados dessa tradição multifacetada são inadequados para compreender efetivamente as condições camponesas na contemporaneidade. Para este autor, as lacunas das teorias sobre o campesinato podem ser resumidas em quatro pontos (PLOEG, 2008, p. 36-38):

1. As abordagens clássicas dividem o mundo em duas partes e aplicam teorias e conceitos diferentes a cada uma, reproduzindo, assim, imagens contrastantes - imagens de mundos diferentes habitados por pessoas diferentes. A fronteira decisiva entre esses dois mundos é o desenvolvimento: “enquanto uma parte é desenvolvida a outra é subdesenvolvida”.
2. “O *modo camponês de fazer agricultura* tem sido, amplamente, negligenciado”. A ênfase tem sido posta no envolvimento com a agricultura como um dos elementos que definem a produção camponesa. Por conseguinte, “o caráter distintivo dos camponeses tem sido procurado, essencialmente, nas relações desiguais de poder e/ou nas suas características socioculturais”.
3. Os estudos têm negligenciado o reconhecimento da “condição de agente” dos camponeses, “o que é uma consequência óbvia (não intencional) do seu posicionamento epistemológico. Os camponeses são frequentemente representados como ‘vítimas passivas’”.
4. A literatura não considera “o elemento-chave da grande onda de modernização que se espalhou pelo terceiro Mundo tal como aconteceu na Europa e no resto do mundo”.

A implicação teórica destas constatações é que a natureza do campesinato está muito além de uma economia. Para superar estas lacunas é necessário partir de referências que dêem conta de compreender as condições camponesas, que não são estanques. A própria economia camponesa precisa ser relativizada e amparada teoricamente sob novos olhares.

Com o propósito de enriquecer teoricamente os estudos camponeses, Ploeg (2008, p. 40) formula as características do que ele denomina de a “condição camponesa”:

As características fundamentais da condição camponesa são (1) a luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se caracteriza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de co-produção entre homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma

base de recursos própria poderão ser (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações.

Seguindo essa concepção, o campesinato não pode ser traduzido como o produto de uma condição social historicamente desfavorável. Tampouco as relações externas do campesinato podem ser compreendidas como a motivação da racionalidade mercantil. Elas seguem, de acordo com Ploeg (2008, p. 43), a necessidade de contração e retração nos momentos apropriados, tentando evitar as armadilhas. Essas relações são construídas e alteradas de acordo com os “repertórios culturais locais”; são as economias morais que definem a natureza dessas relações.

K. Woortmann (1990) extrapola a dimensão estritamente econômica apontada como lacuna das teorias e propõe o campesinato como uma ordem moral. Nesta vertente, a família enquanto um valor social tem papel central na organização da economia. E a terra é concebida como patrimônio, não como simples mercadoria; é uma dívida determinante da perpetuação e reprodução da família.

O campesinato como ordem moral transcende a natureza econômica posta em evidência na literatura para ser objeto teórico da antropologia e da sociologia. Sob novos olhares, a economia camponesa amplia suas dimensões constitutivas e passa a conceber a racionalidade econômica como produto das interações sociais.

Repensando a economia

A teoria da dívida

Sob a perspectiva da teoria da dívida, que tem importante contribuição de Marcel Mauss, a economia é concebida como um sistema de trocas baseadas no princípio da reciprocidade. Para Mauss (1974), o que explica a continuidade das relações econômicas entre as coletividades é a existência da obrigação moral de retribuição do bem trocado. Esta é a principal característica da dívida. Neste sentido, as relações econômicas não se resumem à troca de objetos materiais, mas é antes, carregada de valores simbólicos. Este é um dos pressupostos para a compreensão da economia como uma ordem moral.

A natureza da dívida é estabelecer vínculos sociais através de um sistema composto pelos momentos de dar-receber-retribuir. Embora aconteçam de forma espontânea, esses momentos cultivam implicitamente uma obrigação moral que condiciona o comportamento dos indivíduos. Portanto, dívida, obrigação e liberdade se misturam no campo das relações sociais. Sob essa ótica, as ações econômicas são orientadas por um aparato legal e moral que se fundamenta na construção de laços sociais imbuídos de reciprocidade e solidariedade.

Através da dívida, Mauss tenta explicar onde está a força, ao mesmo tempo mística e prática, que agrega os grupos sociais e também os divide, que orienta seu trabalho e ao mesmo tempo os induz à troca. Para o autor, o que motiva a ação econômica não é apenas o valor de troca. A essência dessa ação não está exclusivamente na troca de bens e riquezas, móveis e imóveis, coisas economicamente úteis. Trata-se, antes de tudo, do uso dos valores, dos bens simbólicos e imateriais culturalmente construídos por um grupo, em que o mercado é apenas um termo de um contrato muito mais geral e muito mais permanente (MAUSS, 1974).

Mauss, em o “Ensaio sobre a dívida”, afirma que a tríade dar-receber-retribuir refere-se a uma obrigação que estrutura as sociedades arcaicas, e remonta a certa universalidade que se traduz como um fenômeno social total (MAUSS, 1974). Ou seja, diz respeito ao conjunto das dimensões da ação e exerce profunda repercussão em toda a sociedade.

A Economia, sob a ótica da dívida na modernidade, constitui um sistema de relações propriamente sociais à medida que estas são irredutíveis às relações instrumentais de interesse econômico estrito (GODBOUT, 1999). A dívida não é antes de tudo um sistema

econômico, mas um sistema social das relações de pessoa a pessoa. O interconhecimento proporcionado pelas relações de proximidade dentro das coletividades nutre os vínculos sociais e conecta a ação econômica a uma ordem moral, instituída através de processos sócio-históricos que convergem para a necessidade de manutenção da troca como instrumento de sociabilidade: do sistema econômico como um sistema social.

A “economia da dádiva” (CHEAL, 1988 apud GODBOUT, 1999) é, portanto, um sistema de circulação de coisas imanentes aos próprios vínculos sociais. Em função disso, Godbout (1999) afirma que esses pressupostos são válidos como instrumentos analíticos mesmo nas sociedades modernas. Para este autor, as trocas devem ser analisadas não a partir do que circula, mas a partir dos vínculos por onde circulam.

A nova sociologia econômica

A sociologia, em suas raízes históricas, conferiu ao homem uma concepção de pessoa obediente às normas e valores internalizados de seu meio social, resultantes de sua socialização, ou seja, o comportamento era considerado uma aplicação automática e mecânica de normas culturais. Essa interpretação é chamada por Granovetter (2003) de concepção sobresocializada da ação humana. Sob esta concepção, os indivíduos assumem papéis na sociedade que seriam determinados pela estrutura social. A ação individual e interessada não seria possível, pois as pressões e as coerções sociais seriam automáticas e interiorizadas, por conseguinte, imperceptíveis em relação à sua manifestação na determinação da ação humana.

Em contraposição, as economias clássicas e neoclássicas fundamentam-se em uma tradição utilitarista e atomizada, em que o homem, independente, guia-se pela estrita racionalidade econômica (ABRAMOVAY, 2004). Neste sentido, a ordem social seria resultado da autonomia plena dos indivíduos. Nos mercados, a ordem seria assegurada pela livre concorrência, pela manifestação do auto-interesse como mecanismo determinante do comportamento humano. Esta concepção levou os economistas a se voltarem à análise dos comportamentos motivados pelo interesse, ao modo como as pessoas fazem suas escolhas. Isto remete à ideia de que a economia assume outras motivações de caráter não-racional, mas associa a análise da interferência dessas motivações na ação humana a outras áreas do conhecimento, como a sociologia.

A convergência destas concepções (da economia e da sociologia) era que as escolhas são feitas por atores atomizados, e as soluções para o problema da ordem na sociedade estão no fato de ambas divorciarem os atores de seu contexto social mais imediato (GRANOVETTER, 2003).

É a partir da operacionalização dos conceitos de “racionalidade limitada” (ABRAMOVAY, 2004) e “custos de transação” (NORTH, 1990)³ que a concepção da economia clássica começou a ser contestada por uma de suas vertentes: a Nova Economia Institucional (NEI). Estes conceitos surgem tentando explicar que as ações humanas não são centradas apenas no auto-interesse e não refletem simplesmente um cálculo de custo de oportunidade. Mas são influenciadas por regras e valores partilhados, que são condicionados e aplicados pelo conjunto das relações sociais. Contudo, a NEI não postula uma ruptura com a tradição ortodoxa da economia, mas traz outras concepções e métodos à luz da economia para interpretar a *performance* econômica a partir das instituições.

Justamente nesse momento que as ciências sociais passam por um processo de “*virada cognitiva*”⁴ – para usar a expressão de David Dequech apud Abramovay (2004),

³ Para North (1990) custo de transação diz respeito às incertezas relacionadas principalmente a informação necessária para realização de determinada transação (não somente financeira); são as razões que fazem com que as decisões dos atores envolvidos na transação com frequência não reflitam simplesmente um cálculo de custo de oportunidade.

⁴ Identificada principalmente na grande expressão da nova economia institucional, que passa a questionar os princípios universalizados da economia ortodoxa.

caracterizada como uma mudança nos aparatos explicativos e esforços cognitivos de explicação da ação econômica, é que acontece uma de suas grandes conquistas: a aproximação entre os campos teóricos da economia e da sociologia.

Nesse contexto, surge a Nova Sociologia Econômica (NSE), através da qual as relações entre o econômico e o social são reconfiguradas, e seu conteúdo é redefinido. Com o foco no estudo dos mercados como produto das interações sociais, o econômico não é mais reduzido ao mercantil para valorizar o não mercantil e o não monetário. A premissa básica da NSE, que também é referência neste trabalho, reforça que a ação econômica é socialmente situada e não pode ser explicada apenas por motivos individuais; as instituições econômicas são socialmente construídas.

Para Steiner (2006) o objetivo mais específico da Sociologia Econômica é analisar a construção social das relações de mercado (concebido de maneira ampla) e a origem (histórica) social dos fenômenos econômicos. Partindo desse objetivo, a NSE se diferencia da sociologia marxista ao reverter o determinismo econômico da sociedade em favor de uma determinação social da economia. Por outro lado, ela reconsidera outros clássicos (Weber, Durkheim, Simmel), a partir de sua tentativa de dar conta da economia como totalidade social (LÉVESQUE, 2007).

Mark Granovetter, um dos mais expressivos autores da NSE, defende que a maior parte do comportamento humano encontra-se profundamente imbricado (*embedded*) em redes de relações interpessoais (GRANOVETTER, 2003). Este argumento, que se tornou uma máxima da NSE, evita as visões extremistas das perspectivas subsocializadas e sobresocializadas da ação humana, levadas adiante pela economia clássica e pela sociologia. Isso permite entender que os atores envolvem-se em ações sócio-políticas entre si e constroem culturas locais que orientam a sua interação numa trama de relações concretas e contextualizadas (FLIGSTEIN, 2003).

Steiner (2006) sintetiza três principais dimensões da sociologia econômica: 1) as relações sociais influenciam as ocorrências econômicas (construção social das relações econômicas) – mostram como as relações sociais (domésticas, principalmente) redefinem sensivelmente o uso da moeda conforme a origem da renda; 2) dimensão analítica na explicação sociológica das variáveis mercantis; e, 3) a sociologia econômica comporta uma dimensão cultural e cognitiva.

As dimensões cultural e cognitiva da economia, enfatizadas especialmente por Di Maggio, confirmam a idéia de que a cultura pode moldar as instituições econômicas e os negócios (DI MAGGIO, 2003). Como argumenta Abramovay (2004), o importante no trabalho de Di Maggio é sua insistência na idéia de que os modelos mentais dos atores não devem ser buscados, contrariamente ao que propõe North, nas ciências da cognição, e sim na cultura, isto é, na Sociologia e na Antropologia Cultural.

Pode-se concluir a partir desse breve panorama da NSE que:

[...] por meio de suas diversas correntes, ela [a NSE] busca demonstrar que a economia é social. A economia é social pelos seus *inputs*, sejam estes subvenções, bens coletivos e públicos, sistema social de inovação, engajamento de empregados para além do contrato de trabalho ou, ainda, coletividades locais que aportem capital social, dotações institucionais e dotações culturais. Ela o é também por *outputs*, que não são apenas bens e serviços produzidos, mas também exterioridades, tais como empregos, desenvolvimento de coletividades, relação com a natureza, qualidade de vida, etc. Além disso, a NSE acrescenta que a economia é social pelo fato de o mercado constituir tanto uma forma institucional e organizacional como uma construção social. Enfim, a coordenação das atividades econômicas e da circulação de bens diz respeito ao mercado, à hierarquia e a governanças baseadas num nível elevado de engajamento social, como é o caso das associações, das redes, das alianças, das comunidades e coletividades as mais diversas. (LÉVESQUE, 2007, p. 57).

Nesta perspectiva, a reciprocidade como fundamento da economia, negada pela sua vertente clássica, encontra fundamento no próprio interesse do indivíduo. Levar em consideração a moral e as interações sociais nas ações econômicas é importante para compreender formas às vezes surpreendentes de alocação do tempo, do trabalho e dos patrimônios das famílias. Na seção que se segue apresenta-se as abordagens teóricas acerca da economia camponesa.

A economia camponesa

E. Woortmann (1995), ao analisar a perspectiva teórica dos economistas europeus sobre o campesinato, destaca criticamente a abordagem de Chayanov (1974), interlocutor fértil da antiga escola austríaca-alemã e crítico da perspectiva marxista à época em que aquele autor analisa o campesinato russo. Chayanov (1974) considera a família uma unidade de força de trabalho e de consumo. Esta é vista como grupo doméstico sob uma “ótica econômica” e não um valor cultural. Essa ótica se vincula à perspectiva clássica da economia que, assim como mostrou Abramovay (2004), atomiza os atores e exclui elementos não econômicos do campo analítico da economia. A família é, sob este prisma, uma unidade econômica ocupada em reproduzir seus fatores de produção (CHAYANOV, 1974) e, a terra, constitui o principal fator de produção, independente de seu conteúdo ideológico.

Chayanov, ao centrar-se em um viés economicista, traduz a lógica da reprodução socioeconômica do campesinato como estratégias diversificadas para maximizar os fatores de produção e garantir seu padrão de consumo. Analisando isoladamente a unidade doméstica, esse autor não ultrapassa os limites da família, restringindo-a a resultado de cálculos econômicos para reprodução do grupo doméstico. De acordo com E. Woortmann (1995), Chayanov não consegue atingir uma visão qualitativa sobre o campesinato e mantém submersos (e por vezes ausentes) em suas análises aspectos importantes da economia camponesa.

Na perspectiva de Wolf (1976), a economia camponesa é pensada em suas relações com o “mundo exterior”, notadamente com as cidades, berço da sociedade industrial. As sociedades industriais separam (e isolam) as atividades econômicas das outras, organizando o trabalho fora dos grupos domésticos. Já as sociedades camponesas organizam a vida econômica no seio destes grupos. Assim, os grupos domésticos camponeses caracterizam-se principalmente pela sua estabilidade e seu alicerce patrimonial, características fundamentais da economia camponesa.

A lógica da economia camponesa funda-se em elementos particulares. Partindo da necessidade de mobilização e conservação de bens econômicos para serem usados em momentos “estratégicos” são criados, como aponta Wolf (1976), os “fundos” camponeses, definidos por necessidades contextuais. O *fundo de manutenção*, mais usado como um fundo de seguros, era destinado aos gastos necessários à restauração de equipamentos e instalações da propriedade, tanto para a produção como para o consumo. O *fundo cerimonial* era usado para a sociabilidade e o reconhecimento social, financiando os cerimoniais que cercam tais relações. Existia também o *fundo de aluguel*, referente ao ônus pago pelo camponês aos detentores dos meios de produção e da terra (“fundo de poder”) pelo seu uso (quando o camponês não é proprietário). É principalmente o fundo de aluguel, de acordo com o autor, que distinguia o camponês dos cultivadores primitivos.

Mas para Wolf (1976), assim como em Redfield (1964), independente do arranjo entre atividade econômica e grupos domésticos, é necessário que, para além da organização interna do grupo ou da família, a ênfase na análise sobre a economia camponesa seja posta nas relações entre sociedade camponesa e sociedade industrial, uma vez que esta última quem mais frequentemente determina os limites e as condições da autonomia camponesa:

[...] o eterno problema da vida do camponês consiste, portanto, em contrabalançar as exigências do mundo exterior, em relação às necessidades que ele encontra no atendimento às necessidades de seus familiares. Ainda em relação a esse problema básico, o camponês pode seguir duas estratégias diametralmente opostas. A primeira delas é incrementar a produção; a segunda, reduzir o consumo. (WOLF, 1976, p. 31).

Apesar de ultrapassar uma definição instrumental de camponês como uma simples categoria econômica, Wolf encontra dificuldades para romper com um viés funcionalista e uma abordagem econômica. Para ele, por exemplo, a propriedade privada é, antes de tudo, uma mercadoria. Isso exclui da economia enquanto categoria analítica, seu potencial de explicação do comportamento humano. A nova sociologia econômica e a teoria da dívida apontam para a percepção dos valores simbólicos e culturais como fundamentais na moldagem das representações sociais dos camponeses, por exemplo, sobre a terra, que podem (re)significá-las e torná-las valores morais, muito além de uma simples mercadoria.

Como bem apontou E. Woortmann (1995), essa visão sobre o campesinato reflete a ênfase dos estudos em geral, os quais recaem sobre a unidade doméstica como unidade de produção e consumo. O trabalho desta autora é importante, pois discute as principais teorias do campesinato e ressalta que as mesmas *não* levam em consideração a dimensão do parentesco como princípio organizatório e como elemento central da reprodução social do campesinato. Ressalta ainda que as análises sobre a economia camponesa implicavam na racionalidade econômica como orientadora das interações sociais, reforçando a ênfase economicista das empreitadas teóricas.

Já K. Woortmann (1990) pensa a economia camponesa mais como *oeconomia* do que como *economics*; mais como *oikos*. A economia camponesa é carregada de valores e ancorada principalmente sobre a instituição família. Não que a economia camponesa não possa ser analisada sob o ponto de vista da unidade de produção e consumo, mas se limitar a ela é negar que esteja circunscrita em uma moralidade.

A dimensão moral da economia camponesa é construída socialmente no interior dos grupos domésticos. São muitas vezes normas sociais e obrigações morais - acordos tácitos que condicionam as atividades econômicas. Considera-se, então, que as dimensões moral e simbólica são determinantes da economia camponesa (E. WOORTMANN, 1995; K. WOORTMANN, 1990). À economia, neste sentido, são atribuídas dimensões não mercantis e não econômicas, como propunham a teoria da dívida e a NSE. Como apontou Mauss (1974) e complementou Godbout (1999), as normas sociais e obrigações morais implícitas nas relações de troca são essenciais para a manutenção da própria economia.

Desta maneira, pode-se discutir a economia camponesa sob a perspectiva de que ela está imersa em uma ordem moral cujo significado repousa, principalmente, na interconexão das categorias terra e família. A família encontra-se no cerne da economia camponesa e se reproduz a partir de sua coesão em torno da terra como seu patrimônio. Ambos, terra e família, podem ser concebidas como valores – o valor-Terra e o valor-Família.

Essas categorias são centrais, criadas e recriadas no plano da cultura. Elas agregam um conjunto de significações que se articulam no universo das representações sociais, na dimensão cognitiva do comportamento camponês. São, por isso, categorias que modificam a noção de economia, distinguindo-a de uma ordem puramente técnica e configurando-a como uma ordem moral.

Terra e Família se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais da economia camponesa, como honra e a hierarquia. Isso explicita a dualidade entre ordem técnica e ordem moral. Nas sociedades industriais modernas, as categorias acima referidas existem, naturalmente, mas elas podem ser separadas umas das outras. Elas assumem outras dimensões e níveis de importância: a terra não é pensada em função da família, mas em si mesma, como uma mercadoria; a família é também pensada em si, sem relação com a terra (K. WOORTMANN, 1990).

Para compreender melhor como estas categorias mantêm uma relação constitutiva com a ordem moral camponesa, é necessário trabalhá-las mais detalhadamente. Terra e Família serão analisadas de forma específica nas seções que se seguem. No entanto, o recorte analítico privilegia uma abordagem destas categorias como valores, a partir dos referenciais da NSE e da teoria da dádiva para tentar expressar sua relação com a economia e a ordem moral camponesa. A terra não é analisada como uma mercadoria, mas como uma dádiva para o camponês. A família, *locus* principal da dádiva, é central na organização econômica camponesa.

Valor-Terra

K. Woortmann (1990), ao falar de uma ordem moral camponesa, trata da “ética camponesa” que lhe é constitutiva, isto é, de uma forma peculiar de perceber as relações dos homens entre si e com as “coisas”, notadamente a terra. A ética camponesa é determinante das relações do homem com a terra. Mais que objeto de trabalho e de exploração física, a terra é o espaço social da família. Não se versa sobre um fator de produção, mas, sobretudo, de um valor moral.

Wolf (1976) é um dos autores que sinalizou, apesar de não aprofundar, a tese de que terra não é apenas fator de produção, tal como percebido na análise de Chayanov (1974). Ela é também patrimônio, carregado de valores simbólicos. A terra enquanto patrimônio está intimamente associada ao princípio da descendência, e sua “indivisibilidade” (MENDRAS, 1978) é, com frequência, citada como o princípio da sucessão. É justamente o que garante a perpetuação de uma linhagem, pois se torna a sustentação econômica e, principalmente, moral de uma família. Assim como afirma E. Woortmann (1995), a terra não é apenas uma materialidade, mas igualmente uma sacralidade; é concebida como uma dádiva.

A terra não é para o camponês apenas seu objeto de trabalho. Em síntese, ela deve ser analisada também como expressão de uma moralidade, não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Não se trata da natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas do patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a própria família enquanto valor. “Como patrimônio, ou como dádiva, a terra não é simples coisa ou mercadoria” (K. WOORTMANN, 1990, p. 12).

Patrimônio aqui não se restringe à noção de propriedade privada. Não obstante ter valor de mercado, o que regula a transmissão da terra, para além do valor de troca, é seu valor de uso. A transmissão da terra é assim condicionada pelos valores morais intrínsecos a ela, cultural e historicamente determinados pelas interações sociais no interior da família e pela obrigação moral de garantir a manutenção dessa dádiva aos descendentes, assim como mostrou Godbout (1999) ao analisar a herança como uma forma de dádiva na modernidade. Garantir a integridade do patrimônio nesse circuito da dádiva, operacionalizado na descendência pelas relações de parentesco, é uma obrigação moral.

[...] A terra é domínio do parentesco num duplo sentido: é um território onde se reproduzem as relações de parentesco e é um território sobre o qual se exerce a dominância do parentesco. Em ambos os sentidos, é um espaço criado e recriado pela memória, onde a genealogia se funde com a história-mito fundante da identidade. (E. WOORTMANN, 1995, p. 311).

A terra é, então, parte de uma ordem moral que consubstancia a identidade da família, que protege uma história carregada e moldada por valores. Ela é condição de realização do sujeito trabalhador e da concretude da família. Ela expressa um valor, o valor-Terra.

Valor-Família

Todos os autores da vertente econômica européia da teoria do campesinato consideram a família como central para a compreensão do campesinato. Mas, o que se enfatiza é, fundamentalmente, a produção econômica e capacidade produtiva da família, mais do que a produção social da família, como instituição e como valor, ou as relações entre famílias. O foco de análise se ateve preponderantemente à unidade familiar e pouco se explorou sobre as relações externas à família (E. WOORTMANN, 1995).

As convergências dessas abordagens apontam que o indivíduo está subordinado à família. Ou seja, os comportamentos individuais são condicionados pelas determinações coletivas, reafirmando a premissa da NSE acerca do condicionamento social da ação econômica. Parte-se da constatação de uma rede social que conecta os indivíduos e induz a socialização. Isso decorre dos laços de parentesco e de vizinhança, consolidados através do casamento como instituição, e da aceitação da condição de camponês como ordem moral. Ainda que expresso numa linguagem de solidariedade, a relação de parentesco surge como um ciclo de obrigações morais no interior dos grupos.

A manutenção das relações interpessoais e afetivas entre os membros de um grupo é condição *sine qua non* para reprodução das sociedades camponesas. Estas relações, por sua vez, consolidam-se sobre o patrimônio familiar, que garante a reprodução da família sem a dispersão de seus membros. Some-se a isso, a institucionalização de códigos morais e convenções que regulam o uso desse patrimônio, os conflitos, os comportamentos e promovem a coesão da família.

A hierarquia familiar é um dos componentes centrais da ordem moral camponesa (K. WOORTMANN, 1990). A estrutura familiar, centrada numa hierarquia entre as posições ocupadas, é fator determinante na composição social do arranjo de trabalho sobre a terra. A divisão social do trabalho é determinada por esta hierarquia, onde mulheres e crianças podem ter apenas papel acessório. O caráter familiar do trabalho seria o elemento central de uma lógica econômica própria do “modo de produção” camponês. O trabalho é aqui concebido como um valor ético próprio da família.

Por essas questões que um projeto coletivo de família é a pedra de toque da organização social camponesa (K. WOORTMANN, 1990). A economia camponesa se materializa como instrumento dessa organização, para dar condições de reprodução social e simbólica das subjetividades sobre as quais se edifica o valor-Família. A economia camponesa é, portanto, uma economia familiar, uma economia moral alicerçada na família.

Considerações finais

São notáveis as divergências entre diferentes formas de abordar o campesinato, seja seu foco nas relações externas ou sob uma visão isolada acerca da unidade familiar. A economia familiar, centrada no abastecimento do grupo doméstico, é uma característica inexorável das interpretações teóricas do campesinato. Mas apesar dos embates teóricos, este trabalho reafirma a tese que se apóia no campesinato como ordem moral, tendo terra e família como determinantes da economia camponesa. Uma economia que enfatiza e é constituída por uma dimensão moral ancorada em valores.

A terra como patrimônio extrapola sua condição de mercadoria e seu valor de troca. Reforça-se, aqui, o patrimônio como algo socialmente construído e simbolicamente percebido pelos camponeses. As representações da terra como patrimônio projetam a condição que lhe é constitutiva de mecanismo de perpetuação da história da família. Trata-se de condições morais da reprodução do uso do valor-Terra.

A família como tronco de uma linhagem (K. WOORTMANN, 1990) atribui à economia camponesa seu princípio hierárquico. Ao trabalho é atribuída valoração ética, socialmente determinada no interior da família. A economia camponesa, portanto, é uma economia familiar pela qual a instituição família elabora suas estratégias de reprodução. Não se trata apenas de estratégias instrumentais, mas da reprodução do uso do valor-Família.

Terra e família, vistas a partir do prisma economicista como instrumentais na composição da unidade de produção, são entendidos aqui como expressões de uma moralidade. Destarte, a economia camponesa é abordada como uma economia moral alicerçada sob uma “ética camponesa”. É importante ressaltar que nesse contexto de valorações éticas, as categorias terra e família são densamente interconectadas e correspondem a uma dádiva camponesa e seu *locus* de existência.

A economia camponesa, como parte de uma ordem moral, está imbricada no conjunto das relações interpessoais dos grupos sociais. Esta imersão do econômico no social, em busca da reprodução de valores, como o valor-Terra e o valor-Família, se configura como uma distinção da economia camponesa. As relações sociais que marcam as relações econômicas estão sempre cercadas de construções simbólicas que servem para explicá-las, justificá-las e regulá-las.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o Diabo: mercados e interações humanas nas ciências sociais. **Tempo Social, Revista de sociologia da USP**. São Paulo, v. 16, n. 2, P 35-64, nov., 2004.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

DIMAGGIO, P. Aspectos culturais da ação e da organização econômica. In: MARQUES, R.; PEIXOTO, J. (Orgs). **A nova sociologia econômica**. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2003. p. 167-194.

FLIGSTEIN, N. Mercado enquanto política: uma abordagem político-cultural às instituições de mercado. In: MARQUES, R.; PEIXOTO, J. (Orgs). **A nova sociologia econômica**. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2003. p. 195-227.

GOUBOUT, J. T. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da incrustação. In: MARQUES, R.; PEIXOTO, J. (Orgs). **A nova sociologia econômica**. Celta Editora. Oeiras, Portugal, 2003. pp. 69-123.

LÉVESQUE, B. Contribuição da nova sociologia econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável. **RAE - Revista de Adm. de Empresas**. São Paulo, v. 47. Nº. 2, p. 49-60, abr./jun., 2007.

MARTINS, R. B. **Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century, Minas Gerais, Brazil**. Nashville: Tenesse, 1980.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Edusp, 1974. v.2

NORTH, D. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2008.

QUEIROZ, M. S. C. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.

REDIFIELD, R. **O mundo primitivo e suas transformações**. Rio de Janeiro: USAID, 1964.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**. Presidente Prudente, v. 8, n.7, p.1-21, jul./dez., 2005.

STEINER, P. **A sociologia econômica**. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do sul e sitiante do nordeste. São Paulo-Brasília: HUCITEC/Editora da Universidade de Brasília, 1995.

WOORTMANN, K. **Com parentes não se negocia**: o campesinato como ordem moral. Anuário antropológico/87. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.

Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação

Neli Aparecida de Mello-Théry

Doutora em Geografia – USP/Universidade de Paris - Nanterre
Professora associada da Escola de Artes, Ciências e Humanidades
Universidade de São Paulo - Curso de Gestão Ambiental
e-mail: namello@usp.br

Veronique Van Tilbeurgh

Doutora em Sociologia
Maitre de conférences – Département de Sociologie
Laboratoire COSTEL, LETG UMR 6554-CNRS, UFR de Sciences Humaines
Université de Rennes 2
e-mail: veronique.vantilbeurgh@uhb.fr

Resumo

Neste artigo pretende-se mostrar a transformação do ideário de desenvolvimento sustentável expresso pelos atores que, à sua maneira, se reapropriaram do mesmo, à escala local. Resultado de uma pesquisa multidisciplinar, o mesmo se fundamenta na análise e avaliação de uma experiência de desenvolvimento sustentável no estado do Pará, destacando os mecanismos de adaptação desta noção pelos atores locais.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, teologia da libertação, atores locais, Parauapebas – PA, agricultura familiar.

Abstract

From liberation theology to sustainable development in the Brazilian Amazon: Political and social interpretative mechanisms

This article examines transformations of the concept of “sustainable development” expressed by actors who claimed to implement the concept at the local level. The result of a multidisciplinary research project, it is based on analysis and evaluation of an experiment in sustainable development in Pará state.

Keywords: sustainable development, liberation theology, Parauapebas - PA, family farming.

Résumé

Théologie de la libération pour le développement durable dans l'Amazonie Brésilienne: les mécanismes politiques et sociaux pour sa interprétation

Le but de cet article est de montrer la transformation des conceptions du développement durable chez les différents acteurs qui se les sont appropriées à l'échelle locale. Il s'agit des résultats d'une recherche multidisciplinaire qui a analysé et évalué une expérience de développement durable dans l'État du Pará. Il met en relief les mécanismes d'adaptation de la notion de durabilité par les acteurs locaux.

Mots-clés: Développement durable, théologie de la libération, acteurs locaux, Parauapebas – PA, agriculture familiale.

Introdução

O objetivo do desenvolvimento sustentável é contribuir para uma mudança das práticas humanas considerando-se os fatores econômicos, ambientais e sócio-políticos. Para Vivien (2005) este conceito corresponderia a uma nova maneira interpretar a noção do tempo de evolução das sociedades e a maneira pela qual enquadram suas atividades ao conceito de sustentabilidade.

Esta noção foi disseminada por instâncias políticas internacionais e nacionais com a ambição de desenvolver programas de ação específica, entre os quais alguns voltados à mobilização dos atores locais.

Nosso ponto de partida é a noção de regulação conjunta tal como é descrita por Reynaud (1993) para compreender o processo pelo qual as regulações trazidas pelos organismos internacionais e nacionais tentam modificar as práticas individuais já submetidas às suas próprias regulações.

Assim, os mecanismos utilizados pelos atores para adaptar em escala local esta noção serão objeto de análise deste artigo. Os mesmos integram a pesquisa que avaliou a implantação de treze experiências de desenvolvimento sustentável na Amazônia, comparando-se a importância e a influência de seus resultados para as mudanças de comportamento das populações beneficiadas e os determinantes de sustentabilidade. Cada experiência sustentável foi objeto de pesquisa de campo por equipes multidisciplinares e de uma análise cartográfica, localizando-os em seu contexto regional e objetivando estudar de maneira integrada as dimensões ambientais (desmatamento, poluição), sócio-demográficas (além dos critérios clássicos da demografia, os percursos individuais obtidos a partir do método de tríplice biografia) e econômicas (nível de vida das populações, produtos e fluxos engendrados pelos projetos sustentáveis, etc.). Todos os casos foram analisados a partir de um único quadro de referências, de maneira a permitir a comparabilidade entre os diferentes componentes das experiências.

As comunidades estudadas possuem uma população de tamanho reduzido (de 20 a 150 famílias). Um leque de situações presentes na Amazônia brasileira serviu para o enquadramento das experiências selecionadas: os tipos de população (comunidades indígenas, comunidades tradicionais, pequenos colonos, habitantes de áreas urbanas), os cinco tipos de financiamento (internacional, público nacional, fundações privadas, oriundos de ONG internacionais, nacionais ou locais e pela indústria), tipo de projeto (artesanato, valorização dos recursos vegetais, implantação de novas práticas produtivas, cadeia industrial da madeira etc.).

Bases de dados serviram para identificar os “determinantes” de sucesso, da importância da experiência ou de seu insucesso, relacionando-os aos perfis das comunidades e tipologias de seus desenvolvimentos.

Estas bases de dados geográficos (SIG) compreenderam os resultados das pesquisas biográficas; as análises cartográficas do meio ambiente, da comunidade e das pressões internas e externas existentes sobre seu território, estabelecidas a partir da interpretação de imagens de satélite de alta resolução; os resultados econômicos ligados aos projetos de desenvolvimento sustentável e os indicadores relacionados com a comunidade (renda, situação sanitária, analfabetismo etc.) Os dados foram espacializados para permitir as configurações dos fenômenos e suas análises e, simultaneamente, serviram para o estabelecimento de modelos estatísticos e gráficos.

O nosso enfoque tem como objetivo compreender o funcionamento dos mecanismos de regulação sobre a Cooperativa Mista de Produtores Rurais de Carajás (COOPER) e seus cooperados. Localizada em Parauapebas - PA, uma região que foi marcada pela força de transformação das frentes pioneiras dos anos 1980, esta cooperativa experimenta implantar,

desde o final dos anos 1990, o desenvolvimento sustentável, graças particularmente, aos investimentos internacionais (PPG7) e federais¹.

O desenvolvimento sustentável e a regulação social

Analisar o desenvolvimento sustentável a partir da noção de regulação social significa questionar as novas modalidades de regulação das relações sociais geradas pelas instâncias políticas internacionais e nacionais. Todas as atividades humanas estão marcadas por estas novas regras, ao mesmo tempo em que o são pelo sistema já existente. Nesta perspectiva, implantar o desenvolvimento sustentável decorre da evolução das formas de regulamentação das atividades e, mais precisamente, aquelas dos mecanismos pelos quais as mesmas se transformam. Reynaud (1993) examina estes mecanismos por meio da noção de regulação conjunta. Segundo este autor, a regulação de uma atividade resultaria do controle, prescrita por meio de regulamentos e diretivas de todas as formas e aplicada no âmbito de uma hierarquia, e uma regulação autônoma com a ação do coletivo realizada pelos atores sociais.

A regulação conjunta traduz a existência de duas estratégias coletivas, mas de um único desafio. E, se configurara todas as vezes que houver intervenção de um indivíduo ou grupo sobre a atividade, a organização ou o funcionamento de outro grupo, parafraseando Reynaud (1993).

Nesta perspectiva, a análise das experiências de desenvolvimento sustentável leva em consideração a maneira pela qual as novas modalidades de regulação, de controle se articulam com os códigos implantados pelos atores sociais. Reynaud (1993) identificou diferentes articulações possíveis que são raramente exclusivas da sua oposição ou seu reforço mútuo, cujas características estão ligadas aos mecanismos de percepção ou adaptação das prescrições pelos atores sociais. Com a noção de desenvolvimento sustentável (cf. o relatório Brundtland) sua margem de autonomia parece, a priori, ampliada.

Boyer e Saillard (2002) tentaram definir mais precisamente o conteúdo das regulações assim como suas formas institucionais. Segundo esses autores, as regulações enquadram os comportamentos por meio de três princípios de ação:

- as normas e regulamentos definidos em um nível coletivo têm um caráter coercitivo;
- os compromissos negociados, desde que produtos de acordos entre as partes e traduzidos em convenções oficiais, engajam seus membros;
- a comunidade de um sistema de valores ou de representações gerais de comportamentos rotineiros ou uma convenção tácita;

Estes autores distinguiram também cinco grandes formas institucionais geradoras de regulações diferentes: a moeda, os salários, as formas de concorrência, o regime internacional e as formas de intervenção do Estado.

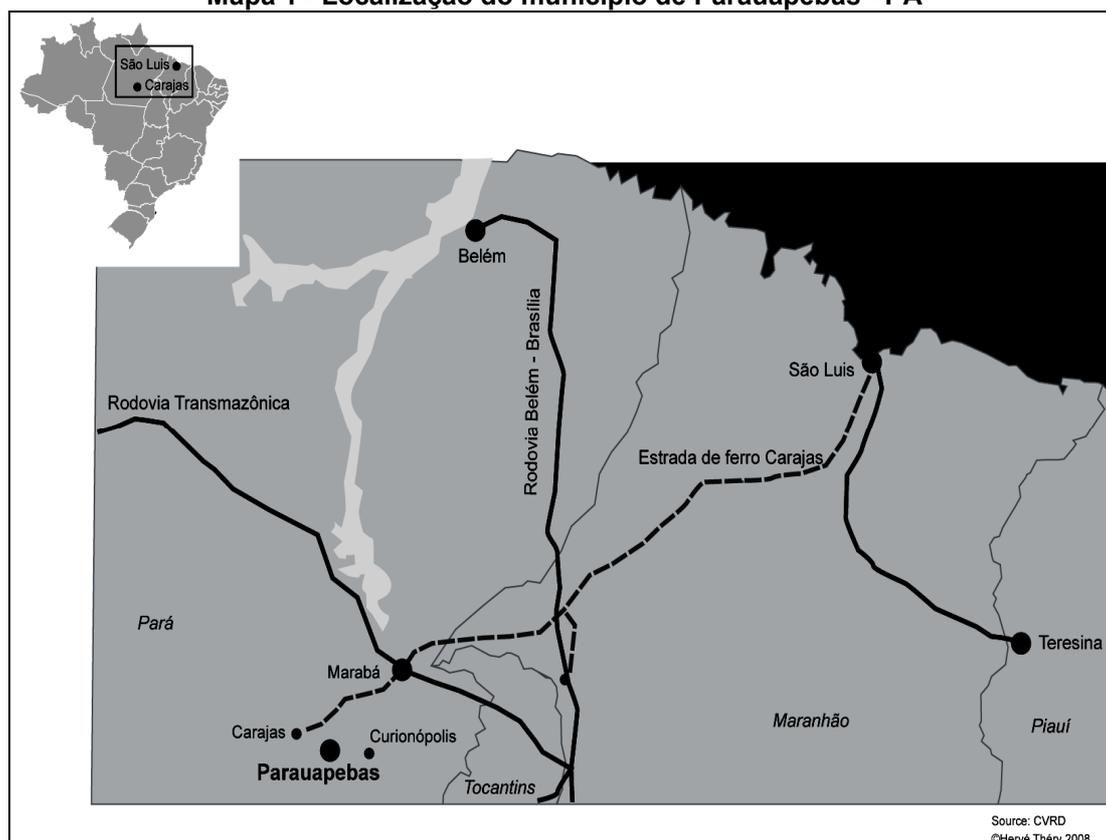
A partir de uma análise que integra os diferentes conteúdos e formas de códigos, procuramos demonstrar os mecanismos que permitem a articulação dos dois tipos de regulação estudados. Aplicadas a este trabalho empírico – estratégias de sustentabilidade da cooperativa - visa mostrar os processos de adaptação das normas pelos atores sociais relacionadas a uma problemática comum, a comercialização de frutos na Amazônia brasileira pela COOPER. Esta cooperativa tenta articular as normas geradas pelas instâncias políticas nacionais e internacionais relacionadas ao desenvolvimento sustentável e as estratégias de comercialização dos frutos produzidos pelos agricultores familiares.

De fato, no início dos anos 1990, a agricultura familiar reproduzia um modelo pouco preocupado com o meio ambiente. A cultura de frutas regionais, em Parauapebas, foi vista

¹ Este artigo foi apresentado no *Colloque de l'Association Internationale des Sociologues de Langue Française*, Istambul, Turquia (2008) e modificado para publicação em português. Ele resulta de uma pesquisa realizada por uma equipe multidisciplinar composta por Hervé Théry (diretor de pesquisa no CNRS), Evelyne Gaucher (professora-doutora na Universidade François Rabelais, Tours), Guillaume Marchand (doutorando no CNRS-CREDAL) e pelas duas autoras do presente artigo.

como um meio de melhorar as condições de vida dos agricultores, tornando-os menos vulneráveis às flutuações do mercado, mas procurava também diminuir a pressão antrópica sobre os ecossistemas florestais. Em meados dos anos 1990, o Fundo Constitucional do Norte “Especial” (FNO) começa a dar meios para modificar o desenvolvimento agropecuário na Amazônia, visto como parcialmente responsável pela degradação dos ecossistemas locais. Contudo, a falta de assistência técnica e de envolvimento dos colonos, valorizando um modelo essencialmente pecuário, resultou em conseqüências desastrosas em termos de produção e, portanto, de renda para os agricultores. Apesar destas dificuldades, o FNO “Especial” foi a origem do aparecimento das plantações comerciais de frutas na região.

Mapa 1 - Localização do município de Parauapebas - PA



A ideia de criar uma cooperativa de transformação dos frutos emergiu progressivamente. Realmente, desde o final dos anos 1980, dois padres italianos apoiados por uma ONG haviam implantado uma cooperativa para os agricultores habitantes de áreas de colonização ao sul de Parauapebas. Esta primeira estrutura visava facilitar a compra de produtos necessários aos colonos. A COOPER, criada por três associações implantadas em diferentes áreas de assentamentos da reforma agrária, retomou a organização, modificando, porém, seu objetivo. Sua zona de influência também foi ampliada. A COOPER foi criada em 1997 com financiamento obtido junto ao governo federal (Projeto PD/A²) no âmbito do PPG-7³. Seu objetivo era de comercializar a polpa de frutos regionais, o que demandava

² O Projeto Demonstrativo tipo A (PD/A), subprograma do PPG7, apoiou majoritariamente o agro-extrativismo. Estes projetos foram concebidos como experiências de desenvolvimento sustentável e deveriam servir de modelo para as comunidades vizinhas, financiando atividades alternativas ao desmatamento e ao uso do fogo.

³ O PPG7 – Programa piloto de proteção das florestas tropicais no Brasil, de doações, foi proposto pela Alemanha, em 1990 em Houston, e aceito pelos outros países do G7. Foram aproximadamente 250 milhões de dólares com 4 objetivos: reduzir o desmatamento, difundir experiências de modelos de desenvolvimento sustentável por meio da valorização dos ecossistemas locais, identificar novas formas de cooperação multilaterais. Somente 4 anos após, em 1994, as primeiras experiências foram

investimentos em equipamentos, tanto para estocagem em câmara fria quanto para transformação. No início, a COOPER produziu 20 toneladas de polpa. Progressivamente, ela conseguiu aumentar a capacidade de produção, graças ao apoio constante do governo brasileiro no contexto de seus programas voltados à agricultura familiar e ao desenvolvimento sustentável. Ao longo do tempo, a cooperativa diversificou seu processo de transformação dos frutos, produzindo bombons e geleia. Todos os produtos são vendidos com o selo de “Tentação Amazônica”, com auxílio de uma cooperativa de Marabá.

Apesar de todo o esforço, o impacto local desta cooperativa é ainda reduzido. Somente 5% dos agricultores em assentamentos agrários vendem seus frutos para a COOPER, ou seja, cerca de 250 agricultores, dentre os quais 70 são membros⁴. Contudo, no nível micro-regional, 30% dos frutos transformados vêm de cooperativas filiadas à COOPER. Esta cooperativa produziu 204 toneladas de frutos transformados em 2006 e 270 toneladas em 2007. Para obter uma renovação dos recursos do PPG7 em 2006, definiu suas estratégias de comercialização, mas seu principal problema continuou sendo a falta de mercados para seus produtos. Uma das estratégias escolhidas foi criar uma rede de “comércio solidário” onde as cooperativas semelhantes venderiam sob uma única marca. A atividade da COOPER se fundamenta sobre o engajamento de parceiros que são, em particular, a Prefeitura de Parauapebas (principal cliente da cooperativa), a empresa Vale⁵ (que oferece diferentes apoios), o Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMBio, ex-IBAMA, que a apoia tecnicamente) e o G7 por intermédio do governo brasileiro. Um compromisso para comercialização dos frutos foi acordado entre estes atores e a COOPER, e, representa, na verdade, um sistema negociado de regulações conjuntas.

Os modelos de desenvolvimento sustentável e os mecanismos de adaptação

O projeto comum, a comercialização dos frutos, resulta de dois sistemas de valores entre os quais os mecanismos de adaptação são implantados. Um é trazido pela Teologia da Libertação (à qual se referem os atores locais que são dirigentes ou parceiros da COOPER) e o outro, o desenvolvimento sustentável, é um modelo trazido pelo G7 e pelo Governo Federal.

Segundo Löwy (1998), esta Teologia foi produzida por um movimento social⁶ no início dos anos 1960, frequentemente trazido pelos atores situados na periferia da Igreja Católica. A noção central desta Teologia ainda é “a opção preferencial em favor dos pobres”⁷, onde estes “são os agentes de sua própria libertação e sujeitos de sua própria história e não simplesmente como dentro da doutrina tradicional da Igreja, objeto de uma atenção caritativa” (LÖWY, 1998). Assim, a teologia da libertação introduziu uma ruptura no seio da concepção da ordem social católica, com o pobre devendo, ele mesmo, se libertar de sua condição com o apoio de outras categorias sociais. Esta teologia reconhecia sua

financiadas. Até 2005, cerca de 300 projetos foram apoiados pelo programa. Em 2009 o programa foi concluído.

⁴ Para se tornar membro da COOPER os agricultores devem contribuir com uma cota-parte (270 reais em 2007).

⁵ A empresa Vale é uma das maiores empresas mundiais de exploração de minérios (líder mundial no mercado do ferro). Esta empresa foi criada pelo governo brasileiro em 1942 com o nome de Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), privatizada em 1997 e trocou de nome em 2007. Ela possui também áreas de exploração de minério de cobre, de níquel e de bauxita. É a principal fonte de empregos da região.

⁶ Um movimento social caracteriza os comportamentos coletivos que visam transformar a ordem social pelos meios (não ou fragilmente) institucionalizados.

⁷ O teólogo considera como o fundador desta teologia G. Gutierrez cuja obra publicada em 1971 “Teologia da Libertação” (publicado na França em 1974, Ed. Lumen Vitae). Mas outros teólogos inscreveram seus trabalhos dentro desta abordagem, entre eles, R. Alves, H. Assmann, C. Mesters, L. Boff, F. Betto (que foi, durante dois anos, membro do governo do presidente Lula).

autonomia política fornecendo um quadro de ação para vencer a pobreza e não um programa político. Ela instigou a Igreja Católica em dois pontos⁸: de uma parte, ela atacava seu próprio dogma e de outra parte, a leitura de uma realidade em termos de luta de classes que se opunha à ordem social da Igreja.

Atualmente, a teologia da libertação se fundamenta em uma crítica do neoliberalismo, contra a “Teologia do Império” defendida pelo Vaticano e sobre a introdução de novas temáticas que originam uma diversificação desta abordagem: a Teologia Ecofeminista, os afro-americanos, os indígenas (LOPEZ HERNANDEZ, 2005) e a Ecologia onde o oprimido não é mais aquele que não tem acesso a justiça (os injustiçados), mas sim, o planeta. Esta Ecoteologia foi formalizada por Boff (1995) antes de ser retomada na 5ª Conferência Geral de Bispos Latino-Americanos realizada no Brasil em maio de 2007. Na opinião de muitos observadores (e mesmo no interior da Igreja), a influência desta Teologia decresceu desde a década 1980/1990. Fatores endógenos e exógenos à Igreja explicam esta evolução.

O segundo modelo de desenvolvimento mobilizado para a análise é o sustentável. Os primeiros esboços foram debatidos na reunião de Founex (1971), posteriormente com fundamentos mais sólidos, em Estocolmo (1972) e modificados no Relatório Brundtland (1987) e na Conferência do Rio (1992). Esta noção de desenvolvimento sustentável é inacabada, constantemente retroalimentada por discussões, pela evolução de conhecimentos e aparecimento de novas proposições metodológicas. Estas formam um quadro teórico-metodológico inacabado e apropriado diferentemente pelas sociedades. Este conceito aberto permite as mais diferentes formas de apropriação e de utilização. O que mais se discutiu foi a noção de ecodesenvolvimento. Sachs (1979, 1980) considerava o ecodesenvolvimento como “uma abordagem do desenvolvimento harmonizando o social e o econômico, objetivando a gestão ecológica, no âmbito de um espírito de solidariedade com as gerações futuras”. Segundo este autor, o prefixo eco (ecologicamente viável) resultava da necessidade de procurar estratégias capazes de assegurar uma produção sustentável. Este desenvolvimento deveria se fundamentar em uma ética que incluía os princípios da prudência ecológica, da solidariedade diacrônica com as gerações futuras, que não poderia se dissociar do princípio de equidade social e da solidariedade sincrônica com as gerações presentes. Sachs (1981, 1997 e 1999) pensou este modelo de desenvolvimento como endógeno, participativo e independente.

Os programas e as conferências internacionais permitiram, por sua vez, uma apropriação institucional e esta noção evoluiu para a de desenvolvimento sustentável. É, em particular, no entorno da relação entre pobreza e degradação ambiental que a noção de desenvolvimento sustentável emergiu. Contudo, segundo Leff (1998) existem diferenças marcantes entre o ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável. O primeiro visava o Estado como estrategista e o planejador de um novo modelo visto como um processo de descentralização econômica e de reordenamento ambiental do espaço produtivo. A noção atual de desenvolvimento sustentável é concebida como um meio de arbitragem entre os conflitos de interesse para ir além da contradição entre desenvolvimento e meio ambiente no qual o Estado torna-se apenas o mediador entre os interesses ligados à apropriação dos recursos naturais, as estratégias das sociedades transnacionais e os direitos comunitários. Posey (1996) qualifica o desenvolvimento sustentável como uma confrontação entre a assimilação das condições de desenvolvimento sustentável, os mecanismos do mercado e os processos políticos de reapropriação da natureza, articulando as restrições econômicas (dentro do modelo liberal), sociais (a luta contra as discriminações), ecológicas (a luta contra as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade, etc.) e políticas (com processos mais participativos).

É entre estes sistemas de valores que as mudanças se realizam por meio de mecanismos funcionais ou simbólicos. Assim, os primeiros subsídios dados pelo Governo

⁸ A Igreja provocou a condenação dos indivíduos reivindicando esta abordagem pela Santa Congregação para a doutrina da fé (antiga Inquisição) dirigida, durante este período, pelo futuro papa Bento XVI.

Federal à COOPER lhe permitiram o início da comercialização dos frutos. Entre 2001 e 2009, novos recursos (sempre a fundo perdido) foram obtidos no âmbito do Subprograma PD/A para melhorar a fábrica de polpas de frutas e para preservar a vegetação nativa da região. Em 2005, a COOPER recebe também os recursos do PD/A-Padeq (Projeto Alternativo ao Desmatamento e Queimadas) para lutar contra a cultura da queimada. Em contrapartida a estes subsídios, a COOPER organiza cursos de capacitação para os agricultores com o objetivo de que eles transformem seus agro-sistemas em agro-sistemas florestais. Contudo, a cooperativa luta para implantar as novas práticas mais ambientalmente corretas. A COOPER administra esta contradição concentrando suas atividades sobre a organização da comercialização dos frutos, deixando os agricultores livres para implantar a fruticultura e para preservar seus recursos extrativistas. Assim, a COOPER aceita toda a produção dos agricultores ou cooperativas aderentes sem lhes cobrar o respeito às condicionalidades ecológicas. A prioridade para a cooperativa é de aumentar a renda dos agricultores e para isto, promove reciclagens técnicas, que repousa sobre o recrutamento de voluntários. Ao longo destas capacitações a apropriação dos conceitos transmitida pela COOPER apela para a subjetividade dos agricultores. Os responsáveis pela assistência técnica e financeira habilitam os agricultores a responderem as expectativas da cooperativa, atendendo suas necessidades pela utilização de recursos próprios de maneira a que eles percebam como controlar sua própria trajetória. Este processo de empoderamento assemelha-se à representação do pobre no seio da Teologia da Libertação, na qual somente ele é o fiador de sua libertação, os outros atores devem simplesmente criar as condições desta libertação. Da mesma forma, a COOPER é uma estrutura na qual o objetivo é o de aumentar a renda dos agricultores, mas à condição de que estes produzam, eles mesmos os frutos. O projeto é, portanto, de organizar os produtores criando um mercado para que possam vender seus frutos de maneira que possam mudar o seu *status quo*.

Os caminhos do desenvolvimento sustentável

Três tipos de mecanismos de adaptação entre o desenvolvimento sustentável e a Teologia da Libertação retomam os grandes eixos conhecidos: socioeconômicos, sociopolíticos e ecológicos.

- Os mecanismos socioeconômicos

A primeira forma de cooperação entre os agricultores visava agrupar as compras indispensáveis para o funcionamento de sua pequena propriedade. Logo após o surgimento dos primeiros programas de desenvolvimento sustentável na região a COOPER foi criada, com o objetivo de candidatar-se aos créditos destes programas e buscava aumentar a renda dos agricultores, com a qual poderiam soldar suas dívidas decorridas de safras e financiamentos anteriores. Ela mesma definiu-se dentro de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, recebendo os subsídios no contexto de financiamento de experiências deste tipo. Os agricultores responderam a estes novos recursos de duas maneiras:

- seja porque eles já possuíam um conjunto de árvores frutíferas sem que os frutos tivessem sido integrados na economia de mercado, como uma maneira de aproveitar os frutos não consumidos pela família, que apodreciam nas árvores. Neste caso, cabia aos agricultores apenas transformar e aumentar o modo de valorização dos frutos colocando-os no circuito comercial.

- para criar uma renda complementar, eles plantaram árvores frutíferas.

Atualmente, a COOPER aceita todos os frutos trazidos pelos agricultores. Seu presidente desejaria mesmo aumentar o volume de produção e expandir as redes de comercialização se aliando com outras cooperativas de produção frutícola. Contudo, a

COOPER tem dificuldades para integrar os agricultores em seus objetivos. De fato, a forma de valorização dos frutos proposta pela COOPER é menos rentável que a venda nos mercados ou a um intermediário. Normalmente, apenas os excedentes são destinados à cooperativa.

A organização desta primeira cooperativa, fundada na base da solidariedade entre os indivíduos que dividiam uma mesma condição de vida, beneficiava aos agricultores. Com a COOPER, o princípio de ação é diferente. A idéia de melhorar sua renda, transformando em mercadoria os frutos desperdiçados e vendendo-os nos mercados, o processo de endividamento ocorrido um pouco antes lhes obrigava a dispor de liquidez. Na nova organização, as regulações do mercado são administradas principalmente pela COOPER com a transformação dos frutos. Isto permite o fornecimento regular aos seus clientes assim como a manutenção de produtos de qualidade homogênea (misturando frutos de diversas procedências).

Os agricultores aceitam estas novas regras em função de seus objetivos, que são, em sua maioria, o de aumentar a renda para garantir a mobilidade social de seus filhos e deles mesmos. Às vezes, em alguns produtores o projeto de mobilidade social está fortemente enraizado, o que pode ser explicado pelas suas trajetórias. Atualmente, a maior parte dos produtores é de migrantes que ali chegaram a partir do início dos anos 1980 para fugir da miséria e da precariedade de suas condições de vida. Eles esperavam encontrar na Amazônia melhores condições de trabalho. Filhos de camponeses sem terra, trabalhando em propriedades que não lhes pertenciam, a Amazônia parecia-lhes a promessa de uma vida independente. Para alguns esta promessa se realizou, para outros trabalhadores não, continuam posseiros. O projeto de mobilidade social se inscreve em suas trajetórias, visto que a migração de seus pais representa somente a primeira etapa. Para a maioria católica entre eles, podem-se observar similitudes entre a Teologia da Libertação quando a esperança de uma vida melhor é encarnada em uma temporalidade humana e a propriedade da terra por indivíduos e como esses agricultores se projetam dentro de uma mobilidade social. Esta Teologia permite dar um sentido à existência terrestre dos agricultores, legitimando seu projeto de mobilidade social e fornecendo-lhes os meios para esta mobilidade. Esse projeto de mobilidade engaja todo o grupo familiar, orientando a forma como ele estrutura a organização da produção e do conjunto de práticas da família (educação, saúde etc.).

Para realizar este projeto de mobilidade, o agricultor é habitualmente obrigado a ter uma produção diversificada, incluindo o gado, que é detentor de uma forte valorização social. Ao lado destas árvores frutíferas, cultivam cereais, têm uma horta, criam algumas aves, sobretudo frangos, e pequenos animais. Possuem um pequeno rebanho bovino (de algumas cabeças a várias dezenas). A fruticultura continua sendo uma produção secundária que gera problemas em função da necessidade de água e de mão de obra para sua colheita. Mas, estes frutos representam ao mesmo tempo uma fonte de renda, quase permanente, para a família. As explicações dadas por um dos produtores entrevistados é que para liquidar as despesas de mensalidade e material escolar para seus filhos, ele aguava as árvores frutíferas provocando a floração e depois o processo de maturação do fruto que, três meses mais tarde estavam prontos para serem vendidos. A venda de um bezerro, ao contrário, permitia-lhe cobrir uma despesa imprevista. Cada vez mais a fruticultura, especialmente a do açaí, pode ser a única forma de valorizar algumas áreas úmidas, pantanosas ou algumas zonas dificilmente valorizáveis.

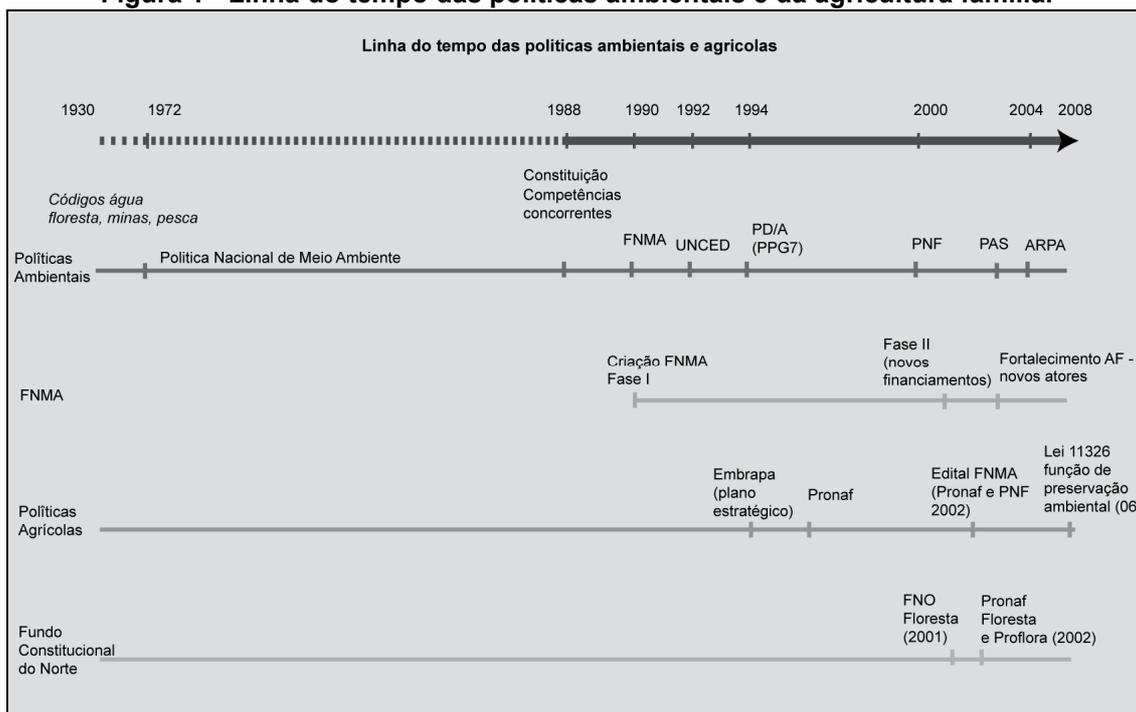
Geralmente esta nova produção permite aumentar a renda dos agricultores. Além do mais, a regularidade dessa renda, disponível após cada venda de frutos, permite ao agricultor administrar, em longo prazo, seu projeto de mobilidade social. Dentro desta organização é a COOPER quem articula as regras de mercado, estruturando-se na linha da comercialização e aquelas oriundas dos projetos dos agricultores para que eles consigam melhorar sua renda.

Durante os anos 1980, as políticas públicas e especialmente as políticas ambientais foram modificadas pela aplicação de normas e instrumentos de controle. Depois, a preparação internacional e nacional da Conferência do Rio (1992) criou uma dinâmica favorável ao desenvolvimento sustentável. Neste período foram elaborados programas e projetos sustentáveis realizados por associações e cooperativas, por organizações não governamentais, pelas municipalidades e alguns centros de excelência em pesquisa. Essas instituições, responsáveis pela execução das políticas ambientais, gradualmente conseguiram convencer os agentes econômicos de se envolverem nesses projetos. Se esta dinâmica era propícia a difusão de idéias, sua eficácia foi mais lenta. Concretamente, o governo criou o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) com o objetivo de financiar projetos de criação de unidades de conservação, de gestão de recursos naturais, de educação ambiental, pesquisa etc. A primeira fase de financiamento do FNMA, de 1990 a 2001, financiou mais de 400 projetos. Contudo, a utilização destes fundos para apoiar especialmente pequenos produtores rurais a respeitar as características do ecossistema local somente começou em 2001, quando a segunda fase estendeu a possibilidade de uso dos recursos para a agricultura familiar. A partir deste edital, incluiu-se o financiamento de projetos que visassem à produção e a proteção do meio ambiente, localizados nas zonas rurais, sobretudo em lotes dos assentamentos agrários.

Simultaneamente, as doações do G7 ao Programa Piloto de Proteção da Floresta Tropical do Brasil contribuíram para difundir as idéias do desenvolvimento sustentável por meio de diversos projetos. O objetivo destes projetos era a elaboração de políticas de recursos naturais, a demarcação de terras indígenas, a experimentação de modelos de gestão participativa (algumas Reservas Extrativistas e os projetos demonstrativos - PD/A). A implantação do programa se estendeu por 15 anos (1994 e 2009) e financiou aproximadamente 400 projetos demonstrativos, incluindo indígenas e comunitários.

O Fundo Constitucional do Norte (1988) também contribuiu para a produção agrícola brasileira, destinada especialmente aos produtores da região Norte. Há linhas de crédito que são destinadas tanto a empresas quanto a pequenos produtores rurais. Entretanto, somente depois de 2002 que esse fundo estabeleceu prioridade à proteção do meio ambiente e à criação de novos centros de atividades e pólos de desenvolvimento reduzindo os desníveis sociais e econômicos entre as regiões brasileiras.

Esta síntese de programas de financiamento público, conforme mostra a figura 1, para o desenvolvimento sustentável permitiu reorientar outros fundos públicos para experiências de outros sistemas agrícolas no seio da agricultura familiar. É em função de seus conteúdos que se selecionam os projetos que devem obter estes financiamentos. Esta operação traduz a passagem para novas formas de racionalidade reflexiva e processuais no âmbito dos processos de tomada de decisão. Assim, os projetos selecionados devem testemunhar a capacidade dos atores locais servir-se das mesmas categorias de pensar e de *savoir-faire*, que aqueles utilizados pela administração federal. É essa competência que foi adquirida pela COOPER. A mudança de formas de racionalidade repousa sobre uma responsabilização das organizações que devem desenvolver o projeto: a cada um de tomar suas próprias decisões e depois de realizá-las no âmbito de uma “ética da responsabilidade”. Esta nova forma do político reenvia assim a uma extensão do princípio de responsabilidade.

Figura 1 - Linha do tempo das políticas ambientais e da agricultura familiar

Elaboração: Autores, a partir de diversas políticas públicas. 2009.

É com essa competência face à gestão do meio ambiente que a COOPER tenta modificar os modelos de desenvolvimento. Responsabiliza-se pela capacitação fundamentada sobre a experiência pela qual os agricultores avaliam a pertinência destas novas práticas em função de sua própria experiência e de sua responsabilidade. Esta deve favorecer a apropriação das novas regulações pelos agricultores. Essa forma de apropriação assenta-se em um discurso propondo a tomada de consciência dos efeitos de suas práticas sobre o meio natural. Trata-se, para eles, de “serem conscientes”, conscientes das conseqüências de suas ações sobre o meio e do seu papel em sua própria trajetória. Como testemunha, um *slogan* no meio da sala de capacitação da COOPER: “Somos parte da natureza e nossas atitudes sempre interferem no meio em que vivemos”.

À imagem de comunidades católicas, a COOPER mobiliza o senso de responsabilidade dos agricultores para modificar seus modelos de desenvolvimento. Isto os habilita a controlar seu impacto sobre o meio e, em um segundo tempo, sua própria trajetória. Assim, as normas ambientais impostas à COOPER pelo governo federal são externalidades em direção aos agricultores por meio de um processo de reconhecimento social de sua própria capacidade de controlar sua ação ambiental e sua vida. Entretanto, a eficácia destes programas ainda é incerta. Os agricultores que participaram destas capacitações possuem reticências para modificar suas práticas. A maior parte dos produtores reduziu as queimadas sem eliminá-las totalmente. Somente os agricultores da APA Igarapé Gelado (onde as queimadas são proibidas) aparecem respeitar essa restrição depois dos anos 2000. É este mecanismo de responsabilização que repercute no processo de empoderamento visível nos modos de ação da COOPER e das comunidades de base que ensinam a Teologia da Libertação, quando o pobre está habilitado, dentro de sua capacidade, a liderar sua condição.

Um dos pontos comuns entre as duas estruturas de cooperativa continua sendo que eles não possuem nenhuma capacidade coercitiva direta, nenhuma possibilidade por restrição direta do comportamento de seus membros. Assim, a solução escolhida para modificar a atividade social na falta da capacidade coercitiva, é fundamentar as novas regulações no seio das subjetividades dos indivíduos por sua responsabilização, dando-lhes um papel novo.

- Os mecanismos ecológicos

Nos assentamentos agrários cada agricultor não organiza seus 50 hectares com base nas características ambientais, eles desmatam antes de cultivar porque foi preciso garantir a sua apropriação da terra. Alguns entre eles disseram terem freqüentemente visto (e vêem ainda) onça e outros animais selvagens dentro de seus lotes⁹. Esta ocorrência permitiu-lhes adquirir uma familiaridade com a fauna, introduzindo relações mais estreitas de comensalidade do que predação, reforçando a idéia de uma espécie de continuidade entre a sociedade humana e a natureza. É essa continuidade que se inscreve dentro de sua área. Uma área que é considerada um instrumento de produção para assegurar as necessidades de sua família. Assim, o lote deve, antes de tudo, responder por objetivos produtivos e não a outras preocupações com a proteção do meio ambiente ou a destruição da fauna e da flora identificadas como selvagem (MICOUD, 1993). Neste contexto, a atribuição de subsídios pelo governo federal demanda uma reavaliação das condições ambientais de produção.

A COOPER se incumbe da responsabilidade de difundir junto aos agricultores as práticas inovadoras mais respeitadas das dinâmicas naturais. As observações e análises relacionadas aos efeitos das práticas agrícolas sobre o meio são baseadas na síntese elaborada por Marchand (2007)¹⁰. Os aportes ambientais diretos dos dois projetos PD/A parecem reduzidos. O objetivo da COOPER é somente encorajar a implantação da fruticultura, mais respeitosa do meio ambiente, pela oferta de vendas comerciais, ela não destina nenhuma ajuda financeira direta aos agricultores pela preservação dos recursos naturais. Assim, os agricultores fornecedores regulares da cooperativa não cultivam, por sua própria iniciativa, novas áreas frutícolas (somente três em um total de 40). As plantações esparsas de cupuaçu, de goiaba, de cajá, de banana, as culturas de pimenta bem como as atividades de extrativismo geralmente são suficientes para cumprir as metas que o agricultor se determinou. Em revanche, os projetos satélites da COOPER (os projetos PADEQ¹¹ e açai¹²) com o favorecimento da implantação dos sistemas agroflorestais por diversos parceiros técnicos ou financeiros como a Vale e a Prefeitura de Paraúpebas, permitem a implantação de novas dinâmicas de paisagem, novas associações de plantas ganham espaço sobre as pastagens, por exemplo. Esta constatação significa que a implantação das culturas frutíferas em sistemas mais ou menos diversificados é ainda tributária de iniciativas específicas. A ação ambiental da COOPER, mais difusa, tem dificuldade de se realizar concretamente.

O balanço geral é que os agricultores percebem geralmente a utilidade de conservar em bom estado suas terras de fruticultura ou mesmo lhes melhorar. O problema que se coloca é mais com o extrativismo e com as demandas reiteradas de práticas extrativistas ecologicamente sustentáveis inscritas no âmbito dos objetivos dos projetos PD/A de 2001 a 2005. De fato, a rentabilidade econômica do cultivo dos açazais antigos é média. Os agricultores preferem sacrificar estas superfícies em função de outras plantações (bananeiras geralmente, mas também açai modificado que cresce mais rapidamente). A leitura ambiental destas práticas mostra que elas perturbam as dinâmicas naturais, contribuindo para a erosão da biodiversidade e para a redução do potencial dos cursos d'água. Mais amplamente, os sistemas agro-florestais implantados são dominados por espécies nos quais os frutos podem ser rapidamente comercializados (cupuaçu, goiaba). Da mesma forma, existem poucas plantações florestais (poucos pés de ipês ou mogno). A diversidade de espécies é bastante empobrecida em relação às formações vegetais "secundárias" ou "primárias". Paralelamente a esta primeira evolução, pode-se constatar que

⁹ Atualmente se constata uma redução da freqüência de animais não domésticos, o que se explica por conta de uma nova divisão do espaço entre os animais selvagens e humanos assim como uma rarefação destes animais além dos pássaros.

¹⁰ G. Marchand, 2007, *Synthèse de terrain: Projets PD-A dans la région de Paraúpebas*, DURAMAZ-IHEAL.

¹¹ «Alternatives écologiques pour la durabilité de l'agriculture familiale dans l'APA Igarapé Gelado».

¹² «Projet de restitution des açazais et châtaigneraies de l'APA Igarapé Gelado».

os agricultores consideram cada vez mais os apoios de certas práticas evocadas nas reuniões organizadas para a participação das comunidades nos projetos de desenvolvimento sustentável. Assim, os solos não são jamais expostos na maior parte dos lotes observados, os agricultores explicam que a cobertura morta sobre a terra é um meio de preservar sua fertilidade. Da mesma maneira, para alguns agricultores, as plantações de açaí ou de buritis permitem de bombear a água subterrânea e de “engrossar” os cursos d’água.

Sintetizando, as normas ambientais introduzidas pela COOPER permanecem moderadas, devido principalmente, a competição entre as formas de regulação. De fato, como já mencionado, o objetivo da atividade agrícola para os produtores é o produtivo. As normas refletem este objetivo: a prioridade é dada às espécies mais rentáveis economicamente e as modificações de suas práticas são efetuadas visando melhorar as qualidades produtivas do lote. O agricultor não se recusa a aplicar as regulações melhorando as qualidades ambientais de seus lotes desde que elas lhe permitam manter o nível de renda. Este objetivo produtivo se baseia no conhecimento concreto de seu lote baseado nas experiências anteriores. Ora, a luta de cada indivíduo contra a erosão da biodiversidade e as mudanças climáticas contribui na escala global do planeta. Este duplo salto entre o global e o local e entre o abstrato (biodiversidade e mudança climática) e o concreto (lote) parece dificilmente apropriável pelos agricultores. Seu tipo de conhecimento do meio não é hermético a um pensamento sistêmico. Alguns entre eles obtêm sucesso ao articular os diversos elementos da natureza a (o recurso água, por exemplo) a partir de uma reflexão relevante desta abordagem. Em revanche, todas as práticas que foram modificadas encontram suas justificativas no ambiente imediato do lote para resolver problemas concretos, o que não é o caso da luta contra a erosão da biodiversidade.

Segundo Marchand (2007) somente as normas ambientais colocadas em prática junto aos agricultores da APA Igarapé Gelado parecem ser eficazes. Quando da redação do primeiro projeto PD/A, a gestão ecológica dos campos de açaí aparecia como uma das prioridades. Foi preciso, entretanto, esperar a chegada dos projetos PADEQ e os financiamentos da empresa Vale para que ele fosse implantado. Isto significa que fazendo baixar o nível de concorrência entre as regulações econômico-produtivas e ambientais de maneira restritiva (estatuto de APA) ou por dispositivos de compensação (com os financiamentos da Vale) as regras ambientais podem ser inscritas sustentavelmente nas práticas dos agricultores.

Conclusões

A análise da experiência de desenvolvimento sustentável realizada pela COOPER mostra a maneira pela qual as novas normas ambientais são implantadas articulando-se com as regulações de controle e autônomas. Da mesma maneira, a análise dos dois tipos de regulação efetuada foi possível pela proximidade entre dois sistemas de valores. Os dois sistemas de valores são, de um lado, aquele introduzido pelas políticas públicas em torno da noção de desenvolvimento sustentável e aquele dos atores locais inspirados na Teologia da Libertação. A adaptação concreta das normas foi efetuada por mecanismos que permitiram a tradução das palavras do desenvolvimento sustentável por meio dos princípios da Teologia da Libertação. Mais precisamente, três tipos de mecanismos puderam ser identificados:

- os mecanismos socioeconômicos: que asseguram uma adaptação entre os subsídios (financeiros e técnicos) dados para o desenvolvimento sustentável e o aumento da renda dos agricultores pela comercialização de seus frutos pela COOPER;
- os mecanismos sociopolíticos: garantindo o engajamento dos agricultores, a título individual, levando em conta as regulações ambientais por sua responsabilização e habilitação de sua capacidade de construir sua própria trajetória;
- os mecanismos ecológicos: fundamentado na prática dos agricultores as novas regulamentações ambientais fazem convergir as restrições ambientais e as produtivas.

Esta implantação conjunta dos mecanismos permitiu transformar a noção abstrata de desenvolvimento sustentável, de modo que as regulações lhes são associadas em normas operacionais para os agricultores. As tensões no processo de adaptação permanecem em função da concorrência entre as regulações de ordem econômico-produtiva e as normas ambientais. Uma vez superado este obstáculo, os agricultores modificaram significativamente suas práticas.

Referências bibliográficas

ADAMS, W. M. **Green development.** environment and sustainability in the third world. 5. ed. London and New York: Routledge, 1990.

ALBALADEJO, C.; ARNAULD DE SARTRE (ed.). **L'Amazonie Brésilienne et le développement durable.** Paris: L'Harmattan, 2005.

ATLAS DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA BRASILEIRA. **Unidades Federais.** São Paulo/ Metavideo: SP Produção e Comunicação Ltda, 2004.

BARTH, M. **La théologie de la libération aujourd'hui.** 2006. Disponível em: <<http://www.walterinfos.org/spip.php?article423>>.

BOFF, L. 1995. **Dignitas Terrae, Ecologia:** grito da terra, grito dos pobres. São Paulo: Ática, 1995.

BOYER, R.; SAILLARD, Y. (ed.). 2002. **Théorie de la régulation:** l'état des savoirs. Paris: La Découverte, 2002.

FAVREAU, L.; FRÉCHETTE, L. **Mondialisation, économie sociale, développement local et solidarité internationale.** Montréal: Presses de l'Université du Québec, 2002.

FAVREAU, L.; CONNEAU, Y. **Emploi, économie sociale et développement local:** les nouvelles filières. Montréal: Presses de l'Université du Québec, 2001.

GENDRON, C. **Le développement durable comme compromis:** la modernisation écologique de l'économie à l'ère de la mondialisation. Montréal: Presses de l'Université du Québec, 2006.

GLAESER, B. (ed.). **Ecodevelopment, concepts, projects, strategies.** Oxford: Pergamon Press, 1984

HOUTART, F. **L'état actuel de la théologie de la libération en Amérique Latine.** 2006. Disponível em: <<http://www.alterinfos.org/spip.php?article424>>.

LASAT (Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins) e MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Diagnóstico socioeconômico e ambiental da agricultura familiar e plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do sudeste do Pará.** Marabá: LASAT, 2006.

LEFF, E. Ignacy Sachs y el ecodesarrollo. In: VIEIRA, P. F. et al. (org.). **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil:** a contribuição de Ignacy Sachs. Porto Alegre/Florianópolis: Editora Pallotti/APED, 1998.

LOPEZ HERNANDEZ, E. **Théologie indienne d'Amérique latine:** dieu, traditions indigènes et mondialisation. 2005. Disponível em: <<http://www.walterinfos.org/spip.php?article930>>.

LÖWY, M. 1998. **La guerre des dieux, religion et politique en Amérique latine**. Paris: Ed. du Félin, 1998.

MICOUD, A. **Vers un nouvel animal sauvage: le sauvage «naturalisé vivant»?** *Natures, sciences, sociétés*, 1993, 1 (3), pp. 202-210.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/FAO. **Perfil das instituições de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares e assentados no Brasil**. Região Norte. s/data, s/editora, s/ano.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, Coordenação do Programa Piloto. **Relatório consolidado de avaliação do programa piloto para proteção das Florestas Tropicais do Brasil**. Coordenação de Rafael Pinzón Rueda. Brasília: MMA, 2006, 157 p.

POSEY, D. A. 1996. Os povos tradicionais e a conservação da biodiversidade. In: PAVAN, C. (Ed.). **Amazônia: uma estratégia latino-americana para a Amazônia** (vol. 1, pp. 149-157). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal & Editora da Universidade de São Paulo.

REYNAUD, J.-D. 1993. **Les règles du jeu, L'action collective et la régulation sociale**. Paris: Armand Colin, 1993.

RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. Tese de doutorado (Geografia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 1999.

ROUSSEAU, S.; ZUINDEAU, B. 2007. Théorie de la régulation et développement durable. **Revue de la régulation, capitalisme, institutions et pouvoirs**, 2007, n. 1. Disponível em: <<http://regulation.revues.org>>.

SACHS, I. Colonisation et écodéveloppement. In: **Colloque en l'honneur de Pierre Monbeig, Les phénomènes de «frontière» dans les pays tropicaux**. 1979, Paris, 1981.

_____. **Stratégies de l'écodéveloppement**. Paris: Les Éditions Ouvrières, 1980.

_____. **L'écodéveloppement: stratégies pour le XXI siècle**. Paris: Syros, 1997.

_____. **Vers l'éco-socio-économie?** (Entretien par S. Allemand), *Sciences Humaines*, n. 92, 1999, Paris.

SMOULTS, M.-C. 2001. **Forêt tropicales, jungle internationale: Le revers d'une écopolitique mondiale**. Paris: Presses de Sciences Po, 2001.

TOURAINÉ, A. **Sociologie de l'action**. Paris: Seuil, 1965.

VIVIEN, F.-D. **Le développement soutenable**. Paris: La Découverte, 2005.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO J.-C. (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2ª. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 21-55.

A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola

Simone Rezende da Silva

Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia Física
Departamento de Geografia/FFLCH/Universidade de São Paulo
e-mail: srezende@usp.br

Resumo

O Brasil constituiu as bases de seu desenvolvimento sob a égide do escravismo, o que deixou marcas indelévels em sua história. Passados 124 anos da abolição da escravatura uma revisão de suas consequências e determinações faz-se necessária. Os problemas enfrentados pelas populações negras no Brasil emergem cotidianamente, seja na discussão acerca de cotas para afro-descendentes no ensino superior público, seja em discussões sobre preconceitos ou no estabelecimento dos direitos das comunidades quilombolas aos seus territórios ancestrais. Desta forma, acredita-se que uma revisão acerca da trajetória do negro no Brasil colabore com o avanço das discussões destes problemas.

Palavras-chaves: quilombos, negros, território, territorialidade, conflito.

Resumen

La trayectoria del negro en Brasil y la territorialización *quilombola*

Brasil constituyó las bases para su desarrollo sobre el condicionante de la esclavitud, que dejó marcas indelebles en su historia. Después de 124 años de la abolición de la esclavitud es necesaria una revisión y determinación de sus consecuencias. Los problemas que enfrentan las poblaciones negras en Brasil surgen de manera constante, ya sea en el debate sobre las políticas de acción afirmativa para afro-descendientes en la educación superior, ya sea en la discusión sobre prejuicios raciales o en el reconocimiento de los derechos de las comunidades *quilombolas* a sus territorios ancestrales. Por lo tanto, creemos que una revisión de la historia de los negros en Brasil pueda colaborar con el avance de las discusiones de estos problemas.

Palabras-clave: *quilombos*, negros, territorio, territorialidad, conflicto.

Abstract

The trajectory of black people in Brazil and *quilombola's* territorialization

Brazil builds the bases of its development under the aegis of the slavery, what have left indelible marks on its history and today. After 124 years of abolition of slavery, a review of its consequences and determinations is required. The problems faced by black people in Brazil emerges daily, either in the discussion of affirmative action policies for Afro-descendants in public higher education, is in discussions about prejudices or recognition of *quilombola's* communities rights to their ancestral territories. This way, it is believed that a review about the trajectory of black people in Brazil collaborate with the advancement of the discussions of these issues.

Keywords: *quilombos*, black people, territory, territoriality, conflict.

Introdução à temática

Muitos são os conflitos que as comunidades quilombolas enfrentam quando estas se põem em movimento no sentido de reivindicarem seus direitos aos territórios ancestrais.

Passados mais de 120 anos após a abolição da escravatura no Brasil há ainda uma grande dívida histórica, que não se restringe aos direitos territoriais garantidos constitucionalmente às comunidades remanescentes de quilombos, está também no plano de uma grande revisão historiográfica que necessitamos empreender no sentido de perceber as populações negras escravizadas como parte constituinte do que somos enquanto brasileiros, incorporando para isto novas formas de documentos históricos.

Desta forma, os trabalhos a partir de fontes orais vêm adquirindo grande importância, pois estas têm sido cada vez mais usadas nas ciências sociais em geral. Nesta pesquisa o caminho escolhido para se empreender um estudo acerca de populações negras, especialmente comunidades quilombolas e suas relações com o território, foi o do trabalho a partir da memória. Ou seja, por meio de depoimentos de membros de comunidades quilombolas buscou-se identificar suas relações identitárias com seus territórios, bem como a tentativa de dar visibilidade às suas narrativas enquanto documentos históricos.

Procedeu-se também à busca de documentos oficiais em arquivos e cartórios e à revisão bibliográfica, contudo, este estudo baseia-se principalmente nas memórias de depoentes de diversas comunidades quilombolas das regiões sudeste e nordeste do país.

O estudo e valorização da memória, bem como do território, são necessários ao repertório destas populações que vêm se organizando e reivindicando seus direitos, pois a recriação de histórias narradas e recuperadas na bibliografia e em campo remete não só às relações identitárias com o território, remete principalmente a uma dor profunda de perceber-se marginalizado pela história construída e difundida pelos dominadores. Essa consciência do lugar a que foi destinado pela sociedade e a conseqüente determinação em mudar de lugar ou mudar este lugar, nos é informada pela memória reelaborada, reinventada num patamar de liberdade e luta política e social por seus territórios, isto é, em uma vivência de liberdade que norteia a seletividade das lembranças.

Territorializar-se ou reterritorializar-se é um processo que impõe a construção de identidades políticas e culturais que entrarão em conflito com as territorialidades impostas e identidades estabelecidas e, em geral, dominantes no tempo e no espaço.

Contudo, para uma definição dos fundamentos teóricos nesta pesquisa, concluiu-se ser necessário ir ao âmago do problema, que não se restringe à luta de comunidades quilombolas por seus territórios ancestrais.

O problema posto para a pesquisa nos coloca a necessidade da reflexão sobre uma categoria conceitual debatida e estudada por outros campos das ciências humanas: a constituição da ideia de raça, que no contexto da colonização das Américas e instituição do capitalismo colonial eurocentrado, foi conveniente, pois que implicou na classificação social a partir do que se denominou “raças”. Assim o negro africano foi classificado como pertencente a uma raça inferior, a qual estava destinada a função de servir como escravo. A desumanização do negro não foi um acaso, e sim uma conseqüência perversa das questões econômicas, políticas e culturais em jogo naquele momento e que de certo modo permanecem até nossos dias, visto que o negro, via de regra, continua a ser marginalizado econômica e socialmente, além ainda, de estar sob uma sujeição cultural em nossa sociedade, e mesmo dentro de uma aparente (e politicamente correta) democracia racial. Segundo Aníbal Quijano:

A idéia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. A formação de relações sociais fundadas nessa idéia, produziu na América identidades sociais

historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos como espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas, e conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. (QUIJANO, 2005, p. 228 e 229).

A cor da pele foi eleita a característica fenotípica principal para a definição de raça, o que outorgava legitimidade à dominação imposta pelas conquistas européias nas Américas e posteriormente na expansão colonial pelo mundo. A idéia de raça passou a ser a naturalização da relação entre dominadores e dominados.

São conhecidos os nomes dos mais desenvolvidos e sofisticados deles [povos originários das Américas]: astecas, maias, chimus, aimarás, incas, chibchas, etc. Trezentos anos mais tarde todos eles reduzem-se a uma única identidade: *índios*. Esta nova identidade era racial, colonial e negativa. Assim também sucedeu com os povos trazidos forçadamente da África como escravos: achantes, iorubas, zulus, congos, bacongos, etc. No lapso de trezentos anos, todos eles não eram outra coisa além de *negros*. (QUIJANO, 2005, p. 249)¹.

O poder colonial teve conseqüências que chegam indiretamente à atualidade, pois os povos inferiorizados foram despojados de suas singularidades identitárias e históricas ao mesmo tempo em que lhes eram impostas novas identidades “inventadas” como inferiores, raciais, e negativas, implicando assim o despojo de seu lugar na história da produção cultural da humanidade.

A formação sócio-cultural de nosso país está marcada por esta história colonial. No Brasil, particularmente os portugueses colonizadores exterminaram² grande parte dos diversos povos indígenas existentes. Trouxeram negros africanos como mercadorias, também de diferentes etnias, para o trabalho escravo e instituíram assim uma sociedade de dominantes (brancos europeus com posses) e dominados (negros, indígenas, mestiços). A sobreposição entre classe social e cor continuou mesmo depois da abolição da escravatura no Brasil. Imigrantes europeus e asiáticos (brancos e amarelos) vêm embranquecer nosso país e a lógica classe e cor perpetua-se.

Nossa estrutura fundiária concentrada (nas mãos dos brancos ricos) e a emergência do capitalismo colonial/mercantil e posteriormente de mercado inserido no mundo globalizado, propiciou a continuidade da relação cor/classe nos processos de dominação e exclusão.

Muitas comunidades quilombolas no Brasil lutam pela conquista ou permanência em seus territórios ancestrais e via de regra estas entram em choque com os mais diversos interesses, sejam eles do Poder Público ou privado, pois embora estas populações tenham seus direitos territoriais assegurados constitucionalmente os embates e disputas estão frequentemente postos quando uma comunidade põe-se em movimento no sentido de requerê-los.

¹ Segundo Kabengele Munanga (2001, p. 21) Congos e Bacongos referem-se ao mesmo povo, pois “os nomes de povos ou grupos culturais vão precedidos de prefixos classificadores: mu, indicando o singular e ba indicando o plural. Exemplos: mukongo (mu-kongo) indivíduo que pertence à etnia kongo; bakongo (ba-kongo)”.

² Seja pelo assassinato, seja pelo contágio de doenças desconhecidas pelas populações indígenas, seja pelo trabalho forçado que levava à morte ou ao suicídio.

Desta forma, para o entendimento do processo atual de territorialização das populações rurais negras foi necessário empreender um percurso acerca da trajetória do negro em nosso país buscando evidenciar a importância da terra/território e da memória, pois estes são estruturantes na luta política destas populações que historicamente foram marginalizadas e empurradas à fronteira florestal do país.

Problemas como preconceito, racismo e injustiças sociais em relação à população negra no Brasil derivam e são a culminação de um processo que começou com a colonização das Américas e do capitalismo colonial moderno e eurocentrado, cujo eixo de fundamentação recaiu e se solidificou na classificação social dos indivíduos por meio de traços fenotípicos, ou seja, a partir da ideia de raça, que segundo Quijano (2005) expressa a experiência básica da dominação colonial.

A expansão colonial necessitava de mão de obra, que como veremos foi contemplada com a força de trabalho dos negros escravizados e transformados em mercadoria no lucrativo negócio do tráfico negreiro.

Embora os europeus tenham explorado a costa africana desde meados do século XV, é nos séculos XVI e XVII que o tráfico negreiro se intensificará. Já existiam negros escravizados na Europa e Ásia, que ali chegaram pelas rotas de tráfico: oriental (pelo Oceano Índico) e a transaariana (pelo deserto do Saara e do Mar Vermelho), contudo, é devido à conquista das Américas que a mão de obra escravizada se fará necessária e um negócio extremamente lucrativo, realizado pela rota transatlântica.

O tráfico negreiro estendeu-se por séculos e envolveu diversas regiões do mundo e um enorme contingente humano, o que o torna uma das maiores tragédias da história da humanidade.

Uma das justificativas para a instituição do negro como escravo e a implantação do tráfico negreiro foi (e por vezes é repetida até hoje) a de que a escravidão já existia no continente africano entre seus próprios povos e, portanto, o negro já estaria resignado à sua sorte. Contudo, o conceito de servidão ou mesmo escravidão entre os povos africanos, em geral, estava ligado à sujeição hierárquica de suas sociedades ou às guerras entre povos rivais, nada tendo a ver com o escravismo enquanto negócio. Segundo Mattoso (1988), tratava-se de uma escravidão patriarcal e que não implicava em um sistema escravista, visto que os filhos dos escravos eram cidadãos livres.

E dessa forma, deve-se frisar que o negro tornado mercadoria não era escravo, mas sim um escravizado. Ninguém nasce escravo, é assim transformado em uma ordem escravocrata, pois a escravidão não é um fato natural, é uma condição social imposta.

Fato é que o negro, tornado um escravizado, foi coisificado e desumanizado. O europeu se auto-outorgou a missão civilizadora e subtraiu aos povos “colonizados” sua história, cultura e identidade. Milhares morreram nas guerras de captura na própria África, outros milhares na insalubre travessia do Oceano Atlântico para que por fim milhões de outros negros africanos viessem a formar a fortuna da elite branca de conquistadores, mas, sobretudo, a formar o que somos como povo brasileiro.

Segundo Ribeiro (2004, p. 118) a empresa escravista atua como uma mó³ desumanizadora e desculturadora de eficácia incomparável. Submetido a essa compressão, qualquer povo é desapropriado de si, deixando de ser ele próprio, primeiro, para ser ninguém ao ver-se reduzido a uma condição de bem semovente, como um animal de carga.

A escravidão além de base econômica da colonização brasileira foi também o fundamento de todas as esferas da vida social e política. De acordo com Moraes (2005, p. 97) o escravismo imprime a desigualdade e a exclusão como regras básicas do convívio social. A sociedade escravocrata estabelece o império da violência, o trabalho compulsório prescinde da hegemonia, pois se realiza diretamente pela força.

Segundo Barreta Almeida (2004, p. 13) o país é colonizado sob a égide da expansão capitalista. Os africanos chegam aqui coisificados, como mercadoria; o tráfico negreiro alimenta e é alimentado pelo trabalho escravo. Ou seja, a regulação econômica das

³ “Mó [do lat. *mola*] S.f.1. Pedra de moinho ou de lagar” Ferreira (2004, p. 1342). Que tem função de triturar.

fazendas estava mais ligada à oferta de escravos do que propriamente à demanda da produção ali realizada. Seu principal capital era o escravo, pois a terra sem trabalhadores não tinha valor, “a sujeição do trabalho ao capital não estava principalmente baseada no monopólio dos meios de produção, mas no monopólio do próprio trabalho, transfigurado em renda capitalizada.” (MARTINS, 1998, p. 15).

Não se pode esquecer o papel da Igreja Católica na legitimação da escravidão e na posterior condição marginal do negro na sociedade.

A colonização não representou apenas a expansão econômica européia, mas também a expansão da fé católica. No início do período colonial, os interesses do Estado e da Igreja caminhavam praticamente juntos, não de modo a subjugar as populações indígenas e africanas, mas com o intuito de converter os pagãos ao cristianismo [...] A Igreja católica justificou durante séculos a escravização dos negros africanos, tratando-os como filhos menores de Deus, criaturas num estágio intermediário entre o homem branco e os animais, que deviam passar pelo sofrimento do cativo como penitência necessária para alcançar o reino dos Céus. (NERES, CARDOSO e MARKUNAS, 1997, p. 60).

A forma de conquista e apropriação do que veio a constituir-se como território brasileiro deu-se por meio da doação de sesmarias pelo rei de Portugal para o cultivo de grandes monoculturas, como a cana-de-açúcar no Nordeste do país e posteriormente o café no Sul/Sudeste, além ainda da mineração no Sudeste/Centro. Todas essas foram atividades que contaram fortemente com o trabalho escravo, mas com períodos de auge diferenciados, o que acarretou um intenso fluxo de deslocamento destes. Assim, quando do declínio econômico das plantações de cana do Nordeste muitos escravos foram deslocados para as plantações de café do Sul/Sudeste. E foi durante o final do século XVIII e começo do XIX quando o café fazia a riqueza dos produtores que o país teve seu maior contingente de escravos.

Contudo, há também nesta época uma dificuldade crescente de capturá-los na África, o que elevou consideravelmente o preço desses. Situação essa agravada pela proibição do tráfico negreiro em 1850 por meio da Lei Eusébio de Queiroz. Neste mesmo ano no Brasil é decretada a Lei de Terras, a qual instituía que a terra só poderia ser adquirida por meio de compra e venda. De acordo com Martins (1998, p. 32) “a renda capitalizada no escravo transforma-se em renda territorial capitalizada: num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa”.

A questão fundiária em nosso país está extremamente vinculada à sorte da população negra, pois ao instituir que as terras deveriam ser “compradas” naturalmente os negros foram excluídos desse processo de apropriação destas, primeiro porque eram escravizados (mercadorias), depois de 1888 por serem libertos, mas marginalizados na sociedade e, portanto, sem a possibilidade de adquirir terras pela compra. Embora a questão da obrigatoriedade da compra de terras afetasse também imigrantes e brasileiros brancos e pobres, pois também para estes a terra tornou-se mais difícil, para os negros essa questão levou a uma maior marginalização, visto que se o negro não tinha terras para sua subsistência tampouco tinha outras possibilidades de garantir seu sustento.

O país preparava-se para a abolição da escravatura, pressionado pela conjuntura mundial, principalmente européia, que devido à revolução industrial e suas conseqüências, tinha um contingente populacional excedente que precisava emigrar.

Contudo, essa preparação ocorreu mais no plano psicológico do que no prático. Medidas como a Lei do Ventre Livre em 1871, que libertava da escravidão os filhos de escravos nascidos após a publicação desta e a Lei do Sexagenário em 1885 que libertava os maiores de 60 anos, eram facilmente burladas e quando cumpridas não havia por parte do Estado amparo aos libertos que quando chegavam aos 60 anos estavam deteriorados pela vida em escravidão.

Quando em 13 de maio de 1888, finalmente a abolição da escravatura foi decretada, o negro deixou juridicamente de ser escravizado, mas não passou a ser um cidadão, a pecha da escravidão o acompanhou para além da data teoricamente festiva.

As mudanças ocorridas com a abolição da escravatura não representaram, pois, mera transformação na condição jurídica do trabalhador; elas implicaram transformação do próprio trabalhador. Sem isso não seria possível passar da coerção predominantemente física do trabalhador para a sua coerção predominantemente ideológica. Enquanto o trabalho escravo se baseava na vontade do senhor, o trabalho livre teria que se basear na vontade do trabalhador, na aceitação da legitimidade da exploração do trabalho pelo capital, pois se o primeiro assumia previamente a forma de capital e de renda capitalizada, o segundo assumiria a forma de força de trabalho estranha e contraposta ao capital. Por essas razões, a questão abolicionista foi conduzida em termos da substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador livre, isto é, em termos de substituição física do negro pelo imigrante. O resultado não foi apenas a transformação do trabalho, mas também a substituição do trabalhador. (MARTINS, 1998, p. 17-18).

Não houve a transformação da condição jurídica do trabalhador negro escravizado e sim, em grande medida, sua substituição pelo trabalhador branco imigrante.

A abolição da forma como ocorreu não garantiu direitos efetivos aos negros, nem tampouco promoveu uma transformação radical da sociedade brasileira. A estrutura fundiária permaneceu intocada, a vida econômica continuou apoiada na grande propriedade exportadora e a população escravizada, depois de libertada, foi marginalizada e abandonada à sua própria sorte.

De acordo com Lopes (1987, p. 22) desde 1850, com a publicação da Lei de Terras, eliminava-se, por antecipação, a possibilidade de criação de um campesinato negro autônomo e estável, que, em algum grau, redimisse os males da escravidão extinta em 1888.

O negro inserido como escravizado no Brasil tem sua imagem construída a partir de elementos altamente negativos, tais como criatura inferior, de uma cultura primitiva, preguiçoso, intelectualmente inferior, portador de maus instintos. Assim, o negro foi colocado à margem da história como sujeito e visto apenas como um objeto no sentido literal do termo, mesmo após o término do regime escravista.

[...] o negro acaba perdendo o hábito de qualquer participação ativa, até o de reclamar. Não desfruta de nacionalidade e cidadania, pois a sua é contestada e sufocada, e o colonizador não estende a sua ao colonizado. Consequentemente, ele perde a esperança de ver seu filho tornar-se um cidadão [...] No cotidiano, o negro vai enfrentar o seu inverso, forjado e imposto. Ele não permanecerá indiferente. Por pressão psicológica, acaba reconhecendo-se num arremedo detestado, porém convertido em sinal familiar. A acusação perturba-o, tanto mais porque admira e teme seu poderoso acusador. Perguntar-se-á afinal se o colonizador não tem um pouco de razão. Será que não somos mesmo ociosos e medrosos, deixando-nos dominar e oprimir por uma minoria estrangeira? A tecnologia superdesenvolvida trazida pelo branco ajudaria a instaurar uma situação de crise na consciência do negro. (MUNANGA, 1986, p. 23 e 26).

A colonização europeia efetuou-se acima de tudo no plano psicológico, o retrato degradante imposto pelo branco conquistador, muitas vezes, será aceito pelo próprio negro. E, é este retrato que nos chega até os dias de hoje na forma de preconceito e racismo. Mesmo após a abolição da escravatura em 1888, o negro continua sendo visto e tratado de forma marginal, pois quando deixa de ser a mão de obra gratuita dá-se preferência à mão de obra paga do imigrante europeu numa tentativa de embranquecimento do país.

Além da falta de um amparo mínimo do Estado, os negros foram recusados pela sociedade como mão-de-obra paga. Diante da marginalização, muitos migraram em busca de terras distantes nas quais pudessem praticar a agricultura de subsistência ou passavam a ocupar as periferias distantes dos centros urbanos. Sobre esses, Florestan Fernandes (2008, p. 64) nos diz que estavam numa situação de caboclicização e sobre outros que passaram a ser uma desvalorizada e inapta mão-de-obra, a qual só era aproveitada nos trabalhos mais extenuantes e desabonadores.

Dentro de semelhante contexto econômico, psicossocial e sociocultural, as humilhações, os ressentimentos e os ódios, acumulados pelo *escravo* e pelo *liberto* sob a escravidão e exacerbados de forma terrível pelas desilusões recentes, lavravam destrutivamente o ânimo de negros e mulatos. Tudo contribuía para aumentar sua insegurança, natural numa fase de mudanças tão bruscas, e para agravar ansiedades e frustrações que não podiam ser canalizadas “para fora” nem corrigidas construtivamente, através de mecanismos psicossociais de interação com os “outros” e de integração à ordem social emergente. As alternativas de escolha valorizadas social e moralmente desde o passado remoto, conduziam as aspirações e as identificações predominantes na direção da equiparação com os brancos das camadas superiores. O êxito dos imigrantes fortaleceu ainda mais as expectativas daí decorrentes. Todavia, as alternativas reais iam da caboclicização no campo à pauperização nas cidades, passando por “contratos de trabalho” que não traduziam melhora sensível da situação da existência anterior, piorando-a muitas vezes. (FERNANDES, 2008, p. 64)

Portanto, mesmo o negro liberto não era bem visto na sociedade brasileira. Os valores nela inculcados continuarão a persegui-lo de forma a gerar preconceitos e injustiças sociais, pois os negros muitas vezes sem emprego e sem acesso à propriedade da terra ocupam uma posição inferior na sociedade.

A nossa estrutura social ainda é entravada no seu dinamismo em diversos níveis pelo grau de influência que as antigas relações escravistas exerceram no seu contexto. Relações de trabalho e propriedade, familiares, sexuais, artísticas, políticas e culturais estão impregnadas ainda das reminiscências desse passado escravista. Quer no nível de dominação, que no de subordinação, esse relacionamento guarda funda ligação com o estrangulamento que existia durante o escravismo. (MOURA, 1986, p. 13).

O próprio negro que, na maioria dos casos, já não era africano, pois sofreu forte processo de aculturação, tampouco era branco, entretanto há um processo de embranquecimento que se dá segundo Munanga (1988) pela assimilação dos valores culturais do branco. Assim, muitos negros professarão a religião deste, se vestirão, se alimentarão e acima de tudo falarão a língua dos brancos. Outra forma de embranquecimento são os casamentos ou relacionamentos entre negros e brancos. Por parte dos negros há um desejo, às vezes, inconsciente de se embranquecer e posteriormente embranquecer seus filhos para que estes ocupem melhor posição na sociedade e que sofram menos preconceitos.

A escravização no Brasil se realiza de modo que um homem escravizado, tenha em seus filhos e nos filhos de seus filhos, a extensão de sua condição escrava. Portanto, faz-se necessário esconder e esquecer a condição de fugido ou ex-escravizado. As memórias dos grupos, via de regra, estão calcadas no patamar da liberdade e não da escravidão, que a todo custo tentam esquecer.

É fácil encontrar bairros rurais negros que ao longo do tempo e no desenvolvimento de sua territorialidade seus habitantes construíram uma identidade, que os igualava aos demais habitantes dos outros bairros da região habitada. Desta forma, sob a denominação de ribeirinhos, caboclos, jangadeiros, caiçaras ou caipiras podem ser encontradas comunidades negras que assentaram identidades não sobre a cor da pele ou posição social,

e sim sobre vínculos parentais, conhecimentos acerca da natureza, compartilhamento de costumes e tradições, ou seja, sobre a cultura. A construção dessa nova identidade os libertava, inconscientemente, do passado de escravidão. Portanto, a identidade ribeirinha, cabocla, caiçara ou caipira etc, apesar de não alijar o preconceito externo, foi uma defesa quase natural na valorização e exaltação da liberdade conquistada.

Não vivemos em uma democracia racial, embora seja inegável a grande miscigenação ocorrida em nosso país, é inegável também que, o preconceito de cor existe, ainda que camuflado. De acordo com Munanga (1988, p. 30) historicamente, todas as condições foram reunidas para que se chegasse a um impasse de assimilação. Na realidade, pensar que o colonizador pudesse ou devesse aceitar de bom grado a assimilação, ou seja, a emancipação do negro seria escamotear a relação colonial. Por isso até os dias atuais depara-se com preconceitos e injustiças sociais, cujas origens remontam ao passado escravista que marcou as consciências e o modo de ser dos brasileiros.

Aceitando-se, o negro afirma-se cultural, moral, física e psiquicamente. Ele se reivindica com paixão, a mesma que o fazia admirar e assimilar o branco. Ele assumirá a cor negada e verá nela traços de beleza e de feiúra como qualquer ser humano 'normal'. (MUNANGA, 1988, p. 32)

Isso nos remete a pensar sobre a negritude enquanto movimento de autoafirmação e valorização da herança africana na constituição da população brasileira, não numa tentativa de homogeneização da população sobre um falso suposto de uma democracia racial, mas sim de admitir que as heterogeneidades são importantes e necessárias e por isso devem ser respeitadas.

O moderno movimento negro tem suas origens, de acordo com Guimarães (1999) em movimentos dos anos 1930 e reinventados nos anos 1970. Por volta dos anos 30 do século XX surge a Frente Negra Brasileira (FNB), que identificava o negro pelo elemento cor e não pelo elemento cultural, procurava afirmar o negro como brasileiro e renegar as tradições afro-brasileiras. Ainda nesta época, surge o Teatro Experimental do Negro (TEN), que mantém intenso diálogo com as culturas afro-brasileiras. E finalmente, em 1978 surge o Movimento Negro Unificado (MNU), que criticará duramente o mito da democracia racial.

Esses movimentos de acordo com Barreta Almeida (2004) abrem uma consciência política na autoafirmação do negro enquanto singularidade. Passa-se a buscar referenciais na origem africana para sustentar uma identidade própria a uma camada da população que, mestiça ou não, agrupa-se politicamente sob a autodenominação de afro-descendente.

Mais do que isso, eles abrem caminho para uma ação afirmativa que se inscreveu na Constituição de 1988, ano do centenário da abolição da escravatura no Brasil, ou seja, a garantia de que aos “remanescentes de comunidades quilombolas” o direito ao território estaria assegurado.

O quilombismo mais do que o reconhecimento de um direito é uma inspiração de luta e resistência.

Território quilombola

A lógica predatória do conquistador instaurou-se desde sua chegada, subjugando a natureza, os povos originários, bem como os negros escravizados. Houve o consumo da natureza e dos homens, ambos coisificados.

Contudo, enquanto a conquista e o conseqüente consumo dos recursos naturais avançavam, transformando drasticamente as paisagens brasileiras, os povos que resistiam a serem explorados ou literalmente escravizados no processo de desenvolvimento que se instalava buscavam refúgio em áreas afastadas desse processo, nas quais os ambientes naturais consistiam abrigo e possibilidade de vida em liberdade. Os indígenas, como conhecedores e muitas vezes como parte da própria natureza (conforme suas cosmologias),

buscavam quando possível esse distanciamento. A eles se juntaram mestiços marginalizados e também negros que fugiam da escravização.

Desta forma, pode-se afirmar que a história do negro no Brasil não se constitui somente de submissão, houve também diversas formas de resistência negra à escravização como revoltas, fugas, assassinato de senhores, abortos, mas a que nos interessa, pois se trata da materialização da resistência negra são os quilombos. Estes livres e sagrados foram uma das primeiras formas de defesa dos negros, contra não só a escravização, mas também à discriminação racial e o preconceito que se estenderam para além da abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888.

Especialmente ao que concerne às populações negras, a fuga tendo como destino as matas ainda não consumidas pelo conquistador consistiu em importante forma de resistência à escravização e uma das primeiras formas de constituição de territorialidade negra.

Os remanescentes das florestas atlânticas e de outros ambientes naturais espalhados pelo país que não foram capitalizados pela agricultura de exportação, ou pela urbanização, tornaram-se, em muitos casos, o lugar dos povos excluídos ou marginalizados pelo sistema vigente. Muitos negros procuraram sobreviver das florestas residuais e desenvolveram ali um modo de vida, uma territorialidade ajustada à exploração de recursos florestais e à pequena agricultura.

Antes e depois da abolição da escravatura o território brasileiro esteve marcado pela presença de comunidades negras que se recusando à escravidão e fugindo da discriminação ocuparam a fronteira florestal do país. Constituindo-se assim, pontos de resistência e reafirmação de seus direitos, resistindo às pressões de fazendeiros, de especuladores imobiliários e até mesmo do Poder Público.

Organizados e se organizando para garantir seus direitos às terras que ocupam, a questão quilombola passou a fazer parte da agenda política de forma mais contundente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

A Constituição brasileira, promulgada em 05 de outubro de 1988, em seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), reconhece a propriedade das terras ocupadas por comunidades quilombolas, sendo o Estado obrigado a emitir-lhes títulos pertinentes.

Embora esse dispositivo legal represente um grande avanço, uma conquista para o movimento negro do país, não se pode deixar de fazer sua crítica e analisá-lo no contexto em que foi aprovado.

Segundo Arruti (2006) o artigo 68 teria sido incorporado à Constituição no “apagar das luzes” em uma formulação amputada e mesmo assim devido às intensas negociações políticas levadas por representantes do movimento negro do Rio de Janeiro, dentre os quais se destacou a Deputada Federal Benedita da Silva. A construção do artigo pela *Comissão de Índios, Negros e Minorias* teria acontecido sem o devido aprofundamento das discussões, contudo, não teria sido aprovado em outras circunstâncias. O momento político de redemocratização do país e o centenário da abolição da escravatura propiciaram o contexto para sua aprovação. Arruti (2006) também diz que o desconhecimento dos constituintes acerca do número, situação e localização das comunidades ajudou a aprovação do artigo. Além disso, os constituintes, no calor daquele momento, tinham medo da pecha de racistas.

Votado e aprovado como parte dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias e não como uma obrigação permanente do Estado, infere-se que a visão que predominou nesse processo foi a de transitoriedade da situação, que vê o país em processo de embranchamento. “Diversas tentativas de regulamentação da lei, feitas em 1995, 1997, 1998 e 1999 indicam a premência que tem a aplicação do artigo 68 do ADCT, mas até o momento, todas elas esbarraram [...] no sujeito do direito e nos procedimentos de titulação, responsabilidades e competências.” (LEITE, 2000, p. 346).

Existem muitos interesses fazendo oposição aos direitos das comunidades remanescentes de quilombos, interesses econômicos e fundiários. Além disso, outros pesquisadores apontam para o problema de que as terras onde se localizam os territórios

quilombolas têm diferentes domínios legais, isto é, algumas são terras devolutas dos diversos estados da Federação, outras estão em domínio de empresas particulares e estatais e outras tantas estão sob o domínio de Unidades de Conservação Ambiental, o que torna a titulação das terras morosa e conflituosa.

Contudo, a garantia de direitos constitucionais abriu uma nova perspectiva de organização por parte das populações rurais negras e também de pesquisadores e militantes envolvidos com o tema, o que proporcionou uma abertura maior do conceito de quilombo e também a possibilidade de inclusão de variadas populações rurais negras sob esta denominação.

A ressemantização do conceito de quilombo possibilitou a criação de uma nova identidade afirmativa, a do quilombola, esta portadora de direitos.

Nos últimos vinte anos, os descendentes de africanos, chamados negros, em todo o território nacional, organizados em Associações Quilombolas, reivindicam o direito à permanência e ao reconhecimento legal de posse das terras ocupadas e cultivadas para moradia e sustento, bem como o livre exercício de suas práticas, crenças e valores considerados em sua especificidade. (LEITE, 2000, p.334)

Por muito tempo a “história oficial” considerou os quilombos como lugares longínquos e isolados, constituídos exclusivamente por escravos fugidos. Contudo, os quilombos não podem ser vistos apenas desta forma, eles representaram uma importante forma de resistência ao sistema vigente e mesmo após a abolição continuaram a representar essa resistência, visto que o negro não foi verdadeiramente integrado como cidadão à sociedade.

Moura (1986, p. 16) cita a resposta do Rei de Portugal ao Conselho Ultramarino datada de 2 de dezembro de 1740 que definiu os quilombos como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Para este autor, esta definição convertia boa parte do território brasileiro em quilombos, pequenos ou grandes, mas todos importantes para a compreensão de nossa história social.

Na esteira da promulgação da Constituição, estudos são realizados e a atualização do conceito de quilombo emerge com grande força. Nos novos estudos acerca da importância dos quilombos no Brasil, a etimologia do termo também vem sendo atualizada.

Lopes apud Leite (2000, p. 336) afirma que quilombo é um conceito próprio dos africanos bantos que vem sendo modificado através dos séculos “[...] Quer dizer acampamento guerreiro na floresta, sendo entendido ainda em Angola como divisão administrativa. [...]”.

Para Kabengele Munanga (2006) recuperar a relação do quilombo brasileiro com o quilombo africano reafirma sua importância como forma de resistência ao escravismo. Nessa perspectiva, mais que um refúgio para os negros, os quilombos foram reunião de homens e mulheres que se negaram a viver sob o regime de escravidão e que desenvolviam laços de solidariedade e fraternidade na reconquista de sua dignidade. A ênfase na definição deve então ser posta sobre o binômio resistência e autonomia e não sobre o ato da fuga.

Os quilombos não foram esporádicos nem pontuais em nosso país. Onde houve trabalho escravo, houve também a rebeldia a ele, muitas vezes sob a forma de quilombos. Esses foram de vários tipos, pequenos, grandes, próximos às cidades ou bem distantes delas, variavam também na forma de organização e em sua origem. Contudo, mesmo sendo o quilombo o lugar da liberdade e da reconquista da dignidade, mesmo tendo relações com o que veio a ser o quilombo na África, não se pode deixar de dizer que o quilombo não é a África, e seus membros não serão africanos e sim um novo tipo de brasileiros.

Outro aspecto a ser mencionado a respeito dos quilombos brasileiros é que embora todos, de alguma forma, representem resistência ao sistema escravista, nem todos foram

formados pela reunião de escravos fugitivos. É possível elencar algumas situações que deram origem a quilombos:

- Há quilombos que se formaram a partir do abandono, pelo fazendeiro, dos escravos nas terras que cultivavam, principalmente em momentos de crise econômica do produto cultivado;
- Por herança, há muitos casos em que fazendeiros deixaram pedaços de terra para escravos de sua confiança, ou em que viúvas solitárias as deixaram para seus escravos, ou ainda os casos em que o herdeiro é um filho bastardo do fazendeiro;
- Terras doadas a santos muitas vezes foram ocupadas por comunidades negras;
- terras ocupadas pacificamente depois de abandonadas pelos senhores em momentos de crise econômica;
- A compra de terras;
- A ocupação de terras devolutas, antes e depois da abolição da escravidão, pois mesmo após esta, a marginalização dos negros fizeram com que muitos migrassem em busca de terras mais distantes e ainda não ocupadas ou abandonadas;
- Recebimento de terras por serviços prestados ao Estado;
- E, é claro reunião de escravos fugitivos.

Devido a esta diversidade de origens é que muitos estudiosos do tema preferem a denominação de “terras de preto”, pois coloca a questão no lugar em que entra em conflito de interesses com certos grupos, ou seja, a centralidade está posta sobre a territorialidade.

Foi com esta denominação que vários autores nos anos 70 e 80 estabeleceram seus estudos. Dentre esses autores destacam-se Alfredo Wagner Berno de Almeida (1996), Renato Queiroz (1983/2006) e Neusa Maria Mendes de Gusmão (1979 e 1995).

De acordo com Gusmão (1995, p. 12) a história oficial e a ideologia que lhe é própria não mostram a presença negra na terra, posto que foi assumida apenas enquanto força de trabalho escrava e, depois, livre. Disso resultam concepções enganosas e pré-noções tanto a respeito do modo de vida rural, quanto do negro, de modo geral, tornando invisível a existência de uma questão camponesa negra.

Desta forma, a construção de uma identidade mescla-se com a territorialização material e simbólica de determinados espaços.

Para o negro, o simples ato de apropriação do espaço para viver, apropriação da terra, passou a significar um ato de luta contra aqueles que não queriam essa territorialização negra. E mesmo após a abolição, a luta pela permanência ou conquista do território continuou, pois mudaram apenas os nomes e as formas de expropriação.

Muitos bairros rurais negros formam-se por meio do uso da “*terra de liberdade*”, de espaços dos quais seus antepassados, agricultores/pescadores/coletores iam se apropriando em uma relação dialética com a natureza, que ora era a amiga, mãe provedora das necessidades, ora a entidade que não devia ser desafiada, pois podia tornar-se inimiga (muitas chuvas, mar agitado, pragas, secas).

Desta forma, é necessário ter-se uma visão integradora acerca do território. Atentando, segundo Haesbaert (2004, p. 79) para uma concepção de espaço (que precede o território) como um híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e idealidade, numa complexa interação tempo-espaço.

Territorializar-se se consistiu, muitas vezes, na luta para continuar a existir, para exercer plenamente seu modo de vida, cuja produção está ou estava calcada na unidade familiar e prioritariamente para seu provimento. Esses pequenos agricultores/pescadores que se fixaram nesses bairros, tiveram que se confrontar com os grandes fazendeiros de café, de cana-de-açúcar, arroz ou de eucaliptos de suas regiões, que no passado produziam para exportação, usando mão-de-obra escrava e hoje produzem usando mão-de-obra proletarizada.

A configuração dos limites físicos dos bairros acontecia pela diferença entre modos de vida entre grandes fazendeiros e pequenos agricultores para os quais a terra tinha

representação absolutamente distinta, sendo para os primeiros a possibilidade do lucro, da reserva de patrimônio ou apenas de *status* social, enquanto para os outros era a possibilidade da vida livre, da reprodução de seu modo de vida.

Segundo Leite (2000, p. 344-345) a terra é o que propicia condições de permanência, de continuidade das referências simbólicas importantes à consolidação do imaginário coletivo, e os grupos chegam por vezes a projetar nela sua existência.

O termo remanescente surge então como forma de resolver a questão das continuidades e descontinuidades históricas que o termo “descendente” não abrangia, além de introduzir um diferencial com relação ao quilombo, pois o que passa a estar em pauta não são as reminiscências de antigos quilombos, mas sim as comunidades que reivindicam serem reconhecidas como remanescentes de quilombos, ou seja, organizações sociais, grupos de pessoas que estejam se organizando para garantir seus direitos, principalmente os relativos à terra.

De acordo com Arruti (2006, p. 82) “o termo ‘remanescente’, no caso dos quilombos, pode servir, ao final, como expressão formal da idéia de contemporaneidade dos quilombos.” Era necessário torná-los nomeáveis para que se fizessem visíveis, e ressemantizar essa nomenclatura para que ela fizesse sentido.

Os estudos produzidos acabaram por influenciar o Poder Público na ampliação dos critérios para a compreensão da organização social dos antigos quilombos, como também dos procedimentos para se identificar as comunidades “remanescentes” destes quilombos. Além disso, esta ampliação semântica possibilitou a uma grande fração do campesinato negro reivindicar o reconhecimento de seus territórios como quilombolas.

Mais do que incluir segmentos camponeses negros, a nomenclatura dos remanescentes de quilombo garante uma valorização étnico cultural dessa parcela da população brasileira. Assim, muitas vezes o que foi fonte de desprestígio, como a ascendência escrava, passa a ser valorizado, mitificado positivamente, pois é o que garante o acesso a terra e é constitutivo de uma identidade.

Assim, os quilombos, ou mais precisamente as comunidades “remanescentes de quilombos”, mais que uma herança que ultrapassa o tempo, deveriam ser pensados em suas diferentes formas como experiências historicamente situadas na formação social de nosso país, que na luta por sua existência desenvolveram identidades próprias.

O direito às terras assegurado na Constituição de 1988 às comunidades “remanescentes de quilombos” traz em seu bojo uma movimentação político organizacional. Intelectuais engajados em lutas sociais e segmentos da Igreja Católica, influenciados pela Teologia da Libertação passam a informar comunidades negras de seus direitos recém adquiridos, o que levará a um fortalecimento dos movimentos sociais negros em âmbito nacional.

De acordo com Sanchez (2004, p. 41) a denominação ‘remanescente de quilombo’ é muito mais o que se poderia chamar de uma identidade política do que um real auto-reconhecimento. Contudo, isso não desqualifica a luta dessas comunidades, muito pelo contrário, as torna mais conscientes do seu papel na sociedade.

No site da Fundação Cultural Palmares constava em junho de 2009 a informação de que 1.342 comunidades remanescentes de quilombos encontram-se reconhecidas por esta instituição, atualmente esse número ultrapassa 1.500 comunidades⁴.

Embora esse reconhecimento seja apenas o primeiro de muitos passos para que as comunidades efetivamente tenham seus direitos assegurados, esta informação é emblemática do fato de que as comunidades remanescentes de quilombos estão em construção, isto é, à medida em que comunidades negras pelo Brasil afora mediante algum tipo de ameaça à sua permanência em seus territórios ou mesmo a possibilidade de reconquista de territórios perdidos, as comunidades se organizam e se constroem “remanescentes de quilombos” pois é com esta nomenclatura que elas podem fazer valer seus direitos.

⁴ Fonte: <http://www.palmares.gov.br/quilombola/> acessado em 19/09/2012.

Desta forma, infere-se que é mediante a inserção de uma comunidade em um campo de conflitos que emerge a identidade quilombola, sendo que este campo é definido por Sanchez (2004) como:

[...] uma arena pública onde convivem elementos, sujeito e interesses contraditórios e em conflito, pressionando-se para definir-se, e que a partir deste determinado equilíbrio de forças, os sujeitos em conflito vão construir suas alianças e oposições e suas próprias identidades. (SANCHEZ, 2004, p. 48).

Esses campos de conflitos, embora tenham em comum a disputa por terras, variam nas diferentes regiões do país. Os conflitos podem se dar com o Poder Público devido à sobreposição de Unidades de Conservação Ambiental ou de obras públicas como hidrelétricas ou estradas aos territórios de comunidades. Mas também podem ocorrer com o poder privado, na figura de grandes empresas ou latifundiários querendo expandir seus negócios.

Seriam desta forma, grupos étnicos, isto é, nas palavras de Fredrick Barth apud Arruti (2006) “um tipo organizacional que confere pertencimento por meio de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão”. Propõe-se então, que se conheça o quilombo moderno, ou os ditos remanescentes de quilombos em suas múltiplas dimensões, principalmente em seus aspectos políticos organizacionais que têm acima de tudo na luta pela terra seu principal objetivo.

Pode-se dizer então, que esta definição não exige necessariamente que uma comunidade reconheça-se como descendente de escravizados fugidos e sim de escravizados. Coloca-se um grande peso na questão da autodeterminação do grupo.

A invenção de identidades político-cultural é recorrente, ela acontece sempre que determinado grupo põe-se em movimento para reivindicar o que lhe é essencial. No caso das comunidades quilombolas, a terra. Terra aqui entendida num sentido amplo, englobando a terra necessária para a reprodução material da vida, mas também a terra na qual o simbólico paira, na qual a memória encontra lugar privilegiado, morada de mitos e lendas, fonte de beleza, inspiração e do sentido sagrado da coletividade, tão essencial à vida quanto a terra de trabalho.

A construção de uma identidade coletiva é possível não só devido às condições sociais de vida semelhantes, mas também por serem percebidas como interessantes e, por isso, é uma construção e não uma inevitabilidade histórica ou natural. E, mais, na afirmação dessa identidade coletiva há uma luta intensa por afirmar os ‘modos de percepção legítima’ da (di)visão social, da (di)visão do espaço, da (di)visão do tempo da divisão da natureza. (GONÇALVES, 2003, p. 379).

É necessário então, entender a constituição da identidade quilombola face à necessidade de luta pela manutenção ou reconquista de um território material e simbólico. Por isso, talvez melhor do que discutir o conceito de território seja discutir o processo de territorialização dessas comunidades.

A territorialidade adquire um valor particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade. Os homens vivem, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações produtivistas e simbólicas. Há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais.

A territorialização pressupõe a tensão nas relações estabelecidas, pois se um grupo se organiza em prol de territorializar-se ele está negando o lugar que lhe havia sido destinado, numa dada circunstância espaço-temporal, por outros grupos sociais melhor situados no espaço social pelos capitais de que já dispõem. Ou seja, quando uma comunidade quilombola se organiza e reivindica seus direitos sobre um território ancestral, quando ela luta para se territorializar, ela está negando o lugar marginal que lhe havia sido

designado pela sociedade abrangente, seja por grandes empresas privadas que plantam eucalipto ou cana em seus territórios, seja pelo próprio Poder Público que lhes impõe unidades de conservação ambientais estabelecendo uma nova territorialidade, esta de cima para baixo.

Para o surgimento da mobilização que busca a territorialização Gonçalves (2001) enfatiza a importância dos movimentos sociais, inventando de baixo, por baixo e para os de baixo, novos pactos, novas relações, novos direitos nos interstícios e brechas desse complexo processo de reorganização social.

Todo movimento social se configura a partir daqueles que rompem a inércia e se movem, isto é, mudam de lugar, negam o lugar que historicamente estavam destinados em uma organização social, e buscam ampliar os espaços de expressão que, como já nos alertou Michel Foucault, têm fortes implicações de ordem política. (GONÇALVES, 2001, p. 81).

É em função das disputas territoriais que identidades, como a quilombola, são forjadas. As territorialidades são instituídas por sujeitos sociais em situações historicamente determinadas. Se hoje existem territórios quilombolas é por que em um momento histórico dado um grupo se posicionou aproveitando uma correlação de forças políticas favoráveis e instituiu um direito que fez multiplicar os sujeitos sociais e as disputas territoriais.

Territorializar-se significa ter poder e autonomia para estabelecer determinado modo de vida em um espaço, para estabelecer as condições de continuidade da reprodução material e simbólica deste modo de vida. A sobreposição de territórios implica necessariamente em uma disputa de poder.

As comunidades quilombolas ao se organizarem pelo direito aos territórios ancestrais, elas não estão apenas lutando por demarcação de terras, as quais elas têm absoluto direito, mas, sobretudo elas estão fazendo valer seus direitos a um modo de vida.

A identidade quilombola em geral, somente é assumida ou construída por estas populações quando política e estrategicamente ela se faz necessária.

Benedict Anderson (2006), analisando o conceito de nação diz que todas as comunidades são imaginadas, até as menores, de contato direto, variando apenas no estilo com que são imaginadas. Além do mais, a comunidade reconhece outros indivíduos que participam da mesma comunidade imaginada, ou seja, o caiçara de Ubatuba que nunca viu o caiçara de Cananéia o reconhece como caiçara quando informado que este partilha dos mesmos signos.

A palavra quilombola para muitas comunidades no Brasil, é uma forte e não boa recordação da escravidão. Muitas vezes, essa palavra é demasiadamente “pesada”, carregada de sentido pejorativo, pois em alguns lugares do Brasil quilombo é sinônimo de confusão. Ou seja, se a comunidade a ser identificada não está bem organizada politicamente, e ciente do que é ser um quilombola, é difícil que de imediato compreenda as vantagens de sê-lo.

Em muitas comunidades havia a idéia de que ao rechaçar a identidade já construída e consolidada, eles mergulhariam novamente na escravidão e nos preconceitos da condição negra, como pode ser observado nesta fala:

A verdade verdadeira era que nós não queria ser negro, nós tinha vergonha. Quando nós saía tudo junto o povo tinha medo porque via vindo um bando de negros, tinha pessoas que pensava que nós era bandido porque nós somos negros. O preconceito que estava fora nós trazia para dentro de nós mesmo. (S. Chico Mandira, 50 anos, morador de Mandira, Cananéia-SP, outubro de 2005).

A escravização não se encerra em si mesma, ela engendrou um mundo bastante complexo que deixou marcas para além dela. Para Clóvis Moura (1977, p. 19).o processo de marginalização do negro em nossa sociedade é ainda mais perverso, pois segundo este autor a sociedade faz crer que o negro é marginalizado porque é sujo, incapaz, desleixado e

não por sua cor, quando na verdade ele encontra-se sujo, incapacitado e desleixado porque foi marginalizado pela sua condição negra.

Desta maneira, o negro foi submetido à marginalização, ao sub-emprego, ao desemprego, à prostituição, pois a sociedade dominante fez das diferenças culturais e estéticas, marcas de inferioridade, que se desdobram em preconceitos e racismos.

Eu sou de uma linhagem de negros, de negros que foram escravos, que mesmo depois de livres continuaram a ser perseguidos socialmente, que foram usurpados de suas terras. Mas a consciência disso só veio mais tarde. A Igreja teve um papel importante nisso, foi das reuniões da juventude católica que surgiram várias lideranças do Movimento negro aqui do Espírito Santo. (Olindina, moradora de São Mateus-ES, julho de 2006).

Por tudo isso, por vezes é difícil e doloroso para muitas comunidades afirmarem a negritude positivamente, mesmo quando esta condição lhes trará benefícios como no caso de populações rurais que quando se auto definem remanescentes de comunidades quilombolas têm seus direitos territoriais garantidos pela Constituição nacional. Séculos de escravidão e de injustiças sociais marcaram profundamente estas populações. Nesse sentido, o papel de alguns agentes intermediários, por exemplo, o segmento da Igreja católica orientado pela Teologia da Libertação e/ou intelectuais engajados, foi e é ainda fundamental numa etapa de tomada de consciência em relação ao papel do negro na sociedade, do conhecimento de seus direitos e muitas vezes no germen da organização social.

Considerações finais

Os quilombos foram construídos como uma unidade básica de resistência do negro contra as condições de vida impostas pelo sistema escravista. Hoje, os quilombos constituem um legado material e imaterial de resistência com os quais os quilombolas desenvolvem e reproduzem modos de vida característicos num determinado lugar.

Contudo, embora na Constituição Federal de 1988, tenha sido assegurado às comunidades remanescentes de quilombos o direito às terras por estas ocupadas, devendo o Estado atuar na titularização dessas terras muito pouco tem sido efetivamente realizado para que estas comunidades tenham assegurados seus territórios.

A morosidade e falta de vontade política na demarcação e titulação das terras quilombolas reflete exatamente a historiografia predominante em nosso país, que vê a escravização de negros como um problema do passado e já resolvido com a simples abolição da escravatura e uma suposta democracia racial.

Entretanto, o preconceito ainda é um problema atual. Embora penalizado ele persiste de diversas maneiras, fazendo com que questões que envolvem as populações negras, em geral, ou as quilombolas, especificamente, não possam mais serem tratadas como episódicas ou isoladas e sim incluídos em planos de ações com premissas, metas, alocação de recursos e prazos determinados, ou seja, devem ser realmente incluídos e integrados no planejamento das distintas esferas do poder público.

Além disso, todo esforço no sentido de se proceder a uma revisão historiográfica contribui para que o negro seja visto como parte constituinte do que somos enquanto brasileiros e para que a escravidão não seja vista como um passado distante, mas como fato que produziu marcas que persistem sem tratamento adequado em nossa formação social.

Faz-se necessário, portanto, pensar os problemas das populações negras enquanto movimento de autoafirmação e valorização da herança africana na constituição da população brasileira.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Manoel Correia de. Geografia do quilombo. In: MOURA, Clóvis. **Os quilombos na Dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL. 2001. p. 75-86.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: LEITÃO, Sérgio (Org.). **Direitos territoriais das comunidades negras rurais**. São Paulo: Instituto Sócio-ambiental, 1999.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos: sematologia face a novas identidades. In: **Frechal – terra de preto, quilombo reconhecido como reserva extrativista**. São Luís: SMDDH/CCN-PVN, 1996.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México: Fondo de Cultura Económica, 2006. 315p.
- ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**. Antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006. 370p.
- BARRETA ALMEIDA, Amanda. **Entre o ser e o estar, existir e resistir**. Identidade, luta e modernização em comunidades de quilombos. O caso do Valo do Ribeira-SP. Trabalho de Graduação Individual (Graduação em Geografia). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2004. 97p.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FERNANDES, Florestan. **A Integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”**. 5ª. Ed. São Paulo: Globo. 2008, v. 1.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2004.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999. 240p.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografando nos varadouros do mundo**. Brasília: IBAMA, 2003. 590p.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Terra de pretos, terra de mulheres**. Terra, mulher e raça num bairro rural negro. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1995. 260p.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Campinho da independência: um caso de proletarização caiçara**. 1979. Dissertação (Mestrado) PUC-SP, São Paulo, 1979.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 395p.
- LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. In: **Etnofráfica**, Vol. IV (2), 2000, p. 333-354.
- LOPES, Helena Theodoro. **Negro e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: INIBRADE/UNESCO, 1987.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1998.

- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**. Espaço, Cultura e Política no Brasil. São Paulo: Annablume. 2005
- MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL. 2001. 378p.
- _____. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 100p.
- _____. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1977.
- MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo em África. In: MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001. p. 21-31.
- _____. **Negritude: usos e sentidos**. 2a Ed. São Paulo: Ática, 1988.
- MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global Editora, 2006. 224p.
- QUEIROZ, Renato da Silva. **Caipiras negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica**. São Paulo: EDUSP, 2006. 128p.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo. **A colonialidade do saber**. Eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. São Paulo: CLACSO, 2005. p. 227-278.
- REZENDE-SILVA, Simone. **Negros na Mata Atlântica, comunidades quilombolas e a conservação da natureza**. 2008, 357p. Tese (Doutorado em Geografia Física) FFLCH/ Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- REZENDE-SILVA, Simone. **Camburi, território de negros, brancos e índios no limite do consenso caiçara**. Transformações de uma população tradicional camponesa. 2004, 214p. + anexos. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) FFLCH/ Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SANCHES, Fábio José Bechara. **Identidade e conflito: a construção política dos “remanescentes de quilombo” do Vale do Ribeira**. 2004. 158p. Dissertação (Mestrado) Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.
- SÃO PAULO (Estado). **Quilombos em São Paulo**. Tradições, direitos e lutas. São Paulo: ITESP - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, 1997. 188p.

Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina¹

Fábio Fernandes Villela

Doutor em Sociologia pela Unicamp (2007)

Professor do Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP – Campus de São José do Rio Preto

e-mail: fvillela@ibilce.unesp.br

Resumo

Este texto tem por objetivo apresentar os desafios e as possibilidades da formação omnilateral na América Latina conforme elaborado em Villela (2009-2010). Este trabalho tem por horizonte sistematizar as práticas educativas do “Terceiro Mundo”, isto é, originadas da experiência educacional dos países da América Latina, África e Ásia. No processo de luta pela emancipação, esses países construíram e estão construindo práticas educativas originais. Nesse sentido, partimos da problematização histórico-teórico do tema, formação omnilateral, e por desdobramento, abordamos a América Latina, escola e formação omnilateral. Problematizamos especificamente as questões relativas aos intelectuais e a organização do trabalho pedagógico nas “escolas no campo” em Cuba (1960-1975). A questão dos “intelectuais e a organização da cultura”, sob uma perspectiva gramsciana (GRAMSCI, 2000), foi abordada em diversos trabalhos ao longo de nossa trajetória acadêmica (VILLELA, 2003; 2008; 2009-2010). No sentido de aprofundar tais questões, abordamos os desafios da formação de crianças e jovens do campo na América Latina. Ao analisarmos as práticas educativas em educação do campo, emerge a temática contemporânea da justiça global.

Palavras-chave: práticas educativas, educação do campo, formação omnilateral, América Latina, justiça global.

Resumen

Las prácticas educativas comparadas en educación en el campo y los desafíos de la formación omnilateral en América Latina

Este texto tiene como objetivo presentar los retos y posibilidades de formación omnilateral en América Latina como se detalla en Villela (2009-2010). Este trabajo tiene como horizonte sistematizar las prácticas educativas del "Tercer Mundo", es decir, se originó de la experiencia educativa en América Latina, África y Asia. En la lucha por la emancipación, estos países se han construido y están construyendo prácticas educativas únicas. En consecuencia, comenzó con la problematización histórico-teórica del tema, la formación omnilateral y despliegue, se discute América Latina, la escuela y la formación omnilateral. A continuación, se discute la cuestiones específicamente relacionadas con los intelectuales e la organización del trabajo pedagógico en las "escuelas en el campo" en Cuba (1960-1975). El tema de los "intelectuales e la organización de la cultura " bajo una perspectiva gramsciana (GRAMSCI, 2000), se abordó en varios trabajos a lo largo de nuestra carrera académica (VILLELA, 2003; 2008; 2009-2010). Con el fin de avanzar en estos temas, se abordan los retos de la educación de los niños y jóvenes del campo en América Latina.

¹ Este texto é produto da pesquisa de pós-doutorado (VILLELA, 2009-2010), desenvolvido na FE-Unicamp, sob supervisão da Prof^a. Dr^a. Liliana Rolfsen Petrilli Segnini, a quem deixo meu agradecimento.

Mediante el análisis de las prácticas educativas de la educación en el campo, surge el tema de la justicia global contemporánea.

Palabras-clave: prácticas educativas, educación rural, formación omnilateral, América Latina, justicia global.

Abstract

Educational practices compared in rural education and the challenges of omnilateral formation in Latin America

This text aims to present the challenges and opportunities of omnilateral formation in Latin America as elaborated in Villela (2009-2010). This work has the horizon systematize the educational practices of the "Third World", i.e. originating from the educational experience of Latin America, Africa and Asia. In the struggle for emancipation, these countries have built and are building unique educational practices. In this sense, we start questioning the historical and theoretical topic, omnilateral formation, and deployment, we discuss the Latin American school and omnilateral formation. We question specifically issues relating to "intellectuals and the organization of culture" in "schools in the countryside" in Cuba (1960-1975). The issue of "intellectuals and the organization of culture", in a gramscian perspective (GRAMSCI, 2000), was addressed in several works throughout our academic career (VILLELA, 2003; 2008; 2009-2010). In order to further these issues, we address the challenges of formation for children and youth of the field in Latin America. By analyzing the educational practices in the schools in the countryside, emerges the theme of contemporary global justice.

Keywords: educational practices, rural education, omnilateral formation, Latin America, global justice.

Introdução

“O sertão está em toda parte”.
(Riobaldo, Grande Sertão: Veredas).

Este texto tem por objetivo apresentar os desafios e as possibilidades da formação omnilateral na América Latina conforme elaborado em Villela (2009-2010). Este trabalho tem por horizonte sistematizar as práticas educativas do “Terceiro Mundo”, isto é, originadas da experiência educacional dos países da América Latina, África e Ásia. No processo de luta pela emancipação, esses países construíram e estão construindo práticas educativas originais. Nesse sentido, partimos da problematização histórico-teórico do tema, formação omnilateral, e por desdobramento, abordamos a América Latina, escola e formação omnilateral. Problematizamos especificamente as questões relativas aos intelectuais e a organização trabalho pedagógico nas “escolas no campo” em Cuba (1960-1975). A questão dos “intelectuais e a organização da cultura”, sob uma perspectiva gramsciana (GRAMSCI, 2000), foi abordada em diversos trabalhos ao longo de nossa trajetória acadêmica (VILLELA, 2003; 2008; 2009). No sentido de aprofundar tais questões, abordamos os desafios da formação de crianças e jovens do campo na América Latina. Ao analisarmos as práticas educativas em educação do campo, emerge a temática contemporânea da justiça global.

A formação omnilateral

Acreditamos que uma das questões centrais das práticas educativas, conforme apresentada por Zabala (1999; 1998), ainda está para ser investigada, qual seja, as condições e possibilidades de formação omnilateral especialmente na América Latina. Todavia, esclarecemos de início, que nossa abordagem é diametralmente oposta à proposta por Zabala (1999; 1998). Seguindo as considerações feitas por Duarte (1993), esta é uma questão que implica na formação de novos valores e atitudes em âmbito individual e coletivo e da valorização da escola como espaço privilegiado (embora não o único), de formação de crianças, jovens, homens e mulheres. Formação do homem concebido como ser natural e objetivo, que se auto-cria e se forma no decorrer da história mediante a atividade de objetivação-apropriação, mecanismo que assegura a “mediação” entre o indivíduo e a história da humanidade, e que “humaniza os sentidos do homem, forma a subjetividade histórica e social”. (C.f. DUARTE, 1993, p. 49).

A formação omnilateral, segundo Marx e Engels (1978, p. 238), compreende o desenvolvimento integral do indivíduo, em todas as potencialidades e em todos os sentidos, pois “[...] o homem desenvolvido é precisamente aquele que tem necessidade da totalidade das manifestações da vida humana”. Nesse sentido, conforme aponta Duarte (1993), cabe pensar no desenvolvimento livre e universal dos sujeitos, implicando na superação da alienação e da redução das relações entre os homens à troca de mercadorias, e na subordinação de sua propriedade coletiva como “patrimônio social”. Implica ultrapassar a individualidade em si, que é de caráter espontâneo, natural, não consciente, envolvendo a apropriação das objetivações genéricas da vida cotidiana. Nessas condições, embora os homens tenham uma sociabilidade, as relações estabelecidas entre eles se dão de maneira natural, não consciente, como uma necessidade colocada pelas contingências da vida em sociedade, e pelas condições de existência humana.

O indivíduo para si pode ser definido como “síntese das possibilidades máximas de desenvolvimento livre e universal dos indivíduos”, de acordo com Duarte (1993, p. 150). É o ser humano desenvolvido em sua integralidade, “síntese de múltiplas determinações” que envolve particularidade e genericidade do indivíduo. Conforme salienta Duarte (1993), pelo elevado grau de dificuldade imposto na conquista desse tipo de formação humana numa estrutura de sociedade capitalista, há uma tendência a se postular que tal tarefa só possa ser efetivada pós-mudança das relações socioeconômicas, esquecendo-se de que a formação do indivíduo para si, do homem omnilateral é fundamental para fazer a mudança social, e que, portanto, é fundamental fazê-la avançar dentro dos limites da sociedade capitalista, produzindo em seu interior os germes da própria mudança, especialmente na América Latina.

América Latina, escola e formação omnilateral

Nos últimos anos a América Latina foi objeto de uma nova ofensiva recolonizadora econômica, política, e militar, que envolve um movimento hegemônico global de longo alcance e que introduz modificações estruturais entre os Estados e especialmente na vida cotidiana das pessoas. Conforme aponta Ceceña (2006), a América Latina é uma sociedade que luta para reencontrar ou reinventar seus sentidos, que busca restabelecer suas condições de vida nos desertos criados pela militarização, paramilitarização, matanças e deslocamentos e que, acumulando indignação moral, logra levantar-se desde suas maiores profundidades em uma marcha histórica, chamando a uma refundação histórica.

O reconhecimento da situação de opressão motiva a busca pela emancipação, conforme nos mostra Ceceña (2006). A América Latina expressa a polarização da luta de classes havendo, por um lado, a ofensiva econômica imperialista (com o Fundo Monetário Internacional - FMI, a Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, etc.) e seu ataque militar (com o plano Colômbia e as bases militares), e, por outro lado, a luta dos povos, com resistência, crises e revoluções. Um exemplo desse processo é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esse movimento social, conforme Oliveira (2001), vem empreendendo uma luta pela reforma agrária, num processo que não se esgota com a

distribuição dos lotes de terra para cada família, envolvendo uma preocupação com organização e estruturação socioeconômica dos assentamentos como unidades comunitárias, cujas diretrizes políticas estão embasadas em um projeto histórico que vislumbra um novo tipo de sociedade. Uma sociedade igualitária, pautada na construção de relações sociais e produtivas de caráter coletivo.

Segundo o documento da Secretaria Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2010, p. 17), há 90 mil famílias acampadas (aproximadamente 400 mil pessoas), vivendo em mais de mil acampamentos, distribuídos em 23 estados e no Distrito Federal. Os acampamentos dos sem-terra são formados por famílias de camponeses que vivem como trabalhadores rurais, arrendatários, boias-frias, meeiros e querem ter a própria terra para plantar. Ainda segundo a Secretaria Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2010, p. 17), há também famílias pobres que foram expulsas do meio rural e mudaram para a periferia das cidades, mas querem retornar ao campo. Entram no movimento porque enxerga na organização dos trabalhadores rurais uma alternativa para a conquista da terra, para melhorar a sua condição de vida, ter sua casa, uma horta para plantar e trabalhar, dar educação, lazer e garantir saúde para a família.

Em meio a esse quadro delineado se insere as práticas educativas das escolas do MST. Segundo Machado (2006), de modo especial nas escolas de assentamentos, há grandes possibilidades de constituição e afirmação da categoria infância como sujeito social, sujeito de direitos, com capacidade organizativa e propositiva e de participação autônoma e coletiva. Segundo a autora, as práticas educativas das escolas do MST, indicam uma concepção diferenciada de criança, fugindo da tradicional visão do adulto em miniatura e da idílica visão da criança como um ser totalmente indefeso e incapaz de pensar e agir sobre o mundo que a cerca. Conforme nos mostra Machado (2006), para o MST a criança e os jovens são sujeitos se constituindo na relação com outros sujeitos adultos e crianças, na relação com o seu meio, que é extremamente complexo nas suas ramificações materiais, produtivas e sociais.

O princípio fundamental no processo de valorização da criança como sujeitos, segundo Machado (2006), é a constituição da autonomia infantil: a criança nos assentamentos tem o exercício da escolha e da tomada de decisão. Entretanto não se trata de uma escolha meramente individualizada, senão participada, discutida, coletivizada. Para a autora, vem daí a importância dada à presença das crianças e dos jovens nas diversas atividades políticas e culturais promovidas pelo MST, presença simbolizada pela participação da criança, como sujeito ativo, na construção de uma nova história dos trabalhadores do campo.

Nas escolas do MST, segundo Machado (2006), enfatiza-se a participação infanto-juvenil na organização e operacionalização das práticas educativas, de modo que o ato educativo se faça com as crianças e os jovens, e não apenas para eles. A participação é um mecanismo democrático essencial para se obter o envolvimento das crianças e dos jovens com o processo pedagógico. Para Machado (2006, p. 115), é nesse espaço que se encontra os desafios de uma formação omnilateral. A autora enfatiza que “é necessário que a escola se organize como centro dos interesses infantis, que não são aleatórios, mas embasados na prática social; que se organize como um espaço de formação omnilateral, capaz de permitir o pleno desenvolvimento da criança e, fundamentalmente, que ela seja criança” conforme Machado (2006, p. 115).

Acreditamos que as escolas do campo possuem condições de construção de novas relações, se incorporassem comparativamente as experiências dos chamados países do “Terceiro Mundo”, especialmente da América Latina. Em nosso trabalho, (VILLELA, 2009), procuramos revelar as possíveis relações entre a “escola e a formação omnilateral” desenvolvidas nesses países. Algumas questões centrais de nosso trabalho são: como organizar o ensino-aprendizagem nessa perspectiva, como deve ser a organização do trabalho pedagógico, no âmbito das relações entre “educação e trabalho” no campo. Para responder a essas indagações escolhemos a experiência concreta da organização do trabalho pedagógico das “escolas no campo” desenvolvido pelos intelectuais orgânicos do Instituto Superior Politécnico “José Antonio Echeverría”, La Habana, Cuba de 1960-1975,

cujo expoente foi o arquiteto-pedagogo Fernando Salinas. A seguir, procuramos destacar a experiência de organização do trabalho pedagógico desenvolvido para as “escolas no campo”.

Uma experiência na educação comparada: as práticas educativas nas escolas no campo em Cuba (1960-1975)

A ideia de pesquisar “experiências na educação comparada” surgiu da constatação de que tais experiências possibilitam o desenvolvimento dos estudos sobre a “pedagogia do trabalho” (C.f. ROSSI, 1982; FARIAS, 1994). Neste sentido procuramos, em Villela (2009), recuperar a organização do trabalho pedagógico desenvolvido no Instituto Superior Politécnico “José Antonio Echeverría”, La Habana, Cuba (1960-1975), (doravante, ISPJAE). Os relatos de Segre (2006a; 2006b; 2004; 2000; 1999; 1987), repõem os acontecimentos políticos, sociais e econômicos que se desencadearam a partir de 1º de janeiro de 1959, e que marcaram o rumo do ensino universitário, pelas mudanças de conteúdo imediatas à ação construtiva da Revolução. Segundo o autor, no mês de fevereiro se cria o Instituto Nacional de Ahorro y Vivienda (INAV) que se responsabiliza pela realização de conjuntos habitacionais populares em todo o país, impulsionados por Pastorita Nuñez.

O arquiteto Osmundo Machado, no Departamento de Proyección Social da Junta Nacional de Planificación (Revolucionaria), elabora um plano para o desenvolvimento de centros comunitários na Sierra Maestra; e o Ministério de Bienestar Social, dirigido por Raquel Pérez, procede à erradicação dos bairros insalubres. Ficava assim, segundo Segre (2000), definida a orientação da arquitetura em função dos planos estatais expostos por Fidel Castro no *Colegio Nacional de Arquitectos* no início desse ano. Conforme relata Segre (2000), a resposta dos profissionais “tradicionais”, que concentravam os grandes encargos privados e governamentais, foi a progressiva saída do país em direção aos Estados Unidos. A elaboração sintética do período de 1960 a 1975 foi feita por Segre (2000, p. 3) da seguinte maneira:

Diante do vazio de docentes, o Conselho Universitário solicitou a Fernando Salinas e a Raúl González Romero integrar-se à docência e elaborar um novo plano de estudos de carreira. Ao mesmo tempo se convidou arquitetos jovens a participar das tarefas pedagógicas, alguns deles provenientes de América Latina e concluiu a etapa criadora da revista *Arquitectura Cuba* (1971-1974) - realizada em equipe com Roberto Segre -, em um antológico número dedicado a Vietnam, com a participação de estudantes da Escola provenientes daquele país. A partir de então, a palavra ‘arquitetura’ foi substituída pelo termo ‘construção’, criando-se a Faculdade de Construções no ISPJAE; se eliminou o Dia do Arquiteto, celebrado no dia 13 de março, dia da morte de José Antonio Echeverría - já havia desaparecido o Colégio de Arquitectos substituído pelo *Centro Técnico Superior de la Construcción* - e Salinas deixa a direção da revista e a docência para dedicar-se plenamente à obra principal de sua trajetória: a sede da Embaixada de Cuba na Cidade do México.

Os principais acontecimentos que o ISPJAE vivenciou na dinâmica da Revolução, são destacados por Segre (2000): (1) as contradições com os Estados Unidos que culminaram com o bloqueio de Cuba e cujos momentos dramáticos foram a invasão da *Playa Girón* (1961) e a Crise de Outubro (1962); (2) a Ofensiva Revolucionária (1968); (3) a Safra dos 10 milhões (1970); (4) a Universalização da Universidade (1968); e (5) o processo de institucionalização do país (1975). Podemos identificar, a partir de Segre (2000), as principais características da organização do trabalho pedagógico no ISPJAE neste período: (a) três correntes básicas da docência; (b) a integração com a dinâmica da Revolução; (c) integração do estudante na problemática da vanguarda cubana; (d) o ateliê vertical; (e) a

união entre trabalho e educação; e (f) a formação de homens plenos. Destacamos, a seguir, cada uma destas características.

(a) As Três Correntes Básicas da Docência

Conforme relata Segre (2000), seria possível identificar ao longo deste período a existência de três correntes básicas na docência: (1) romântico-individualista de curta duração, encabeçada por Ricardo Porro, que deixou a Escola em 1962, e com um pequeno grupo de adeptos; (2) científico-artístico-cultural, liderada por Fernando Salinas (chefe do Departamento de Desenho) até 1965, e apoiada pelo então diretor, Roberto Carrazana, e um numeroso grupo de professores; e a (3) tecnocrática, apoiada pelo Micons (Ministério da Construção), cujos representantes eram Eduardo Granados, Gonzalo de Quesada e Eduardo Ecenarro, e que ocuparam cargos diretivos na Universidade, entre 1965 e 1969. A seguir, podemos observar alguns projetos de Fernando Salinas.

(b) A Integração com a Dinâmica da Revolução

Outra característica da organização do trabalho pedagógico da escola de arquitetura do ISPJAE é a integração à dinâmica da Revolução. Conforme relata Segre (2000), desde o primeiro plano de estudos formulado em 1960, se assumiu como objetivos essenciais a integração com a dinâmica cultural da Revolução e a participação dos alunos na solução dos problemas concretos que demandava a construção de obras sociais. Segre (2000) sintetiza este princípio com as palavras de Fernando Salinas: “deseja-se a busca de uma arte da Arquitetura dentro das técnicas que determina o desenvolvimento da Revolução” (SALINAS, 1965, p. 03).

(c) Integração do Estudante na Problemática da Vanguarda Cubana

Mais uma característica do trabalho pedagógico, com relação à formação artística, é o abandono de velhos esquemas da formação clássica e integração do estudante na problemática da vanguarda cubana. Segre (2000) revela que a disciplina Plástica cursada no primeiro e segundo ano, teve como docentes: Raúl Martínez, Tomás Oliva, Guido Llinás, Antonia Eiriz y Loló Soldevilla. O curso de Fundamentos da Arquitetura, foi dirigido por Joaquín Rallo, com a participação de Roberto Gottardi, Sergio Baroni y Luis Lápidus, que introduzia o aluno nos conhecimentos objetivos da forma, o espaço e a cor através do estudo da cidade de La Habana e seus edifícios. Segre (2000) informa que haviam construído uma grande maquete da zona histórica, que permitia a identificação e análise de ruas, praças e monumentos.

(d) O Ateliê Vertical

Uma experiência pedagógica que se difundiu entre as várias escolas de arquitetura da América Latina foi o Ateliê Vertical. Segundo Segre (2000), os ateliês de desenho, dirigidos por Ricardo Porro, Iván Espín, Vittorio Garatti, Fernando Salinas, Raúl González Romero e outros, articularam a criatividade com a análise da realidade concreta. Segre (2000) informa que a breve experiência do “Ateliê Vertical” integrava os alunos de todos os anos sob um só professor, e se deslocou para várias cidades do interior, Matanzas, Sancti Spíritus e Trinidad, para familiarizá-los com as diferentes particularidades do território e a sociedade cubana.

(e) União entre Trabalho e Educação

A união entre trabalho e educação foi experimentada pelos alunos através do vínculo entre os novos temas urbanos e rurais. Segre (2000) relata que os estudantes participaram da construção da Cooperativa “Menelao Mora” na Província de La Habana, sob a direção de Salinas e González Romero, obra que se realizou com habitações camponesas e a participação dos arquitetos Cecilia Menéndez, Selma Díaz, Rafael Moro e Norman Medina. Os alunos e os professores Fernando Salinas e Raúl González Romero, obtiveram dois prêmios internacionais: o da VI Bienal de São Paulo (1961), e no mesmo ano, a Medalha de Prata no 2º Encontro de Faculdades de Escolas de Arquitetura celebrado no México.

A equipe que obteve o prêmio da VI Bienal de São Paulo (1961) propôs o projeto de um centro educacional rural de ensino primário e secundária, situado na *Granja del Pueblo “El Corojal”*, Pinar del Río, e foi desenhado com elementos estruturais pré-fabricados. Junto com Fernando Salinas participou Rafael Mirabal e os alunos Raquel Cadavid, Norman Medina, Carlos Capote, Alberto Rodríguez, Joel Ballesté, José Cortiñas, Isabel Castillo, Ana Isabel Campaña, Ismael López de Villavicencio, Rogelio Paredes e José Luis Céspedes (SALINAS, 1961). A equipe que obteve a medalha de Plata no México, foi dirigida por Raúl González Romero com um projeto de uma cooperativa agrícola no povoado “Pedro Betancourt” de Matanzas.

O estreito vínculo entre trabalho e educação pode ser inferido, a partir dos relatos de Segre (2000), na participação dos alunos como desenhistas e projetistas nas oficinas do Micons, responsáveis pelas grandes obras sociais: a *Unidad Vecinal de La Habana del Este*; a Cidade Universitária José Antonio Echeverría (CUJAE); as Escolas de Arte, as obras turísticas, rurais e industriais. Conforme relata Segre (2000), nos primeiros anos, estudantes e professores trabalhavam nas manhãs no Ministério da Construção e as aulas eram assistidas à tarde até a noite na sede da escola.

O arquiteto Reinaldo Togores (2009), participou da experiência coletiva de projeto das “Escolas no Campo” e relata que já em 1.959 surge a ideia de criar no principal cenário da guerra revolucionária, a *Sierra Maestra*, uma Cidade Escolar com capacidade para abrigar 20.000 crianças de origem camponesa, daqueles que, por viver nas zonas montanhosas, haviam visto privados até então do ensino. A Cidade Escolar “Camilo Cienfuegos” foi construída em um local chamado “*Las Mercedes*”, em plena montanha. Contraposta ao isolamento da vivenda camponesa tradicional, se apresenta como um conjunto urbano composto por unidades escolares e habitações, que contando com uma zona cultural/recreativa/administrativa, uma zona de serviços públicos e uma zona industrial de fábricas e granjas modelo para o trabalho dos alunos, ocupando toda uma extensão de 6.700 hectares. Togores (2009, p. 2) afirma que:

Teve que transcorrer algum tempo antes que aquela primeira experiência rendesse seus frutos, fazendo-se de aplicação geral. Entretanto, teve lugar a campanha de Alfabetização de 1.961. Através dela, milhares de adolescentes transformados em *Maestros Voluntarios* levaram o ensino primário aos mais remotos campos e montanhas. As escolas privadas foram nacionalizadas. Criou-se um sistema de ensino de adultos. Instrumentou-se um vasto plano de bolsas e a educação de nível médio se ampliou consideravelmente mediante a criação de novas Escolas Secundárias Básicas em todo o país.

Relatando a experiência das “escolas no campo”, Togores (2009), afirma que durante o período de 1969-70 se implantou oficialmente o sistema das “escolas no campo” como meio para vincular o trabalho aos estudantes a partir do sétimo grau e que consistiu em trasladar alunos e professores durante 45 dias a acampamentos habilitados próprios nas zonas de produção agrícola, fazendo possível a participação do estudante nas diversas tarefas produtivas junto aos trabalhadores agrícolas e técnicos do lugar. No curso escolar de 1969-70 iniciou suas atividades a primeira Escola Secundária Básica no Campo. O desenvolvimento deste novo tipo de escola, segundo Togores (2009), “representou um salto qualitativo não só desde o ponto de vista pedagógico: mas também no plano da arquitetura escolar, e repercutiu ainda em outros programas construtivos”. Conforme afirma o autor:

Tratava-se do protótipo para um gigantesco plano de escolas que ao longo de todo o país criaria as condições para a integração absoluta do trabalho e o estudo. Estas escolas se implantariam em zonas apropriadas para cultivos tais como cítricos, café, tabaco, tubérculos, grãos e vegetais, cujas atividades produtivas se consideravam compatíveis com a idade e as habilidades dos alunos. A cada escola se asignaria algo más de 500 hectáreas de tierra cultivable, que sería atendida por los alumnos durante

una sesión de tres horas al día. Esta sesión de trabajo se alternaría con la sesión de cinco horas de docencia y diversas actividades deportivas y culturales. La matrícula de cada escuela sería de 600 alumnos, todos internos y que provenían, en general, de regiones vecinas. (TOGORES, 2009, p. 3).

As práticas educativas presentes no projeto das “escolas no campo” em Cuba, segundo Figueroa, Prieto e Gutiérrez (1974, p. 17-29) foram: (1) Educação na coletividade; (2) Combinação de estudo com trabalho; (3) Formação do estudante produtor; (4) Educação universal; (5) União da educação aos planos de desenvolvimento econômico; (6) Educação através do enlace do jovem estudante com o trabalhador do campo; (7) Educação para a formação de hábito de trabalho intelectual; (8) Desenvolvimento das inclinações e atitudes individuais; (9) Educação para o estímulo da emulação socialista; (10) Educação para o trabalho de auto-serviço e socialmente útil; (11) Educação dos jovens no cuidado e conservação da propriedade social; (12) Educação para a formação vocacional e orientação profissional; (13) Educação para a solidariedade internacional; (14) Educação para a participação dos jovens no governo da instituição escolar; (15) Educação dentro dos princípios do marxismo-leninismo.

Há um interessante depoimento sobre as “Escolas no Campo” de quem estudou nelas. Trata-se de Sánchez (2009), filóloga, jornalista cubana, que alcançou fama internacional, numerosos prêmios por seus artigos e críticas da situação social em Cuba, conhecida mundialmente por seu blog “*Generación Y*”, editado desde abril de 2007, e que a revista *Time* incluiu em sua lista de “cem pessoas mais influentes de 2008”. A autora afirma que:

A ideia de conjugar o estudo com o trabalho nos cursos pré-universitários parecia muito boa no papel. Tinha ares de imortal futuro naquele escritório onde a converteram numa disposição ministerial. Porém a realidade - tão rebelde como sempre - fez sua própria interpretação das escolas no campo. A ‘argila’ que se intentava formar no amor à lavra, estava constituída por adolescentes afastados - pela primeira vez - do controle paterno, e que encontraram condições habitacionais e alimentares muito diferentes das projetadas. Eu, que deveria ter sido o ‘homem novo’, apenas pude chegar a ser um ‘homem bom’, formei-me com uma dessas bolsas de estudo em Alquizar, na municipalidade de Havana. (SÁNCHEZ, 2009, p. 1).

As informações contemporâneas sobre o fim das “Escolas no Campo” são contraditórias, por um lado fala-se em desativação, por outro, em reparação, remodelação, criação de novas escolas etc. Rivera (2008, p. 4) relata que há um amplo movimento de reparação de centros escolares, não só na capital Havana, mas que se estendeu a todo o território nacional com a remodelação de 335 escolas. Também informa que se criaram capacidades e condições para dar merenda escolar aos alunos do ensino médio, e se garantiram as condições necessárias para levar as escolas primárias um professor para cada 20 crianças. O autor afirma que:

Se criaram escolas de instrutores de arte em todas as províncias do país, incluído o município especial da *Isla de la Juventud*, nos quais se graduaram 16.000 estudantes. No verão de 2003 a intensidade construtiva não foi menor. Na mesma *Ciudad de La Habana* surgiram 15 residências para os professores gerais integrais do interior do país que assumiram a docência ante a demanda destes profissionais que se apresentava na capital. As escolas no campo, que acumularam imensos problemas durante a década de 90, também se estendeu o intenso programa de reparações. Graças a eles, foram recuperados 40 institutos pré-universitários na província de *La Habana*, assim como outros em *Jagüey Grande*, *Matanzas*, e em *Sandino*, *Pinar del Río*. (RIVERA, 2008, p. 4).

(f) A Formação de Homens Plenos

As principais práticas educativas presentes na organização do trabalho pedagógico do ISPJAE, segundo nosso ponto de vista, emergem do debate cultural e ideológico que ocorreu no VII Congresso Internacional da União Internacional dos Arquitetos (UIA) em La Habana (1963). Segundo o relato de Segre (2000), neste congresso participaram milhares de arquitetos e estudantes de todo o mundo onde se trocou ideias e experiências. No debate se explicitou duas tendências antagônicas: a primeira posição defendia o socialismo como um sistema liberador das forças criadoras da sociedade, posição exposta por Che Guevara em *“El socialismo y el hombre en Cuba”* (C.f. GUEVARA, 2003) e sintetizada na seguinte frase: “nós socialistas somos más livres porque somos mais plenos; somos mais plenos porque somos mais livres”, e a segunda posição que denunciava a ameaça do realismo socialista e do tecnocratismo imposto pelos funcionários, “perigo já assinalado por Fidel”, segundo Segre (2000).

Fernando Salinas foi o relator-geral do VII Congresso da UIA e, segundo Segre (2000), procurou resumir as ideias, que se expressaram em vários discursos e escritos de Castro e Guevara, sobre “o necessário equilíbrio entre a técnica e a estética e a necessidade de colocar o talento criador a serviço das necessidades sociais”. Salinas sintetiza o espírito do VII Congresso nas seguintes frases: “a arquitetura é a arte da forma para ser vivida pelo povo” e finalizava sua análise da arquitetura no mundo: “transforme-se ao homem e com ele se transformará a arquitetura” (C.f. GUEVARA, 1964). Essas seriam as principais polêmicas que permeavam o debate cultural e ideológico e que configuraram a organização do trabalho pedagógico nas “escolas no campo” em Cuba de 1960 a 1975.

Contemporaneamente podemos deduzir, a partir do exame dos fatos com relação à educação de um modo geral e, de acordo com o Ministerio de Educación de La República de Cuba (2010), que o governo concede a maior importância à plena realização do direito à educação de seus cidadãos e desde seus primeiros dias, incorporou como uma das primeiras prioridades no desenvolvimento de políticas e programas, a superação dos obstáculos estruturais e institucionais ao pleno desfrute deste direito no país. Uma das primeiras medidas revolucionárias foi a erradicação do analfabetismo, conforme apresentamos no subitem (e) União entre Trabalho e Educação deste texto, e a criação das condições para garantir a educação universal e gratuita em todos os níveis de ensino, o qual hoje é uma realidade.

O Ministerio de Educación de La República de Cuba (2010), assegura que o Estado Cubano, com a participação e respaldo das organizações sociais e não governamentais, é o encarregado da estruturação e funcionamento de um sistema nacional de educação orientado ao desenvolvimento e formação das novas gerações num processo docente educativo integral, sistemático, participativo e em constante desenvolvimento, que se apoia num conjunto de princípios, que formam um sistema intimamente relacionado e entre os que se podem assinalar os seguintes: a) O princípio do caráter em massa e com equidade da educação; b) O princípio de estudo e trabalho; c) O princípio da participação democrática de toda a sociedade nas tarefas da educação do povo; d) O princípio da educação e da escola aberta à diversidade; e) O princípio do atendimento diferenciado e a integração escolar e f) O princípio da gratuidade.

Podemos identificar as principais linhas de ação para o decênio, segundo o Ministerio de Educación de La República de Cuba (2010): (1) é na escola e organizado por ela, onde se produz fundamentalmente o processo de educação e socialização das novas gerações; (2) a escola deve promover, sobre a base de um diagnóstico das necessidades educativas e sociais de cada menina e menino, família e grupo social, as ações preventivas e pedagógicas que se requeiram para atingir os fins educativos; (3) o diretor de escola tem que ser o principal quadro de direção no sistema educacional; (4) a introdução de mudanças na concepção, métodos e estilos de trabalho mais democráticos nas escolas; (5) o aperfeiçoamento do princípio do estudo - trabalho; (6) o incremento das vias não formais na educação comunitária; (7) a otimização do processo docente educativo. Trata-se de “organizar a superação e requalificação que cada qual precisa”. Como um método idóneo de trabalho com as estruturas de direção se realiza o “Treinamento Metodológico Conjunto”.

Enfim, as três últimas linhas de ação do Ministerio de Educación de La República de Cuba (2010) para o decênio são: (8) passa a um primeiro plano a atividade científica na solução dos problemas, organizada pelos “Conselhos Científicos Territoriais”; (9) as direções estaduais de educação, conjuntamente com os institutos superiores pedagógicos, concebem e dirigem os treinamentos metodológicos conjuntos, como via de elevar a efetividade do trabalho metodológico; (10) os institutos superiores pedagógicos são os encarregados de organizar, a partir do diagnóstico da idoneidade dos quadros e docentes, as atividades de superação e pós-graduação. Neste processo, os centros formadores de maestros se responsabilizam com a preparação científica das estruturas de direção e os quadros docentes e com todo o labor metodológico da província.

Os desafios da formação de crianças e jovens do campo na América Latina hoje

Quais os principais desafios da educação de crianças e jovens na América Latina hoje? Uma primeira aproximação seria qualificar o que seria “campo”? Segundo Cornils (2009, p. 11), são os municípios do Brasil que definem o que são áreas urbanas ou rurais, de acordo com leis municipais e sempre avaliando como arrecadar mais Imposto Territorial Urbano, principal fonte de receita das prefeituras. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera essa definição dos municípios, para fazer o Censo. Conforme aponta Cornils (2009), quando se considera apenas a população, pode-se dizer que este país é urbano. De acordo com o Censo 2000, nas áreas rurais moram 22% da população, ou 37,8 milhões de pessoas. Segundo Cornils (2009, p. 12), um olhar mais profundo, no entanto, vai perceber que as áreas não urbanizadas representam 99,75% do território nacional, de acordo com projeto da Embrapa. Esse dado se refere ao projeto “Monitoramento por Satélite” da Embrapa. Nessas áreas está o agronegócio e também a agricultura familiar que é responsável por 75% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros; estão os minérios, as florestas e o cerrado, os índios, os quilombolas e os ribeirinhos. As áreas rurais fazem parte fundamental da riqueza, da diversidade e da identidade cultural do Brasil. Conforme dizia o mestre Guimarães Rosa (1978, p. 9): “O sertão está em toda parte”.

Segundo nosso ponto de vista, a recuperação de experiências na educação permitiria a comparação e ajudaria a compreender os desafios da formação de crianças e jovens do campo em países que são “grandes sertões”. Esta perspectiva implica em um enfoque coletivo dos problemas para lograr soluções em função de grandes coletivos humanos, para além das soluções de “inclusão digital”, através de “telecentros rurais” (Cf. CORNILS, 2009). A comparação de experiências na educação dos países da América Latina permitiria sistematizar as novas possibilidades de formação omnilateral. Trabalhar sob essa perspectiva é um grande desafio para todos, pois, como bem sabemos, vivemos imersos em um projeto de sociabilidade capitalista implantado pelo neoliberalismo cuja principal estratégia é “educar para o consenso” (FALLEIROS, 2005).

A recuperação das práticas dos intelectuais orgânicos do ISPJAE contribuiria nesse sentido. A especialista na obra e ex-aluna de Fernando Salinas, Eliana Cárdenas (2002), destaca uma frase que assume um papel chave na perspectiva de formação omnilateral: “[...] transforme-se ao homem e com ele se transformará a arquitetura” (C.f. GUEVARA, 1964). O que transparece na prática educativa de Fernando Salinas e dos intelectuais orgânicos do ISPJAE é a perspectiva guevarista da construção do “homem novo”. Guevara afirmava: “A revolução se faz através do homem, mas o homem deve forjar, dia-a-dia, seu espírito revolucionário”, de acordo com Guevara (1979, p. 638). Guevara enfatiza o papel central do homem na transição socialista. Para além da transformação da base econômica, Guevara ressalta que: “Para construir o comunismo, simultaneamente com a base material, tem que se fazer o homem novo” (C.f. GUEVARA, 1979, p. 631).

A concepção de “homem novo” salienta o papel central dos homens como sujeitos da transformação histórica, que ao transformarem a si mesmo, transformam a sociedade. A

contribuição fundamental desses pedagogos consiste no resgate do horizonte humanista do marxismo. Conforme aponta Lowy (2006, p. 29), os temas centrais da obra marxista de Guevara, a reflexão sobre a transição para o socialismo, a utopia comunista de um homem novo, são temas que tem o seu fundamento no “humanismo revolucionário”. Por isso precisamos recuperar, mais do que nunca, esse marxismo humanista, antidogmático, ético, pluralista e revolucionário. Ao analisarmos as práticas educativas dos intelectuais orgânicos do ISPJAE, emerge a temática contemporânea da “justiça global”. Conforme aponta Garcia (2003, p. 1-2):

A leitura detalhada destes trabalhos [*“En Argelia”, “El socialismo y el hombre em Cuba” e “Crear dos, três, muchos Viet Nam, es la consigna”*] nos aproxima de uma fase teórica concluinte, não só por ser premissa de sua etapa internacionalista, mas sobre tudo porque conforma a culminação de um método de trabalho, onde se assume o teórico para alcançar soluções de problemas concretos através de uma prática política consequente por meio de um processo ascendente, separado do apologético e do dogmático e marcado por uma ética revolucionária, humanista e marxista, que o leva a ser um “adiantado” em sua época, fazendo que suas ideias e sua luta mantenham total vigência na atual perspectiva da justiça global.

Como conclusão, podemos afirmar que os intelectuais orgânicos do ISPJAE, ao colocarem em prática as ideias que estavam *in nuce* nos textos de Guevara, desenvolveram a temática contemporânea da “justiça global” (Cf. SÁEZ, 2009; TIBLE, 2005 e MONTEAGUDO, 2004) constituindo uma “escola da justiça global”, conforme Villela (2009), e fazendo com que suas ideias mantenham sua vigência até os dias de hoje. Os projetos das “escolas do campo” do ISPJAE, especialmente no período de 1960-1975, se propuseram a transformação do universo educacional e sociocultural, em função do desenvolvimento de “homens plenos” e de um elevado compromisso com a comunidade, onde prevaleceu a justiça social e a solidariedade. Essas múltiplas razões fazem com que as ideias desses intelectuais mantenham uma atualidade e uma autenticidade na solução dos desafios da educação de jovens e crianças do campo na América Latina hoje.

Referências bibliográficas

CÁRDENAS, Eliana. (2002). Por una teoría para transformar el ambiente. **Arquitectura y Urbanismo**, Vol. XXIII, n. 3, ISPJAE, La Habana, 2002, pp. 8-15.

CECEÑA, Ana E. E. Sujetizando el objeto de estudio, o de la subversión epistemológica como emancipación. In: _____. (Org.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006.

CORNILS, Patrícia. Estradas abertas para a inclusão. **A rede: tecnologia para a inclusão Social**, Ano 5, n. 47, p. 10-13, maio, 2009, São Paulo.

DUARTE, Newton. **A individualidade para si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo**. Campinas: Autores Associados. 1993.

FARIAS, Itamar Mazza de. **Pedagogia do trabalho: seus princípios no cotidiano escolar**. Campinas, 1994. 193p. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação - Universidade Estadual de Campinas, 1994.

FALLEIROS, Ialê. Parâmetros curriculares nacionais para a educação básica e a construção de uma nova cidadania. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

FIGUEROA, Max; PRIETO, Abel; GUTIÉRREZ, Raúl. **La escuela secundaria en el campo: una innovación educativa en Cuba**. Paris: Unesco, 1974.

GARCIA, María del C. A. Prólogo. In: GUEVARA, Ernesto C. **Justicia global: liberación y socialismo**. 1. ed. Buenos Aires: Nuestra America, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUEVARA, Ernesto C. **Justicia global: liberación y socialismo**. 1. ed. Buenos Aires: Nuestra America, 2003.

_____. El socialismo y el hombre en Cuba. In: _____. **Obra revolucionaria**. 8. ed. México: Era, [(1965) 1979]. p. 627-639.

_____. Discurso de clausura del encuentro de profesores y estudiantes, **Arquitectura Cuba**, n. 331, La Habana, enero-marzo, 1964, p. 13-14.

LOWY, Michael. **O pensamento de Che Guevara**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MACHADO, Ilma. F. A criança como sujeito social na educação do campo. **Educação Pública**, Cuiabá, v. 15, n. 27, p. 109-118, jan./abr. 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Crítica da educação e do ensino**. São Paulo: Moraes, 1978.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN DE LA REPÚBLICA DE CUBA. CUBA. **Aspectos da la educación en Cuba**. Portal Educativo Cubano. Net, Cuba, 2010. Disponível em: <<http://www.rimed.cu/>>. Acesso em 04 dez. 2010.

MONTEAGUDO, Graciela. **Filósofos, caracoles y Letizia: una visita a Chiapas**. Net, México, 2004. Disponível em: <http://www.globaljusticecenter.org/articles/chiapas_esp.htm>. Acesso em 21 dez. 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A geografia das lutas no campo**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

RIVERA, Yailin Orta. Una inmensa revolución constructiva. **Juventud Rebelde**. Havana, 10 jan. 2008. Nacional, p. 4.

ROSA, João G. **Grande sertão: veredas**. 13. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

ROSSI, Wagner G. **Pedagogia do trabalho 2: caminhos da educação socialista**. São Paulo: Moraes, 1982.

SÁENZ, Víctor Manuel Marí. **Movimientos sociales y educación popular en tiempos de globalización**. Net, Espanha, 2009. Disponível em: <http://www.opech.cl/educsuperior/alternativas/movimientos_sociales_educacion_popular.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2009.

SALINAS, Fernando. Un comentario sobre la presencia de la Escuela de Arquitectura de la Universidad de La Habana en la VI Bienal de Arte de San Pablo, Brasil. **Espacio**, n. 1, Año 1, segunda época, La Habana, 1961, p. 22-23.

SALINAS, Fernando. Una educación para el diseño. **Boletín de la Escuela de Arquitectura**, n. 2, La Habana, julio, 1965.

SÁNCHEZ, Yoani. **Adiós a las escuelas en el campo**. Net, Cuba, 2009. Disponível em: <<http://www.desdecuba.com/generaciony/>>. Acesso em: 22 dez. 2009.

SEGRE, Roberto. Fernando Salinas. In: SADER, Emir; JINKINGS, Ivana; MARTINS, Carlos E.; NÓBILE, Rodrigo (Orgs.) **Latinoamericana**: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006a.

_____. A razão construtiva nas escolas paulistas. **Revista Projeto Design 321**. Net, São Paulo, 2006b. Disponível em: <<http://arcoweb.com.br/debate/debate96.asp>>. Acesso em: 22 dez. 2009.

_____. Os sonhos da utopia comunista cubana. **Revista AU**, São Paulo, n. 118, p. 53-59, Jan. 2004.

_____. **FAU 1960-1975**: Los “años de fuego” de la cultura arquitectónica cubana. Net, Roma, Itália, fev./mar, 2000. Disponível em: <http://www.archivocubano.org/fau_1.html>. Acesso em 26 dez. 2000.

_____. **Los espacios del hombre pleno**. (1999). Entrevista a Fernando Salinas (1988-1992). Net, Roma, Itália, 1999. Disponível em: <http://www.archivocubano.org/salinas_1.html>. Acesso em 26 dez. 1999.

_____. **Arquitetura da revolução cubana**. São Paulo: Nobel, São Paulo, 1987.

SECRETARIA NACIONAL DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **MST: Lutas e Conquistas**. Net, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em 21 abr. 2010.

TIBLE, Jean François Germain. **O mundial e a estrela da manhã**: a imaginação política crítica entre Estado e movimento. Rio de Janeiro, 2005. 120 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005.

TOGORES, Reinaldo. **20 años de construcción en Cuba. Obras escolares y sociales**. (1979). Net, Espanha, 2009. Disponível em: <<http://personales.unican.es/togoresr/index.html>>. Acesso em 21 dez. 2009.

VILLELA, Fábio Fernandes. **A escola da justiça global**. Campinas, 2009-2010. Supervisão: Prof^ª. Dr^ª. Liliana Rolfsen Petrilli Segnini. Monografia (Pós-Doutorado). Faculdade de Educação - Universidade Estadual de Campinas, 2009-2010.

_____. **Indústria da construção civil e reestruturação produtiva**: as novas tecnologias e seus modos de socialização construindo as cidades contemporâneas. São Paulo: Giz Editorial, 2008.

_____. **Rino Levi: hespéria nos trópicos**. A racionalização dos processos de trabalho em escritórios de arquitetura e a interação entre intelectuais, estado desenvolvimentista e a industrialização em São Paulo. Campinas, 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas, 2003.

ZABALA, Antoni (Org.). **Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil

Maria Lúcia R. Santos Aquino

Mestranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento – PRODEMA
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
e-mail: santos.mlucrs@gmail.com

Eduardo Rodrigues Viana de Lima

Professor Doutor Universidade Federal da Paraíba - UFPB
e-mail: eduvianalima@gmail.com

Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e Silva

Professor Doutor Universidade Federal do Acre - UFAC
e-mail: zenobiosilva@hotmail.com

Resumo

Esse artigo aborda aspectos sobre o aproveitamento dos recursos florestais na Amazônia. O seu objetivo foi analisar os impactos sociais, econômicos e ambientais das atividades que vem sendo desenvolvidas na Floresta Estadual do Antimary (FEA), a partir de 1988. A escolha dessa área, localizada no estado do Acre, como cenário para esse estudo, se deve ao fato que essa Floresta Estadual, criada em 1988 através do decreto 8.843 de 26 de junho de 1911, foi a primeira floresta pública certificada no Brasil para o manejo florestal empresarial. Nesse estudo, é feita uma revisão sobre temas como sustentabilidade, manejo florestal em áreas tropicais, certificação e sensoriamento remoto, assim como se contextualiza as trajetórias de uso da terra na Amazônia, sua ocupação econômica, espaço e meio ambiente. Além disso, abordando características do estado do Acre, são apresentadas discussões ligadas ao conflito espacial, o que permitem constatar realidades sobre as tensões existentes no Acre que cominaram com a busca da sustentabilidade da floresta.

Palavras-chave: estado do Acre, Amazônia, floresta estadual do Antimary, certificação, sensoriamento remoto.

Resumen

Manejo maderable en el bosque estatal del Antimary, estado de Acre, Brasil

Este artículo se centra en el uso de los recursos forestales en la Amazonía. Su objetivo fue analizar las actividades sociales, económicas y ambientales que se han desarrollado en el Bosque Estatal del Antimary (BEA), a partir de 1988. La elección de esta zona como escenario para este estudio, debido al hecho de que el Bosque de Estado, establecido en 1988 por el Decreto 8843 del 26 de junio de 1911, fue el primer bosque público en Brasil para las empresas certificadas de ordenación forestal. En este estudio se hace una revisión sobre temas como la sostenibilidad, la gestión forestal en las zonas tropicales, la certificación y la teledetección, así como contextualiza las trayectorias de los usos del suelo en la Amazonía, su ocupación económica, y el medio ambiente del espacio. Por otra parte, en las características del estado de Acre, se presenta los debates relacionados con el conflicto territorial, que nos lleva a la conclusión de las realidades sobre las tensiones en el estado que impone a la búsqueda de la sostenibilidad de los bosques.

Palabras-clave: estado de Acre, amazonas, bosque estatal del Antimary, certificación, detección remota.

Abstract

Forest timber management in the Antimary state forest, state of Acre, Brazil

This article approaches on the use of forest resources in Amazonia. Its objective was to analyze the social, economic and environmental activities that have been carried out in the Antimary State Forest (ASF), since 1988. The choice of this forest, as study area for this research, is due to the fact that this State Forest, established in 1988 by Decree 8843 of June 26, 1911, was the first public forest certified, in Brazil, for enterprise forest management. In this study, a review is done on topics such as sustainability, forest management in tropical areas, certification and remote sensing, as well as it is contextualized the trajectories of land use in the Amazon, its economic occupation, space and environment. Moreover, addressing the characteristics of the state of Acre, it is presented discussions related to spatial conflict, which leads to conclude realities about the tensions in this state that imposes to the pursuit of forest sustainability.

Keywords: state of Acre, amazonia, Antimary state forest, certification, remote sensing.

Introdução

O Governo do estado do Acre vem, desde 1999, conduzindo uma política pública inovadora em relação aos modelos tradicionalmente implementados na Amazônia. Mais especificamente, de acordo com Acre (2010), esse modelo foi idealizado incorporando a visão cultural e social das populações das florestas. Em outras palavras, como relata Acre (2000), tem-se buscado concretizar um modelo econômico, baseado nos recursos florestais, que visa a melhoria de qualidade de vida das populações rurais e urbanas. Ao se adotar essa forma atual de gestão dos recursos florestais, o homem da floresta teve que se adaptar a essa nova maneira de exploração florestal que o atual sistema exige.

Acre (2000) cita, também, que o aproveitamento de produtos florestais não madeireiros e madeireiros, explorados através de manejo florestal sustentável, vem sendo adotado, simultaneamente, em áreas com diferentes situações fundiárias e ocupadas por diferentes populações. Salienta-se que, apesar da relevância da exploração de produtos florestais não madeireiros para a economia e subsistência de um grande número de famílias habitando as florestas, como por exemplo, seringueiros, ribeirinhos e populações indígenas, a extração madeireira tem sido priorizada como uma atividade com maior viabilidade econômica para as comunidades tradicionais locais.

Complementando essa forma de aproveitamento dos recursos florestais, tem-se a certificação de que esse processo produtivo vem ocorrendo de forma ambientalmente sustentável, socialmente justa e economicamente viável. Nesse contexto, algumas florestas acreanas foram as primeiras áreas de manejo florestal madeireiro comunitário, na Amazônia, a serem certificadas pelo Forest Stewardship Council (FSC). Essas florestas estão distribuídas entre três projetos de Assentamentos Extrativistas (PAEs), a saber: Porto Dias, São Luiz do Remanso e Chico Mendes (no caso, Seringal Cachoeira) e uma associação no Projeto de Colonização Pedro Peixoto. Aliado a essa estratégia, o governo local tem liderado a institucionalização de Florestas Estaduais de Produção (FEPs) para o estabelecimento de áreas de manejo madeireiro, o que, comumente, combina múltiplos atores sociais, tais como, a comunidade local, empresários e Organizações Não-Governamentais (ONGs), todos sob a coordenação do Estado.

Ainda no tocante ao processo de certificação, Acre (2000) enfatiza, ainda, que o atual modelo comunitário, inicialmente implementado e certificado em quatro localidades, deverá ser ampliado a outras áreas comunitárias, incluindo reservas extrativistas e PAEs, com o potencial de totalizar 11% da superfície sob cobertura florestal nesse estado. Por outro lado, de acordo com Verissimo *et al.* (2002), o Acre tem uma área total de 38 mil quilômetros quadrados, correspondendo a 25% da sua superfície, como potencial à criação de FEPs.

Todavia, apesar da importância das políticas públicas colocadas em prática no Estado do Acre, quando comparado aos modelos tradicionais na Amazônia, análises do impacto social, econômico e ambiental dessas estratégias de uso da terra podem se constituir num útil instrumento para subsidiar a indicação dos possíveis riscos e soluções para o futuro, em termos das diretrizes locais sobre o uso da terra.

Embasado nessa premissa, esse estudo objetivou, ao gerar informações socioeconômicas da comunidade da Floresta Estadual do Antimary (FEA), contribuir na elaboração de políticas florestais no estado do Acre.

A escolha dessa floresta, para cenário desse estudo, se deve ao fato que FEA, fazendo uso de um financiamento da International Tropical Timber Organization (ITTO) de 1,8 milhões de dólares, foi a primeira experiência local, em 1999, de manejo florestal madeireiro. Além disso, essa floresta obteve, em 2004, a certificação, pelo FSC, para o manejo florestal madeireiro em uma área total de 77 mil hectares, sendo 66 mil destinados ao manejo florestal empresarial e 11 mil para manejo comunitário (INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA - IMAFLORA, 2004). Sob a coordenação do governo do estado do Acre, através da Secretaria Estadual de Florestas do Acre (SEF), a gestão dessa estratégia tem incluído empresas, comunitários e assessores técnicos da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (FUNTAC) e do Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA).

Cabe aqui mencionar que, para a realização dessa pesquisa, foram entrevistadas famílias de seringueiros morando na Floresta Estadual do Antimary. Com isso, foi possível se ter um diagnóstico socioeconômico dessa comunidade, objeto desse estudo. Esse procedimento permitiu, também, identificar a real situação das famílias que ali residem e suas relações com o governo e com outros atores envolvidos no processo da exploração madeireira. Complementando, fez-se, também, uso de imagens de satélite para verificar a situação da cobertura florestal dessa área.

Este trabalho foi dividido em seis capítulos. No primeiro capítulo tem-se a introdução. No segundo capítulo é feita uma revisão sobre temas como sustentabilidade, manejo florestal em áreas tropicais, certificação e sensoriamento remoto, assim como se contextualiza a trajetória de uso da terra na Amazônia, sua ocupação econômica, espaço e meio ambiente. No terceiro capítulo, por sua vez, é apresentada uma caracterização da área de estudo e a metodologia usada nessa pesquisa. No quarto capítulo, tem-se a apresentação e discussão dos resultados gerados nesse estudo. Nos capítulos cinco e seis, a partir dos resultados gerados, são inferidas, respectivamente, as conclusões e recomendações desse estudo.

Revisão da literatura

A revisão literária, usada neste trabalho, abordou os seguintes temas: Sustentabilidade; Manejo Florestal; Certificação Florestal; Sensoriamento Remoto; Trajetórias de uso da terra na Amazônia: ocupação econômica, espaço e meio ambiente e estado do Acre, do conflito espacial à busca de sustentabilidade na floresta e a política do governo da floresta.

Sustentabilidade

A maior parte das áreas ainda preservadas no Brasil é habitada, com maior ou menor densidade, por populações indígenas ou por comunidades rurais "tradicionais" – caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, caipiras – para as quais a conservação da fauna e flora é a garantia de sua perenidade. Já, o processo de expansão das fronteiras agrícolas e extrativistas da sociedade brasileira reproduz e se pauta em um modelo de ocupação do espaço e de uso dos recursos naturais gerador da degradação ambiental e de enormes custos sociais (ARRUDA, 1997).

Para Zanetti (2008), com a sustentabilidade é possível se transferir o benefício de um ambiente saudável às futuras gerações, capacitando o indivíduo com informações e senso crítico suficiente para antever o necessário uso racional dos recursos.

As soluções dos problemas globais envolvem financiamentos internacionais para a implantação de práticas limpas e cooperação, em âmbito global, assim como convenções consensuadas que regulam as ações dos adotantes e protocolos que detalham metas e propostas conjuntas. A aprovação das mesmas permite os signatários usufruírem de transferências tecnológicas, intercâmbios de estudo e acesso aos recursos financeiros para desenvolver e implantar programas e evitar restrições e barreiras para a exportação dos seus produtos (SEABRA, 2008).

Ainda sobre sustentabilidade, Zarin *et al.* (2005) afirmam que o fato de que as comunidades são tão boas, e, na maioria das vezes, até melhores que os governos no gerenciamento de suas florestas também não são levados em conta. Há evidência de que as comunidades locais podem e de fato protegem as florestas e os serviços ambientais de alto valor.

Manejo florestal

Burger (1980) considera o manejo florestal sustentável (MFS) como um meio de conduzir as florestas o qual permite que as gerações presentes e futuras obtenham, desses recursos naturais, pelo menos benefícios iguais ao longo do tempo.

Já, para Schimidt (1987), o MFS é a exploração controlada e reduzida que, com medidas silviculturais e de proteção, visa à sustentabilidade e regeneração das espécies nativas. Leuschner (1992), por sua vez, relata que o Plano de Manejo Florestal (PMF) é a forma escrita que mostra como o dono da floresta pretende manejar sua área. Para tal, esse documento enfoca todas as fases do MFS, detalha as áreas a explorar e a lógica usada na sua formulação.

Verissimo *et al.* (2002) complementam realçando que a organização da produção, para ganhar frequência no fornecimento, constitui-se um dos sérios desafios relacionados à comercialização dos produtos comunitários. Uma das experiências de maior visibilidade na Amazônia é a criação do Grupo de Produtores Florestais Comunitários, no Acre.

Sensoriamento remoto

Lang e Blaschke (2009) classificam o programa LANDSAT-TM como a fonte mais importante de dados de satélites óticos. Isto se deve à alta persistência temporal do programa (desde 1972), à elevada resolução espectral do satélite TM, bem como à rede de estações em terra e de recepções espalhadas por todo o globo terrestre.

Desde a década de 1960, os cientistas vêm extraindo e modelando vários parâmetros biofísicos da vegetação com o uso de sensoriamento remoto. Grande parte desse esforço tem envolvido o uso de *índices de vegetação* – que são medidas radiométricas adimensionais, as quais indicam a abundância relativa e a atividade da vegetação verde, incluindo Índice de Área Foliar (IAF), porcentagem de cobertura verde, teor de clorofila, biomassa verde e radiação fotossinteticamente ativa absorvida (RFAA, ou APAR, em inglês) (JENSEN, 2009).

Jensen (2009) acrescenta que “os seres humanos selecionam o sistema de sensoriamento remoto mais apropriado para a coleta de dados, especificam as várias resoluções dos sensores remotos, calibram os sensores, selecionam a plataforma que irá portar o sensor, determinam quando os dados serão coletados e especificam como os mesmos serão processados. O erro produzido pelo método humano pode ser induzido quando os parâmetros da missão e dos instrumentos de sensoriamento remoto são especificados. (...) Os metadados, os passos do processamento e a exatidão da informação são fornecidos, e os resultados são comunicados usando imagens, gráficos, tabelas estatísticas, base de dados GIS, Sistemas Espaciais de Suporte à Decisão (SDSS), etc.”.

Certificação florestal

Nardelli e Tomé (2002) informam que a certificação florestal surgiu, na década de 90, como uma forma de defender o mercado, de produtos florestais, das campanhas que pregavam o boicote aos produtos oriundos das florestas tropicais.

Nesse contexto, Viana e Simões (2002) apontam que os ambientalistas de todo o mundo reconhecem, no certificado do FSC, uma oportunidade para a conservação dos recursos florestais via a participação do empresário responsável e do consumidor consciente. Ao adquirir um produto com o certificado de origem do FSC, o consumidor terá a certeza de que a floresta, que originou a matéria-prima com que aquele produto foi fabricado, foi explorada de forma ambientalmente adequada, socialmente justa e economicamente viável, com as técnicas mais modernas de manejo florestal, as quais minimizam os impactos causados à floresta.

Pelos relatos de Veríssimo *et al.* (2002), tem-se que 55% das áreas certificadas, pelo FSC no mundo, são privadas. Aliado a esse fato, do total de florestas certificadas, 39% são florestas públicas, 5% são florestas em áreas comunitárias e apenas 1% são concessões florestais. A maior parte (57%) da área certificada pelo FSC no mundo é de florestas naturais. Os plantios florestais, com pinus ou eucalipto, por exemplo, representam 10% dessa área certificada, enquanto os sistemas consorciados de florestas naturais e plantações são da ordem de 33%.

Complementando, é oportuno aqui citar Zanetti (2007), o qual alerta que a experiência do manejo sustentado de florestas tropicais ainda é incipiente para que possa ser utilizada como parâmetro de utilização dos recursos naturais.

Trajetórias de uso da terra na Amazônia: ocupação econômica, espaço e meio ambiente

A ocupação da Amazônia brasileira tem sido geralmente explicada por fatores econômicos. Reydon e Muniz (1999) mencionam que, enquanto a dinâmica populacional nesta região sempre esteve vinculada aos fenômenos geopolíticos e econômicos decorrentes basicamente da busca de matérias-primas para o mercado externo, a expansão populacional nesta fronteira foi estimulada pelas políticas governamentais para atender aos contingentes de populações rurais excedentes, de outras regiões do Brasil.

Santos (1980) indica que múltiplos fatores causaram a migração de trabalhadores para esta região. Entre os quais, tem-se o fenômeno da seca de 1877 que fez com que o nordeste sofresse uma grave crise socioeconômica, fazendo com que um número estimado de 200 mil nordestinos, sem terra e sem trabalho, migrassem para a região amazônica, a mecanização da produção agrícola do centro-sul e a busca de espaço para especulação e/ou sobrevivência pelos imigrantes.

Para Silva *et al.* (1996), os padrões de mudanças sociais e ambientais nessa região têm sido caracterizados por diferentes estratégias de uso econômico de seus recursos naturais. A primeira fase ocorreu no século XIX com a exploração das chamadas drogas do sertão que eram exportadas principalmente para o mercado europeu. No segundo momento,

no final do século XIX deu-se início a extração do látex da seringueira (*Hévea brasiliensis*) como um novo insumo para a nascente indústria de pneumáticos em 1888 e automobilística na Europa e Estados Unidos em 1895.

Porém, como relata Nunes (1991), na Amazônia não havia mão de obra suficiente para responder por esta crescente demanda internacional. Como consequência dessa situação, o governo brasileiro deu início a uma campanha para estimular a migração de trabalhadores nordestinos para esta região. O Acre representava, então, um dos estados com maior importância econômica na exploração desse produto, e consequentemente tornou-se uma das regiões mais atrativas para a migração de trabalhadores.

Silva *et al.* (1996) acrescentam que, enquanto de um lado a demanda internacional contribuiu para uma maior importância da economia Amazônica no contexto brasileiro e um monopólio mundial de produção de borracha, por outro lado, como aconteceu em momentos anteriores da história dessa região, o desenvolvimento regional tornou-se dependente unicamente de uma constante procura por látex. Todavia, a instabilidade internacional fez com que a exploração da seringueira na Amazônia passasse por dois marcantes momentos de crise. A primeira ocorreu no ano de 1910, como resultado do contrabando de sementes de seringueiras e início da produção de borracha na Malásia. Nesse contexto, Nunes (1991) informa que, após uma breve recuperação no período da I e II Guerras Mundiais, a economia amazônica baseada na exploração da borracha perde definitivamente importância para o Brasil com prejuízos às populações locais.

Silva *et al.* (1996) informam, também, que essas mudanças na economia extrativista, que antes era mantida pela exploração da borracha, fizeram com que o governo brasileiro iniciasse uma nova política fundiária e a Amazônia foi modificada, contribuindo para um novo padrão de ocupação do espaço geográfico e de forma de uso da terra. Para Becker *et al.* (1990), a partir de 1974 iniciou-se a implantação dos projetos de colonização, que tinham como objetivo contribuir para a ocupação, regularização fundiária e redução do impacto da falência extrativista aos moradores dessa região.

Ao mesmo tempo, no final da década de 60, o governo federal cria programas de incentivos fiscais aos empresários para estimular investimentos na Amazônia. Com isso tinha-se por objetivo integrar a região, política e economicamente, ao resto do Brasil. Segundo Becker *et al.* (1990), enquanto a política fundiária baseada nos assentamentos contribuiu para a ocupação demográfica dessa região, os incentivos financeiros estabelecidos, principalmente a partir do Banco da Amazônia (BASA), visavam a mudança da base econômica local, saindo do extrativismo para a produção agropecuária.

A nova fase do desenvolvimento não levou em consideração as características socioambientais da região. Os projetos estimulados pelo governo tiveram como prioridade a necessidade de ocupar o “vazio demográfico”¹. Essas políticas públicas implementadas durante os anos de 1960 a 1970 na Amazônia contribuíram, de alguma forma, com a degradação ambiental, seja por meio de implantação de grandes projetos de exploração mineral, seja através de atividades extensivas de criação de gado ou ainda através de exploração madeireira (DIAGNÓSTICO..., 1994).

Os novos donos das terras na Amazônia não apenas exploravam os recursos naturais existentes nesta região, mas também desmatavam a floresta para implantar extensas áreas de pastagens, que, como mostram Nepstad *et al.* (2000), geralmente se iniciavam às margens das rodovias. Esse novo padrão de ocupação do solo era conduzido pelos pequenos produtores, que geralmente utilizavam as estradas secundárias, comumente denominadas de ramais, para o escoamento da produção e consequentemente ampliavam bastante o desmatamento regional.

Na década de 80 reduziram-se os incentivos fiscais para acesso às terras da Amazônia. Porém, como demonstram Reydon e Muniz (1999), essa nova situação não

¹ O vazio demográfico é um mito, esse conceito nega a existência das populações indígenas e caboclas que aqui vivem há anos. Becker *et al.* (1990) relatam que essa noção serve de válvula de escape a conflitos sociais em áreas densamente povoadas e de campo aberto para investimentos.

desestimulou as atividades predatórias na região, como é o caso da pecuária que não requer muitos investimentos para a sua implantação.

Barcellos (2002) realça que a maior importância desse setor econômico pode ser explicada pelo baixo nível de investimento exigido e pelo pouco tempo requerido para o retorno do capital investido. Contudo, dentre todas as atividades, àquela que mais se destacou para a ampliação do desmatamento foi a criação de rebanho bovino.

A atividade agropecuária encontra-se distribuída por toda a Amazônia, sendo mais concentrada na região conhecida como “arco do desflorestamento”. Essa área abrange os estados do Maranhão, nordeste do Pará, sul do Pará, Tocantins e Mato Grosso, Rondônia, Amazonas e o sudeste do Acre. Segundo Veríssimo *et al.* (2002), a porcentagem de floresta natural nas áreas rurais, ao longo desse arco, é inferior a 50%.

Adicionalmente à pecuária, como grande responsável para a evolução do desmatamento na floresta Amazônica, outros fatores como os projetos de colonização têm contribuído para essa situação. Esses dados vêm a confirmar que, apesar das políticas públicas instituídas pelo governo brasileiro para a Amazônia serem caracterizadas como o principal fator indutor de perda florestal, um conjunto de outras causas também pode ser citado.

A partir dos anos de 1990, com grande orientação da política internacional, propostas alternativas de desenvolvimento regional, começaram a ser implementadas, incluindo novas atividades econômicas na Amazônia, caracterizadas como modelos de sustentabilidade. Uma dessas novas estratégias foi o manejo florestal, que passa a ser empregado como um dos modelos sustentáveis para reduzir a degradação ambiental e melhorar a qualidade de vida das populações locais. Com isso, passa a colocar a Amazônia num novo ciclo de exploração florestal, assim como foi a borracha no passado, todas as atividades abriram caminho para a perda florestal com o uso do fogo, criando assim um ciclo de perdas florestais.

Acre: do conflito espacial à busca de sustentabilidade na floresta

A crise na exploração da borracha na Amazônia gerou múltiplas consequências sociais e econômicas locais. Nos anos de 1970 a 1980 a borracha foi desvalorizada, com isso os seringais foram desativados. Conforme argumentam Silva *et al.* (1996), com a decadência da borracha no mercado internacional e a desativação dos seringais, os governos federal e estaduais criaram incentivos fiscais, entre os quais baixos preços das terras e a isenção de impostos, para que grupos do centro-sul do país investissem nas terras nessa região.

Silva (2004), por sua vez, indica que no Acre, assim como nos demais estados brasileiros, as mudanças na estrutura de propriedade e concentração fundiária trouxeram consequências para as comunidades locais. Com a transferência dos antigos seringais para os novos proprietários sulistas², os seringalistas não levavam em consideração os seringueiros que ainda continuavam vivendo nessas áreas. Consequentemente, a reação imediata, dos grupos pecuaristas recém instalados, foi a limpeza da área, que incluía a desativação dos seringais, derrubada da floresta para implantação da pastagem, e também a expulsão dos seringueiros das terras sem nenhum direito.

Silva *et al.* (1996) citam que, nos anos de 1980, deu-se início ao acirramento dos conflitos fundiários no estado do Acre. Os mecanismos utilizados na expulsão dos seringueiros foram a destruição de casas e plantações, espancamentos e assassinatos. No conflito fundiário, segundo Silva (2004), estavam-se, de um lado, os seringueiros, castanheiros e demais produtores apoiados pela Igreja, sindicatos rurais, e organizações locais e nacionais, e no outro lado, o grupo dos empresários, juízes, polícia e governos.

² Denominação dada aos imigrantes que vieram para a Amazônia, nos anos 50, trazidos pela política de ocupação do espaço vazio, este eram principalmente dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, os mesmos vieram após os nordestinos.

Nesse momento, a violência passou a ser proximamente associada ao avanço do desmatamento na região, principalmente a partir do assassinato de vários líderes rurais locais. No Acre, algumas das figuras mais conhecidas que perderam suas vidas nesse período, foram o sindicalista Wilson Souza Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia (assassinado em 21 de julho de 1980), Jesus Matias, sindicalista de Brasiléia (assassinado em dezembro de 1983), João Bosco, sindicalista de Tarauacá, e Chico Mendes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (assassinado em 1988).

A morte dessas lideranças comunitárias fortaleceu o movimento de luta pela permanência dos trabalhadores rurais em suas terras. Como resultado desse fato, no final de 1988 surge o maior exemplo de luta unificada das populações da Amazônia, que ficou conhecido como Aliança dos Povos da Floresta, formada a partir da união entre Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e a União das Nações Indígenas (UNI).

Silva (2004) reporta que esta situação passou a consolidar uma nova dimensão dos efeitos das políticas públicas, atividades econômicas, dinâmica populacional e mudanças ambientais na Amazônia. Como consequência dos conflitos fundiários e sócio-espaciais ocorridos, as organizações de trabalhadores apoiadas por organizações locais e internacionais, exerceram pressão sobre o governo brasileiro a fim de regularizar a situação de seringueiros e posseiros no Acre. Como um dos mais importantes resultados, ocorreu, em 1990, a institucionalização da Reserva Extrativista (RESEX) Chico Mendes, naquele momento uma das maiores do Brasil, com um milhão de hectares.

O modelo das RESEXs passou a ser considerado como a nova opção para conciliar redução de desmatamento, conflitos de terra e melhor qualidade de vida para as populações vivendo na Amazônia. Além das RESEX, foram criadas, também, os Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAEs). Conforme Silva (2004), os PAEs, sendo projetos que buscam regularizar a situação de seringueiros que resistem à apropriação capitalista da terra, permitem que os seringueiros mantenham sua estrutura social e espacial.

Acre (2000) cita que, no ano de 1998, a Amazônia já contava com um total de dez PAEs, totalizando uma área de 890 mil hectares, distribuídas entre os estados do Amapá, Amazonas e Acre, sendo que o estado do Acre conta com oito Projetos de Assentamentos Agroextrativistas, o que totaliza uma área de 193.447 ha e capacidade de assentar 1.039 famílias. Nesse contexto, em 1988, foi criada a primeira Floresta Estadual no Acre, para exploração manejada de uso múltiplo.

As áreas de PAEs, RESEXs e Florestas Estaduais, para garantir a permanência do homem no campo e este alcançar uma situação econômica favorável, usando os recursos disponíveis na floresta, sem esquecer-se das necessidades social, ecológica e econômica das populações, devem ter um modelo de uso da terra diferenciado.

As áreas de preservação ambiental, RESEXs e PAEs, devem ser destinadas à exploração dos recursos naturais de forma sustentável. Para tal, a caça predatória e a retirada de madeira para fins que não sejam para a construção de benfeitorias na área dos moradores são estritamente proibidas. Porém, em 1994, foi criado o Decreto nº 1.282, o qual se definiu o manejo florestal sustentável como o meio de exploração dos recursos florestais da Amazônia, visando sempre o benefício econômico e social e ainda a sustentabilidade do ecossistema no qual a proposta de manejo estará sendo aplicada.

Salienta-se que, pelas palavras de Amaral e Amaral (2000), tem-se que em 1993 foi desenvolvido na Amazônia o primeiro projeto de manejo florestal comunitário. E na comercialização teste, por sua vez, utilizou-se de madeira oriunda de áreas de roça, tendo à frente da experiência, agricultores, lideranças extrativistas e pesquisadores.

Acre: a política do governo da floresta

O governo do estado do Acre vem conduzindo uma política pública inovadora em relação aos modelos tradicionalmente implementados na Amazônia. Enquanto por um lado esse modelo foi idealizado para incorporar a visão cultural e social das populações das

florestas. Por outro lado, como argumenta Acre (2000), o governo acreano tem buscado concretizar um modelo econômico baseado nos recursos florestais como caminho para a melhoria de qualidade de vida das populações rurais e urbanas, assim também como conservação dos recursos naturais.

Os governos, que implementaram o novo modelo de gestão dos recursos naturais locais, visaram elevar o nível de sustentabilidade no estado. Para tal, consideraram os seguintes princípios:

- 1- Sustentabilidade social mediante democratização do acesso às oportunidades;
- 2- Sustentabilidade ecológica por meio do uso de indicadores ecológicos para reger o uso dos recursos naturais;
- 3- Sustentabilidade econômica com base no estímulo e apoio a empresas competitivas;
- 4- Sustentabilidade cultural por intermédio do respeito aos valores tradicionais e modos de vida das populações locais;
- 5- Sustentabilidade política mediante a promoção de cadeias de relações, conexões, parcerias e processos participativos;
- 6- Sustentabilidade ética por meio da insistência na verdade e na honestidade;
- 7- Sustentabilidade humana mediante o respeito à santidade da vida.

Dentre as novas medidas, tomadas pelo governo para garantir a sustentabilidade da exploração florestal, está a criação, em 1999, da Secretaria Estadual de Floresta e Extrativismo (SEFE) e renomeada como Secretaria Estadual de Floresta (SEF), em 2003.

Com isso, essa secretaria nasceu com a finalidade de:

- 1- Promover e coordenar a execução de programas de desenvolvimento florestal sustentável;
- 2- Promover e coordenar o processo de produção, beneficiamento, industrialização e comercialização de produtos florestais;
- 3- Administrar direta e indiretamente as unidades de conservação de uso sustentável;
- 4- Promover a infraestrutura para escoamento da produção florestal.

As ações do governo, ao longo da implementação desse atual modelo de desenvolvimento, que se baseia numa agenda de “desenvolvimento sustentável” das populações rurais, especialmente àquelas habitando nas reservas extrativistas e projetos de assentamento agro-extrativistas, foram direcionadas para mudar a dinâmica e estratégia de uso da terra dentro de suas propriedades. Enquanto pensada como estratégia para aliar conservação florestal e melhoraria das condições de vida de populações locais, seus resultados no longo prazo podem ser questionáveis. Isto porque 12 anos ainda é muito pouco para se avaliar de forma profunda uma política de governo tão abrangente, o que se tem são apenas alguns resultados já concretizados, mas ainda faltam muitos outros projetos que estão em andamento e que não podem ser avaliados como algo definitivo.

A experiência da Floresta Estadual do Antimary, fez com que a mesma se tornasse mundialmente conhecida e uma das florestas públicas mais estudadas do mundo. Em 2002, a FEA foi escolhida, pela ITTO, como um dos três melhores exemplos de projetos financiados por essa organização e assim apresentados no seu Side event na Rio + 10. Aliado a esse fato, essa experiência nessa floresta está sendo replicada em mais duas áreas do Acre, na Floresta do Rio Liberdade, com uma área de 126.360 ha, e na Floresta do Rio Gregório, com 216.062 hectares.

Cabe aqui mencionar que, segundo Veríssimo *et al.* (2002), o governo do estado do Acre tinha como meta destinar 25% do seu território para áreas de manejo sustentável, o que representa 3,7 milhões de hectares. Assim, para assegurar essa transformação, o governo acreano pretendia estabelecer, aproximadamente, 1,5 milhões de hectares (10%) do território para florestas estaduais de produção. Meta que continuou sendo colocada em prática pelos governos pós Jorge Viana.

Diante do exposto anteriormente, há a necessidade de se avaliar, de forma pontual, o funcionamento e os efeitos dessa política de manejo dos recursos naturais locais. Para isto, foi escolhida a área de exploração da Floresta Estadual do Antimary, que vem sendo

manejada há oito anos, sendo que a primeira extração ocorreu em uma área que, atualmente, está fora da demarcação da FEA, pois posteriormente abriu-se uma nova área de exploração que teve seu ciclo iniciado em 2009.

Acre (2000) afirma que a importância de investigação desse caminho econômico de uso da floresta torna-se mais importante quando analisado o potencial futuro do manejo madeireiro no estado do Acre. O modelo comunitário, inicialmente implementado e certificado em apenas quatro áreas, deverá ser ampliado para outras áreas comunitárias, incluindo reservas extrativistas e PAEs.

O manejo florestal madeireiro e não madeireiro, somado às outras atividades, poderá vir a ser uma saída às populações rurais que em sua maioria encontram-se abandonadas no meio da floresta, à espera da fórmula mágica para melhorar de vida. Porém essas atividades devem vir somadas à gestão comunitária. É verdade que, em alguns casos, nem mesmo com a gestão comunitária e de organizações governamentais e não governamentais, a comunidade consegue se erguer. Essa afirmação se embasa em Santos (2004), que no seu estudo de caso feito, em 2004 na área de Porto Dias, pode verificar que cada comunidade vive uma realidade diferente, embora enfrentem problemas semelhantes, como despreparo de alguns membros da diretoria, excesso de atividades, o não reconhecimento da instituição por alguns grupos de moradores, as dificuldades de gerenciamento da estrutura criada, ausência de uma capacidade de compreensão da dinâmica de mercado para produtos florestais e a dependência de capital de giro. Estes fatores, algumas vezes, limitam o desenvolvimento da comunidade.

Uma das saídas, para este problema, seria a inserção de assistência técnica contínua nessas comunidades, não apenas na época de exploração, mas principalmente antes da implantação do projeto, e continuando durante toda a sua execução. Porém, nem sempre é assim que tem acontecido, como será visto, mais adiante, no caso da Floresta Estadual do Antimary. Em situações como o da área onde o manejo foi finalizado, a assistência técnica poderia ser continuada, ajudando os comunitários na implantação de outras ações, desta forma minimizando o impacto negativo da adoção da atividade florestal e ajudando na redução da pobreza das populações envolvidas.

Para as famílias que vivem em áreas de florestas a mesma é de suma importância para a sua sobrevivência e desenvolvimento social. De acordo com Zarin *et al.* (2005), um quarto das comunidades rurais de baixa renda depende, completamente ou em parte, dos recursos florestais para suprir suas necessidades de alimentação, materiais de construção, combustíveis, remédios, dinheiro e serviços ambientais locais, assim como insumos agrícolas, tais como alimentação animal e adubo.

Vale mencionar aqui, como exemplo, a área de estudo desse trabalho, que antes da implementação do Projeto da Floresta Estadual do Antimary (PFEA) no final da década de 80, contava com um baixo desenvolvimento social e econômico. Na Floresta Estadual do Antimary não havia escolas que ofereciam condições essenciais aos alunos. Após o PFEA, foram criadas três associações de moradores. Hoje, porém, essa floresta conta com duas escolas, o atendimento a saúde é feito por meio de saúde itinerante no acampamento da SEF situado no centro da mesma, dispendo de uma ampla infraestrutura para dar apoio às atividades do manejo madeireiro e não madeireiro.

Zarin *et al.* (2005) ressaltam que os comunitários entenderam que não basta trabalhar só na atividade de exploração madeireira para gerar ganhos que supram suas necessidades e lhes dê o bem-estar, é necessária a diversificação de produtos. Os produtores de baixa renda precisam manejar os produtos mediante um “portfólio” em diferentes categorias de renda e risco, mantendo a capacidade de mudar os produtos de acordo com as mudanças da demanda.

Um exemplo bem sucedido dessa ação é o Seringal Cachoeira, localizado na Reserva Extrativista Chico Mendes, no município de Xapuri (estado do Acre). Nessa área se tem a exploração certificada da madeira e outras atividades, por exemplo, o manejo de animais silvestres, ecoturismo, manejo de sementes, óleos de copaíba, entre outras.

Comunidades que se desenvolveram economicamente e socialmente nos últimos anos viram que, além da diversificação da produção, também era necessário organizar-se

em associações a fim de se fortalecer. Embora isto tenha um custo (tempo, investimento de capital, entre outros), os moradores estão conscientes de que sem esta organização não será possível alcançar o desenvolvimento econômico que necessitam. A cadeia produtiva pode ser melhorada quando os produtores trabalham em equipe, fato que já vem ocorrendo em algumas áreas do estado do Acre, como por exemplo, os produtores do Seringal Cachoeira.

As parcerias firmadas, entre comunitários, governo e firmas, também foram fundamentais para que o desenvolvimento social e econômico das áreas acontecesse de forma a atingir não somente os que fazem parte do manejo. Segundo Batista (2009), em janeiro de 2009 realizou-se uma dessas reuniões onde governo e comunidade discutiram varias questões, onde, entre as perguntas bases, estava **“o que você pensa da retirada de madeira por empresas?”**.

Salienta-se que, dos entrevistados na coleta de dados para o presente estudo, somente um se posicionou totalmente contra essa atividade. Porém, Batista (2009) cita que os moradores ressaltavam, em 2009, a esperança no cumprimento dos acordos firmados com a SEF.

Nas florestas estaduais na Amazônia têm ocorrido essas parcerias, entre comunidade, governo e empresas. No caso dos trabalhos realizados na Floresta Estadual do Antimary, os principais parceiros do governo são a ITTO e as empresas que ganham a concessão para explorar a área. Além disso, na FEA é um exemplo onde o governo local tem executado projetos de fortalecimento socioeconômico dos moradores em parceria com uma firma nacional produtora de compensado e laminado.

Teoricamente, essas parcerias possibilitam aos comunitários o acesso às capacitações com técnicos especializados, recursos para investir em marketing de seus produtos, expansão de mercado para novos produtos, como o caso das sementes compradas pela SEF na FEA, onde este compra as sementes com a finalidade de ajudar os moradores na geração de renda, assim como para estas serem usadas no viveiro do governo, o qual visa a produção de mudas a serem empregadas na recuperação de áreas degradadas, reflorestamento econômico e arborização urbana. Nesse viveiro, são produzidas até quatro milhões de mudas por ano e o valor das sementes depende da espécie, variando de R\$ 95,00/kg para o mogno e R\$ 3,00/kg para o açaí.

Cabe aqui mencionar que alguns comunitários fazem uso de recursos madeireiros e não madeireiros em suas áreas. Atualmente os comunitários da FEA ainda não estão trabalhando com o aproveitamento de restos de madeiras ou sementes na confecção de artesanatos, mas já existe um projeto da SEF para isso. Sobre esse tópico, Costa e Silva (2008) apontam que os maiores benefícios econômicos verificados nas comunidades que praticam o manejo florestal são relativos ao incremento, na renda das famílias, decorrente da redução dos desperdícios da madeira, do aumento da produtividade e do melhor preço no mercado da madeira oriunda do manejo. O que viria a explicar rapidamente o porquê em algumas áreas o manejo é tão rentável e em outras não.

Contudo, também, que nem todos os membros da comunidade participam da exploração madeireira. Assim, alguns seringueiros estão conseguindo manter-se apenas com os recursos não madeireiros, pois estes optaram por não fazerem o manejo madeireiro por opção própria.

Complementando, o Seringal Cachoeira é um bom exemplo de experiência que deu certo quando se refere a manejo sustentável. Nele, explora-se o turismo ecológico, o manejo de fauna, artesanato, manejo madeireiro, coleta de látex, entre outras atividades.

Um ponto a destacar é que, como argumenta Reis (2010), não é suficiente garantir qualitativa e quantitativamente os recursos atuais as futuras gerações. Para se alcançar a sustentabilidade é necessária, além da preservação do meio ambiente e seus recursos, a promoção do equilíbrio não somente econômico, mas também social.

Ao se programar o atual modelo de exploração dos recursos florestais, o homem da floresta, para se adaptar ao novo meio de produção econômica, perdeu algumas de suas formas de uso da terra, entre elas está o hábito de trabalhar só parte do dia e assim evitar as altas temperaturas. Outras formas de sustentabilidade também foram perdidas, tais com

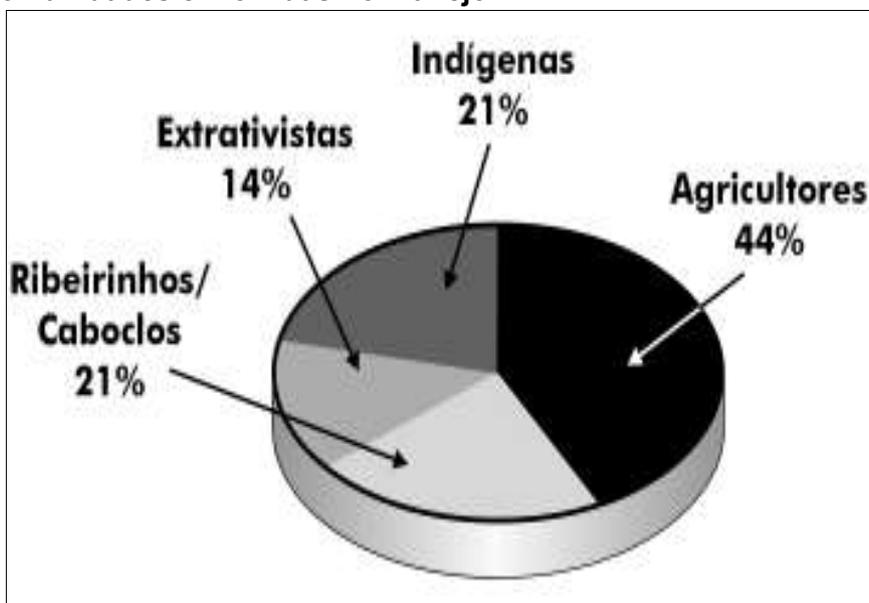
a não retirada da floresta de pequenas quantidades de produtos, o que permitiria que ela se recuperasse em um curto espaço de tempo.

No presente modelo de exploração florestal, é necessária uma carga horária maior, independente da temperatura; antes o homem retirava o suficiente para que a floresta pudesse se regenerar em um período de tempo normal que, segundo Saldarriaga e Uhl (1991), representa cerca de 140 a 200 anos em florestas tropicais de terra firme, isto dependendo do tipo de perturbação sofrida. Atualmente a retirada é bem maior que há 10 anos atrás, e embora seja através de manejo de impacto reduzido, o maquinário usado tem um poder de destruição maior do que aqueles usados em 1991, o que teoricamente exige da floresta um esforço maior para repor o que lhe foi tirado. Mais uma vez fica a pergunta, as famílias que ali residem, conseguirão se manter sem aderir as atividades de alto impacto nos próximos anos?

O manejo florestal madeireiro e não madeireiro implementado pelo governo local, em cooperação com ONGs locais e internacionais, tem incluído, simultaneamente, áreas com diferentes situações fundiárias e ocupadas por diferentes populações, reduzindo assim os impactos. Segundo Viana e Simões (2002), bom manejo é definido como melhores práticas de gestão aplicáveis a uma determinada unidade de manejo florestal, considerando seus atributos e condicionantes sócio-culturais, ambientais e econômicas e o conhecimento técnico e científico existente. Assim, o manejo visa, sem gerar grandes danos à floresta na Amazônia, atender às necessidades da comunidade locais.

Amaral e Amaral (2000) comentam que a maior porcentagem de comunidades envolvidas no manejo é de agricultores, seguidas dos grupos indígenas, ribeirinhos e extrativistas. Além disso, atualmente, no Acre, existem 4.510 ha de áreas manejadas por agricultores. Dessas, 3.440 ha são de manejo comunitário, sendo que as relações de uso da terra em áreas de manejo comunitário são diferentes das existentes em manejo empresarial. Tais números estão sintetizados no gráfico 1, apresentado a seguir.

Gráfico 1: Comunidades envolvidas no manejo



Fonte: Amaral e Amaral (2000)

O manejo comunitário apresenta vantagens como o melhor ordenamento no uso do solo; melhor planejamento dos recursos naturais; valorização dos recursos florestais e aumento de eficiência no combate ao fogo, entre outros. Essas formas comunais de acesso aos espaços e recursos naturais na região têm sido substituídas por formas de apropriação dominantes, sejam privadas ou públicas (DIEGUES, 1997). Nas relações comunitárias as escolhas são coletivas, trabalha-se com base em regimento criado pelas associações, monitorando as atividades e aplicando sanções aos que não cumprem as regras da

comunidade. Nessa forma de gerenciamento, o governo e outras instituições são parceiros dos comunitários, mas não ditam as regras.

Veríssimo *et al.* (2002) enfatizam que as certificações das áreas garantem a regularização fundiária em áreas onde as mesmas não estão regularizadas. Em florestas estaduais e reservas extrativistas é garantido o direito de uso da terra. Os direitos de propriedade tênues e mal definidos levam à instabilidade e ao desmatamento.

No estado do Acre foram certificados, pelo Forest Stewardship Council (FSC), as primeiras áreas de manejo florestal madeireiro comunitário na Amazônia em 2003. Já, no Brasil, existem mais de três milhões de hectares de florestas certificadas que vão do Amazonas ao Rio Grande do Sul e cerca de 170 certificações de cadeia de custódia, certificadas pelo FSC (WWF Brasil, 2011).

Ainda, em termos de Acre, nas áreas de exploração comunitária, a forma de certificação variou de local para local. Algumas são de exploração madeireira e não madeireira e outras de exploração apenas madeireira. Outro fator que diferencia a forma de certificação é que, em algumas áreas, certificou-se em cadeia de custódia.

Esse procedimento tem sido importante na busca de novos mercados para os produtos oriundos em áreas manejadas, assim como na troca de experiências entre diferentes comunidades. Essa troca de experiência tem feito com que as técnicas utilizadas melhorem, ao longo dos ciclos de exploração, e fortaleça as associações e cooperativas. Entre os grupos criados para fortalecer os produtores florestais está o Grupo de Produtores Florestais Comunitários (GPFC), o qual é composto por representantes de 10 associações de produtores extrativistas e manejadores. Esse grupo, fundado em 2001, objetiva organizar a pauta do manejo florestal comunitário de uso múltiplo; realizar intercâmbios técnicos; construir estratégias de comercialização dos produtos madeireiros e não-madeireiros; mobilizar as forças políticas para o desenvolvimento das comunidades e, por último, executar a representação política dos produtores que realizam o manejo florestal comunitário.

No caso das associações da Floresta Estadual do Antimary, estas ainda estão sendo estruturadas por técnicos da SEF e representantes da comunidade. Esse processo, que contou com o apoio financeiro da ITTO, objetivou estruturar a FEA, assim como capacitar seus moradores nas técnicas de exploração. Antes da certificação, essa área contava com 383 moradores, hoje o total é de 142 moradores distribuídos em 54 famílias, e destas nem todas estão trabalhando diretamente com o manejo madeireiro. Em 2003 foi firmado o primeiro contrato para exploração sustentável de madeira, sendo que nessa fase, foram liberados para a exploração uma área de 3,7 mil hectares.

Atualmente as famílias da FEA ocupam lotes que vão de 89,94 ha a 101,18 ha, dentre estes, 37% encontram-se sem demarcação e 63% já estão demarcados.

No momento da certificação o FSC detectou alguns pontos fracos na FEA que deveriam se adequar às normas da instituição, a saber:

- a- Falta de Plano de Uso dos PAEs, como relata Fonseca (2007);
- b- Existência de posseiros e de famílias em ocupação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na FEA;
- c- Falta de definição dos direitos dos diferentes Grupos que vivem na FEA;
- d- Falta de clareza na relação com a comunidade local e na definição do Acordo Comunitário.

O governo assumiu, com a certificadora, o compromisso de cumprir com as condições exigidas por ela. Mais especificamente, os pontos que deveriam ser melhorados nas comunidades, para que a certificação fosse mantida, são os seguintes.

- ✓ Apresentar uma solução para a questão da abertura das áreas de roçado nas áreas de manejo dentro do PAE Limoeiro que envolva os moradores do PAE Limoeiro, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto do Meio Ambiente do Acre (IMAC) e outros interessados;
- ✓ Apresentar cópia dos acordos com os produtores do PAE Limoeiro, em que estes concordam com a realização do manejo em suas áreas;

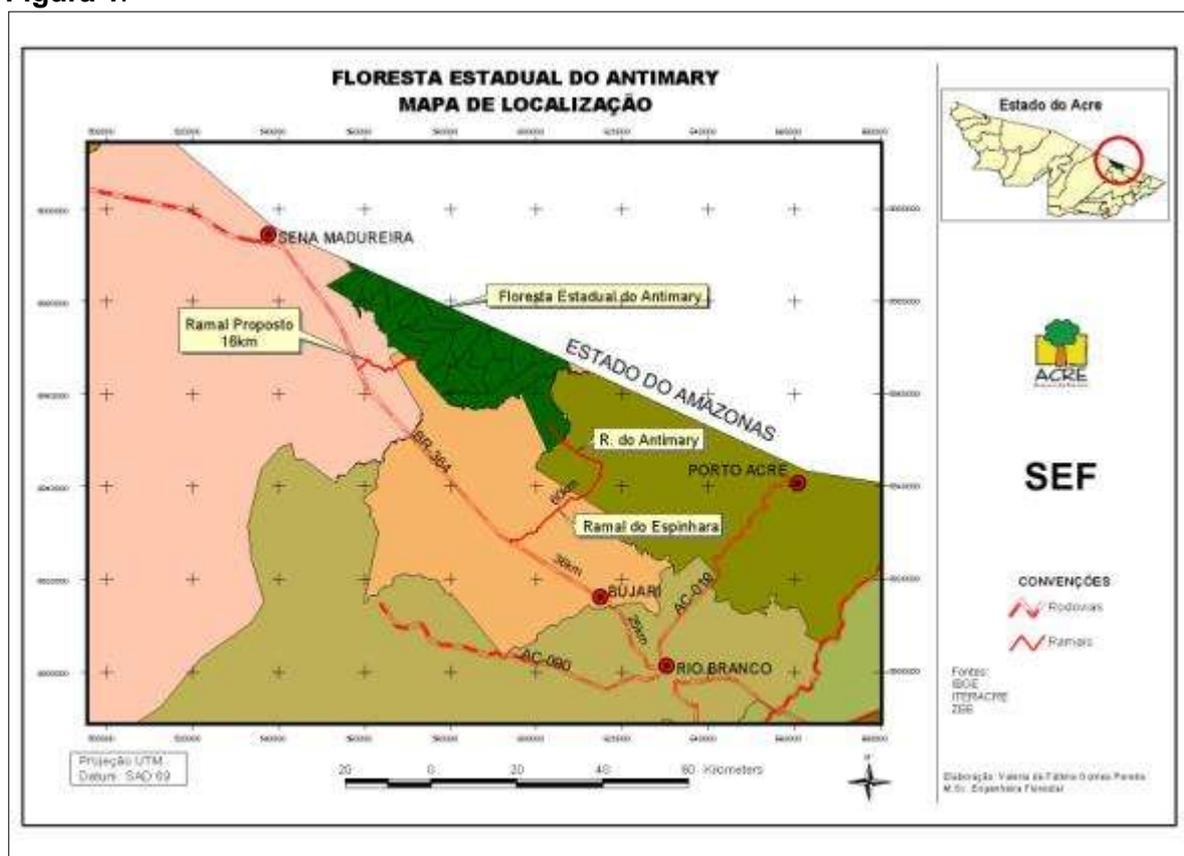
- ✓ Identificar as famílias que vivem dentro da FEA segundo seus direitos tradicionais de uso (direitos que vem sendo repassados de geração a geração). Regularizar o direito tradicional de uso das famílias que se encontram em situação irregular e, que se qualificam como população tradicional;
- ✓ Apresentar um procedimento padrão que garanta a participação da comunidade no manejo, incluindo, no mínimo: definição das áreas das colocações nas áreas de manejo, das áreas para roçado, seleção de corte e construção de estradas;
- ✓ Inclusão no acordo entre a FUNTAC/SEF e as famílias de todos os compromissos assumidos, bem como designação de instância para resolução de conflitos, entre populações que ali residem e as populações dos projetos de assentamento.
- ✓ Apresentar cronograma e método para elaboração do plano de uso dos PAE Limoeiro e PAE Canary, (FONSECA, 2007, adaptado pelos autores).

Materiais e método

Caracterização geográfica da área de estudo

A figura 1 mostra a localização da FEA:

Figura 1:



Fonte: Acre, 2005.

Como informa Funtac (2006), tem-se que a área de estudo, Floresta Estadual do Antimary (FEA), está localizada nos municípios do Bujari e Sena Madureira, entre os paralelos de 09^o13' e 09^o31' de Latitude Sul e os meridianos de 68^o01' e 68^o23' de Longitude Oeste, fazendo fronteira com o estado do Amazonas. A população local da FEA é formada, basicamente, por seringueiros e ex-seringueiros. Atualmente ela tem um total de

142 moradores, entre adultos e crianças. Salienta-se que a FEA tem este nome por conta do rio Antimary que passa por dentro da mesma.

A maioria dos moradores encontra-se concentrada próximo ao acampamento montado pelo governo em cooperação com a ITTO.

No ano de 1998 foram incorporados à área da FEA dois Projetos de Assentamentos (PAE): o projeto Limoeiro com um total de 11.150 ha e o projeto Canary com 8.053 ha. A área total da FEA é de 57.629 ha, na qual se encontram distribuídas 56 colocações, das quais nem todas têm moradores residindo no momento, e destas algumas estão localizadas às margens do rio Antimary.

O PAE Limoeiro e o PAE Canary estão ligados à Floresta Estadual do Antimary por um convênio entre o INCRA e a FUNTAC, o mesmo sendo válido por 30 anos. Alguns moradores dos projetos de assentamento fazem parte do manejo, participam e recebem assistência técnica da SEF, por este motivo, às vezes, as áreas se confundem como sendo floresta estadual. Como algumas áreas das comunidades não são totalmente acessíveis por terra durante o inverno, o transporte por rio passa a ser a única opção.

Essa questão natural poderá refletir de forma negativa em qualquer alternativa econômica futura, pois mesmo o rio sendo uma via de escoamento da produção, nem todos os moradores tem barco para fazer o transporte.

Vegetação

De acordo com FUNTAC (2006), os então 66.168 ha que compunham a Floresta Estadual do Antimary, no geral, uma floresta tropical úmida com cinco tipologias florestais, apresentavam a seguinte composição detalhada a seguir.

- ✓ Floresta ombrófila aberta aluvial com palmeiras, associada com floresta ombrófila densa aluvial com dossel uniforme (21,5%).
- ✓ Floresta ombrófila aberta de terras baixas com bambu dominante (15,8%).
- ✓ Floresta ombrófila aberta de terras baixas com bambu, associada com floresta densa de terras baixas com dossel emergente (30,2%).
- ✓ Floresta ombrófila densa de terras baixas com dossel emergente, associada com floresta aberta com bambu dominado (12%).
- ✓ Floresta ombrófila densa de terras baixas com dossel emergente (19,5%).

Complementando, as áreas antrópicas, que correspondem à soma das colocações, normalmente utilizada para pequenas culturas anuais e eventualmente para criação de animais, respondem por 1%.

Solos

De acordo com Funtac (2008), os tipos de solos existentes na FEA são quatro:

- ✓ Argissolo vermelho amarelo eutrófico;
- ✓ Argissolo vermelho amarelo Tb aluminico;
- ✓ Gleissolo melânico eutrófico e distrófico;
- ✓ Luvisolo hipocrômico órtico.

Clima

Funtac (1991) cita que a precipitação média (entre setembro de 1980 e maio de 1990), na FEA, foi de 2.041mm e a temperatura média anual varia de 24,5 °C a 25,5 °C.

Nos períodos de maior índice pluviométrico, o deslocamento pelo ramal, que leva à FEA, só é possível por veículos com tração, e em áreas distantes do núcleo somente por

barco. Essas condições naturais contribuem para que as condições do ramal de acesso à comunidade não seja uniforme ao longo do ano.

Metodologia

A metodologia desta pesquisa foi dividida em duas partes. A primeira referente à realização de um estudo multitemporal do local utilizando imagens de satélite. O material e equipamento utilizados neste trabalho foram os seguintes:

- ✓ Software Idrisi Taiga 16.05 for Windows, desenvolvido pela Clark University (Clark Labs) - Estados Unidos.
- ✓ Computadores e periféricos.
- ✓ Imagens do sensor TM-LANDSAT-5, as quais têm resolução de 30m. Os anos de referência foram 1990 (antes da consolidação da FEA) e 2009 (19 anos depois).

Seguindo orientações de Silva e Zaidan (2009), o trabalho envolvendo dados de sensoriamento remoto foi dividido em três fases:

Etapa 1: Definição dos dados

Selecionou-se, como cenário para esse trabalho, o ano de 1990. Tal procedimento se deve ao fato que a FEA foi criada no final da década de 1980, segundo Batista (2009), quando os conflitos pela terra na região ainda eram muito tensos.

A segunda imagem de trabalho escolhida foi referente ao ano de 2009, pois essa oferece um espaço de 19 anos de uma para a outra, possibilitando assim analisarmos como se comportou a evolução da cobertura florestal na área estudada. Esse intervalo de tempo possibilitou ver como se comportou a cobertura vegetal a partir do momento em que a FEA teve o incremento do aumento populacional, já que antes de 1990 a mesma ainda não era floresta estadual, os 19 anos permitem ver a evolução do desmatamento.

Um dos primeiros passos adotados foi a definição do sensor a ser usado (TM – Thematic Mapper) e, a partir de então, quais as melhores imagens disponíveis dos anos a serem selecionados para o estudo. Para tal, foi levada em conta a época do ano – por se tratar de Amazônia, é comum se ter imagens com uma porcentagem de cobertura de nuvens muito grande. Algumas das informações sobre as imagens e anos de análise:

- ✓ Datum utilizado: South American Datum 69 (SAD 69);
- ✓ Projeção: Sistema Universal Transverso de Mercator (UTM);
- ✓ Resolução: 30 m para as bandas 3, 4 e 5;
- ✓ A órbita usada é a 002 e os pontos 66 e 67;
- ✓ Foi adquirida também a base Cartográfica na escala de 1:250.000 do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Tais informações estão sumarizadas no Quadro 1, indicado a seguir.

Quadro 1 – Bandas espectrais

Produto	Órbita/ ponto	Data	Cobertura de nuvem (%)	Bandas espectrais
Landsat TM	002/66 e 67	09/06/2009	50	3,4 e 5
Landsat TM	002/66 e 67	30/06/1990	10	3,4 e 5

A banda 3 do sensor TM permite diferenciar espécies de plantas em função da presença de pigmentação, e o que é mais importante para este trabalho, discriminar solo exposto e vegetação.

De acordo com Novo (2008), entre outros atributos, a banda 4 possibilita mapear corpos d' água devido ao contraste entre a alta refletância da vegetação no infravermelho e a alta absorção dessa faixa pelas superfícies líquidas. A banda 5, por seu turno, detecta a umidade da cobertura vegetal, pois essa região do espectro é sensível à presença de água no tecido foliar.

Etapa 2: Tratamento dos dados

Após escolher as imagens, foram selecionadas as datas de imagens usadas e bandas espectrais. As bandas 3, 4 e 5 foram utilizadas por oferecerem características que permitem uma melhor visualização dos elementos analisados nas imagens.

Todas as imagens em formato TIFF foram convertidas para o formato GEOTIFF. Após este processo foi feito o georreferenciamento das mesmas usando por base imagem do IMAC.

O registro das imagens foi feito com base em uma imagem já georreferenciada pelo IMAC. Após este procedimento as imagens foram recortadas utilizando uma imagem base de 2000, a partir daí definiu-se a área de estudo, optou-se por um corte maior para que pudesse visualizar a distância da FEA para Rio Branco.

Após a composição R3G4B5, observou-se uma diferença de contraste entre os dois pontos (66 e 67) da mesma cena, especialmente para o ano de 1990. Porém optou-se por não se fazer a correção da imagem, pois isto poderia alterar a cor da mesma.

Etapa 3: Fase pós-processamento

Na fase pós-processamento trabalhamos apenas com os elementos importantes para nossa análise neste momento (solo e cobertura vegetal), para alcançar o objetivo utilizou-se o mosaico imagem LANDAST-TM5 composição colorida falsa cor R3 G4 B5.

Interpretou-se a imagem em laboratório, utilizando as categorias: floresta densa, solo exposto e floresta aberta para a imagem 2009, já para a imagem 1990, utilizaram-se apenas duas categorias de floresta densa e floresta aberta.

Silva e Zaidan (2009) comentam que essa fase equivale a análise de situação de caráter prospectivo, alicerçado ao diagnóstico ambiental por geoprocessamento definido, consolidado e atualizável.

Pesquisa de campo – aplicação de formulários

A segunda fase da investigação foi a realização de um levantamento de campo com as famílias residentes na área de estudo. Para esta finalidade foi utilizado o modelo de formulários pré-estruturado durante o momento da avaliação socioeconômica.

De acordo com Mattar (1996), o formulário é chamado 'estruturado' em razão da padronização imposta às questões que são apresentadas de uma forma completamente predeterminada e as respostas são padronizadas proporcionando condições de comparação entre as respostas dos vários interpelados.

As questões avaliadas demandaram a inclusão dos seguintes dados da população amostrada: (1) membros da família; (2) mão de obra; (3) transporte; (4) uso da terra; (5) produção e comercialização; (6) patrimônio e infraestrutura; (7) materiais e equipamentos; (8) custos familiares; (9) perspectiva para os próximos anos; (10) o que mudou na quantidade de caça após a implantação do manejo florestal; (11) percepção do manejo florestal e (12) quais pontos a comunidades está preparada para gerenciar sozinha após a retirada do governo da área, entre outros.

Souza (2006) comenta que, avaliando essas questões, é possível ter uma visão ampla da situação social e econômica das famílias da área estudada.

Seguindo recomendações de Sproull (1988), antes da aplicação definitiva do formulário em campo, fez-se um teste piloto em uma área de produtores do estado do Acre. Com isso, foi possível verificar possíveis falhas no formulário.

Melhoria econômica de áreas comunitárias através de manejo madeireiro e não madeireiro

A análise socioeconômica seguiu os seguintes procedimentos de coleta e processamento dos dados. Nessa coleta, foram obedecidos os seguintes passos abaixo:

a) Método de coleta de dados

Seguindo recomendações apresentadas por Gil (1995), a coleta de dados primários ocorreu através da aplicação de formulários semi-estruturados. Para tal, se fez uso do método **face a face** com os moradores da FEA.

b) Conteúdo dos instrumentos da coleta

Por sugestões de Souza (2006), no sentido de caracterizar a população da FEA, foram levantadas questões referentes aos dados socioeconômicos gerais, tais como: (1) número de membros da família; (2) idade; (3) se estuda ou não; (4) último ano de estudo; (5) naturalidade do chefe de família; (6) ano de chegada na área; (7) forma de aquisição da colocação; (8) ano em que entrou no manejo; (9) frequência em que vai à cidade; (10) outras fontes de renda familiar e (11) gastos familiares.

c) Teste piloto do formulário

Por orientações de Gil (1995), realizou-se um teste piloto do formulário antes da sua aplicação na FEA. Agindo assim, foram avaliadas se as questões, contidas no mesmo, estavam formuladas de forma correta no sentido de se obter dos entrevistados as respostas num nível de qualidade esperado. Caso contrário, as mesmas seriam, então, corrigidas. Com isso, o novo formulário seria aplicado, nos outros entrevistados, com as questões definitivas.

d) Método de amostragem

Obedecendo a metodologia descrita por Gil (1995), adotou-se o critério de amostragem por acessibilidade, no qual se admite que os entrevistados possam de alguma forma, representar o universo da amostra.

e) Intensidade da amostra

Salienta-se que o objetivo inicial era fazer o maior número possível de entrevistas, (com 53 moradores da FEA), porém nem todos os moradores por onde se passou, quando da pesquisa, se encontravam em casa. Assim sendo, e devido à falta de recursos para fazer um novo retorno a área da pesquisa, assim como ao curto espaço de tempo que restava para terminar o trabalho, foram aplicados apenas 25 formulários.

f) Dados secundários

Para complementar esse estudo, foram utilizados, também, dados secundários. Mais especificamente, foram usados e analisados estudos e relatórios, sobre o tema abordado nessa pesquisa, elaborados por instituições como SEF, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e FUNTAC.

Na fase de processamento dos dados e análise dos resultados, foram adotados os seguintes passos metodológicos:

Para obtenção da tabela de forma de aquisição da terra, foram cruzados os dados do ano de chegada do chefe da família com sua procedência.

Para elaboração do gráfico de procedência dos moradores, por sua vez, utilizou-se de informações de seus locais de origem.

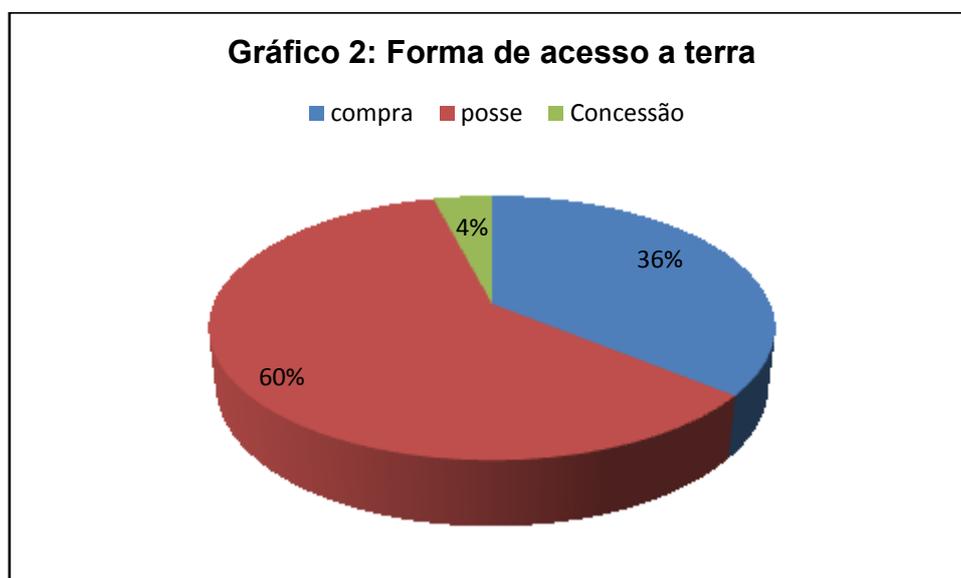
Já, na identificação do percentual de produção extrativista, fez-se necessário o processamento dos dados relativos à produção dos últimos 12 meses.

Resultados e Discussões

Forma de aquisição da terra

Observou-se que 36% (conforme indicado no gráfico 2) dos moradores entrevistados tiveram acesso a terra (obtiveram suas colocações) por meio de compra desta ou a trocaram por uma casa na cidade ou outro bem (sic).

Salienta-se que, de acordo com o artigo 42 da lei de número 9.985 de 2000 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), “as populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público”. Isto porque as terras de unidades de conservação são de posse e domínio públicos União, Estados e/ou Municípios.

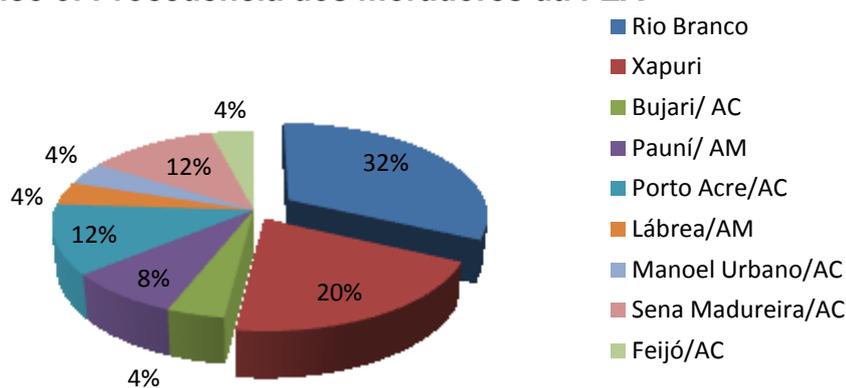


É oportuno aqui mencionar que, durante a coleta de dados para esse estudo, constatou-se que apenas 4% dos entrevistados afirmaram ter concessão de uso da terra, como determina as normas do SNUC, os outros 60% afirmaram terem a posse da área.

Todos os entrevistados nesse estudo estão na área a, no máximo, 17 anos e no mínimo três anos, o que pode explicar a falta de infraestruturas em algumas colocações. Ressalta-se que geralmente moradores, com apenas três anos de moradia na colocação, não têm muitas benfeitorias na área, já aqueles, que estão há mais tempo no local, possuem mais construções em suas áreas. Dos 25 seringueiros amostrados, 24 tem casa na colocação e só um tem açude.

A infraestrutura ainda é algo que os moradores estão em busca na Floresta Estadual do Antimary, pois embora tenham recebido o crédito do INCRA para construir casas padronizadas, alguns ainda esperam a construção da “tão sonhada” casa nova. É importante ressaltar que a casa que foi construída inicialmente, para os participantes do manejo na FEA, como uma das atividades do projeto com a ITTO, foi construída pela FUNTAC com madeira de suas colocações.

A maior parte dos moradores da Floresta Estadual do Antimary tem, como sua origem, a cidade de Rio Branco, capital do estado do Acre, representando 32% da população estudada. Por outro lado, 12% dos entrevistados vieram do estado do Amazonas, e é um desses seringueiros que afirma ter pagado mais caro pela terra. Complementando, tais informações são mostradas no gráfico 3.

Gráfico 3: Procedência dos moradores da FEA

Aliado a essa realidade, observou-se, nesse estudo, que quatro dos entrevistados tem casa em Rio Branco onde ficam quando precisam ir até a cidade, enquanto alguns têm apenas o terreno, ou ficam na casa de parentes, onde tem alguns bens. Verificou-se, ainda, que entre bens e terrenos, os valores variam entre R\$ 2.520,00 e R\$ 800,00. Fonseca (2007), por seu turno, constatou que, em 2007, apenas um dos manejadores da Floresta Estadual do Antimary tinha terreno em Rio Branco,

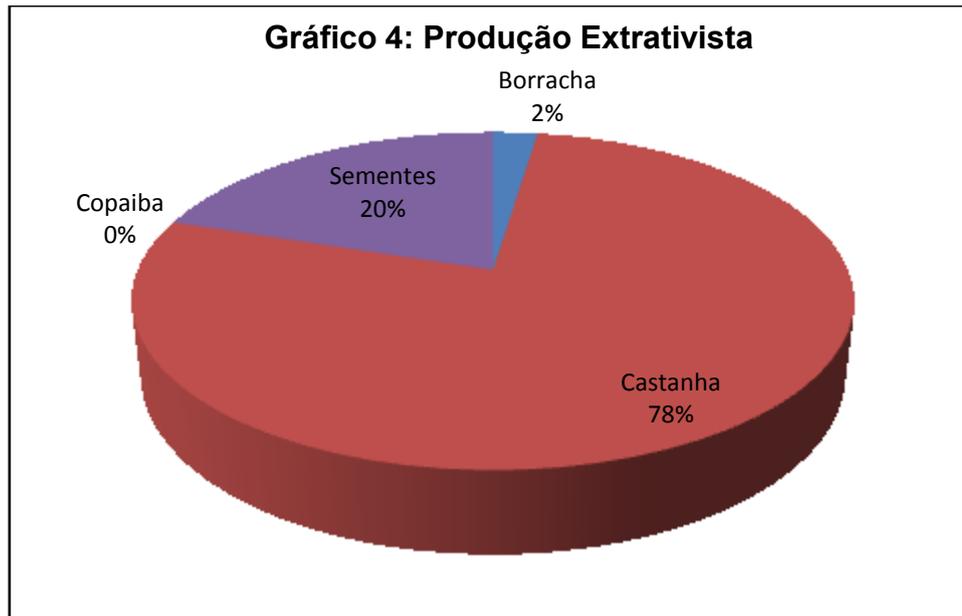
Complementando, verificou-se que alguns moradores tiveram seus bens doados por amigos ou parentes. Geralmente estes não dão um valor ao bem material, mas tem o que eles chamam de “estima” muito grande pelos seus pertences.

O maior número de famílias dos moradores entrevistadas é constituído por um número de sete pessoas, geralmente o pai a mãe e cinco filhos, onde os filhos ajudam na mão de obra. Sobre esse tema, Souza (2006) cita que a mão de obra familiar é de importante ajuda na composição da renda da família, com os filhos começando a trabalhar cedo, geralmente a partir dos 11 anos de idade. Também foram encontradas algumas famílias onde só havia um membro, o qual é responsável por todas as atividades da colocação.

Produção extrativista

Neste item se discute a produção dos moradores da FEA, o extrativismo é sua segunda fonte de renda após o manejo madeireiro. Em trabalhos realizados por Batista (2009) e Fonseca (2007), verificaram que a produção dos moradores se dava sobre a exploração madeireira, extrativismo, caça e pesca.

Batista (2009) destaca que o forte da produção é a colheita das amêndoas da castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa* H. & B.). Mais especificamente, dos moradores entrevistados, 78% têm na colheita da castanha do Brasil sua maior fonte de renda, seguido de 20% pela venda de semente, como se pode ver no gráfico 4.



Os maiores compradores da produção extrativista são a fábrica de biscoitos Miragina³ e a Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (COOPERACRE).

Nos últimos 12 meses, a lata da castanha alcançou o preço de R\$ 20,00 em Rio Branco, e o quilo de semente sendo repassado ao viveiro da floresta a R\$ 20,00/kg.

Por outro lado, verificou-se que o produtor da FEA já não tem interesse de trabalhar com a extração do látex da seringueira, pois o preço não compensa. Segundo os entrevistados, esse processo extrativista, com o valor pago pela cooperativa não passando de R\$ 3,00/kg, não paga nem mesmo as despesas com transporte.

Um dos maiores problemas na venda das sementes é a dificuldade que os produtores têm em conseguir juntar 1 kg de semente. Durante a coleta de dados para esse estudo, um dos entrevistados afirmou, no momento em que recebia da Secretaria de Floresta (SEF) o pagamento pelas sementes (que é feito pela mesma por meio de sacolões), que “seria bem mais fácil derrubar as árvores para colher as sementes, ao invés de ter que subir para catá-las”.

Tal afirmação mostra que o elo, entre homem e floresta, não está tão estreito. Todavia, no seu trabalho realizado em Porto Dias, Santos (2004) cita que os produtores locais ressaltavam sua preocupação em manter o meio ambiente protegido a fim de garantir a sobrevivência das futuras gerações e o seu bem estar atual.

Um ponto a salientar, a partir dos dados coletados nesse estudo, é que não se vê, na FEA, a ideia de diversificação da produção extrativista, pois os moradores estão muito acostumados a trabalhar com poucos produtos para gerar renda, ou ainda nenhum dos seringueiros amostrados extraiu o óleo de copaíba (*Copaifera multijuga* Hayne) nos últimos 12 meses. Já, na Reserva Extrativista Chico Mendes (RESEX) esse produto é vendido a R\$ 20,00/l para o comprador ir pegar o óleo no local, assim como há clientes o ano todo para esse produto. Em Rio Branco, o mesmo é vendido a R\$ 12,00/40 mg. Do exposto, pode-se argumentar que a extração e comercialização do óleo de copaíba seriam mais uma forma de diversificar a produção e gerar renda às famílias envolvidas.

Complementando, quando se fala em manejo, os moradores da FEA ligam o nome à exploração madeireira, não identificando outras oportunidades de produção, como por exemplo, o artesanato. Essa abordagem se fundamenta na realidade que só quatro dos entrevistados afirmaram que fazem vassouras e paneiros para uso doméstico.

³ Indústria de biscoitos e bolachas no estado do Acre, nos últimos anos tem trabalhado na fabricação de biscoitos de castanha do Brasil além da venda de Castanha do Brasil desidratada.

Percepção do manejo

Uma das exigências do FSC, para se obter a certificação, é que os participantes no manejo saibam o que significa manejo florestal realmente. Pensando nisso, uma das questões do trabalho foi saber a percepção dos moradores da Floresta Estadual do Antimary quanto ao manejo florestal: Para o senhor o que é manejo madeireiro?

As respostas obtidas foram, desde o mais próximo ao que seria manejo, “empicar as arvores, emplacar e, só isso e depois, tirar a madeira e ir embora e no próximo ano tirar mais”; “tirar a madeira para gerar renda para as famílias”; “tirar a madeira parcelada” e “tira a madeira sem fazer buraco na floresta”.

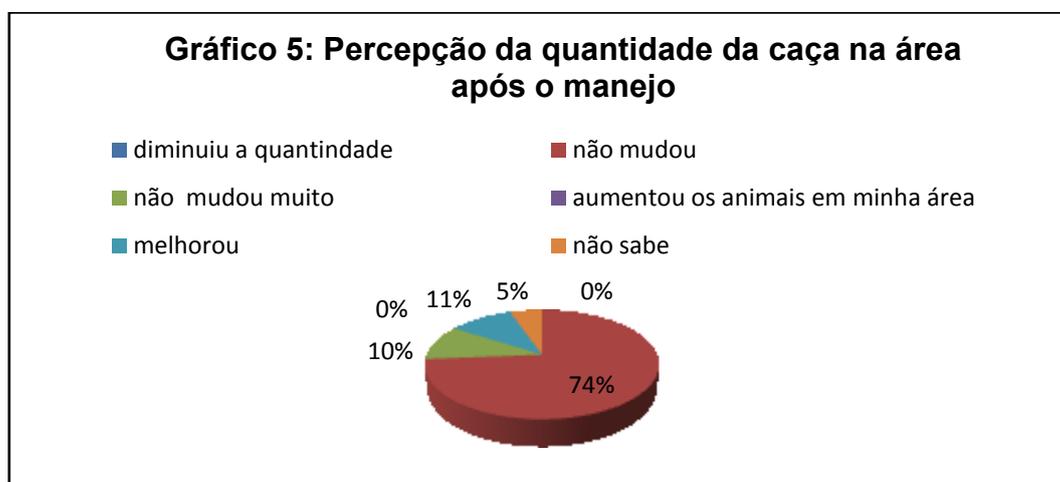
Entre as respostas mais distantes da realidade do que seria o manejo realmente, podem-se destacar as seguintes afirmações: “é uma vagabundagem”; “melhoria para a comunidade”; “manejo é tirar as arvores”; “não sei”; “é um negocio de tirar madeira”; “é a forma de escolher o que vai tira”; “é um meio de ganhar dinheiro, eu gostaria de fazer meu próprio manejo”; “não entendo quase nada disso”, “exploração da floresta”, “exploração da madeira,” não sei ainda o que é bem certo”, “é a saída da madeira para benefício da nação”, “a máquina entra na área e tira a madeira”, “não sabe e não entende”, “trazer madeira para a comunidade”.

Do exposto, observa-se que a visão geral dos moradores entrevistados é de que o manejo madeireiro é apenas uma fonte de renda e não tem função de manter a floresta em pé. Vale acrescentar que Fonseca (2007), abordando questões semelhantes àquelas desse estudo, observou-se que os moradores da FEA tinham uma visão meramente exploratória. Após dois anos, verifica-se que a visão não mudou.

Impactos das atividades do manejo na quantidade de caça

A caça faz parte da cultura alimentar dos comunitários em todas as áreas do Acre. Além disso, em algumas áreas, ocorreu um aumento na preocupação e nos cuidados com a preservação das arvores que fornecem alimentos aos animais. Pensando nesse elemento foi elaborada uma questão específica aos entrevistados sobre a caça na FEA: O que mudou na quantidade de caça na área após a exploração madeireira?

Entre as respostas dos moradores, sintetizadas no gráfico 5, se destacam: “os animais sumiram, ficou mais difícil a caça”, “os animais sumiram da área explorada”, “diminuiu na base de 80% dos animais”, “não mudou nada sempre mato caça em minha propriedade”, “melhorou, os animais estão andando mais na área exploráveis”.



Entre as espécies caçadas na FEA estão: Queixada (*Tayassu pecari*), anta (*Tapirus terrestris*), cutia (*Dasyprocta spp.*), tatu (*Dasyurus novemcinctus*), Veado vermelho (*Mazama americana*), jacu (*Penelope jacquacu*).

Assistência do governo

As opiniões, dos entrevistados, sobre a assistência do governo na FEA, podem ser verificadas nas seguintes respostas obtidas: “Que o poder público cumpra o que se foi acordado e prometido”, “A promessa do ramal que anos anteriores falaram e prometeram mais acesso a comunidade”, “A ajuda do governo só acontece quando tem atividade madeireira na área, pois no inverno a comunidade fica desprezada”, “Estamos sendo ameaçados pelo madeireiro” e a “Ter direito a desmatar na sua área para poder plantar e criar boi”.

As questões acima remetem ao mesmo problema, os moradores se sentem abandonados pelo poder público e até conflitos com madeireiros, com exceção de algumas questões os moradores continuam a ter os mesmos problemas que tinham quando da realização do trabalho realizado, em 2009, por Batista (2009).

Em outras palavras, Batista (2009) verificou que todos os entrevistados afirmaram que não receberam nenhuma visita de técnicos do governo com a finalidade de melhorar a produção agrícola. Um dos moradores chegou a afirmar, de forma irônica, que em 2007 ouviu a visita de um engenheiro florestal do governo para orientá-los a cortar seringa, atividade que os moradores exercem com perfeição, pois vem sendo repassada de geração a geração e, mesmo sendo uma atividade em que o preço do produto não compensa, alguns moradores continuam a exercê-la como forma de diversificar a renda.

Sobre a regularização fundiária, os moradores da FEA reclamam que esta ainda não está resolvida, embora o governo afirme que nas florestas estaduais, a situação fundiária está consolidada e não existe conflito aparente.

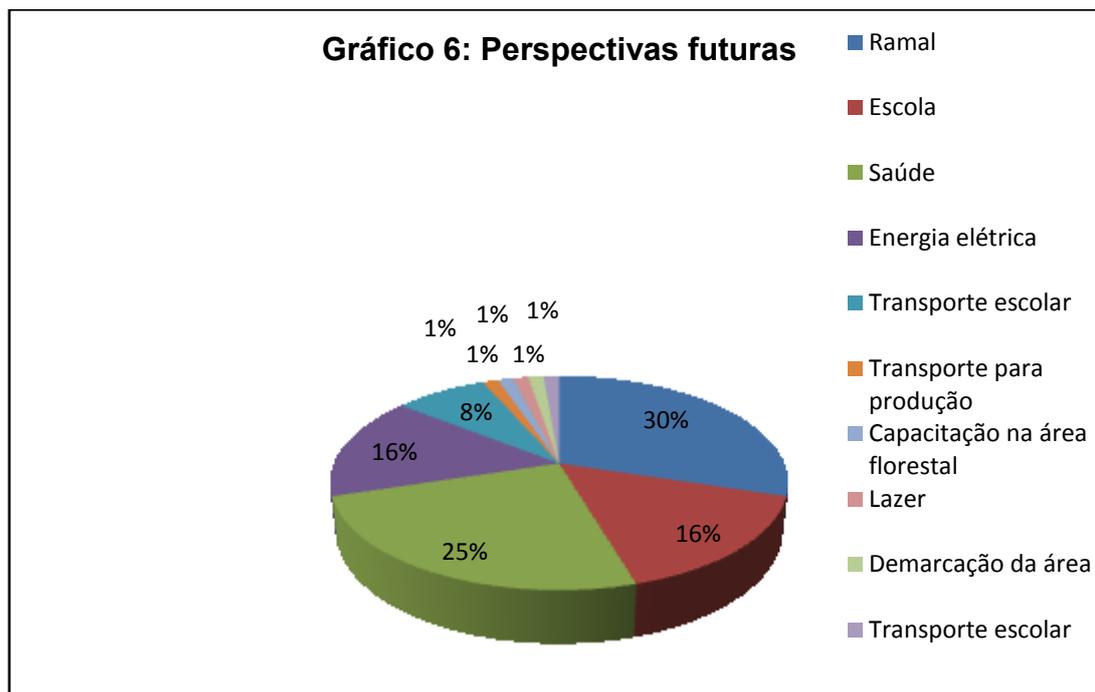
Porém, segundo os seringueiros entrevistados, na FEA ainda existem conflitos de invasores vindos de projetos de assentamentos vizinhos. Um dos moradores locais, por exemplo, chegou a procurar a ajuda da SEF por se sentir ameaçado pelas invasões na área. Segundo esse entrevistado, a sua área estava “ficando cercada” por invasores.

Salienta-se que até quando da elaboração desse estudo, o governo local estava se esforçando para solucionar o problema de invasões de terra na FEA. Pois ele tem um prazo, estipulado pelo FSC, para solucionar o problema até maio de 2011, caso contrário, a certificação corre o risco de ser suspensa, pois uma das normas do FSC é que não haja problemas fundiários em áreas de manejo. Vale ressaltar que Fonseca (2007), cita que esses problemas já existiam, e o governo estava tentando solucioná-los.

Quando indagados sobre as perspectivas para os próximos anos (*o que eles esperam que aconteça nos próximos anos?*), os moradores da FEA não foram muito longe. Mais especificamente, 30% dos entrevistados foi pé no chão, onde a mudança que eles esperam que ocorra nos próximos anos é a melhoria no ramal, o que os permitiria escoar a produção e adquirirem mobilidade o ano todo. A segunda grande esperança, de que eles têm no futuro, é a melhoria na saúde, onde 25% dos seringueiros pesquisados esperam que, no futuro, o governo venha a investir em postos de saúde na área. Atualmente não existem postos de saúde na Floresta do Antimary, as consultas dos moradores são feitas na forma itinerante, ou seja, organiza-se um evento na sede do acampamento, a SEF leva um número de médicos e enfermeiros e os moradores se deslocam até o local para as consultas, lembrando que isso não ocorre com frequência.

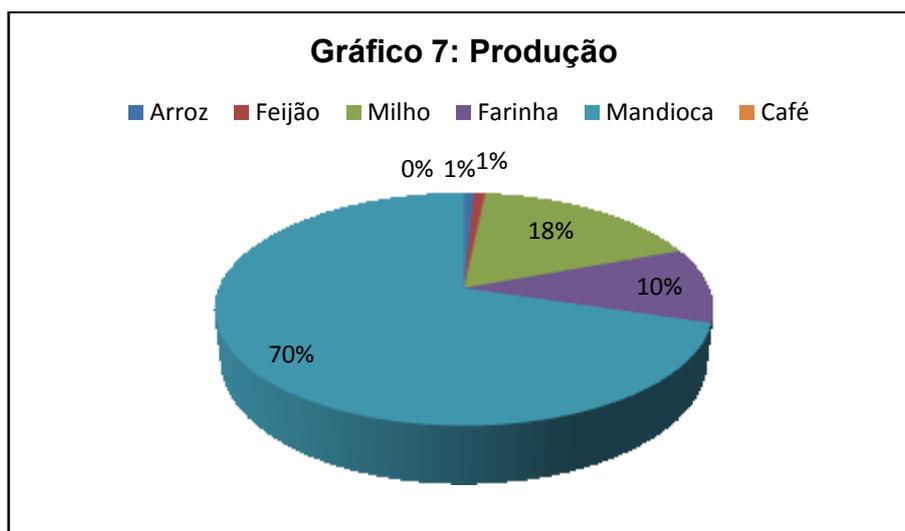
A educação ficou em terceiro lugar entre as esperanças futuras, com 16%, como mostra o gráfico abaixo, e assim os moradores esperam que cheguem, ao local, escolas de segundo grau e mais escolas de educação primária. Em 2011, a FEA tem só duas escolas, as quais atendem de 1ª a 4ª séries, com aulas na mesma sala, o que segundo os pais dificulta o aprendizado das crianças.

O gráfico 6 sumariza as respostas obtidas sobre as perspectivas que os seringueiros entrevistados tem para com o futuro.



Produção agrícola

Observou-se que 19 dos 25 entrevistados estão produzindo algum dos itens do gráfico abaixo, sendo que um único produtor é detentor da maior produção de arroz, o mesmo produziu 1.500 kg em 12 meses, por outro lado o café é um dos itens que os moradores da FEA não estão produzindo, 13 dos entrevistados compram o produto, dentro da floresta e pagam R\$ 3,50. Em Rio Branco, o valor é de R\$ 2,50, o que se constata é que os colonos estão perdendo o habito de plantar, cultivar a terra.



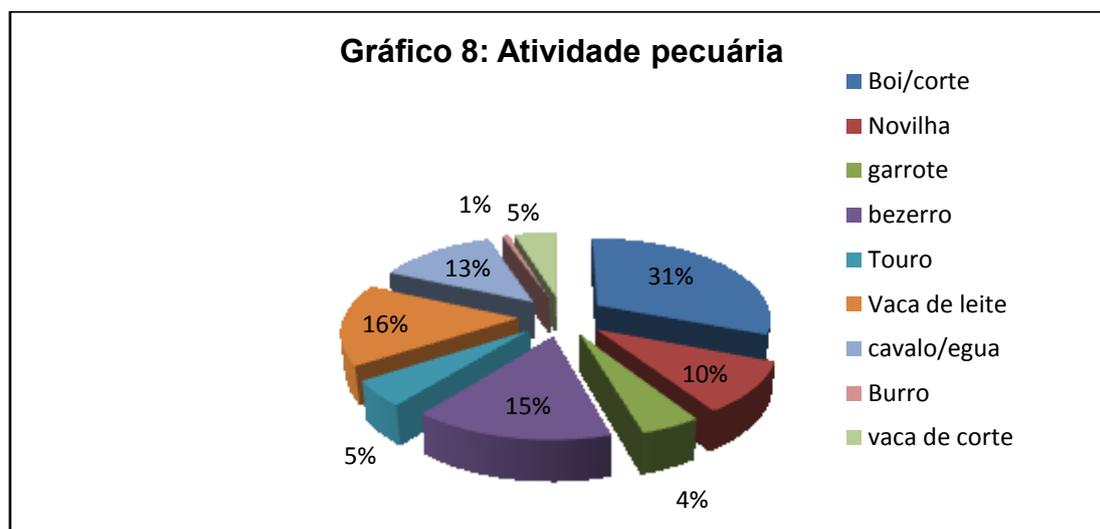
Cobertura Florestal

Para Batistela e Moran (2008), aspectos com escala, complexidades do campo, produtos de sensoriamento remoto apropriados devem fazer parte da análise de uso da terra. Há algumas iniciativas em acoplar bases de dados, SIG e dados de sensoriamento remoto para o monitoramento e extração de informações sobre o uso da terra, mostrando a importância da abordagem multitemporal para o melhor entendimento e classificação desse processo. Socioeconomia e SIG, dois elementos trabalhando juntos para explicar como se dão as relações de uso da terra na FEA. Ao analisar a imagem de 1990, verificou-se que não havia muitas alterações no padrão de cobertura florestal.

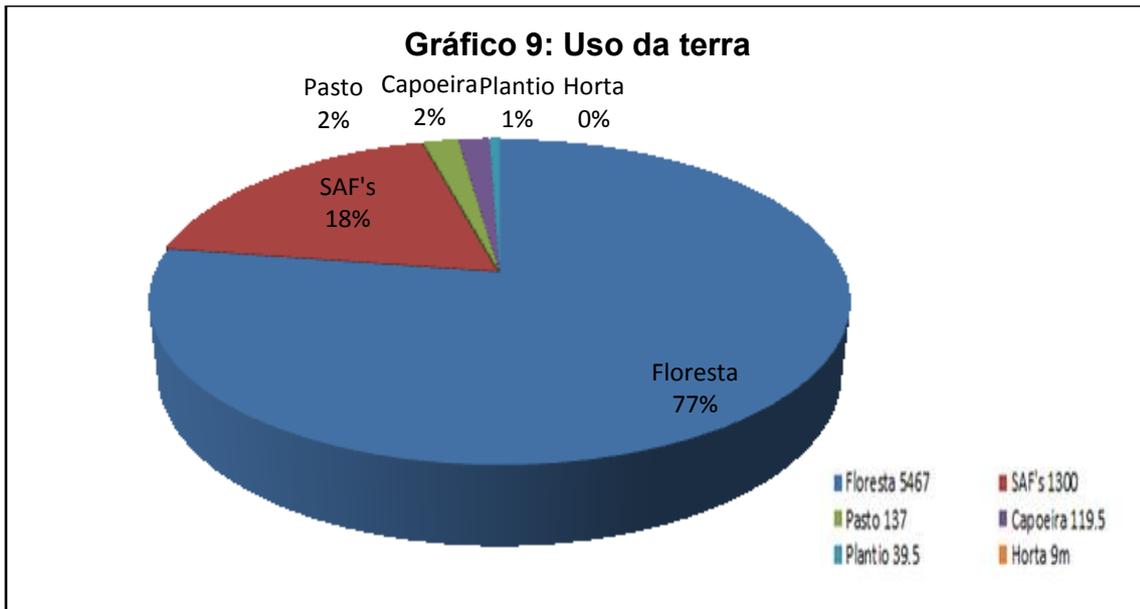
Segundo o Acre (2010), os dados de desmatamento oficiais no Acre indicam uma taxa de total de 12,1% até o ano de 2004, sem a incorporação da área de 1,2 milhões de hectares da nova linha Cunha Gomes, com a qual esse número evoluiu em 2005 para 12,6%. Já, a região do baixo Acre (onde a FEA está localizada) ainda concentra 62,4% de suas florestas primárias conservadas e o alto Acre, por sua vez, 81,2%, o que explica o alto índice de preservação da FEA. Ao analisar a imagem de um pouco antes da criação da FEA, verificou-se que haviam poucas manchas de solo exposto.

Embora seja uma área de floresta estadual, ainda se encontra no interior da FEA a prática da pecuária, prática esta que de acordo com Veríssimo *et al.* (2000) em geral, o desempenho econômico da pecuária é sofrível. A taxa interna de retorno, uma medida do desempenho do investimento, é de apenas 4% (uma taxa mínima aceitável seria de um investimento de baixo risco, como a poupança, que oferece 6% ao ano), os moradores de áreas de florestas na Amazônia veem na pecuária uma forma segura de garantir uma segurança financeira em caso de emergência.

O levantamento na área da FEA demonstrou que distribuídas nas 25 áreas amostradas tinham-se uma criação pecuária com um plantel de 301 cabeças. Observou-se que 36% destes são de gado de corte (como indicado no gráfico 8).



O gráfico 9 mostra que 77% dos entrevistados têm, em suas terras, a maior área de florestas preservadas, 18% estão produzindo de forma consorciada (SAFs). Ao plantar dessa forma os produtores não precisam derrubar a floresta, o plantio é feito no meio da mesma, de acordo com Barroso e Lamonica (2008), nos sistemas agroflorestais, os componentes podem ser arranjados no espaço, de forma misturada, em faixas ou em bordas, o que não necessitaria desmatar mais áreas para o plantio, garantindo mais áreas de floresta em pé. Tais pontos estão, também, indicados no gráfico 9.



Ao analisar as imagens LANDASAT-TM 1990 e 2009 (como indicado nas Figuras 2 e 3) observou-se que as mudanças sofridas na cobertura florestal das mesmas foram pequenas, o que pode ter contribuído para a manutenção da floresta na área pode ter sido a forma como o produtor vem utilizando-se da terra no espaço da FEA nestes períodos. Considerando que ao todo o morador, abre áreas para construção, alguns para roçado, pasto e o que é comum nos seringais da Amazônia a divisão das colocações em mais de uma, às vezes até três ou mais para membros da família e amigos, o desmatamento na FEA não evoluiu tanto.

Como se pode ver na imagem de 2009 a FEA representa uma barreira natural ao desmatamento que está vindo dos projetos de assentamentos vizinhos.

Figura 2:

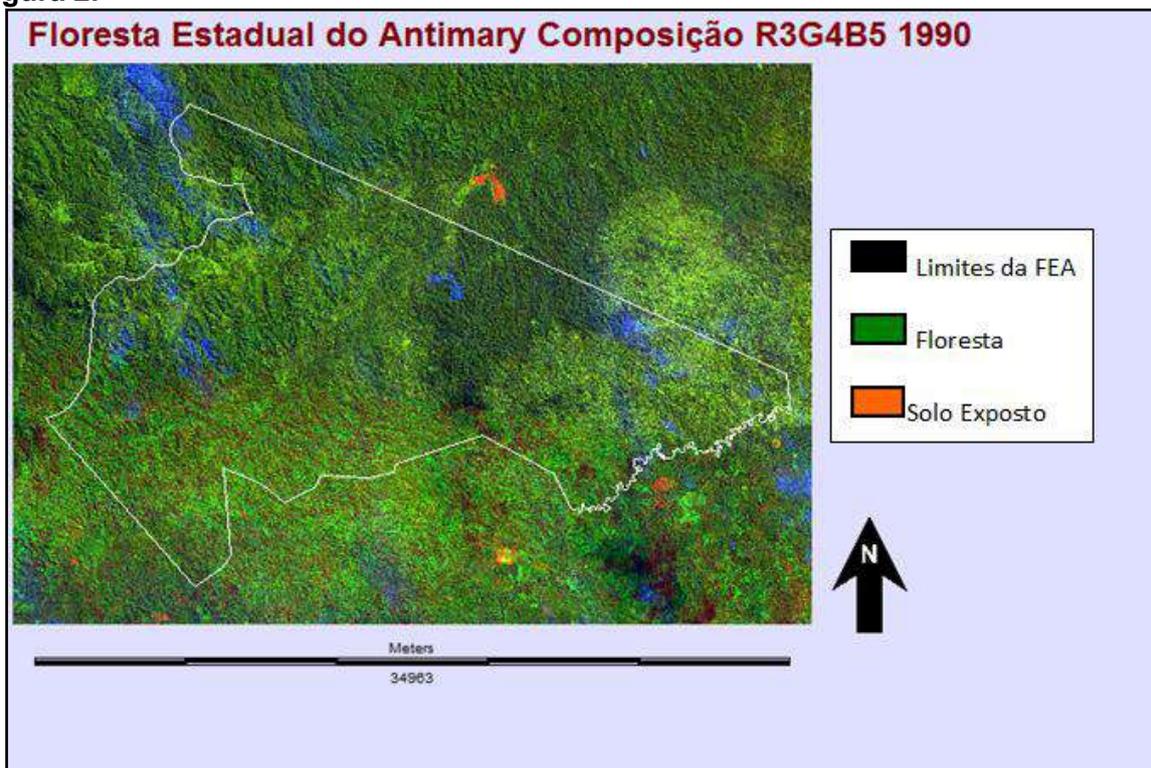
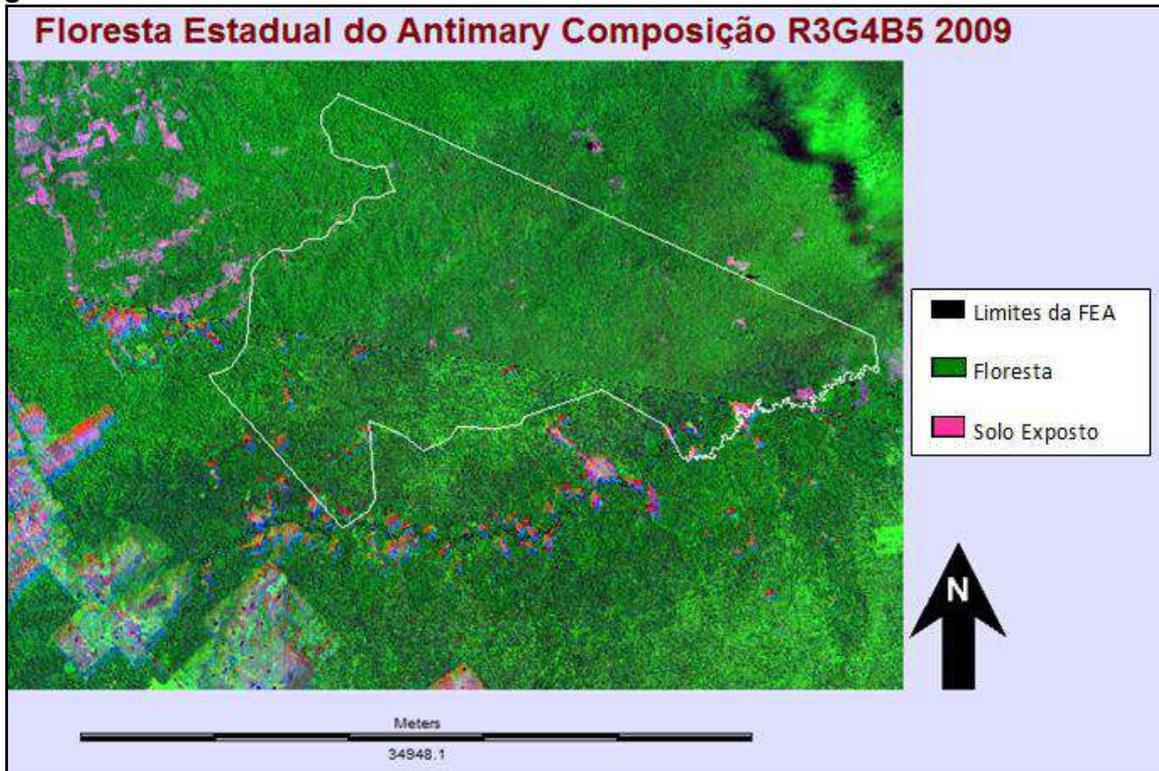


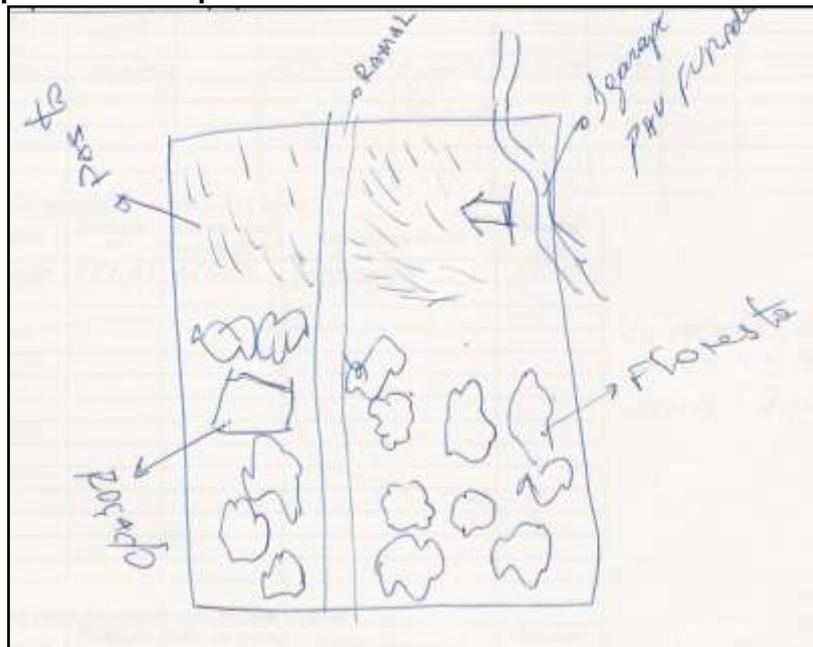
Figura 3:



Percepção do produtor sobre a sua área

No decorrer da entrevista, pediu-se aos produtores que desenhasse um croqui de sua área para se ter uma visão de como eles separavam pasto, roçado e outras áreas, abaixo podemos ver como o produtor vê essas divisões. Esse croqui está reproduzido na Figura 4, indicada a seguir.

Figura 4: Croqui da área do produtor



Nota: Desenho elaborado pelos entrevistados, 2011.

Pelos desenhos observa-se que na percepção dos produtores a maior área em suas propriedades são áreas de florestas, e o costume tradicional de se construir as casas as margens dos rios e igarapés ainda persistem em algumas áreas, como mostra o croqui acima.

Conclusões

A partir da análise dos dados e leituras a cerca da problemática que serviram de arcabouço teórico para a questão estudada, conclui-se que após a implantação do projeto PFEA o extrativismo passou a ser a segunda fonte de renda dos moradores da FEA envolvidos no manejo, os mesmos já não estão procurando exercer diversas atividades com a finalidade de diversificar a produção e conseqüentemente aumentar a renda familiar, eles esperam que apenas o manejo madeireiro de o lucro necessário para manter a família. É possível que tal fato venha ocorrendo por falta de informação, mas a verdade é que se observou que desta forma o produtor acabada perdendo o interesse por atividades como lavoura e o extrativismo.

Observou-se, também, que os manejadores não têm o conhecimento do que seja o manejo madeireiro, como se exige as normas para que a área tenha a certificação, isto já vem sendo observado por outros pesquisadores, os mesmos exercem a atividade de forma mecânica e alguns até se revoltam por isso. Apesar da forma de como o manejo vem sendo exercido na FEA não ter afetado de forma alarmante a quantidade de caça, alguns moradores dizem que diminuiu muito a caça no local, este fator negativo é mais um a ser pensado com cautela pelos gestores da FEA.

Observou-se neste trabalho que a assistência do governo na área é algo que segundo os moradores se fez presente apenas na época de exploração da madeira, é comum não apenas na FEA, mas em outras áreas os moradores reclamarem que quando aparece algum técnico no local este vai tentando ensinar algo que os moradores já sabem, conhecimentos que são passados de pai pra filho de geração a geração enquanto que o que eles mais precisam fica faltando.

Nota-se que a produção na área de estudo é basicamente arroz, ao realizar a pesquisa notou-se que esta é mantida basicamente por um produtor que sozinho produz 1.500 kg ao ano, porém os moradores têm dificuldades de escoar essa produção por falta de ramal. Na área se compra de tudo do café a verdura quando se vai à cidade, o que é difícil de entender quando se mora em área de floresta, quando perguntamos da horta, poucos são os moradores que a tem, nem mesmo para a subsistência familiar. Os produtores estão perdendo o habito de plantar, será isso conseqüência da exploração florestal? Será isso porque estão esperando que o manejo lhes dê uma renda muito maior que a da lavoura?

Constatou-se, também, que a criação de gado na área é algo que vai muito além de um pequeno plantel para o consumo familiar, o que pode em um futuro próximo aumentar a pressão na floresta. Ao analisar as imagens de satélite verificou-se que as mudanças foram pequenas e que a FEA serviu como uma barreira natural ao desmatamento que vem dos projetos de assentamento em direção a mesma, mesmo com as atividades de lavoura, exploração florestal manejada, fluxo contínuo de moradores e agropecuária, a imagem de 2009 mostrou pequenas manchas de desmatamento concentradas próximas ao acampamento da FEA e a antiga área de exploração.

Nota-se também que os produtores da Floresta do Antimary não são pé no chão no momento de exigirem seus direitos, ao se falar em perspectivas futuras os moradores se mostraram preocupados com saúde, educação, escoamento da produção, energia, capacitação técnica de qualidade, lazer e transporte escolar, ou seja, não foram além de necessidades básicas para terem qualidade de vida no lugar onde escolheram para viver. Porém é importante salientar que parte disso depende também de organização comunitária que é algo que falta na FEA, a associação da mesma esta enfraquecida, no passado

acostumou-se os moradores ao “paternalismo” hoje os mesmos já não conseguem erguer a associação e lutar por melhores condições, trabalhar com projetos próprios como ocorre em outras áreas do estado, com uma associação forte e comunidade unida, os moradores já não dependeriam tão somente do governo para alcançarem suas reivindicações, os mesmos conseguiriam parceiros fortes que os ajudariam a alcançar seus objetivos, diversificar a produção focando não somente na madeira.

Recomendações

E para finalizar o trabalho, são sugeridas as seguintes ações para melhoria da qualidade de vida da população da Floresta do Antimary.

É importante ressaltar que toda e qualquer ação que venha a ser desenvolvida na área só terá seus resultados alcançados no longo prazo, e para que estes resultados sejam alcançados é necessário que governo, comunidade, ONGs e empresas que trabalham na FEA se unam para executarem as ações.

A conscientização da comunidade de que os recursos naturais que ali estão são finitos e que eles não podem viver apenas da exploração madeireira é o primeiro passo para que as demais ações obtenham sucesso, o segundo passo seria o governo voltar a disponibilizar técnicos não apenas na área florestal, mas também nas áreas social para ajudar a solucionar possíveis conflitos que possam vir a surgir na comunidade e prepará-los para gerenciar sua própria comunidade.

A partir de então os pontos específicos abaixo podem ser pensados:

- 1) Capacitar a comunidade em cooperativismo e associativismo e erguer as associações novamente;
- 2) Procurar fazer estudo de mercado para novos produtos, a fim de diversificar a renda do produtor;
- 3) Fornecer apoio técnico não apenas nas questões referente ao manejo. Lembrando que este apoio não deve passar por cima dos conhecimentos tradicionais e sim mesclar conhecimentos tradicionais com conhecimentos técnicos;
- 4) Realizar oficinas onde aconteça troca de experiências com outras comunidades que deram certo, como o caso do Seringal Cachoeira, São Luiz do Remanso, etc.

Referências bibliográficas

ACRE. Governo do Estado do Acre. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. **Zoneamento ecológico-econômico: recursos naturais e meio ambiente** – documento final. Rio Branco: SECTMA, 2000. v. 1.

ACRE. Secretaria de Estado da Floresta (SEF). **Plano de manejo florestal sustentável da floresta estadual do Antimary**. Rio Branco: SEF, 2005.

ACRE. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Recursos naturais: geologia, geomorfologia e solos do Acre**. ZEE/AC, fase II escala 1:25.000/ Programa Estadual de Zoneamento do Acre Ecológico-Econômico. Rio Branco: SEMA Acre, 2010. 100 p.

AMARAL, P; AMARAL N., M. A. **Manejo florestal comunitário na Amazônia Brasileira: situação atual, desafios e perspectivas**. Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2000, 59 p.

ARRUDA, R. S. V. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1, 1997, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: NUPAUB, 1997.

Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/ArtigoCuritiba.pdf>>. Acesso em: 22 de maio de 2011.

BARCELLOS, E. A. Mineração e Desflorestamento na Amazônia Legal. In: SIMPÓSIO DE MINERAIS INDUSTRIAIS DO NORDESTE, 2, 2002, Campina Grande. **Anais eletrônicos...** Campina Grande: CETEM, 2002. Disponível em: <http://www.cetem.gov.br/publicacao/serie_anais_X_jic_2002/Elen.pdf>. Acesso em: 30 out. 2010.

BARROSO, D. G.; LAMONICA, R. K. **Sistemas agroflorestais: aspectos básicos e recomendações.** Niterói Rio de Janeiro: (s/e). 2008.

BATISTA, K. de A. **Floresta estadual do Antimary: do espaço de trabalho ao espaço de negócio.** Rio Branco: 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Acre. 2010

BATISTELA, M.; MORAN F. E. (Orgs.). **Geoinformação e monitoramento ambiental na America Latina.** São Paulo: SENAC, 2008. 288 p.

BECKER, B. K; MIRANDA, MACHADO M, Lia O. **Frente Amazônica: questão sobre a gestão do território.** Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

BURGER, D. **Ordenamento florestal I: a produção florestal,** Curitiba: FUFPEF, 1980. 126p

COSTA, C. A. F.; SILVA, P. M. da. Sustentabilidade do manejo florestal comunitário: o caso do PAE Chico Mendes no Estado do Acre. In: CONGRESSO DA SOBER, 46. Rio Branco: 2008. **Anais...** Rio Branco: SOBER/UFAC, 2008.

DIAGNOSTICO geoambiental e socioeconômico PMACI II: projeto de proteção do meio ambiente e das comunidades indígenas. Rio de Janeiro: (s/e), 1994.

DIEGUES, C. A. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: P. Freire Vieira; J. Weber (Orgs.) **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental.** (s/l): (s/e), 1997.

FONSECA, M. do P. S. da A. **Manejo Madeireiro na Floresta Estadual do Antimary: o vendedor de Arvores.** Rio Branco: 73 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – UFAC-MDR. 2007.

FUNTAC, Fundação de Tecnologia do Estado do Acre. **Floresta Estadual do Antimary manejo florestal de uso múltiplo.** Rio Branco: Funtac, 2006. Disponível em: <http://www.ac.gov.br/m_amb/antimary.htm#Taxas%20anuais%20de%20corte> Acesso em: 25 de setembro 2006.

FUNTAC, Fundação de Tecnologia do Estado do Acre. **Floresta Estadual do Antimary: mapa de solo.** Rio Branco: Funtac, 2008. Disponível em: <<http://www.funtac.ac.gov.br/images/stories/fea/mapas/Solos.pdf>> Acesso em: 25 de setembro 2006.

FUNTAC, Fundação de Tecnologia do Estado do Acre. **Relatório técnico final da Fase I: Estudos das bacias hidrográficas.** Rio Branco: Funtac, 1991. Disponível em: http://www.funtac.ac.gov.br/images/stories/fea/public/fase1/Estudo_bacias_hidrog.pdf. Acesso em: 2 de outubro de 2012.

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em economia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995. 195p.

INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA. **Guia de certificação florestal FSC para os trabalhadores do setor florestal e seus sindicatos**. Piracicaba: IMAFORA, 2004. 68 p. Disponível em [HTTP://www.imaflora.org/index.php/biblioteca/lista/filtrar/publicacao/24](http://www.imaflora.org/index.php/biblioteca/lista/filtrar/publicacao/24). Acesso em 22 de maio de 2011.

JENSEN, J. R. **Sensoriamento remoto do ambiente em recursos terrestres**. Tradução José Carlos Neves Epiphanyo (coordenador). São José dos Campos, SP: Parentese, 2009. 599 p.

LANG, S. e BLASCHKE, T. **Análise da Paisagem com SIG**. Tradução Hermann Kux. São Paulo: Oficina de textos, 2009. 429 p.

LEUSCHNER, W. A. **Introduction to forest resource management**. Malabar: Krieger Publishing Company, 1992. 298 p.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing: metodologia, planejamento**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. v. 1.

NARDELLI, A. M. B.; TOMÉ, M. V. D. F. Efeito multiplicador e benefícios da certificação florestal. **Revista Floresta**, Curitiba, Edição especial, 2002. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/floresta/search/results>> Acesso em: 22 mai. 2011.

NEPSTAD, D.; CAPOBIANCO, J. P.; BARROS, A. C.; CARVALHO, G.; MOUTINHO, P.; LOPES, U.; LEFEBVRE, P. **Avança Brasil: os custos ambientais para a Amazônia**. 1. ed. Belém: Alves, 2000. 24 p. Disponível em: <<http://www.ipam.org.br/biblioteca/livro/AVAN-A-BRASIL-Os-Custos-Ambientais-para-a-Amazonia/127>> Acesso em: 31 out. 2010.

NOVO, E. M. L. de M. **Sensoriamento remoto: princípios e aplicações**. São Paulo: Edgard Blucher, 2008. 308 p.

NUNES, J. R. P. **Modernização da agricultura – pecuarização e mudanças – O caso do Alto Acre Purus**. 1991, Rio Branco: Tico Tico LTDA. 1991.

REIS, A. L. Q. **Índice de sustentabilidade aplicado à Bacia do Rio Cuiá- João Pessoa**. 2010. Dissertação, 137 f. (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. Disponível em: <http://www.prodema.ufpb.br/arquivos/dissertacoes/andre_luiz.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2010.

REYDON, B. P., Muniz, M. J. D. (s.d.). **Colonização na Amazônia: uma alternativa para seu desenvolvimento sustentável?** Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/mterras/amazonia.pdf>>

SALDARRIAGA, J. G.; UHL, C. Recovery of Forest vegetation following slash-and-burn agriculture in the upper rio Negro. In: GOMES-POMPA, A.; WHITMORE, T. C.; HADLEY, M. (eds.). **Tropical rain forest: regeneration and management**. New York: Blackwell, 1991. P. 303-312.

SANTOS, M. L. R. **Manejo florestal comunitário, economia e gestão do espaço por comunidades rurais da Amazônia: um estudo de caso do projeto de assentamento extrativista Porto Dias, Acre, Brasil**. 44 f. Monografia (Graduação em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, 2004.

SANTOS, R. **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: TA Queiroz, 1980. 358 p.

SCHIMIDT, R. Tropical rain forest management: A status report. **Unasyuva**, v.39, n.156: p.2-17, 1987.

SEABRA, G. (Org.). **Terra: questões ambientais globais e soluções locais**. João Pessoa: editora Universitária da UFPB, 2008. 240 p.

SILVA, J. X. da X.; Z Aidan, Tavares (organizadores). **Geoprocessamento e análise ambiental: aplicações**. 3 ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2009. 366 p.

SILVA, M. do P. S.; ARIMATÉIA, J.; BATISTA, F. da S. **Seringueiros: memória, história e identidade**. Rio Branco: UFAC, 1996.

SILVA, S. S. da. Na fronteira agropecuária acreana. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v.7, n.4, 2004. Disponível em: < http://www4.fct.unesp.br/nera/revistas/04/04_Silvio.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2010.

SOUZA, F. K. A. **Effectiveness of Extractive Reserves, Agro-Extractive Settlements, and Colonist Settlements in Southwestern Amazonia: An Economic and Land-Cover Comparison of Three Land Tenure Types in Acre, Brazil**. 2006, Gainesville. Dissertação - University of Florida. 2006.

SPROULL, N. L. **Handbook of research methods: a guide for practitioners in the social sciences**. New Jersey: The Scarecrow Press, 1988. 430 p.

VERISSIMO, A.; SOUZA, Jr. C.; SALOMÃO, R. **Identificação de áreas com potencial para criação de Florestas Estaduais no Estado do Acre**. Rio Branco/Imazon. 2002. 36 p. Disponível em: < http://www.imazon.org.br/novo2008/publicacoes_1er.php?idpub=87>. Acesso em: 22 nov. 2010.

VERISSIMO, A.; BARRETO, P.; ARIMAR, E. **A derrubada de mitos amazônicos: Proposta de alteração do Código Florestal parte de ideias equivocadas sobre a Amazônia, que tem mais vocação florestal do que agrícola**. 2000. Disponível em http://www.greenpeace.org.br/codigoflorestal/derrubada_mitos.php. Acessado em: 22 de novembro de 2010.

VIANA, V. M.; SIMÕES, L. L. (Org.). **Certificação florestal**. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2002.

ZARIN, D. ALAVALAPATI, J.; PULTZ, F.; SCHMINK, M. , SCERR, J. S (Org.) **As Florestas Produtivas nos Neótrópicos: Conservação por meio do Manejo Sustentável?** São Paulo: Instituto Internacional de Educação do Brasil. 2005. Páginas 11 – 15. 511 p.

WWF Brasil 2011. Disponível em < <http://www.wwf.org.br/>>. Acessado em 22 de novembro de 2010.

ZANETTI, E. **Meio Ambiente: Setor Florestal**. Curitiba: Juruá, 2008. 266 p.

ZANETTI, E. **Certificação e Manejo de Florestas Nativas Brasileiras**. Curitiba: Juruá, 2007. 376 p.

ENTREVISTA: O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa

Angelina Herrera Sorzano

Doutora em Ciências Geográficas pela Faculdade de Geografia da Universidade de Havana (1999)

Professora da Faculdade de Geografia da Universidade da Havana
e-mail: aherrera@geo.uh.cu, angelina.h.sorzano@gmail.com

Eraldo da Silva Ramos Filho

Doutor em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (2008)

Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS
e-mail: eramosfilho@pq.cnpq.br

Resumo

Mario La O Sosa é um histórico dirigente da Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP) - Cuba, onde atuou na base, nos municípios, nas províncias orientais do país, desempenhou responsabilidades na direção de café, cacau e florestais, esteve a frente da direção jurídica por cerca de 20 anos, e, há sete anos é o chefe do Departamento de Relações Internacionais e Projetos de Cooperação desta Organização Não-Governamental. Nesta entrevista concedida aos investigadores Eraldo da Silva Ramos Filho e Angelina Herrera Sorzano, em 14 de fevereiro de 2008, na sede da ANAP no bucólico bairro de Vedado, em Havana – Cuba, La O Sosa aborda temas como: a formação, princípios e diretrizes da ANAP; como tem sido a participação política dos camponeses na história cubana a partir do século XIX, seu papel na revolução que triunfou em 1959; a importância da lei de reforma para o desenvolvimento econômico do país, seu sentido de aliança entre Estado e os camponeses; detalhes sobre a natureza da propriedade privada da terra, a questão dos agrocombustíveis e as políticas a favor do papel dos camponeses na consolidação da soberania alimentar; por último são analisadas as perspectivas do campesinato do mundo contemporâneo. Esta entrevista foi realizada no marco das atividades investigativas do projeto de cooperação científica internacional, financiado pela CAPES e com apoio logístico do MES – Cuba, intitulado “Estudo comparativo das transformações recentes no campo brasileiro e cubano (1994 – 2005)”.

Palavras-chave: cuba, ANAP, campesinato, soberania alimentar, segurança alimentar.

Resumen

El papel y los desafíos de la organización campesina en Cuba: entrevista con el líder de la Asociación Nacional de Agricultores Pequeños (ANAP), Mario La O Sosa

Mario La O Sosa es un dirigente de larga experiencia en la Asociación Nacional de Agricultores Pequeños (ANAP) de Cuba, donde ha ocupado diversas responsabilidades que van desde la base, los municipios y las provincias orientales del país. Estuvo al frente de la Dirección de Café, Cacao y Forestales, y de la Dirección Jurídica por cerca de veinte años. Desde hace más siete años es jefe del Departamento de Relaciones Internacionales y Proyectos de Cooperación de esta Organización No Gubernamental. En esta entrevista

concedida a los investigadores Eraldo da Silva Ramos Filho y Angelina Herrera Sorzano, el 14 de febrero de 2008, en la sede de la ANAP ubicada en El Vedado, La Habana, La O Sosa trata sobre los orígenes, principios y funciones de la ANAP, cómo ha sido la participación política de los campesinos en la historia cubana a partir del siglo XIX, su papel en la revolución que triunfa en el año 1959, la importancia de la ley de reforma agraria para el desarrollo económico del país, su sentido de alianza entre el estado y los campesinos, detalles sobre la naturaleza de la propiedad privada, la cuestión de los agrocombustibles y las políticas a favor del papel de los campesinos en la consolidación de la soberanía alimentaria, por último se analizan las perspectivas frente a falta de capacidad que poseen la mayoría de los campesinos del mundo. Esta entrevista fue realizada en el marco de las actividades investigativas del proyecto de cooperación científica internacional, financiado por CAPES y con apoyo logístico del MES – Cuba, titulado “Estudio comparativo de las transformaciones recientes del campo brasileiro y cubano (1994 – 2005)”.

Palabras-claves: cuba, ANAP, campesinado, soberanía alimentaria, seguridad alimentaria.

Abstract

The role and challenges of the peasant organization in Cuba: interview with the leader of the National Association of Small Farmers (ANAP), Mario La O Sosa

Mario La O Sosa has a long experience in the direction of the National Associations of Small Farmers (ANAP) in Cuba, where he had carried out different responsibilities that range from the basic groundwork to the municipality and the Eastern Provinces. He was in charge of Cacao, Coffee and Forestry as well as the Legal Jurisdiction for almost twenty years. He has been the Head of International Relations and Cooperation Projects of this Non-Governmental Organization for seven years. In an interview carried out by Eraldo da Silva Ramos Filho and Angelina Herrera Sorzano on February 14, 2008 at the sits of ANAP in El Vedado, Havana, La O Sosa dealt with the origin, principles and functions of ANAP; the political role of Cuban peasants in Cuban History since XIX century, including Cuban Revolution triumph in 1959; the importance of Agrarian Reform to economic development; details about private property; agrofuels; the alliance between the State and the peasants the development of the Peasant's World Development, its role in the building up of the sovereignty and food insurance in Cuba and Latin America and the perspectives of the Farmer's Movement in our contemporary world. This interview took place during the International Scientific Cooperation financed by CAPES and the logistic backing of MES, Cuba- entitled Comparative Study of Recent Transformations of Cuban and Brazilian Countryside (1994-2005).

Keywords: cuba, ANAP, peasants, sovereignty, food insurance.

Quais são os antecedentes da ANAP?

La ANAP tiene sus antecedentes en grandes luchas campesinas, no se puede ver la organización como se observa en estos momentos. Es una organización que nace de las luchas campesinas en todo el territorio nacional, que en la década del 30 y, anterior a esta fecha se hicieron mucho más intensas en las luchas de Realengo 18, la venta de Casanova, en Camalote, en Pinar del Río en la zona de San Cristóbal, en la zona de Cinco Pesos, en la zona de Rancho Mundito, o sea que hay disímiles lugares donde los campesinos tuvieron grandes luchas por la tierra y, alcanzaron algunas victorias, por ejemplo Linio Álvaro de las Mercedes, en el Realengo 18, fue un mambí¹ que decidió luchar por los campesinos y allí el

¹ Mambí era considerada a pessoa que lutava contra o colonialismo espanhol e, em sentido figurado, hoje mambí é uma pessoa que luta pela cubania.

lanzó el grito de “Tierra o Sangre”, no dejó pasar a la guardia rural que quería desalojar a los campesinos de la tierra. Los campesinos se sumaron a ese gran líder y allí se ganaron grandes batallas. Así también fue Sabino Pupo, en la zona de la provincia de Camagüey e innumerables luchadores por la conquista de la tierra en la época de la colonia y de la pseudo república² y entonces ahí se empezaron a unir los campesinos y eso hizo que se fuera ganando conciencia y el campesinado cubano se dio cuenta de que no sólo era necesario luchar por la tierra, sino también organizarse y que esa organización los pudiera guiar y encaminar hacia los objetivos que perseguían, porque en un análisis de este tipo tenemos que ver que los campesinos estuvieron, siempre estuvieron, muy vinculados al proceso revolucionario cubano, si tenemos en cuenta que los campesinos estuvieron siempre al lado de los mambises en todos los lugares, se incorporaron a la lucha revolucionaria en sus filas con la producción de alimentos, en la lucha y al proceso revolucionario, siempre han prestado un apoyo importante.

En la etapa más reciente, en la última etapa de las luchas de independencia, en la Sierra Maestra, en el Segundo Frente, en las provincias centrales y occidentales, los campesinos apoyaron a Fidel Castro y a los jóvenes que decidieron integrar las filas del Ejército Rebelde, no hay un momento del proceso revolucionario cubano en que los campesinos no hayan dado su apoyo, esto tuvo su corroboración más relevante cuando hay un reconocimiento de Fidel Castro y sus compañeros cuando asaltan el Cuartel Moncada y Fidel dice en la Historia me Absolverá³, que al triunfo de la Revolución una de las leyes que se harían sería la de la Ley Reforma Agraria, eso fue anunciado por Fidel una vez que se fue reconociendo la situación precaria en que vivía el campesinado, no tenían hospitales, no tenían escuelas, no eran dueños de las tierras y en el programa del Moncada se recogió eso y se ha visto que una de las primeras leyes dictadas al triunfo de la Revolución fue la de la Reforma Agraria.

Hablando de los antecedentes hay que tener en cuenta que en pleno proceso revolucionario, en el año 1958, el 21 de septiembre, se convocó a un Congreso campesino en Armas, en el lugar conocido por Soledad de Mayarí Arriba, en el Segundo Frente Oriental, que estaba dirigido por el entonces Comandante Raúl Castro⁴ hoy, nuestro segundo Secretario del Comité Central del Partido, y allí se organizó un congreso campesino donde muchos campesinos vinieron de las zonas liberadas y otros de zonas no liberadas, ese congreso trazó pautas para el futuro del movimiento campesino, porque se recogió el pronunciamiento de la necesidad de tener una reforma agraria y esa ley se cumplió al siguiente mes, cuando Fidel dictó la Ley número 3 del Ejército Rebelde en la Sierra Maestra el 10 de octubre de 1958. Esta ley se realizó para darles la propiedad de la tierra a los campesinos en las zonas liberadas, cumpliéndose así, el programa del Moncada.

En ese congreso los campesinos decidieron también apoyar al Ejército Rebelde con comida, armas, incorporándose a la lucha etc. ahí están los antecedentes de la Asociación Nacional de los Pequeños Productores (ANAP), también en la lucha de los campesinos, por ejemplo Niceto Pérez, un campesino de la provincia de La Habana, que en los años 1940-43 dada la situación precaria que existía, decidió salir en busca de alimentos para su familia, se asentó en la zona oriental del país, en la provincia de Guantánamo en un lugar conocido

² Se conoce por pseudo-república, a fase da intervenção norte americana, compreendida entre 1090 e 1959.

³ “A história me absolverá” foi uma frase proferida por Fidel Castro na defesa que realizou de si próprio, no julgamento em que era acusado de assalto ao quartel Moncada, em 26 de julho de 1953. Esta ação teve por objetivo desencadear a luta armada contra a ditadura de Fulgêncio Batista. Mais tarde esta frase se converteu no título de um livro que aborda todas as denúncias realizadas por Fidel acerca dos abusos cometidos pelo governo de Batista, um conteúdo importante deste discurso foi a defesa da realização da reforma agrária que permitiria a repartição de terras aos camponeses e eliminou o latifúndio.

⁴ Dez dias após a realização desta entrevista, em 28 de fevereiro de 2008, Raúl Castro passou a ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Estado da República de Cuba e quando da publicação deste texto seguia ocupando o cargo de segundo secretário do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba.

por el Vínculo, allí se estableció y allí lo asesinaron un 17 de mayo de 1945, por eso en honor a ese campesino y a esa familia se firmó la primera Ley de Reforma Agraria después del Triunfo de la Revolución un 17 de mayo, pero del año 1959, en Cuba ese día se celebra el día del campesino, además se conmemoran tres cosas: primero se le rinde tributo a Niceto Pérez, es un aniversario de la Ley de Reforma Agraria y en tercer lugar es un aniversario de la constitución de la ANAP, pero del año 1961.

Como surgió a ANAP?

Surge cuando se estaba organizando la primera zafra del pueblo en el año 1960⁵, toma ese nombre porque antes de la Revolución se cortaba la caña por braceros, campesinos que vendían su fuerza de trabajo para buscar el sustento de la familia, pero no fue en realidad una zafra del pueblo hasta el propio año 1961, en ese momento ya había empezado el bloqueo, los dueños de los centrales estaban haciendo campaña contra el Gobierno Revolucionario y el Comandante en Jefe decide organizar esa zafra, en la que se van a movilizar muchas personas, los pequeños agricultores que se llamaban pequeños colonos productores de la caña de azúcar están organizando la zafra, en esa reunión Fidel propone organizar a los campesinos en una sola organización, había organizaciones de campesinos para la producción de café, de la producción de papa, para los ganaderos, de los colonos de Cuba, eran organizaciones por tipo de cultivos, pero eran organizaciones campesinas que no rebasaban el marco de carácter económico, la lucha de carácter político y social no existía, además no eran representativas de los intereses de los pequeños agricultores.

Por eso Fidel introdujo en esa reunión la idea de crear una organización que integrara a todos los campesinos del país y, a partir de entonces se estableció un proceso de creación de asociaciones de base y así apoyándose en la Asociación Campesina de Oriente que ya existía se dejó convocado al primer congreso campesino para el año de 1961.

Así surge la ANAP, desde el año 1961, por voluntad expresa de los propios campesinos que decidieron crear esa asociación y al amparo de la Ley de Reforma Agraria, durante 1961 aún se sigue aplicando la ley, fue un proceso largo, así surge la ANAP, el 17 de mayo de 1961 queda constituida.

Si de algún detalle se puede hablar de la primera etapa de la Revolución cubana es que fue una revolución de carácter democrático, popular, agraria, antiimperialista. Nosotros desde primer momento no fuimos socialistas, ni comunistas. Hubo una etapa en que la revolución fue democrática participativa, es popular por la participación del pueblo, agraria porque se ha firmado una reforma agraria y se le ha dado la tierra a la familia y al campesino, es antiimperialista porque siempre fuimos antiimperialistas, porque las mejores tierras eran de compañías norteamericanas y los campesinos trabajaban como braceros y no poseían las tierras.

Esa primera ley de Reforma Agraria enfrentó directamente a los intereses de los enemigos de la Revolución, se les quitó la tierra a esos terratenientes burgueses nacionales e internacionales, también se produce en abril de 1961 el desembarco por Playa Girón, de manera que la organización surge en el momento en que está surgiendo el país, en el medio de la primera derrota al imperialismo norteamericano en América Latina y, un mes después de esa derrota en que queda constituida la ANAP, eso demuestra el patriotismo de la organización.

La ANAP es una organización autofinanciada, costada por los pequeños agricultores, aunque en la primera etapa fue subvencionada por el Estado. Los campesinos deciden qué por ciento de la venta bruta se destinan para autofinanciar la ANAP, está presente en 153 de los 169 municipios del país, donde no está presente es porque no hay

⁵ No Encontro da Organização da Primeira Safra do Povo.

campesinos, por ejemplo en el municipio de Plaza de La Revolución de la provincia de Ciudad de La Habana, en el de Moa en la provincia de Holguín, en el de Nuevitas en la provincia de Camagüey, etc.

Quais são as funções da ANAP?

En los momentos de surgir, la ANAP tenía un carácter organizativo, había necesidad de aglutinar a los campesinos en asociaciones campesinas de manera que pudieran recibir las orientaciones y, que los campesinos pudieran manifestar sus intereses, que estuvieran organizados desde el punto de vista productivo. Era necesario tener una estructura donde los campesinos pudieran expresar sus necesidades y manifestar sus intereses.

Los problemas que existían al surgir la ANAP se convirtieron en las misiones de la ANAP: 1) no había mercado para la producción, 2) no había precios justos para los productos, 3) no había créditos para la producción, 4) el grado de insalubridad de la familia campesina era desastroso, 5) era una familia mayoritariamente analfabeta y 6) no estaba dignificado el campesino como persona.

Había que resolver estos problemas, la Revolución había triunfado y se había propuesto resolver esa problemática, aunque existían otros problemas por ejemplo incomunicación por falta de caminos, carreteras, la misión de la ANAP, en su inicio, era la de ir erradicando esos problemas.

El gobierno organiza la campaña de alfabetización y ahí se incorporó la familia campesina, desde profesores hasta estudiantes, el 47% de los campesinos no sabían leer ni escribir.

Empezó el programa de construcción de hospitales rurales y ahí se incorporó la familia campesina, participó en la construcción y en la recepción de los servicios.

Empezó el programa de construcción de caminos rurales y ahí se incorporó la familia campesina, a ayudar a construir y a recibir los beneficios de estos.

La Revolución hizo un programa de traer a la capital a estudiar a las hijas de los campesinos, recordemos uno de los primeros intentos de las Escuelas “Ana Betancourt”⁶, llegaron cientos de hijas de campesinos que apenas sabían firmar su nombre y aprendieron un oficio en la capital, algunas se quedaron en la ciudad, otras volvieron a su lugar de origen con un oficio como el de corte y costura y otros, esto formó parte también del trabajo de la emancipación de la mujer.

La misión de la ANAP también era política, se ha trabajado en esa dirección, se fue fortaleciendo y, hoy esta organización que ha atravesado por diferentes etapas, formó una estructura que empezó por la base, pasó por la estructuración de la ANAP en los municipios con cuadros surgidos dentro del sector campesino. Dentro de la propia organización campesina fueron elegidos los representantes de los campesinos y luego ellos fueron los que pasaron a ser los dirigentes de los municipios, de las provincias y de la nación, en ese proceso surgió una figura muy relevante para el movimiento campesino, Pepe Ramírez.

Pepe Ramírez fue uno de los organizadores del Congreso Campesino en Armas junto con Raúl Castro, que como él era miembro del Partido Socialista Popular, esto no podía ser revelado en ese momento. Fue un campesino precarista, desalojado de su tierra, los tribunales lo demandaron, de esa experiencia adquirida y como era de origen campesino, fue la persona que se eligió para representar a los campesinos como su Primer Presidente de la ANAP en el Congreso de 1961, responsabilidad que desempeñó por 27 años.

Después fue y es en la actualidad el presidente de la ANAP, Orlando Lugo Fonte que ocupó el cargo de Primer Secretario del Partido Comunista de Cuba en una provincia, pero

⁶ Ana Betancourt foi a primeira mulher cubana a lutar pela emancipação dos direitos da mulher cubana durante o período colonial. Em 1871 foi sentenciada a viver no exílio na Espanha onde faleceu em 1901.

que también fue un cuadro surgido de las luchas campesinas y, que lleva cerca de 20 años como responsable del movimiento campesino.

La principal misión de la ANAP desde su fundación es, y lo es en este momento, la de producir alimentos para el pueblo, eso se ha concebido así, en una etapa inicial fue de menor envergadura porque no teníamos la suficiente organización.

La principal labor política de la ANAP en apoyo a la Revolución es la de garantizar la alimentación al pueblo y la ANAP tiene esa responsabilidad, la máxima de una familia campesina no es si tienen mayor cantidad de dinero, uno de los sectores que tiene mayor nivel de ingreso hoy en Cuba, son los campesinos, a diferencia de lo que pasa en otros países de América Latina y del mundo, no es sólo porque son campesino sino porque son campesinos cubanos, esa es la diferencia que existe, si te vas a Centroamérica y te reúnes con los campesinos o indígenas de Honduras, de El Salvador o de Nicaragua, o si vas a otras partes del mundo es África o Asia.

El nivel de ingreso de los campesinos es alto en Cuba porque tienen un aliado estratégico que es el gobierno, esto no lo tienen otros países, porque hay una voluntad política en el país para que los campesinos puedan solucionar sus problemas.

Yo pertenezco a varias organizaciones internacionales como son la Vía Campesina Internacional, la Coordinadora Latinoamericana Organizadora del Campo, el Movimiento Agroecológico Latinoamericano, en las reuniones en las que he participado he visto que las organizaciones campesinas van a llevar demandas contra sus Gobiernos, ese no es el problema de Cuba, yo voy a esas reuniones a decir cosas positivas que hace el Gobierno en favor de los campesinos cubanos, porque el Gobierno fue el que le dio la tierra a los campesinos, dio los créditos con bajos intereses, garantiza el mercado seguro a todas nuestras producciones, también garantiza los precios justos, por tanto es un aliado estratégico de los campesinos.

Pero también es el Gobierno quien resuelve los problemas de salud a los campesinos, sin importar quien sea ni cual sea el problema del que está afectado.

Además los hijos de los campesinos pueden llegar tan lejos como su capacidad en la enseñanza se lo permita, son por cientos los hijos de campesinos profesionales, cientos son los trabajadores de la cultura que son hijos de campesinos, lo mismo pasa con los atletas que ganan medallas que, también son hijos de campesinos, porque hay una masividad en la práctica del deporte.

La misión de la ANAP, primero es garantizar la alimentación del pueblo, pero también está implícito el trabajo de carácter político e ideológico que se realiza con la familia campesina en función del desarrollo del arte, de la cultura y del deporte por lo que entonces no se limita sólo a la producción, también hace una gama de actividades que ha permitido el reconocimiento del campesinado y el reconocimiento de la propiedad del pequeño productor, de la propiedad cooperativa de producción agropecuaria.

El mayor logro del campesino cubano es que ha sido dignificado, ha sido reconocido como ser humano como cualquier trabajador del país por el pueblo y el gobierno revolucionario. Antes del Triunfo de la Revolución de lejos se reconocía a un campesino o campesina, ahora es más difícil porque existe una superación del campesino que lo equipara a cualquier otro profesional debido a la presencia de la obra de la Revolución. En el seno de la familia campesina se encuentra un nivel educacional elevado, esto hace que los propios campesinos comprendan el proceso revolucionario con un nivel de comprensión superior.

Me da pena en otros países, establecer una comunicación con una familia campesina que no sabe leer ni escribir y, por eso me es difícil explicarles estas cuestiones, por eso siempre decide hablarles de la reforma agraria. Los ve con lástima y quisiera decirle todo esto y sabe que no lo van a comprender.

Se habla a nivel internacional de una campaña global por la reforma agraria, ahora ¿qué es la campaña global por la reforma agraria?, si no de esto que ha estado hablando hasta ahora, esa es la campaña global, el problema de la reforma agraria no es solo entregar tierra, si usted no garantiza los insumos productivos, no garantiza los créditos, no garantiza mercado para los productos, no garantiza precios, si la familia campesina no se

supera no puede aplicar la ciencia y la técnica. Para los cubanos una reforma agraria es la campaña global por la reforma agraria.

Tengo una gran estimación por lo que hacen los hermanos de Brasil, tiene el honor de conocer el problema campesino en varios campamentos y asentamientos de estados brasileños y ha visto cómo viven esas familias, que no tienen trabajo, que están desvinculados laboralmente y tienen que esperar meses, años en un campamento para que le den un pedazo de tierra. Es una lucha muy intensa, he visto cosas positivas de personas que le dan tierra en un asentamiento y ha visto cosas muy positivas, resultados productivos, resultados de la lucha. Creo que es lo que falta por hacer en otras partes del mundo, tienen que decidirse a hacer cosas según sus necesidades y circunstancias particulares, a veces no hay decisión, cada país tiene que resolver su situación y sus propios problemas, no pueden aplicarse recetas, lo que se ha hecho y se está haciendo en Cuba no es lo que se puede y debe hacerse en un país de centro o sur América, o de África o de Asia, son circunstancias diferentes, pero debe existir un proceso de concientización del movimiento campesino y de la familia campesina para resolver la problemática a tono con la problemática en concreto.

Hay un problema internacional que se identifica con la extinción o no de la clase campesina. En Europa cada vez los pequeños agricultores tienen menos tierras, se les limita más, las personas quieren tener tierras para venderlas cuando se aprecian en el mercado. En Cuba el peligro de extinción del campesino no existe porque hay una política agraria que estimula el retorno de los hijos de los campesinos o pequeños agricultores. En Cuba hay una ley de herencia de la tierra de los pequeños agricultores que le da garantía al traspaso de la propiedad. En la campaña difamatoria que existe contra nuestro país se plantea que en Cuba no hay propiedad privada, en Cuba sí hay propiedad privada, lo que no es neoliberal, la propiedad tiene un sentido de carácter social, lo primero que se hizo con la reforma agraria fue dar la tierra a los campesinos, son dueños, propietarios, ¿entonces hay o no hay propiedad privada? Los campesinos son propietarios del 51% de la masa de ganado vacuno del país. Lo que pasa es que el sentido que tiene la propiedad privada es diferente, no es el de la acumulación de capital, el sentido es el de resolver el problema alimentario de la población del país, que no siempre se resuelve por la situación en que vivimos, somos un país bloqueado, somos un país que no podemos comercializar con las instituciones que quisiéramos, esto conspira con la misión que tiene la ANAP que es la de producir alimentos, a veces no se puede cumplir a cabalidad y a veces cuesta mucho adquirir algunos recursos. Es necesario buscar arroz y tenemos que resolverlo en el Asia, tal vez en el área pudiéramos intercambiar algunos alimentos entre los pueblos del área como decía Evo Morales.

Quais são as relações que a ANAP mantém com outras organizações camponesas do mundo e com a Via campesina?

La ANAP tiene amplias relaciones con otras organizaciones campesinas, se mantienen relaciones con más de 100 organizaciones de África, Asia, América Latina y el Caribe. Estas relaciones se realizan, en primer lugar, con la participación en el Comité Internacional de la Vía Campesina, la ANAP es miembro del Comité Coordinador de la Vía Campesina Internacional. La ANAP también está en el Comité Coordinador de la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo, que ahora su sede está en República Dominicana, junto con el MST de Brasil, junto a otras instituciones de México, Venezuela, Haití, Chile. La inserción de la ANAP con esas organizaciones es de relaciones bilaterales, expresamos nuestro trabajo de solidaridad con las organizaciones en las luchas que se liberan en esos países, ahora por ejemplo están ocurriendo muchos asesinatos, atentados con los líderes campesinos, entonces expresamos nuestra solidaridad con estos movimientos, ellos nos apoyan con las luchas que libramos contra el bloqueo, nos apoyan por la liberación de los cinco héroes que están injustamente en cárceles de los Estados

Unidos del Imperio. Los campesinos vienen a nuestro país a pasar cursos de capacitación en nuestro centro nacional de capacitación, visitan nuestras cooperativas, ven la forma de organización que tienen nuestras cooperativas y nosotros reciprocamos esto también en visitas a los respectivos países para ver la forma de organización que tienen los campesinos.

El Centro Nacional de Capacitación es una vía importante para hacer el trabajo de relaciones internacionales de la ANAP, aquí se trasmite todo lo relacionado con la agroecología o de agricultura sostenible.

Cuba fue seleccionada para coordinar la comisión del trabajo de la agroecología en la V Conferencia Internacional de la Vía Campesina a celebrarse en Mozambique en el mes de octubre de 2008⁷, donde la ANAP rendirá cuenta del trabajo realizado al respecto.

El pasado año, durante el mes de septiembre, se organizó un evento internacional en Cuba sobre agroecología y agricultura sostenible, donde se recibieron a 184 participantes de 24 países, con los que se sostuvo un intercambio directo de experiencias, esta ha sido otra forma de expresar las relaciones internacionales de la ANAP con las organizaciones campesinas e indígenas.

En el día de hoy sale una delegación de campesinos que practican la agroecología para Haití y República Dominicana. Ellos realizan producción de humus de lombriz, de compost, de la conservación de suelo con la forestación, la labor del abono verde, la producción de silos metálicos para la conservación de semillas tradicionales, esto forma parte del trabajo del programa de la agroecología y de una agricultura sana. Es una de las maneras en que se expresan las relaciones entre las instituciones y cómo estamos dentro de la Vía Campesina, en la Coordinadora Latinoamericana Organizadora del Campo y el moviendo agroecológico latinoamericano, vamos a esas redes para explicar las experiencias cubanas en estos temas, por eso mostramos las experiencias de las cooperativas, cómo funcionan, cómo se eligen a los líderes, también explicamos las limitaciones que tenemos, no hemos resuelto el problema de la alimentación plenamente, el problema del bloqueo, el problema del combustible, estas son dificultades que tenemos que enfrentar.

El precio del combustible se ha incrementado grandemente, hoy en día un barril de petróleo cuesta lo que costaban 10 barriles hace unos años. Por esto se lleva a cabo la carrera loca para la conversión de alimentos en combustibles.

La posición de Cuba en estos momentos, es la de no destinar alimentos a la confección de combustibles. Lo primero que hay que solucionar es la alimentación del pueblo, no creemos que en los momentos y circunstancias que estamos viviendo, se puedan destinar alimentos, que no posea el pueblo, para producir combustibles. Al final esto no va a redundar en beneficio de la población, esos combustibles de los que se habla, van a beneficiar a la población de mayor ingreso del mundo y, a la vez, hace que se subsidien producciones agrícolas por países que tienen recursos suficientes y que actúan en contra de otros países más pobres que no pueden subvencionar esas producciones.

Un ejemplo de esto es el caso del maíz, México ha sido un país donde el maíz forma parte de su dieta básica y, ha sido durante años un gran productor de maíz. Pero los productores de maíz de México están en una situación crítica, por el Tratado de Libre Comercio y, el subsidio a los productores de maíz de los Estados Unidos de Norteamérica. La producción de agrocombustibles hace que se arruine la producción campesina mexicana de maíz.

Los productores de leche también han tenido un golpe fuerte, que en el caso de Cuba no se ve por el sistema social que existe, la tonelada de leche en polvo ha duplicado el precio en el mercado internacional, es por la escasez, no hay suficiente leche. No es porque no hayan bases para poderla producir, es la política que se lleva a cabo. En Cuba se ha trazado como propósito incrementar la producción de leche de los campesinos y modestamente se va a ir resolviendo el problema, se ha creado una estimulación para

⁷ Na V Conferência Internacional da Via Campesina foi discutido aspectos relacionados com o desenvolvimento da agroecologia em Cuba e como isto se mantém como pilar para a soberania alimentar.

aumentar la producción sin afectar al sector campesino. A pesar de que se ha aumentado el precio del combustible y de la leche en polvo en el mercado internacional nuestros campesinos no sufren porque el Estado subvenciona el combustible y los campesinos no sienten el impacto que pueda tener este aumento, aquí se puede ver al Estado como aliado del sector campesino.

El papel de la escuela, el Centro Nacional de Capacitación de la ANAP hace una labor relevante en las relaciones internacionales, por cuanto ese es el lugar al que llegan muchas organizaciones de todo el mundo y se mantiene un intercambio constante con ellas. Por ejemplo hay un convenio de intercambio con Venezuela para capacitar a dirigentes agrarios tanto campesinos como indígenas, ya han llegado más de 500. Aquí se habla del concepto de agricultura sostenible y se ve en la base como funciona esto, se habla de la cooperativización y se ve en la base como se manifiesta, se habla de cómo funciona una cooperativa y conviven con la familia campesina para poder apreciarlo. Esto es altamente estimado por los dirigentes campesinos e indígenas de los países participantes. Ahora se está apoyando en la creación de una escuela en Venezuela para dirigentes agrarios.

También vienen dirigentes de México, de Haití, de República Dominicana, de Guatemala, Nicaragua, etc. Muchos dirigentes de Brasil han estado en el Centro de Capacitación Nacional, por ejemplo ha estado Egídio Brunet, otros dirigentes que ocupan cargos en otros países también han sido alumnos acá. La Escuela ya cumplió 45 años, aunque no es solo para capacitar a extranjeros, su función inicial era para dar servicio a dirigentes de la ANAP. Hubo un momento en que se capacitaba de forma gratuita a los extranjeros, hoy en día no puede ser así, aunque lo que se cobra es ínfimo, el interés es cubrir los costos. La escuela tiene profesores muy capacitados, hay doctores en ciencias, magísteres. Esa escuela es la de la ANAP y se puede poner en función del interés del movimiento campesino.

Como é a composição da ANAP?

Para la ANAP lo más importante son las organizaciones de base, si no existieran Cooperativas de Créditos y Servicios (CCS) y Cooperativas de Producción Agropecuaria (CPA) no existiera la ANAP. El movimiento campesino, a veces sucede en otros países, no es representativo de los campesinos. La ANAP le da un peso importante a las organizaciones de base y si funcionan bien, la ANAP funciona bien. Las CCS y las CPA eligen a los dirigentes de los municipios a través de sus asambleas que se dan cada dos años y medio en un proceso de balance. Se hace un comité y un buró ejecutivo municipal, a través de propuestas en la base se aprueban los dirigentes a instancias superiores. El congreso es el máximo órgano, que se celebra cada 5 años, aquí se elige el presidente al comité nacional a través de los delegados elegidos en la base que, en la actualidad son 116 y aquí se elige un buró ejecutivo, este último es quien dirige operativamente a la organización entre un comité nacional y otro. El comité es quien dirige la organización entre un congreso y otro.

El buró ejecutivo es un equipo de unas 12 personas que operativamente dirige las actividades que le encomendó el comité nacional, o sea el que concreta las acciones del congreso es el comité, el que ejecuta lo que acuerda el comité y el congreso es el buró ejecutivo y el buró, a su vez, tiene un presidente que preside la organización, el buró ejecutivo, el comité y a la ANAP.

La ANAP funciona con varios frentes de trabajo:

- Un presidente que atiende las relaciones internacionales, los proyectos de cooperación internacionales, además de ser presidente.
- Un vicepresidente primero que atiende las tareas de carácter económicas y jurídicas.
- Un vicepresidente que atiende las tareas de organización y de la vida interna.

- Un vicepresidente que atiende las tareas de carácter político, ideológico y cultural.
- Un vicepresidente que atiende las tareas de la producción agropecuaria

La vicepresidencia de la producción pecuaria opera con funcionarios y especialistas. Cada funcionario tiene bajo su cargo un grupo de especialistas que se ocupan de la producción agropecuaria, por ejemplo para atender la actividad de la ganadería, la de la producción de los cultivos varios (aquí se incluyen todos los tubérculos y raíces, el plátano, las hortalizas, los cítricos y frutales), para la producción del café, el cacao y los forestales, para atender las actividades relativas con el tabaco y, por último, para las actividades relacionadas con la ciencia y la técnica.

El departamento de Relaciones Internacionales, que está subordinado al presidente, tiene una estructura que es la siguiente: un jefe de departamento que es el jefe de relaciones internacionales, al que se subordinan cuatro personas que atienden las relaciones internacionales con América Latina (María del Carmen), Asia, África y Europa, otra persona que se ocupa de la formulación y gestión de proyectos de cooperación, las relaciones con las ONG (a su vez tiene un equipo de trabajo), una persona que se ocupa de la administración y del seguimiento de los proyectos de cooperación (ejecutar los proyectos para la base, para el desarrollo de la producción), hay otro frente que se ocupa de la agroecología.

Este último frente es muy importante, hay proyectos internacionales, pero el concepto que se tiene va más allá de un proyecto, el trabajo de la agroecología es una tarea de la organización, la cuestión de producir alimentos sanos es una contribución necesaria e indispensable al sistema de salud cubano, si el gobierno está luchando por elevar el nivel de vida, la esperanza de vida al nacer, lo menos que puede hacer la ANAP es producir alimentos sanos, no se está buscando mayores ingresos. Pero además es una tarea estratégica, de defensa del país, Cuba es un país bloqueado, el día que pudiéramos ser agredidos, como único se podrá subsistir es mediante la producción agroecológica, sin tener que utilizar fertilizantes químicos y sin depender del exterior. Para la ANAP la producción agroecológica es una medida estratégica, aquí se mantendría la producción agroecológica sin paquetes tecnológicos químicos, sólo hay dos cultivos que dependen de este tipo de productos químicos, son el tabaco y la papa, son producciones que se obtienen en períodos muy cortos y muy susceptibles a plagas y enfermedades, aunque se está experimentando para ver de qué forma también el país se puede independizar de los productos químicos.

Se ha creado una estructura en el país para atender este tipo de agricultura, en la producción de abono orgánico, la producción de biopreparados por medio de la creación y desarrollo de los Centros de Reproducción de Endógenos y Endopatógenos (CREE) en varias cooperativas, es una dirección estratégica a la que la ANAP le presta especial atención. Existe un CREE en la CPA Augusto César Sandino en San Antonio de los Baños, otro en la CPA “Rosa Elena Simeón”, esta última se dedica al cultivo del NIM, un árbol repelente que se utiliza para la creación de biopreparados, de gran aceptación nacional e internacional. Allí se siembran unas 300-400ha que están produciendo unas 400t de biopreparados al año.

Se piensa realizar otro evento de agricultura orgánica para el año 2009. Todo esto forma parte del programa de agroecología, que es un conjunto de cuestiones que incluyen la reforestación, la producción de frutales, la conservación de los suelos, producción de abono verde, producción de semillas, desarrollo de biopreparados.

Quais são as formas de associação e especialização produtiva da ANAP?

La ANAP es una ONG autofinanciada, la integran 4.355 asociaciones de base que se constituyen en CCS y CPA. Existen 3.249 CCS con más de 200 mil asociados y 1.101.385 ha de superficie, como también 1.106 CPA, con más de 65 mil asociados y 616.764 ha de

superficie. La ANAP está presente en 156 municipios del país. ¿Qué son las CCS y las CPA?

Las CCS son organizaciones asociativas donde se mantiene la forma individual de propiedad de la tierra y otros bienes, el trabajo se organiza como economía familiar. La gestión cooperativa de la CCS facilita la asistencia técnica, crediticia y de servicios a la población.

Las CPA son asociaciones voluntarias de campesinos que unen sus tierras y bienes productivos para formar una empresa cooperativa y socialista, con un patrimonio común, y donde el trabajo se organiza en colectivo. La remuneración de sus miembros se realiza en función del trabajo aportado. Las CPA se conformaron bajo el criterio de la voluntariedad.

Existe una Ley General de Cooperativas para las CPA y las CCS, donde se recoge que la ANAP representa los intereses económicos, políticos y sociales de los campesinos del país.

Cómo son las relaciones de la ANAP y las cooperativas con las Empresas Agropecuarias, son contractuales, las cooperativas no están subordinadas a ninguna empresa del Estado, tienen personalidad jurídica propia y responsabilidades limitadas a su patrimonio, el máximo órgano de dirección y administración de las cooperativas es su asamblea, donde se acuerda el trabajo a realizar que se convierte en ley para la cooperativa, de aquí se confecciona un reglamento interno donde se norma el trabajo a realizar y cómo llevarlo a cabo. Este reglamento se confecciona a partir de los principios que conformaron el reglamento general de las CPA y CCS que se confeccionó a partir de la Ley General de Cooperativas. Por ejemplo en el reglamento interno se establecen quienes pueden ser los socios, cómo será la distribución de las utilidades, cómo se pagará el anticipo, etc.

Como é a especialização produtiva das cooperativas?

La línea fundamental de la producción no es impuesta, se respeta la tradición, si las cooperativas están enclavadas en una zona tabacalera, la línea fundamental de su producción es tabaco, lo mismo sucede con los otros cultivos, por ejemplo el café. A partir de aquí el delegado territorial de la agricultura emite una resolución donde declara las líneas fundamentales de producción en las tierras que el dirige. Las líneas fundamentales de producción no son impuestas. Pero la producción de los campesinos es diversificada, no se dedican a un solo reglón productivo, esta es la garantía para la economía de la familia campesina, esto permite que las tierras estén produciendo durante todo el año. El campesino puede producir al mismo tiempo miel de abeja, tabaco, caña, viandas, hortalizas, la tierra está produciendo todo el año. Les ataca una plaga y les destruye un cultivo, pero se mantienen los otros, por lo que la economía de la familia siempre puede estar asegurada. El concepto básico es que en las cooperativas se mantenga el cultivo y la producción diversificada, esta es otra experiencia de la ANAP, si se especializa mucho la producción se puede correr un riesgo económico, que de esta manera ese riesgo disminuye y garantiza una producción más segura.

Siguiendo esta lógica las cooperativas en Cuba siguen una especialización productiva fundamental, complementada de una fuerte diversificación de cultivos que permite el mantenimiento económico de la familia campesina. Cada cooperativa establece unos compromisos de producción y de aquí se realiza un contrato de producción. Una parte de los productos van al mercado agropecuario y otros no. Algunas producciones se compran hasta el 100% por el Estado como sucede con el tabaco, la papa, el café, la miel de abeja. Unos porque son productos de exportación y otros porque son productos estratégicos para la alimentación de la población sobre los que el Estado mantiene su control, por una lado para garantizar los convenios establecidos en el comercio exterior y, por el otro, como el caso de la papa, para mantener la distribución per cápita durante todo el año de forma

equitativa y garantizar el consumo social en los hospitales, círculos infantiles y comedores obreros.

Las viandas⁸, las hortalizas, los granos se contratan en dependencia de los intereses que tengan las instituciones estatales, no mediante el establecimiento de un por ciento determinado, el resto de la producción se puede vender o al Estado o al mercado agropecuario que seleccione el productor y, que funciona por medio de la oferta y la demanda. Si el productor no quiere vender en el mercado agropecuario, porque se siente más seguro de vender su producción al Estado, puede contratar el 100% de su producción con el Estado.

Las producciones que compra el Estado se destina a cumplir los compromisos sociales del propio Estado. Las producciones que se destinan a las ferias agropecuarias las determina el Consejo de la Administración del Estado y los productos llegan a través de varias vías como son ACOPIO⁹ o el propio productor o a través de la cooperativa. En estos momentos se ha ido hacia la diversificación de los mecanismos de comercialización.

En cierta medida una de las cuestiones que ha ayudado en la diversificación de los mecanismos de comercialización ha sido el fortalecimiento de las CCS, que ha permitido, a su vez, fortalecer la dirección y la administración de las CCS, donde funcionan como una empresa que le presta servicios a cada uno de los productores y campesinos individuales en sus fincas. Antes cada productor era una pequeñísima empresa familiar, hoy cada CCS representa a 20 o 30 pequeños productores y forma la pequeña y mediana empresa de carácter cooperativo sobre bases de la propiedad privada.

El fortalecimiento de las CCS ha permitido hacer un uso más racional de los medios e insumos de que se dispongan, por ejemplo ahora disponen de recursos y fuerza de trabajo, tienen un administrador, un económico, tienen una estructura operativa que hace que la propia CCS les preste servicios a los productores, como puede ser roturar las tierras con equipo apropiado colectivo, el transporte de productos, la distribución de los insumos y los créditos se realizan por medio de esta estructura, etc. La CCS fortalecida se ha convertido en un núcleo importante.

Quais são os principais dilemas para a produção agropecuária?

El principal freno son los recursos, las limitaciones en la adquisición de recursos, en eso se está trabajando, una respuesta son los paquetes tecnológicos que se están desarrollando, el otro problema secundario es la comercialización. En los dos se está trabajando para solucionar los problemas.

No existen recursos suficientes para incrementar la producción en todas las cooperativas. En la provincia de La Habana un problema fundamental se convierte en el riego, este no es un fenómeno tan grave para las provincias orientales.

Para resolver el problema del riego en la provincia de La Habana se está tratando de electrificar los sistemas de riego y así no se depende de los insumos de petróleo. Si se logra irrigar los suelos de la provincia de La Habana que son muy fértiles se resuelven varios problemas: 1) Producción de productos agrícolas frescos que llega a la ciudad de La Habana; 2) Ahorro de combustible, porque se deja de transportar los alimentos desde otras provincias; 3) Se resuelve un problema de abastecimiento agrícola a las ciudades de donde se traen productos, hoy en día se traen productos desde otras provincias como son Holguín, Las Tunas, Sancti Spiritus, Ciego de Ávila, Villa Clara, Pinar del Río para poder abastecer a la ciudad de La Habana de más de 2 millones de habitantes.

⁸ Em Cuba utiliza-se a palavra *viandas* para designar todos os tubérculos e raízes e bananas que não se consome com fruta, a esse grupo alimentar também pode se designar *cultivos vários*.

⁹ A empresa estatal encarregada da comercialização dos produtos agrícolas é denominada ACOPIO.

Qual a participação dos camponeses que integram a ANAP na produção agrícola nacional?

Los campesinos aportan la mayor parte de la producción agropecuaria del país, son muy productivos, tienen más o menos entre 30 y el 35% de las tierras cultivables del país, pero aportan en el orden del 60% de la producción agropecuaria del país. Hay algunos regiones donde la participación campesina es significativa, por ejemplo aportan el 67% de la producción del cacao, el 54% del café, el 60% de viandas, hortalizas y granos, los campesinos aportan el 75% de la miel de abeja, maíz y frijoles en el orden del 70% al 80%, poseen el 51% de la masa ganadera de Cuba y el año pasado reportaron el 47% de la producción de leche porque la masa ganadera no es de la mejor calidad, el 67% de la carne de cerdo que se acopió el año pasado, el 95% del tabaco lo producen los pequeños agricultores, el 20% de la caña de azúcar. No es significativa la producción campesina en cítricos porque son grandes las empresas del Estado, la producción de arroz también es Estatal, aunque la participación de los campesinos está creciendo en la producción de arroz popular que se cultiva en pequeñas parcelas (el 50% del arroz popular es campesino). La producción de papa también es mayoritariamente Estatal. El sector campesino es un sector muy productivo y muy diversificado.

La producción de cerdo se realiza a muy bajo costo en el sector campesino con respecto a otros sectores del país debido a que en las cooperativas se produce el alimento del animal.

Antes, existían grandes combinados porcinos de miles y miles de animales, hoy en día, la cría del ganado porcino se encuentra diseminada en pequeñas cochiqueras en las fincas de las CCS o de las CPA. Esto también se puede ver desde el punto de vista estratégico, si ataca una plaga o enfermedad no se pierden todos los animales como sucedió con la fiebre porcina, que además hizo que por 20 años no se criaran puercos en La Habana.

Qual o papel da ANAP frente à segurança e soberania alimentar?

Para la ANAP lo más importante es la soberanía alimentaria, porque la soberanía alimentaria es la posibilidad que tienen una localidad, territorio, municipio, provincia o país de producir los renglones agrícolas tradicionales sin dependencia externa. La seguridad alimentaria es la que garantiza los alimentos a una localidad, territorio, municipio, provincia o país con la producción en el país y la dependencia externa. Mediante la seguridad alimentaria se abastece de alimentos un país, pero no se alcanza la soberanía alimentaria.

En Cuba se lucha por la soberanía alimentaria y, a través de esta luchamos por alcanzar la seguridad alimentaria. Tenemos una seguridad alimentaria a partir de una soberanía alimentaria. Por eso defendemos la tradición familiar en el cultivo, por eso los campesinos de Pinar de Río en los municipios de San Juan y Martínez y de San Luis se especializan en la producción de tabaco y el país respeta eso, esto es soberanía alimentaria. Si hay semillas tradicionales en una zona determinada hay que respetar eso y se garantiza la seguridad por medio de la soberanía alimentaria.

Hay países que poseen mucho dinero para comprar todo lo que necesitan, tienen abastecidos sus mercados, sin embargo tienen tierra y no la explotan. Últimamente ha oído hablar a Chávez este tema, de la necesidad de garantizar la seguridad a través de la soberanía alimentaria, han hecho una ley de tierra y de desarrollo rural, tienen miles de hectáreas de tierra improductivas, si garantizan esta política pueden llegar a producir lo que necesitan y para varios países más.

Este es el concepto que manejamos, seguridad por medio de la soberanía alimentaria. De lo que pueden hacer los propios pueblos.

Cuba ha logrado una soberanía alimentaria, pero aún no ha alcanzado la seguridad alimentaria, faltan renglones de la alimentación por problemas del bloqueo y por problemas

financieros, estas limitaciones financieras no permiten que Cuba haya alcanzado la plena seguridad alimentaria. Por eso es importante el desarrollo de la agroecología y de los paquetes tecnológicos para no depender de insumos y sea más fácil alcanzar la seguridad alimentaria.

Qual a posição da ANAP sobre a problemática da segurança alimentar e soberania alimentar na América Latina?

En América Latina no está resuelto ninguno de los dos problemas. La soberanía alimentaria depende de que exista un reconocimiento de los intereses de las clases sociales, de los indígenas, de los campesinos y de los productores, si no hay una voluntad de gobierno para que esto se haga, como ha empezado Chávez y Evo en Venezuela y en Bolivia, si no hay una voluntad política para que se pueda garantizar, la soberanía alimentaria no se puede desarrollar y la seguridad alimentaria va a depender de esto.

En Venezuela cree que hay seguridad alimentaria porque tienen más recursos y están tratando de desarrollar la soberanía alimentaria. En Bolivia es diferente han promovido la soberanía alimentaria por medio del impulso de cultivos por parte de los indígenas, pero no cuentan con recursos como en Venezuela. En Ecuador, en Nicaragua, en Guatemala en el Salvador no han alcanzado ninguna de las dos cuestiones, en este último país una familia no puede producir ni para el autoconsumo familiar.

En Brasil, la producción es a mayor escala y no todos los pequeños productores de sandía, frijoles, caña de azúcar, etc. tienen recursos suficientes para desarrollar la seguridad alimentaria, lo mismo para Argentina. En ambos países son muchas las tierras improductivas, que pudieran estar en función de la producción agrícola no producen por un problema del sistema político, tiene que haber una voluntad política del gobierno en el poder para que se pueda desarrollar la agricultura. Si Brasil alcanza una política favorable a los sectores sociales, a los sectores de más bajos ingresos, sería un ejemplo de país a seguir porque tiene recursos naturales muy favorables para desarrollar la agricultura.

Qual é o futuro do campesinato e da organização camponesa no mundo?

El campesino ha sido muy engañado a través de la historia por la sociedad, los campesinos oyen por lo que ven, tienen que existir personas que entiendan esta idiosincrasia, para que los campesinos cambien su modo de pensar. No se puede crear organizaciones campesinas con personas y dirigentes importados. El triunfo de la ANAP radica en que sus dirigentes son campesinos. Si los líderes internacionales del movimiento campesino no son de origen campesino y no entienden la política de los campesinos no triunfa el movimiento campesino.

En los eventos internacionales de los campesinos los que hablan en nombre de los campesinos son representantes de ONG, que van a las bases campesinas, oyen a los campesinos, pero como los campesinos tienen tan bajo nivel cultural son incapaces de transmitir en un foro internacional sus puntos de vista, entonces quienes hablan por ellos son esos representantes de las ONG que han estudiado, llevan una computadora, hace un libro, pero el campesino no se pueden hacer oír. Si los que transmitieran las ideas o escribieran fueran los propios campesinos o personas afines a ellos la problemática campesina, las cosas y los sentimientos campesinos serían diferentes. La campaña global de la reforma agraria internacional, no ha logrado mayores resultados por esto, quienes hablan de esa campaña son otras instituciones, excepto algunas organizaciones como el MST de Brasil donde hay una política de cuadros, pero en otros lugares no sucede esto.

Las organizaciones campesinas indígenas tienen que retomar su papel, tienen que defender sus derechos. En Cuba no se hace nada en las CCS y CPA que no esté presente la ANAP, se hace para cuidar los derechos de los campesinos, en Cuba no hay

contradicciones entre las instituciones lo que pasa es que hay disciplina, si quiere lograr algo con los campesinos tienen que hablar primero con la ANAP.

Los dirigentes de los campesinos tienen que ser personas que logren entender la idiosincrasia de los campesinos, en Cuba se ha logrado porque los dirigentes campesinos provienen de campesinos, yo soy hijo de campesinos, cuando tomo una decisión lo pienso varias veces, yo me gradué de derecho en la universidad, cuando aplicaba una medida o escribía una ley me remitía al pensamiento de mis padres, de mis antecesores, del lugar donde nací, donde me crié, en la montaña, me es más fácil defender, fundamentar o escribir sobre eso que a otra persona. Si no se entiende esta clase social no habrá avances en las organizaciones campesinas.

Como é a política de extensionismo e proteção adotada pela ANAP?

En la ANAP lo que se aplica no es una política de extensionismo, lo que se aplica es una metodología de campesino a campesino, defendemos esa metodología, se piensan en pequeñas cantidades, con la obtención de resultados rápidos y palpables, este lenguaje de los campesinos es muy comprensible para los propios campesinos.

La ANAP da un taller todos los años el día 21 de septiembre en Cuba en todas las CCS y las CPA del país, ese día se celebra el día del campesino agroecológico, ese día se escogen fincas de los pequeños agricultores que son promotores o facilitadores que hacen sus cultivos en forma agroecológica, el aula del taller es la finca del pequeño agricultor, el profesor es el campesino, los alumnos son los campesinos que viven alrededor del pequeño agricultor, a lo mejor son 8 o 10 alumnos, en una misma CCS o CPA se pueden dar 3 o 4 talleres, tantos como sean necesarios. En una mañana sin gasto de muchos recursos, se pueden movilizar 40 mil o 70 mil personas para que oigan hablar y hablen de agroecología. Esto ha dado muchos resultados. Así se practica la metodología de campesino a campesino. A estos talleres se invitan a las universidades, los institutos de investigación y se produce la retroalimentación y el intercambio.

La ANAP está escribiendo sobre esta propia metodología de campesino a campesino y el desarrollo agroecológico, debido a que ella empezó de forma experimental como un proyecto en las tres provincias centrales del país, ahora se extiende a todos los campesinos que quieren desarrollar la agroecología. Ahora se habla del movimiento agroecológico practicado por unos 10 mil a 15 mil campesinos que hacen su producción de manera agroecológica, se ha creado un grupo de agroecología a nivel nacional, todos los meses este grupo hace una visita a dos provincias y en ellas se realiza una reunión donde participan todos los promotores y facilitadores de estas dos provincias. En esa reunión se hace un chequeo, se ven las limitaciones, qué se debe hacer, se conforma un proceso de retroalimentación como estrategia de trabajo.

La proyección de la ANAP es la multiplicación de lo que se hace diariamente, es tema del próximo congreso, no se puede apartar la labor de la ANAP de la agroecología. La ANAP también ha decidido trabajar en la equidad de género, sólo el 17% de los miembros de la ANAP son mujeres. Existe en la actualidad una estrategia de género por tener esta debilidad. Si se comparan estos valores en el mundo es alto, pero para Cuba se considera bajo, si se considera que la primera persona que recibió tierra con la Primera Ley de Reforma Agraria fue mujer. Se está trabajando porque estas cifras se incrementen, porque se aumente el número de mujeres dirigentes a diferentes niveles desde las organizaciones de base hasta los niveles municipal, provincial o nacional.

Por supuesto no se puede olvidar que la misión fundamental de la ANAP es la producción y diversificación de alimentos para el pueblo, sin descuidar el trabajo de la cultura, el deporte y la recreación de los campesinos. Tampoco se puede descuidar el funcionamiento de la vida interna de la ANAP, que es lo que permite realizar todo lo demás, las CCS y las CPA se reúnen todos los meses, una asamblea general de socios, se reúne la junta directiva, si no se realizan estas reuniones dónde se discuten los problemas

económicos, políticos y sociales, si se descuida esto no se pueden alcanzar los objetivos de la ANAP, ahora se va a celebrar el 50 Aniversario del Triunfo de la Revolución, día grande para todos los cubanos, pero en particular para los campesinos. También está el 50 Aniversario del Congreso de Campesinos en Armas. La ANAP seguirá dando los aportes que sean necesarios, donde se soliciten en aras de que la Revolución siga avanzando.

Poderia registrar sua mensagem de encerramento?

Deseo grandemente que se cumpliera con una campaña verdadera de reforma agraria para América Latina y el Caribe, una campaña que de solución a los problemas de la salud, la educación, los problemas de la tierra, del mercado, de la vida de la familia campesina, si esto se llega a lograr algún día seremos más felices, este es mi mensaje final.

NOTA: A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão

Elvis Albert Robe Wandscheer

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.
e-mail: elvishz@yahoo.com.br

Carlos Alberto da Rosa Maciel

Mestrando em Extensão Rural na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.
e-mail: carlosutm12@hotmail.com

Anderson Souto Neves

Geógrafo e graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria –
UFSM.
e-mail: andersonsneves@hotmail.com

Resumo

A revolução tecnológica e social que vivenciamos no final do século XX foi o prelúdio da atual fase da globalização. As contradições presentes na globalização se expressam enfaticamente no espaço geográfico e nas diversas dimensões as quais o processo engloba: socioeconômico, político e cultural. Após a quebra da União Soviética, a sociedade de consumo no arquétipo Norte Americano é exportada para as diversas partes do globo. Um consumismo predatório que se perpetua no espaço acentuando, em diversas regiões, a segregação social inerente ao acúmulo de riquezas. A alimentação também sofre com as contradições inerentes do processo de globalização. Nesse sentido, presenciamos a proliferação de redes de “fast foods” com seus alimentos débeis em proteínas, mas agregados de apelos simbólicos midiáticos. É sobre esse tema que o presente texto pretende discernir uma reflexão sobre a transformação dos hábitos alimentares na sociedade contemporânea. Para isso analisaremos os filmes “Adeus Lênin” e “Super Size me”, contextualizando suas problemáticas no intuito de promover uma reflexão crítica sobre a questão da alimentação na sociedade impregnada pelo consumo.

Palavras-chave: alimentação, sociedade de consumo, globalização, hábitos alimentares, revolução tecnológica e social.

Resumen

La influencia de los procesos actuales en los alimentos: una propuesta de reflexión

La revolución tecnológica y social que experimentamos en fines del siglo XX ha sido preludio del estadio actual de la globalización. Las contradicciones existentes en la globalización se expresan, con énfasis, en el espacio geográfico y en las diferentes dimensiones que ese proceso abarca, como la socioeconómica, la política y la cultural. Después de la caída de la Unión Soviética, la sociedad de consumo, en el arquetipo norteamericano, es exportada para diversas partes del mundo. Un consumismo inmoderado que se establece en el espacio, profundizando, en diferentes regiones, la segregación social inherente a la acumulación de riquezas. La alimentación, a su vez, también sufre con las contradicciones inherentes al proceso de globalización. Así, observamos la proliferación de establecimientos “fast foods”, con alimentos de baja calidad en proteínas, pero involucrada de grande

apelación simbólica a través de la mass media. Acerca de ese tema, este trabajo se propone a hacer una reflexión sobre la transformación de los hábitos alimenticios en la sociedad contemporánea. Para ello, analizaremos las películas, “*Good bye Lenin*” y “*Super Size me*”, contextualizando sus problemáticas con la intención de suscitar una reflexión crítica sobre la cuestión de la alimentación en la sociedad infundida de consumo inconsecuente.

Palabras-claves: alimentación, sociedad de consumo, globalización, hábitos alimenticios, revolución tecnológica y social.

Abstract

The influence of contemporary processes in food: a proposal for reflection

The technological and social revolution experienced in the late twentieth century was the prelude to the current phase of globalization. The existing contradictions in globalization strongly expressed in the formation of geographic space and in different socioeconomic, political and cultural dimensions this process involves. After the fall of the Soviet Union, the consumer society in North America was reinforced as the archetype social formation exported to several parts of the globe. A predatory consumerism perpetuates itself in several regions accentuating the social segregation inherent in the accumulation of wealth. Important consequences of these developments are apparent in the agri-food system, as food suffers from the inherent contradictions of the globalization process. An example is the proliferation of "fast food" eateries with their unhealthy, protein-weak foods made symbolically appealing by a terrible propaganda machine. This paper explores the theme of the transformation of dietary habits in contemporary society analyzing the films “*Goodbye Lenin*” and “*Super-size me*”. We intend to contribute to the promotion of critical reflection on the issue of food in globalized societies impregnated by reckless consumption.

Keywords: food, consume society, globalization, dietary habits, technological and social revolution.

Introdução

Depois da queda do Muro de Berlin, a arrogância dos USA, em sua crença de que uniram o mundo todo numa grande “macdonaldização” da vida caiu por terra... O *american way* esbarrou nas diferenças culturais, na inércia da miséria, na solidez das superstições, na tradição teocrática de tantas culturas, no ódio racial entre balcânicos, na infinita fragmentação do mundo... O que morreu não foi o socialismo nem o hippismo; o que morreu foi a racionalidade de planejamento. O paradoxo é que o mundo se globaliza em economia, mas se “balcaniza” em ilhas culturais e psicológicas... (Jabor, 2004, p. 88).

É deste modo que vemos as recentes manifestações da Globalização se materializando. É explicitamente nesse rumo que os agentes da globalização vêm atuando nas diversas esferas das mais distintas sociedades planetárias, essas revelações desvelam-se, por vezes, em incorporações de hábitos e costumes, outrora através de ações de ódio ou repulsa. Porém, o fato é que o *american way* está presente em nossas vidas, muitas vezes a contragosto, a própria acepção negativa dos indivíduos diante da realidade - sejam em grandiosos protestos ou através de um simples boicote individual - já demonstra sua existência, insistência e expansão de uma “filosofia” que busca subjugar espaços e hábitos nos quatro cantos do mundo.

Algumas acepções acerca desse fenômeno referem-se a seu curso em suas várias faces desumanas, outras tantas ampliam o leque dos contornos dessas para as facetas de

sua atuação amena, superficial e gloriosa enquanto elo entre as populações e a difusão de tecnologias, dados, informações e idéias passadas pela mídia. Pois, seria essa a nova “cara” do mundo, um mundo cada vez mais instantâneo, dinâmico, onde a velocidade dita o tempo e o tempo determina o dia-a-dia, alterando o próprio cotidiano das pessoas e sua concepção de espaço. Como salienta Giddens (1991),

A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. (GIDDENS, 1991, p.69).

Nesse sentido, Ianni (1995) ressalta o surgimento de diversas metáforas para denominar esse processo, entre elas a da “aldeia global”, “fabrica global”, “nave espacial” e diversas outras que procuram refletir sobre a complexa mistura de processos contraditórios que se manifestam em distintas dimensões da sociedade. Harvey (2007) destaca que vivenciamos uma verdadeira compreensão do tempo e do espaço que gera novas formas de interação social, inexistentes em períodos anteriores.

As técnicas desenvolvidas ao longo do século XX foram fundamentais para a configuração dessa nova etapa do processo de globalização. O advento das novas tecnologias de comunicação foi marco para a configuração das novas formas de interações no tempo e espaço, espacializando o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008) de maneira distinta e desigual. Devemos destacar a existência de uma imensa segregação entre regiões e territórios onde a desigualdade social se manifesta, expondo as contradições inerentes ao processo de globalização. É manifesta a contradição inerente da globalização que acaba condicionando imobilismos de diversos atores sociais e regiões, sendo que simultaneamente proporciona vantagens cumulativas a um número reduzido de atores que compõem as estruturas dominantes do poder, seja ele o Estado, turistas abastados ou acionistas e/ou representantes de grandes transnacionais; sendo que esses últimos acumulam um montante significativo de capital explorando diversos setores da economia, entre eles o alimentício. Como salienta Santos (2002, p. 80): “[...] na realidade, as relações chamadas globais são reservadas a um pequeno número de agentes, os grandes bancos e empresas transnacionais, alguns Estados, as grandes organizações internacionais.” O sistema capitalista interage eficazmente a essa nova realidade, alimentando a discrepância social existente nos diversos territórios. Santos (2006, p. 23) destaca: “A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”. Essa internacionalização do mundo capitalista é a espinha dorsal do processo que se manifesta, principalmente, através da sociedade de consumo emergente. O rompimento com as relações tradicionais de consumo é o testemunho desta alteração, “[...] a promessa e a esperança de satisfação precedem a necessidade que se promete satisfazer e serão sempre mais intensas e atraentes que as necessidades efetivas.” (BAUMAN, 1999, p. 90). O consumo impõe seus valores através de uma simbologia manifestada, principalmente, através dos produtos e mercadorias cunhadas para alimentar uma falsa sensação de necessidade, essa passageira e descartável. Após a satisfação do fetiche consumista, quase imediatamente após sua aquisição, um novo produto estará à espera, com apelo comercial que preenchem nossos sentidos tão eficazmente quanto os aliena. Ingressamos em um círculo vicioso que dificilmente conseguimos nos desprender devido à perícia extrema de múltiplos profissionais. De acordo com Bauman (1999, p. 90), “a cultura da sociedade de consumo envolve, sobretudo o esquecimento, não o aprendizado”. Santos (2007) ressalta que o poder do consumo é contagiante, atingindo as mais diversas classes e atores, sendo esses rotulados de alienados se não compactuam com as “regras” impostas por essa sociedade. O autor destaca ainda:

Neste mundo globalizado, a competitividade, o consumo, a confusão dos espíritos constituem baluartes do presente estado de coisas. A competitividade comanda nossas formas de ação. O consumo comanda

nossas formas de inação. E a confusão dos espíritos impede o nosso entendimento do mundo, do país, do lugar, da sociedade e de cada um de nós mesmos. (SANTOS, 2006, p. 46).

Essas questões avançam e são orientadas em virtude do fato de nenhum elemento evoluir isoladamente, nem tampouco ser capaz de se transformar sem arrastar os demais no seu movimento. O problema, portanto, não é o da evolução particular de um único elemento, mas, sim, a própria a evolução global, tal qual ela está dada. Desse modo, ao vislumbrarmos os atuais parâmetros capitalistas, temos de vislumbrar esses elementos intrínsecos ao próprio sistema. (SANTOS, 2003).

Não obstante, o que objetiva-se nessa abordagem é focar especificamente como vem sendo alterada a questão do alimento através da inserção de novas dietas, de novos nutrientes ou, até mesmo, a falta deles nas distintas sociedades, bem como o “ritual” na qual consiste o alimentar-se. Essa, ao fazer-se, procurar-se-á não fazê-la por si só, mas enquanto elo divergente, desarmônico entre a cultura local e a cultura imperialista, propondo ponderar algumas questões acerca de paradigmas e idéias, imaginário e alento social, estruturas que calcam a sociedade como um todo.

O comportamento relativo à comida liga-se diretamente ao sentido de nós mesmos e à nossa identidade social, e isso parece valer para todos os seres humanos. Reagimos aos hábitos alimentares de outras pessoas, quem quer que sejam elas, da mesma forma que elas reagem aos nossos [...] Como precisamos comer para viver, nenhum outro comportamento não automático se liga de modo tão íntimo à nossa sobrevivência. Devemos comer todos os dias, durante toda nossa vida; crescemos em lugares específicos, cercados também de pessoas com hábitos e crenças particulares. Portanto, o que aprendemos sobre comida está inserido em um corpo substantivo de materiais culturais historicamente derivados. A comida e o comer assumem, assim, uma posição central no aprendizado social por sua natureza vital e essencial, embora rotineira. O comportamento relativo à comida revela repetidamente a cultura em que cada um está inserido. (MINTZ, 2001).

Logicamente, a abordagem fica um tanto quanto limitada no que tange a precisão de suas manifestações, sendo capaz apenas, ao menos num primeiro momento, de minimamente apontar algumas importantes reflexões que não têm a pretensão de serem estáticas em seus apontamentos, mas dinâmicos em seu diagnóstico.

Para tanto, busca-se efetuar um paralelo entre os filmes “Super Size me: A dieta do palhaço” e “Adeus, Lênin”; nas quais, mesmo se tratando de realidades e locais distintos, ambos encontram elementos culturais marcantes que repousam sobre o fator alimentação. Com isso, os novos hábitos das novas sociedades “globalizadas” têm confrontado novos modelos alimentares com as dietas típicas, buscando eliminá-las ou, ao menos, infiltrarem-se no cardápio, na cultura das distintas sociedades de norte a sul. Assim, enterram a anterior divisão do mundo em capitalista e socialista para, agora, buscar uniformizar as tão desiguais sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas em torno do *fast-food* e da correria frenética do cotidiano da nossa atualidade marcada pela vivência do período técnico-científico-informacional. Conforme Santos (2003): o período técnico-científico-informacional é a expressão geográfica da globalização. O território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, tendo enormes possibilidades de produção, sobretudo, dos insumos dos produtos, do dinheiro, das idéias e informações, das ordens e dos homens. É a irradiação do meio técnico-científico-informacional que se instala sobre o território.

Nesse sentido, tem-se a necessidade de fazer uma análise em relação ao elo entre o que se poderia caracterizar como uma “identidade social”, dada pela alimentação e a identidade cultural, e a “nova identidade social”, originada pelos processos globalizantes de consumo. Segundo Contreras & Gracia (2004, p. 215):

Las prácticas alimentarias son primordiales em el establecimiento y mantenimiento de la sociabilidad humana, em el intercambio personal y em la reciprocidad... Han servido, históricamente, para marcar las diferencias étnicas y sociales em la medida em que constituyen uma via para clasificar y jerarquizar a las personas y a los grupos, así como para manifestar las formas de entender el mundo. Como ya se há dicho, somos lo que comemos.

É destarte que segue a presente abordagem na acepção de fomentar o debate acerca da concepção de todos os fatores que norteiam os itens acima abordados, perseguindo-os ao longo do filme e em suas “entrelinhas”, nas quais se pode perceber e calcar nas mesmas a infeliz realidade que se abate sobre distintos espaços, fazendo-se vigente, se não em todo, mas ao menos, em boa parte de sociedades nos mais diversos continentes.

Adeus, Lênin

O filme aborda o Outubro de 1989 na Alemanha Oriental, na qual a senhora Christiane, mãe de dois filhos, entra em coma. Até então, essa senhora era uma grande devota dos ideais de Lênin e uma seguidora fervorosa do socialismo, além de uma defensora da ditadura do proletariado. Porém, oito meses após o acidente ela desperta do seu estado de coma.

Ao despertar, a Alemanha Oriental já não é mais a mesma, ocorrera neste intervalo uma mudança incisiva e, com certeza, drástica a todo socialista utópico, tal qual se constituía a alemã Christiane. Fora a queda do muro de Berlim e a conseqüente unificação da Alemanha oriental e ocidental num único regime, rompimento simbólico que marca o fim da Guerra Fria e, a partir de então, inicia-se o processo globalizante em todo o mundo em um ritmo acelerado. Os símbolos desse processo estão representados pelas multinacionais Coca-Cola e o MacDonal’d’s. Também, a bancarrota da inserção, penetração de novos hábitos nas mais distintas culturas, denotando, portanto, o quão importante é o alimento e o que ele representa a todo e qualquer país em sua identidade cultural e em sua soberania.

Alimentação e globalização, à primeira vista, eram termos irreconciliáveis. De fato, o preparo dos alimentos de um determinado modo, a cozinha, contribuem para a afirmação da identidade étnica/nacional... Estudos de migração mostram que imigrantes e minorias étnicas tentam manter seus hábitos culinários mesmo diante de fortes pressões externas... Para os estruturalistas, a cozinha é uma linguagem através da qual uma sociedade expressa suas estruturas mais inconscientes. (RIAL, 1995, p. 5 - 6).

Ainda nessa pauta, mas considerando-se o evento do encerramento da Guerra Fria em seu sentido formal, que tão logo proporcionou o final da bipolaridade mundial e levou o mundo à inauguração de uma nova era (VIZENTINI, 1999), pode-se visualizar que a alimentação constituiu muito mais que um mero simbolismo, mas a mudança completa de hábitos, costumes, ações; enfim, de todo um ritual e concepção existente quanto a própria identidade de um povo. Pode-se efetuar um paralelo entre a inserção do *fast-food* na agora Moscou capitalista e a Alemanha unificada sob um mesmo sistema planetário, ou seja, o capitalismo.

Nada foi mais eloqüente da derrota do sistema soviético do que a implantação de um dos seus restaurantes em pleno coração de Moscou, a alguns passos do túmulo de Lênin. Inúmeros artigos de jornais e revistas em todo o mundo se referiram à inauguração desse restaurante, como uma espécie, me permito o anacronismo, de tomada da Bastille perpetrada contra o comunismo mundial. (RIAL, 1995, p. 8).

A questão do rompimento da própria acepção cultural fomentada pelo filme “Adeus, Lênin”, esse choque é desenvolvido ao longo da evolução do filme com uma clareza para quanto significou e quais foram os impactos ocasionados por essa mudança de regime na Alemanha Oriental. Através da complicação que a senhora Christiane teve após o acidente, ela passa a ser uma potencial vítima dessa nova situação nacional, de ingresso de novos hábitos alimentares e, portanto, de uma nova “roupagem cultural”, uma vez que a mesma pode ter um enfarte a qualquer momento e não poderia sofrer quaisquer tipos de emoções fortes. Que dirá vislumbrar a agora ação estatal em prol da economia capitalista de forma intensa e essencial, intervindo nas próprias relações sociais, sobretudo, no tema que está em foco aqui, ou seja, a questão alimentar (VESENTINI, 1990).

Na continuação do enredo do filme, a partir dessa problemática, os filhos Alex e Ariane tentam evitar a tragédia que se anunciara, manter o comunismo funcionando sob a farsa da alteração de alimentos do regime socialista, fazendo uso de embalagens antigas, ou seja, maquiando o novo produto agora pertencente à iniciativa privada e, não raro, oriundo de importações ou pertencentes a multinacionais que se instalam no território. Assim, o lar da família vira um “museu” de raridades do antigo sistema socialista.

Esses fatos denotam a rápida homogeneização alimentar, infiltrando-se através de mercados e restaurantes, levando consigo a cultura e os ideários norte-americanos, perfazendo um processo de standardização alimentar que impelem-se até as últimas consequências (RIAL, 1995).

Outros antigos colegas de Christiane, boa parte nostálgicos do socialismo utópico, acabam também participando da farsa. Um dos episódios mais engraçados apresenta a colocação de um imenso *outdoor* da Coca-Cola no prédio em frente ao de Christiane, fazendo menção, portanto, a um dos fatores mais importantes da “invasão” efetuada nos territórios via alimentação.

[...] códigos culturais são veiculados pelos meios de comunicação de massa, em um complexo processo de socialização para o consumo que caracteriza a cultura contemporânea [...] As razões pelas quais somos levados a comprar produtos, desejar marcas, freqüentar shoppings ou escolher determinados serviços, passando uma boa parte de nosso cotidiano envolvidos com as experiências de consumo, são um grande mistério. Existe todo um repertório de saberes e práticas envolvidos com a busca para descobrir o segredo Quem dá as regras do jogo? A vontade de desvendar estes mistérios é grande. Pesquisar para conhecer *segredos* de consumidores, é parte dos esforços para solucionar problemas de vendas, marcas e empresas, pois saber o *segredo* pode significar a diferença entre sucesso e fracasso de produtos e serviços [...] Conhecer o significado do fenômeno do consumo passa pelo exame profundo de sua relação com a cultura [...] Para entender o consumo é preciso conhecer como a cultura constrói esta experiência na vida cotidiana, como atuam os códigos culturais que dão coerência às práticas e como, através do consumo, classificamos objetos e pessoas, elaboramos semelhanças e diferenças. E assim ver que os motivos que governam nossas escolhas entre lojas e *shoppings*, marcas e grifes, estilos e gostos. (ROCHA, 2000, p. 18-19).

Enfim, nesses novos “contornos” que a agora sociedade alemã adquiriu, a definição de Fireman (2004) encaixa perfeitamente com o que o filme propôs-se a apresentar e transmitir, a de que a sustentação de um universo inteiro é complicado e o bom filho precisa fazer com que as mudanças na Alemanha aconteçam aos poucos. De modo lento, a história da Alemanha é recriada perfeitamente, tendo mudanças que abraça exilados e multinacionais e torna o mundo dos sonhos passados de sua mãe possível (FIREMANN, 2007). Assim como as diversas sociedades no pós-Guerra Fria que reconstruiu os próprios hábitos alimentares tão característicos em torno dos novos “pilares” da sociedade global.

Esses elementos de “Adeus, Lênin”, os quais se buscaram aqui elucidar enfatizando-se enquanto mudança cultural na agora Alemanha Oriental e o quão difícil fora perpetuar, mesmo que por alguns meses, a continuidade de um padrão, um modelo alimentar agora

transformado. Esse exemplo, logicamente dadas suas proporções, possivelmente caiba a todos nós, sociedades transformadas pela distribuição de mais de 13 mil restaurantes MacDonald's e incrustados de Coca-Cola em nosso cotidiano. No entanto, essa fora uma mudança lenta e contínua, circundada por muitos anúncios. Com isso, fizeram desses alimentos hábitos novos e manifestações que se agregaram aos já existentes, efetivados e perpetuados pela identidade do povo. O resultado? Uma mudança assombrosa em todo âmago da sociedade, desde a esfera produtiva até o final da cadeia, aquilo que é visível: o consumo.

A exportação dos pontos de venda, além dos hábitos locais, implicaram em mudanças a nível da agricultura e da pecuária desses países [...] Para conservar a unidade dos diferentes restaurantes, ou seja, obter um mesmo sabor e uma mesma aparência externa nos itens oferecidos, as empresas de fast-food homogeneizaram num primeiro momento, portanto, a qualidade da matéria prima empregada e, em seguida, os fornecedores eles mesmos. Isso resultou em uma vasta uniformização das culturas agrícolas e da criação, com a preferência de algumas espécies vegetais e animais em detrimento de outras. Assim, por exemplo, entre centenas de variedades de batatas existentes, o McDonald's emprega apenas duas [...] Como o McDonald's logo tornou-se o primeiro comprador mundial de batatas (e também de peixe e de frango), nós podemos bem imaginar as conseqüências que a escolha de uma cultura acarreta para as outras. (RIAL, 1995, p. 10).

Super size me: a dieta do palhaço

Este documentário, mesmo debruçando-se sobre um problema tipicamente norte-americano, que apesar de peculiar não é estranho a nenhum país que já possua em sua internalidade territorial um *fast-food* do gênero MacDonald's. Assim, o documentário "Super Size Me: A dieta do palhaço" foca-se no atual problema na qual se constitui a alimentação "contemporânea" de uma sociedade globalizada e cada vez mais centrada no tempo, norteadas por imagens e signos, pela tranquilidade que representa a alimentação em grande parte padronizada, guardando singularidade para com as peculiaridades da culinária e costumes locais¹. Também, influência do próprio conhecimento daquilo que se está vindo a consumir, até mesmo, quando se trata da estrutura física que, afinal, também perfaz a própria questão do consumo, sem esquecer ainda o próprio poder aquisitivo da população².

[...] o consumidor num *fast-food* come signos de um modo de vida - moderno, americano - mais do que alimentos. Como nunca antes, os *fast-foods* apostaram na força das imagens visuais: foram os primeiros restaurantes a anunciarem em publicidade e estão entre os maiores anunciantes, o McDonald's sendo a empresa que mais investe em publicidade no mundo [...] Também nesses casos, é uma cultura visual que é valorizada. Come-se o hambúrguer verdadeiro olhando-se para sua imagem fotográfica: maior, mais colorida e mais apetitosa do que o hambúrguer real. Isso é central na compreensão dos *fast-foods* como um fenômeno de alcance global, que ultrapassa com facilidade as fronteiras lingüísticas. (RIAL, 1995, p. 94).

¹ Rial (1995, p. 96): O horário, a composição, a sequência dos pratos são elementos que variam evidentemente de uma cultura a outra. Em certos países, a diferença entre uma colação e uma refeição se restringe a presença ou ausência de alguns pratos, especialmente um alimento de base...

² Rial (1995, p. 95): ...Em princípio o indivíduo das sociedades modernas pode escolher um alimento do mesmo modo que escolhe uma vestimenta. Cada grupo, tendo em conta as disponibilidades econômicas e o estilo de vida, compõe um conjunto de produtos para seu consumo.

Portanto, ainda nesse sentido, o presente documentário exprime uma massiva e crescente revelação de casos de obesidade oriundos de problemas no âmbito dos hábitos alimentares que vêm a assolar não só os Estados Unidos, mas também grande parcela das sociedades europeias e outros tantos centros urbanos em que tais redes *fast-foodianas* se instalaram.

Trata-se, portanto, não somente de enfatizar a problemática, mas também de buscar respostas quanto ao problema na qual se constitui o *fast-food*, nesse caso o MacDonald's.

Ao abordar tais questões, aponta-se as indústrias alimentícias enquanto elementos de criação de mecanismos capazes de ludibriar e viciar direta, ou ainda que indiretamente, uma relevante parcela de seu público alvo, na qual as crianças compõem talvez a maior delas. Essas compõem uma parcela não somente relevante, como também fiel, na qual alguns souvenirs contemplam o desejo por tal produto mesmo quando o paladar não o faça-se enquanto elemento principal do que está sendo ofertado, o hambúrguer.

É evidente que, apesar do assunto ter abrangência incalculável, o diretor prefere apontar todas as suas armas para o maior representante do comércio *fast food* do mundo, o McDonald's. Existe certo divagar acerca das causas e/ou consequências oriundas de um consumo exacerbado de tal alimento, não existe aqui um determinismo maquiavélico, nem tampouco uma visão tênue acerca da mercadoria hambúrguer. As principais temáticas que merecem todos os méritos dizem respeito à ofensividade das entrevistas efetuadas com dirigentes do alto escalão das empresas, sempre utilizando-se de uma “dose” de humor negro nas mesmas.

Contudo, o fator de maior êxito no filme e que merece destaque aparece no momento em que se evidenciam os malefícios de se comer apenas *fast-foods* por um período de um mês inteiro, na qual o documentário busca debater a relação desse hábito alimentar para com a obesidade, cumprindo para com tarefas aparentemente traçadas, tais quais: alertar, demonstrar e informar o quanto esses produtos afetam o corpo, o perfil e, não raras vezes, a saúde; remetendo à camuflagem das imagens e publicidades por trás de palavras maquiadas e dúbias, nas quais comumente faz-se trocadilhos de funções até mesmo orgânicas para efetuar tais explicações.

[...] os panfletos alimentares do McDonald's transformam as “calorias” em “energias” e, nos Estados Unidos, a cadeia convida seu pessoal a utilizar as palavras “cozido” e “cozimento” ao invés de “frito” e “fritura”, estes tendo adquirido conotações perigosas, ainda o processo de preparação dos “pratos” não foi em nada alterado. (RIAL, 1995, p. 102 - 103).

Resgata-se, por fim, o que provavelmente tenha o filme de mais importante, distante de ideologismos, o mesmo debate um elemento, aliás, um fato simplesmente indiscutível: comer *fast-food* faz mal e isso ninguém questiona. Porém, essa é se não a única, mas, com certeza, a maior aprovação pela qual os *fast-foods* foram colocados a crivo enquanto questionamento referente às consequências físicas geradas no conjunto da população consumidora. Essa grande influência é construída através do chamado “marketing de guerra”, muito bem realizado pelas empresas alimentícias. A comercialização de produtos questionáveis do ponto de vista calórico põe em xeque a saúde de várias vidas ao redor do mundo, principalmente em território norte-americano, que são seus maiores consumidores.

É dessa forma que os elementos presentes nesse filme, que tão caracteristicamente perfazem (ou cercam) a estrutura a qual esse filme diz respeito, contemplam as seguintes temáticas contemporâneas da sociedade global tão bem introduzidas pelo filme “Adeus, Lênin”:

O modo alimentar de uma época é consoante com suas outras dimensões sociais e com a identidade dos seus indivíduos. A alimentação contemporânea nas grandes cidades (lugares preferenciais de instalação dos *fast-foods*) não poderiam, em nome de uma nostalgia, se manter dentro das mesmas estrutura da antiguidade: uma época de velocidade, de aceleração do tempo, demanda uma alimentação rápida [...] Aproveitando

um trocadilho de Fischler, poderíamos dizer que não estamos apenas diante de uma gatro-anomia que substitui a gastronomia anterior, pois novas regras (nomos) de alimentação se constroem ao lado do comer fast-foodiano e doutrinas alimentares rígidas como o vegetarianismo, a macrobiótica, dietas sem carne ou derivados, etc ganham espaços. Não se trata de abordar a mudança apenas do ponto de vista dos elementos que preenchem uma determinada estrutura e, diante da constatação de lacunas, lamentarmos essa desestruturação, não estamos diante da simples alteração de elementos, apropriada estrutura foi alterada. Trata-se de perceber novas estruturas ao invés de ausência de estrutura. (RIAL, 1995, p. 103).

Considerações finais

Podemos, com os vídeos abordados, refletir sobre a sociedade de consumo que impõe sua sistemática atuação também aos gêneros alimentícios, transformando-os em fetiches consumistas extravasados pela mídia e seu “marketing terrorista”. A importância de uma dieta equilibrada e sustentável é ignorada pelas grandes transnacionais que exploram o setor numa busca constante por novos mercados, em que o lucro justifica tudo, incentivando, dessa forma, a segregação espacial e social das regiões. A ideia de uma alimentação saudável é posta em segundo plano, sendo que, em muitas vezes, o debate fica a cargo de Organizações Não Governamentais (ONG’s) e movimentos sociais, como exemplo o debate sobre os *show foods* (práticas saudáveis de alimentação) que infelizmente perde a disputa contra as grandes transnacionais detentoras do poder midiático.

A importância do debate serve também para refletirmos as atuais crises alimentares em que o “mundo subdesenvolvido” é rotulado de culpado pela baixa produtividade de alimentos. Entretanto, o que se deve realmente discutir é o excesso de desperdício dos países desenvolvidos no que se refere a alimentos, com destaque aos EUA e suas diversas redes de *fast foods* responsáveis pelas altas taxas de desperdícios de alimentos e de obesidade mórbida de sua população. Percebemos que enquanto uma população absorver quantidades calóricas muito superiores ao necessário para sua alimentação diária, outros países (os quais muitos são fornecedores de produtos alimentícios) enfrentam a subnutrição de sua população de forma sintomática. O que deve ser combatida é a lógica consumista geradora de segregação social.

São questões latentes como essas que passam despercebidos no nosso dia a dia. Sempre que enfrentarmos uma crise alimentar, devemos analisar com cuidado os atores políticos e econômicos responsáveis, evitando absorver sem uma devida reflexão o que as grandes empresas midiáticas nos impelem.

Referências bibliográficas:

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 1999.

CONTRERAS, H., J.; GRACIA, A. M. Alimentación, “cocina” e identidad cultural. In: **Alimentación y cultura: perspectivas antropológicas**. Barcelona: Ariel, 2004.

FIREMAN, C. **Adeus, Lênin**. Cineplayers, 2004. Disponível em: <<http://www.cineplayers.com/critica.php?id=397>>

JABOR, A. **Amor é prosa sexo é poesia**. Crônicas afetivas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 16 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. RJ: Civilização Brasileira, 1995.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

MINTZ, S. W. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista brasileira de ciências sociais**. São Paulo, 16(47), p. 31-41, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n47/7718.pdf>>

RIAL, C. da S. M. Os fast-foods uma homogeneidade contestável na globalização cultural. In: **Horizontes antropológicos - diferenças culturais**. Porto Alegre: PPGAS/UFSC, 1995. p. 140 - 180.

_____. Fast-foods: a nostalgia de uma estrutura perdida. In: **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre: PPGAS, 1995. p. 94 - 103.

ROCHA, E. Totem e consumo: um estudo antropológico de anúncios publicitários. **Alceu**, Rio de Janeiro, 1(1), p. 18-37, 2000. Disponível em: <http://publique.rdc.puc-rio.br/revistaalceu/media/alceu_n1_Everaldo.pdf>

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 5ª ed. São Paulo: EDUSP, 2007b.

_____. **O espaço do cidadão**. 7ª ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 13 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. SILVEIRA, M. L. **O Brasil**. território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2003.

VESENTINI, J. W. **Imperialismo e geopolítica global**. Campinas: Papyrus, 1990.

VIZENTINI, P. F. **A nova ordem global: relações internacionais no século 20**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

NOTA: Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico

Antonio Ismael I. Cardoso

Professor Doutor Departamento de Produção Vegetal/Horticultura- FCA-UNESP

e-mail: ismaeldh@fca.unesp.br

Pedro Jovchelevich

Engenheiro Agrônomo, Doutor, Associação Biodinâmica

e-mail: pedro.jov@biodinamica.org.br

Vladimir Moreira

Engenheiro Agrônomo, Associação Biodinâmica

e-mail: vladirica@hotmail.com

Resumo

No Brasil já existem mais de 19 mil propriedades certificadas orgânicas, principalmente agricultores familiares, e o mercado orgânico cresce continuamente nos últimos anos. A agricultura biodinâmica, agricultura orgânica, natural e agroecológica deixaram de ser alternativas e passaram a ser aceitas oficialmente como sistemas de produção agrícola, a partir da lei da agricultura orgânica (lei 10.831/03). Em 2008 esta lei foi regulamentada e, em relação ao uso de sementes, foi aprovado um prazo de cinco anos para obrigatoriedade do uso de sementes oriundas do manejo orgânico. O uso de sementes adaptadas ao manejo adotado pelo agricultor e às condições locais são essenciais para seu sucesso, autonomia e menor dependência de insumos externos, principalmente com a atual situação de mudanças climáticas. O melhoramento participativo é um processo coletivo onde se valoriza o conhecimento do agricultor no manejo e qualidade do produto, aliado ao conhecimento do melhorista nas técnicas de seleção. Outro fator valorizado é a conservação da agrobiodiversidade ou do germoplasma local de plantas cultivadas a várias gerações pelos agricultores de uma determinada comunidade.

Palavras-chave: sementes, agricultura orgânica, melhoramento participativo, hortaliças, agricultura familiar.

Resumen

Producción de semillas y lo mejoramiento de hortalizas para la agricultura familiar en la gestión orgánica

En Brasil hay más de 19 000 certificados propiedades orgânicas, principalmente agricultores, y el mercado orgânico está creciendo sostenidamente en los últimos años. La agricultura biodinâmica, la agricultura orgânica, alternativas naturales y agro-ecológicas ya empezó a ser aceptada oficialmente como sistemas de producción agrícola, de la ley de la agricultura orgânica (Ley 10.831/03). En 2008 esta ley fue reglamentada y por el uso de semillas se aprobó un plazo de cinco años, el uso obligatorio de semillas derivadas de la gestión orgânica. El uso de semillas adaptadas a las prácticas culturales adoptadas por los agricultores y las condiciones locales son esenciales para su éxito, la autonomía y menor dependencia de insumos externos, especialmente con la situación actual del cambio climático. Mejoramiento participativo es un proceso colectivo que valora el conocimiento de los agricultores en la gestión y la calidad del producto, junto con el conocimiento del obtentor

en las técnicas de selección. Otro factor es la mejor conservación de la biodiversidad agrícola o el germoplasma local de plantas de cultivo para varias generaciones por los agricultores en una comunidad dada.

Palabras-clave: semillas, agricultura orgánica, mejoramiento participativo, la horticultura, la agricultura familiar.

Abstract

Seed production and vegetables breeding for smallholder farming in organic management

In Brazil there are already over 19 000 certified organic properties, mainly smallholder farming, and organic market is growing steadily in recent years. Biodynamic farming, organic agriculture, natural and agro-ecological system began to be accepted officially as agricultural production systems, from the law of organic agriculture (Law 10.831/03). In 2008 this law was regulated and, for the use of seeds, it was approved within five years for mandatory use of seeds derived from organic management. The use of seeds adapted to the cultural practices adopted by farmers and local conditions are essential to its success, autonomy and less dependence on external inputs, especially with the current situation of climate change. Participatory breeding is a collective process which values the knowledge of the farmers in management and product quality, coupled with knowledge of the breeder in selection techniques. Another factor is the enhanced preservation of agrobiodiversity or the local germplasm of crop plants for several generations of farmers to a particular community.

Keywords: seeds, organic farming, participatory breeding, horticulture, family farming.

Introdução

No Brasil já existem mais de 19 mil propriedades certificadas orgânicas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006), principalmente agricultores familiares, e o mercado orgânico cresce continuamente nos últimos anos, sendo que a maior parte das culturas já se encontra disponível no mercado. Enquanto na Europa a legislação orgânica e biodinâmica proíbe o uso de sementes convencionais, aqui no Brasil ainda é tolerado. O processo de certificação exige que o produtor comprove que não encontrou sementes orgânicas disponíveis, e então libera o uso de sementes convencionais, desde que não tratadas. No caso de hortaliças, há poucas opções disponíveis no mercado, sendo a produção de sementes de hortaliças adaptadas a este manejo um grande desafio.

O Brasil é signatário do Tratado de Recursos Fitogenéticos para Agricultura e Alimentação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO-ONU), o qual, no artigo 9, reconhece a enorme contribuição das comunidades locais de agricultores e indígenas de todas regiões do mundo para conservação e desenvolvimento dos recursos genéticos, garantindo aos agricultores o direito de participar da repartição de benefícios e da tomada de decisão em nível nacional. O Brasil também é signatário da Convenção Internacional sobre Diversidade Biológica, a qual reconheceu o direito dos Estados sobre seus recursos biológicos e propôs a adoção de mecanismos para garantir a repartição justa e equitativa de benefícios resultantes da exploração econômica da biodiversidade (CORDEIRO, 2007).

A lei brasileira de sementes e mudas (10.711/2008) no artigo 2, inciso XVI, reconhece a existência de cultivares locais ou crioulos como variedades adaptadas por pequenos agricultores familiares e a possibilidade de trocas e comercialização entre si. O uso de sementes adaptadas ao manejo adotado pelo agricultor e às condições locais são essenciais para seu sucesso, autonomia e menor dependência de insumos externos. No

entanto, nem todos os agricultores tem estas variedades locais disponíveis. Também pode ocorrer que o mercado a ser abastecido dê preferência por um tipo de fruto, por exemplo, existente apenas em híbridos. Nestes casos, uma opção é o cruzamento destes híbridos e seleção de plantas para as condições de cultivo adotadas pelos agricultores familiares, visando obter novas populações em que eles possam multiplicar as sementes para serem utilizadas nas safras seguintes e também trocar com outros agricultores, prática permitida pela lei de sementes (artigo 8, pag. XIII). Deste modo, com o tempo, eles estarão obtendo novas variedades adaptadas às suas condições de cultivo e com boas características de fruto para comercialização.

A agricultura biodinâmica, agricultura orgânica, natural e agroecológica deixaram de ser alternativas e passaram a ser aceitas oficialmente como sistemas de produção agrícola a partir da lei da agricultura orgânica (Lei 10.831/03) aprovada pelo congresso no final de 2003. Esta lei foi regulamentada pelo decreto 6323/07 e entrou em vigor em janeiro de 2011. Em relação ao uso de sementes, a Instrução Normativa (IN) 46 (2011) estabeleceu um prazo até 19 de dezembro de 2013 para obrigatoriedade do uso de sementes oriundas do manejo orgânico. Neste sentido, são prementes a pesquisa e o desenvolvimento de cultivares de hortaliças adaptadas ao manejo orgânico, principalmente para agricultura familiar. Segundo dados do Brasil (2006a), a agricultura familiar gera 60% do alimento consumido no país, 77% dos empregos no campo e representa 85% das propriedades no Brasil. Porém, muitos destes agricultores encontram-se esquecidos nos grotões do Brasil, como os quilombolas, assentados da reforma agrária e pequenos grupos de regiões isoladas.

O Brasil tem uma riqueza de agrobiodiversidade, um exemplo é a abóbora (*Cucurbita moschata* Dusch), planta de origem americana, que se destaca como uma cultura que faz parte das tradições das antigas civilizações que habitavam a América e é muito cultivada nas diversas regiões brasileiras pelos agricultores familiares. No Brasil existe grande variabilidade de cultivares e a maior parte da diversidade genética do gênero *Cucurbita* concentra-se nos estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Rio Grande do Norte e Maranhão. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Hortaliças, mantém em sua coleção 1.621 acessos de abóbora. Nos locais de coleta, predomina agricultura tradicional, onde os produtores guardam a própria semente para o próximo plantio, com consumo voltado para subsistência, excedente comercializado localmente e manejo sem uso de agroquímicos (BRASIL, 2006b). Cabral (2007), trabalhando na região da Baixada Cuiabana, Grande Cáceres e Vale do Guaporé em Mato Grosso, em comunidades de quilombolas e de agricultores familiares, coletou 12 variedades de abóbora. No estado de São Paulo a diversidade genética deste gênero é menor, onde em geral o produtor depende de variedades comerciais melhoradas para sistemas de produção convencional.

Segundo Brasil (2006c), as sementes crioulas ou variedades de espécies de plantas cultivadas pelas comunidades indígenas, locais e da agricultura familiar, constituem recursos genéticos de inestimável valor para o desenvolvimento rural e para toda humanidade. Por serem material adaptado aos locais onde são mantidas, estas podem ser consideradas essenciais para a autonomia e desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e para a segurança alimentar, pois incluem as principais espécies da dieta humana.

Produção de sementes no sistema orgânico

Com a exigência da legislação para que o produtor orgânico utilize apenas sementes produzidas neste sistema de produção e a falta de opções no mercado forçará a demanda por elas. Certamente, várias empresas especializadas se interessarão por este mercado. Porém, nem todas as culturas e cultivares deverão ser produzidas neste sistema por estas empresas e os produtores podem vir a produzir sua própria semente, principalmente de cultivares locais.

O produtor de hortaliças no sistema orgânico necessita de vários conhecimentos técnicos específicos para produzir sementes, que devem ser respeitados e seguidos. Dentre

estes conhecimentos, alguns são comuns a quase todas as culturas, podendo-se destacar alguns:

a) Escolha do local e época: muitas vezes o produtor de hortaliças escolhe plantar em épocas que não são as mais favoráveis para a cultura visando a obtenção de melhor preço. Para a produção de sementes, o produtor deve escolher a melhor época para a cultura, pois as sementes geralmente podem ser armazenadas por longo período de tempo, desde que sejam adotados critérios e práticas no seu manejo. Deste modo, se possível, o florescimento e a maturação devem coincidir com épocas secas, geralmente desfavoráveis a incidência da maioria das doenças fúngicas e bacterianas, visando maior produtividade e qualidade sanitária das sementes. Também é importante o conhecimento da exigência térmica de algumas culturas para a indução do florescimento. Por exemplo, a maioria das cultivares de cebola e cenoura necessitam de um período de baixas temperaturas para indução do florescimento de 100% das plantas que, na maioria das regiões produtoras no Brasil não são atingidas. O maior perigo, neste caso, é o produtor colher sementes das plantas que floresceram naturalmente em sua lavoura. Isto não deve ocorrer, pois ao utilizar estas sementes na próxima safra para a produção de raiz (cenoura) ou bulbo (cebola), o produtor pode ter a surpresa de ter florescimento prematuro na maioria das plantas, ou seja, colher sementes e não raiz ou bulbo.

Outras espécies necessitam de temperatura mais elevada para que consigam se desenvolver e florescer, como no caso do feijão vagem, milho, abóboras entre outras. No entanto, temperatura muito elevada também pode ocasionar abortamento de flores e frutos, como no caso do tomate, da berinjela e da abóbora. Outro fator importante que deve ser levado em conta é o fotoperíodo, pois algumas espécies exigem um fotoperíodo longo para florescer, como a beterraba.

b) Isolamento: segundo Nascimento (2005), o isolamento consiste na separação dos campos de produção de sementes da mesma espécie ou de espécies afins, para evitar a ocorrência de contaminação genética ou mistura varietal. Esta separação pode se dar no espaço ou no tempo. Nas espécies alógamas, que são as espécies onde ocorre a polinização cruzada entre plantas, havendo a necessidade de agentes polinizadores, como insetos ou vento, cuidados devem ser tomados, como observar a distância mínima entre campos de produção, evitando cruzamentos indesejáveis por insetos polinizadores. Distâncias entre 2.000 a 3.000 metros entre campos de produção das diferentes cultivares da mesma espécie são suficientes.

c) Nas espécies alógamas com polinização entomófila é fundamental a presença de grande quantidade de insetos polinizadores. Na ausência destes, recomenda-se a colocação de pelo menos uma colmeia por hectare (ha), e se possível 3. Geralmente os insetos fazem a polinização no período da manhã, por isto, na fase de florescimento, deve-se evitar a irrigação por aspersão no período da manhã, assim como a pulverização de produtos, mesmo naturais, que possam afastar estes insetos. Nestas espécies não é conveniente retirar sementes de poucas plantas. Deve-se retirar poucas sementes de diversas plantas. Já nas espécies autóginas, a polinização ocorre com a queda do grão de pólen no estigma com formação do tubo polínico na mesma flor. Nestas espécies pode-se retirar sementes de poucas plantas, que não ocorre a perda de vigor.

d) No caso de produção em pequena escala para consumo próprio, escolher apenas as melhores plantas, sadias e mais produtivas, para se colher as sementes. No caso de culturas com colheitas múltiplas, por exemplo, tomate, pimentão e feijão vagem, colher os primeiros frutos, desde que sadios, quando as plantas estão vigorosas e sadias.

e) Colheita dos frutos/sementes: segundo Nascimento (2005), a maturação das sementes representa o conjunto de transformações que ocorrem no embrião, desde a sua fertilização até atingir o ponto de máximo conteúdo de matéria seca. Este ponto, em que se verificam níveis mais elevados de germinação e vigor, é denominado de “ponto de maturidade fisiológica”. Uma vez atingido esse ponto, inicia-se nas sementes um processo de deterioração natural, que pode ser maior ou menor, de acordo com as condições ambientais a que as sementes são submetidas. A colheita deve ser efetuada mais próxima possível do ponto de maturidade fisiológica, assim que o grau de umidade das sementes e

as condições climáticas locais permitirem. Os frutos devem ser colhidos em dias secos, ensolarados, diminuindo assim a necessidade de secagem.

Não basta produzir sementes, deve-se produzir sementes com qualidade genética (pureza varietal), fisiológica (germinação e vigor) e sanitária (ausência de patógenos) e o produtor deve estar consciente de que a qualidade depende do campo de produção. Qualidade genética é obtida com isolamento adequado e escolha das melhores plantas; qualidade fisiológica com manejo (adubação, irrigação e outros tratos culturais) adequado, colheita dos frutos no momento adequado e, se necessário, repouso pós-colheita dos mesmos, secagem adequada e armazenamento em locais secos e com baixa temperatura; e qualidade sanitária com a escolha do local e época mais adequados à cultura, manejo sanitário adequado e escolha apenas das plantas e frutos sadios para obtenção das sementes.

Atualmente, no mercado de sementes de hortaliças, há o predomínio de híbridos em muitas espécies. Além das restrições legais, tecnicamente não é recomendado se produzir sementes de híbridos pela segregação genética que será gerada, sendo as plantas resultantes, geralmente, diferentes das plantas híbridas para resistências genéticas, vigor e características de plantas. Por exemplo, a partir de um híbrido de tomate com resistência a diversos patógenos, tais como murcha de verticillo, de fusario, nematoides, pinta bacteriana e mancha de estenfilio, apenas uma minoria das sementes da geração F2 resultante deste híbrido apresentará todas estas resistências. Portanto, o produtor que quiser produzir sua própria semente deve fazê-lo apenas com cultivares de polinização aberta.

Melhoramento participativo

O trabalho de melhoramento participativo vem sendo desenvolvido por Organizações Não Governamentais (ONGs) e alguns pesquisadores de órgãos públicos que trabalham com populações de agricultores familiares em várias regiões. O objetivo é um processo coletivo onde se valoriza o conhecimento do agricultor no manejo e qualidade do produto, aliado ao conhecimento do melhorista nas técnicas de seleção. Outro fator valorizado é a conservação da agrobiodiversidade ou do germoplasma local de plantas cultivadas há várias gerações pelos agricultores de uma determinada comunidade (LONDRES, 2009).

O processo de substituição de variedades locais, indígenas, tradicionais ou crioulas por variedades modernas, de alto rendimento, é denominado erosão genética. A substituição de variedades crioulas por novas em um cultivo causa mudanças drásticas já que há substituição dos alelos, que são distintos na variedade local e na nova. Os alelos substituídos são perdidos ou erodidos, se não forem conservados ou usados em outro lugar (BOEF, 2007). Junto com a erosão genética ocorre também uma erosão cultural, pois muitas destas variedades estão profundamente ligadas a festas, rituais, religiões e também a culinária local de diversas comunidades pelo mundo afora. O desaparecimento afeta o repasse destes conhecimentos para as gerações futuras.

De maneira geral, a seleção das plantas é realizada em ambientes uniformes, onde problemas de estresses bióticos e abióticos são minimizados. O paradigma vigente busca a identificação de cultivares com alta produtividade e adaptabilidade ao manejo adotado, normalmente baseado em insumos químicos. Este paradigma apresenta sérias restrições nos trabalhos desenvolvidos com comunidades indígenas e pequenos agricultores familiares. Já na pesquisa participante, o conhecimento coletivo faz parte de todas as ações de pesquisa. Além dos aspectos ambientais, deve-se considerar questões sócio-culturais e econômicas. A integração de diferentes disciplinas pode auxiliar na construção de um novo paradigma juntamente com o saber popular e a pesquisa-ação (MACHADO, 1998).

No melhoramento participativo, o método de melhoramento mais utilizado é a seleção massal. Segundo Paterniani (1978), seleção massal simples consiste na escolha das melhores plantas por ocasião da colheita e aproveitamento de suas sementes no plantio da próxima geração. O controle parental é feito somente através do progenitor feminino, uma vez que os gametas masculinos provêm de toda população, em espécies alógamas.

Não há controle do ambiente, sendo que, às vezes, as melhores plantas são provenientes das áreas mais férteis ou favoráveis no local. Apesar destas limitações, a seleção massal praticada por milhares de anos por populações indígenas contribuiu para originar a grande variedade de tipos e raças existentes de milho, por exemplo.

A seleção massal estratificada adota um sistema para ter um controle melhor da heterogeneidade do solo em relação a seleção massal simples. Trata-se de dividir a área em parcelas, procedendo-se a seleção de cada parcela independente das demais. O motivo da utilização destes métodos no melhoramento participativo são suas vantagens: avaliação de um grande número de plantas; custo baixo e rápido. Sua eficiência depende da existência de variabilidade genética e de baixa variação ambiental, porém, este método é mais eficiente para seleção de características qualitativas, ou seja, condicionada por poucos genes.

Machado et al. (2006), trabalhando no sul do Espírito Santo com seleção massal estratificada em três ciclos de seleção, conseguiram um aumento da produtividade de milho de 46,8%. Melo et al. (1978), trabalhando no submédio São Francisco com seleção massal estratificada em dois ciclos de seleção de cebola, conseguiram ganhos por ciclo de seleção, estimados pelos coeficientes de regressão linear, de 5,05 t/ha para a cultivar Baia do Cedo e de 4,47 t/ha, para o Composto Baia. No verão os ganhos foram de 2,80 e 3,94 t/ha/ciclo para a cultivar Baia do Cedo e Composto Baia, respectivamente. Paterniani (1978), citando 10 pesquisas, de diferentes autores, avaliando os ganhos de seleção massal para produção em diversas populações de milho, mostrou ganhos por ciclo variando de 0,9 a 23,5%. Jovchelevich (2011) trabalhando com melhoramento participativo de abóbora em manejo biodinâmico em Botucatu-SP, conseguiu um aumento de mais de 95% de frutos comerciais no terceiro ciclo de seleção massal estratificada.

Considerações Finais

A produção de sementes de hortaliças é um grande gargalo da produção orgânica brasileira para o agricultor familiar. Cada vez mais a produção de sementes está concentrada em poucas empresas que privilegiam a produção de híbridos convencionais. É importante o desenvolvimento de políticas públicas que estimulem a produção orgânica de sementes e a capacitação de agricultores familiares na produção de sua própria semente com ênfase em cultivares de polinização aberta, os quais possam ser multiplicados livremente por outros produtores.

Referências bibliográficas

BOEF, W. S.; THIJSSSEN, M. H.; OGLIARI, J. B.; STHAPIT, B. R (Orgs.). **Biodiversidade e agricultores: fortalecendo o manejo comunitário**. Porto Alegre: LPM, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Estatísticas do meio rural**. 2006a. Disponível em: <www.mda.gov.br/estatisticas_rurais.pdf>. Acesso em: 02 set.2011

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Parentes silvestres das espécies de plantas cultivadas**. Brasília, DF: MMA, 2006b. 41 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agrobiodiversidade e diversidade cultural**. Brasília, DF: MMA, 2006c. 84 p.

CABRAL, J. F. M. Sementes tradicionais e a resistência camponesa ao agronegócio em Mato grosso. **Revista Agriculturas-experiências em agroecologia**, v.4, nº 3:22-25, ASPTA, outubro de 2007.

CORDEIRO, A. Biodiversidade cercada: quem é o dono? *In*: BOEF W. S. de et al., **Biodiversidade e agricultores: fortalecendo o manejo comunitário**. Porto Alegre: LPM, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 777 p.

JOVCHELEVICH, P. **Melhoramento participativo de abóbora (*Cucurbita moschata Dusch*), sob manejo biodinâmico**. Tese de doutorado (doutorado em Agronomia/Horticultura). Faculdade de Ciências Agronômicas, Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2011. 44f.

LONDRES, F. **Semente crioula: cuidar, multiplicar e partilhar**. Passo Fundo: ASPTA, 2009. 78 p.

MACHADO, A. Construção de um novo paradigma científico. *In*: SOARES, A. C. et al. **Milho crioulo-conservação e uso da biodiversidade**. Rio de Janeiro: ASPTA: 1998. 185p.

MACHADO, A. T. et al. Mejoramiento participativo en maíz: su contribución en el empoderamiento comunitario en el municipio de Muqui, Brasil. **Agronomía Mesoamericana**, Alajuela, v. 17, n. 3, p. 393-405, 2006.

MELO, P. C. T. et al. Seleção massal estratificada em duas populações de cebola (*Allium cepa L.*) Baía Periforme no vale do submédio São Francisco. **Pesquisa Agropecuária Pernambucana**, Recife, v. 2, n. 2, p. 95-117, dez. 1978.

NASCIMENTO, W. M. **Produção de sementes de hortaliças para agricultura familiar**. Brasília, DF: Embrapa Hortaliças, 2005. 15 p. (Embrapa Hortaliças. Circular Técnica, 35).

PATERNIANI, E. (coordenador). **Melhoramento e produção de milho no Brasil**. Piracicaba, ESALQ, Marprint, 1978.

Glossário

Acesso: nome dado a cada amostra de sementes (no presente texto) de uma cultura coletada por um pesquisador em produtores que mantêm suas próprias sementes ou coletada em vegetações espontâneas, e armazenadas para estudo e conservação.

Alógamas: espécies de plantas onde ocorre o cruzamento natural entre quaisquer indivíduos desta espécie que estejam próximas. O cruzamento (polinização), normalmente, é feito por insetos (que carregam o pólen, gameta masculino, de uma planta para outra) e, em algumas espécies pelo vento. Com isto há uma troca natural de genes entre as plantas.

Autógamas: espécies em que não há troca de genes entre diferentes plantas da mesma plantação, pois o pólen (gameta masculino) cai diretamente no estigma (órgão feminino da flor) ocorrendo a autofecundação natural, geralmente mesmo antes das flores se abrirem.

Contaminação genética: qualquer cruzamento não desejado. Por exemplo, quando um agricultor está produzindo sementes de uma melancia clara e próximo tem outra cultivar de melancia com casca escura e as abelhas carregam o pólen (gameta masculino) da melancia escura para a clara onde o produtor vai obter suas sementes vai ocorrer uma contaminação genética, isto é, com genes da escura.

Cultivares: termo originário do inglês “cultivated varieties”, que significa qualquer variedade que é cultivada comercialmente.

Florescimento prematuro: em algumas culturas onde o florescimento é indesejado pelo produtor, denomina-se florescimento prematuro quando a planta floresce antes de formar o produto pronto para consumo ou comercialização. Por exemplo, uma planta de cenoura que floresce antes de formar a raiz com tamanho ideal para consumo/comercialização é uma planta com florescimento prematuro.

Fotoperíodo: número de horas de luz (dia) ao longo das 24h do dia, sendo luz (dia) mais escuro (noite) igual a 24h.

Geração F2: sempre que se obtém sementes a partir de plantas de um mesmo híbrido, as sementes extraídas darão origem a denominada geração F2 (segunda geração), visto que o híbrido também é chamado de F1 (primeira geração).

Híbrido: no presente caso, cruzamento entre duas linhagens distintas, geralmente da mesma espécie. Apresenta uniformidade genética, ou seja, todas as plantas apresentam o mesmo genótipo. Porém, se um produtor for produzir sementes a partir de plantas de um híbrido, haverá segregação genética (plantas com diferentes características), dificultando o cultivo e a comercialização. Portanto, é uma espécie de patente genética para as empresas produtoras de sementes.

Linhagem: conjunto de indivíduos com genótipo quase 100% homocigoto (exemplo: AABBccDDEEff...). Em espécies alógamas, ou seja, de cruzamento livre (exemplo: cebola, cenoura, couve-flor, repolho, etc.) geralmente apresentam baixo vigor não podendo ser plantadas para a produção comercial. Por isto, são utilizadas como parentais (linhagem materna e linhagem paterna) para a obtenção de sementes de híbridos, que, geralmente, são vigorosos.

Melhoramento genético: ciência onde o pesquisador visa a obtenção de novas cultivares, ou híbridos, com melhores características. Por exemplo, mais resistentes, mais produtivas, com melhor qualidade, etc.

Polinização entomófila: carregamento do grão de pólen (gameta masculino) de uma flor para outra, geralmente de plantas diferentes da mesma espécie, realizado por insetos.

Pureza varietal: manutenção das características de uma variedade, ou cultivar, sem troca de genes com plantas de outra variedade. Se ocorrer troca de genes, temos a contaminação genética (ver neste glossário).

Processo de certificação orgânico: processo de avaliação de uma propriedade visando adequação às normas de produção orgânica segundo a lei brasileira de agricultura orgânica. Este processo pode ser através da certificação por auditoria ou através do sistema participativo de garantia.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 2 – 44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n. 1 p. 45 – 58, 1998.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1 – 32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50, 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51 – 73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 – 57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68 – 94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5 – 19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42 – 49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”:** breve abordagem. Ano 7, n. 4 p. 50 – 55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1 – 12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56 – 62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63 – 72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73 – 85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”:** a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46 – 58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92 – 117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST)**. Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II**. Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação**. Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition**. Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses**. Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais**. Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária**. Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários**. Ano 10, n. 11 p. 48 – 60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena**. Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España**. Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP)**. Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo**. Ano 10, n. 11 p. 122 – 130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro**. Ano 10, n. 11 p. 131 – 148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149 – 169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar**. Ano 11, n. 12 p. 6 – 17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants**. Ano 11, n. 12 p. 18 – 30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista**. Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 11, n. 12 p. 57 – 67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável....** Ano 11, n. 12 p. 68 – 85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108 – 116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6 – 15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16 – 25, 2008.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26 – 46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47 – 82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128 – 143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144 – 155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156 – 165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

VANDEN, Harry E.. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63 – 71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra**. Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Ano 12, n. 14 p. 112 – 124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125 – 141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07– 21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas**. Ano 12, n. 15 p. 22–33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”**. Ano 12, n. 15 p. 34– 65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T.. **Uma descrição agroecológica da crise atual**. Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização**. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. **Urbanização e Ruralidade. Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social**. Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações**. Ano 13, n. 16 p. 7- 21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T.. **Prescrições agroecológicas para a crise atual**. Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio**. Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação *versus* reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.